

2008

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EXERCÍCIO DE 2008



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA
DE FAZENDA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA

AUDITOR GERAL DO ESTADO

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO SOBRE AUDITORIAS

COORDENADOR DE REVISÃO, DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

COORDENADOR DE AUDITORIA – 1º CAE

COORDENADOR DE AUDITORIA – 2º CAE

COORDENADOR DE AUDITORIA – 3º CAE

COORDENADOR DE AUDITORIA – 4º CAE

COORDENADOR DE AUDITORIA – 5º CAE

COORDENADOR DE AUDITORIA – 6º CAE

DIRETORA DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO NO EXERCÍCIO DE 2008	11
1.1. AUDITORIA GERAL DO ESTADO: ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	12
1.2 LOCALIZAÇÃO DA AGE NA ESTRUTURA GOVERNAMENTAL	12
1.3 RECURSOS TECNOLÓGICOS UTILIZADOS PELA AGE.....	14
1.4 RECURSOS HUMANOS DA AGE	15
1.5 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	16
1.5.1 ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ..	16
1.5.2 ANÁLISE DE PROCESSOS E EMISSÃO DE RELATÓRIO	17
1.5.3 TOMADA DE CONTAS E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	20
1.6 FORTALECIMENTO DO CONTROLE GOVERNAMENTAL.....	21
1.7 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UM NOVO MODELO DE CONTROLE INTERNO.....	26
CAPÍTULO 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2008.....	27
2.1 ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2008.....	29
2.1.1 COMPARATIVO DO ORÇAMENTO INICIAL DOS EXERCÍCIOS 2008/2007	29
2.1.2 COMPARATIVO DO ORÇAMENTO ATUALIZADO DOS EXERCÍCIOS 2008/2007	30
2.2 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA.....	31
2.2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE	32
2.2.2 EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DOS EXERCÍCIOS DE 2008/2007	33
2.2.3 EXECUÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA	35
2.2.4 RESULTADO DA PREVISÃO/ARRECADAÇÃO DA RECEITA.....	36
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA	37
2.3.1 EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO	38
2.3.2 EXECUÇÃO DA DESPESA POR GRUPO	39
2.3.3 EXECUÇÃO DA DESPESA DOS EXERCÍCIOS 2008/2007	40
2.3.4 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	41
2.3.5 RESULTADO NA REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	42
2.4 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	43
2.4.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO.....	44
2.4.2 SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	44

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.4.3 DÉFICIT DO ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	45
2.5 RESULTADO PRIMÁRIO	45
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS.....	48
3.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	50
3.1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDEB	52
3.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....	57
3.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE.....	60
3.4 APLICAÇÃO DE RECURSOS NO FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO - FECAM	64
3.5 APLICAÇÃO DE RECURSOS NA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA – FAPERJ.....	68
3.6 DESPESA COM PESSOAL.....	72
3.7 DESPESA DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS - FECP.....	77
3.7.1 OBJETIVO DO FECP	77
3.7.2 RECURSOS DO FECP	77
3.7.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECP.....	78
3.7.4 ÍNDICES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECP.....	79
3.7.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA DO FECP.....	80
3.7.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO FECP	82
3.7.7 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO FECP.....	86
3.7.8 RESULTADO FINANCEIRO DO FECP	87
CAPÍTULO 4 - DÍVIDA ATIVA	88
4.1 CRÉDITOS A RECEBER.....	89
4.2 PROVISÃO PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA.....	93
4.3 RECEITAS ARRECADADAS.....	94
4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA.....	95
4.5 INCORPORAÇÃO DOS CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA NO RIOPREVIDÊNCIA	97
CAPÍTULO 5 - DÍVIDA PASSIVA.....	98
5.1 DÍVIDA FLUTUANTE.....	99
5.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	102
5.3 DÍVIDA FUNDADA.....	103
5.3.1 DÍVIDA FUNDADA INTERNA.....	106
5.3.2 DÍVIDA FUNDADA EXTERNA.....	107

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

5.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO.....	109
5.5 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	110
5.6 RESULTADO NOMINAL.....	112
CAPÍTULO 6 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	115
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	116
6.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA.....	118
6.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	119
6.4 REPASSES FINANCEIROS.....	119
6.5 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	120
6.6 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS.....	121
6.7 AVALIAÇÃO ATUARIAL	121
6.8 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	122
6.9 PASSIVO PREVIDENCIÁRIO	122
6.10 ATIVO PREVIDENCIÁRIO.....	123
6.11 RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	124
6.12 INCONSISTÊNCIAS DA BASE DE DADOS	125
CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS EXERCÍCIO DE 2008... 127	
7.1 FONTE DE CONSULTA.....	129
7.2 DA METODOLOGIA ADOTADA	130
7.3 PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	131
7.3.1 CARTEIRA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – ESTRUTURANTES.....	131
7.3.2 CARTEIRA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – PRIORITÁRIOS.....	132
7.3.3 DOTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIOS – SEGUNDO PROGRAMAS DE GOVERNO.....	133
7.3.4 DOTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIOS – SEGUNDO ÓRGÃO RESPONSÁVEL	134
7.3.5 DOTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIOS – SEGUNDO ÓRGÃO EXECUTOR	135
7.3.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2008 DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIOS – POR PROJETOS DE GOVERNO.....	136
7.3.6.1 COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES:.....	137
7.3.7 METAS FÍSICAS (PREVISTAS E REALIZADAS) DE 2008 DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – POR PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO.....	139
7.4 DETALHAMENTO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	147
PROJETO 1 - AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BAIXADA FLUMINENSE E SÃO GONÇALO.....	148

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 2 - AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BARRA / RECREIO / JACAREPAGUÁ.....	152
PROJETO 3 - ARCO METROPOLITANO	155
PROJETO 4 - CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU/BOTAS E SARAPUÍ.....	159
PROJETO 5 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU – NOVO GUANDU	163
PROJETO 6 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GUANDU/APA GUANDU	167
PROJETO 7 - SANEAMENTO DA BARRA DA TIJUCA E JACAREPAGUÁ.....	171
PROJETO 8 - SANEAMENTO DAS BACIAS DA BAIA DE GUANABARA	174
PROJETO 9 - URBANIZAÇÃO DA ROCINHA.....	177
PROJETO 10 - URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DE MANGUINHOS.....	180
PROJETO 11 - URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO.....	183
PROJETO 12 - URBANIZAÇÃO DO CANTAGALO / PAVÃO-PAVÃOZINHO.....	186
PROJETO 13 - URBANIZAÇÃO DO PREVENTÓRIO	189
PROJETO 14 - REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA COM FOCO NA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	192
PROJETO 15 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	196
PROJETO 16 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL.....	200
PROJETO 17 - EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	207
PROJETO 18 - CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE	211
PROJETO 19 - IMPLANTAÇÃO DAS UPAS 24 HORAS.....	215
PROJETO 20 - OCUPAÇÃO SOCIAL INTEGRADA À URBANIZAÇÃO DE FAVELAS.....	223
PROJETO 21 - C4I – COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÃO, COMPUTAÇÃO E INTELIGÊNCIA	227
PROJETO 22 - CENTRO DE OBSERVAÇÃO CRIMINOLÓGICA	231
PROJETO 23 - SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	234
PROJETO 24 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURIAS DO ESTADO.....	237
PROJETO 25 - PROGRAMA EDUCULTURA.....	240
PROJETO 26 - RIO: O FUTURO DO ESPORTE	243
PROJETO 27 - PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA.....	247
PROJETO 28 - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE – PET	251

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 29 - IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO	255
PROJETO 30 - EXPANSÃO DA REDE DO SISTEMA METROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO – ESTAÇÃO GENERAL OSÓRIO	259
PROJETO 31 - RIO DE BRAÇOS ABERTOS	262
PROJETO 32 - 1 RIO – PLANO DE GESTÃO DE IMAGEM	268
PROJETO 33 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO AUDIOVISUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	271
PROJETO 34 - RIO RURAL/GEF-BIRD	275
PROJETO 35 - PORTO DO RIO NO SÉCULO XXI	279
PROJETO 36 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA	283
PROJETO 37 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	286
PROJETO 38 - FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA	290
PROJETO 39 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	294
PROJETO 40 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO	300
PROJETO 41 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RJ E REESTRUTURAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO	304
PROJETO 42 - RIO POUPA TEMPO	308
PROJETO 43 - SUPERVISÃO REGIONAL – GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES	311
CAPÍTULO 8 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NO EXERCÍCIO DE 2007	314
8.1 DETERMINAÇÕES	317
DETERMINAÇÃO 1	317
DETERMINAÇÃO 2	317
DETERMINAÇÃO 3	318
DETERMINAÇÃO 4	319
DETERMINAÇÃO 5	320
DETERMINAÇÃO 6	322
DETERMINAÇÃO 7	323
DETERMINAÇÃO 8	323
DETERMINAÇÃO 9	324
DETERMINAÇÃO 10	324
DETERMINAÇÃO 11	325

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO 12	326
DETERMINAÇÃO 13	327
DETERMINAÇÃO 14	327
DETERMINAÇÃO 15	329
DETERMINAÇÃO 16	329
DETERMINAÇÃO 17	330
DETERMINAÇÃO 18	331
DETERMINAÇÃO 19	331
DETERMINAÇÃO 20	332
DETERMINAÇÃO 21	333
DETERMINAÇÃO 22	333
DETERMINAÇÃO 23	334
DETERMINAÇÃO 24	334
DETERMINAÇÃO 25	336
DETERMINAÇÃO 26	336
DETERMINAÇÃO 27	337
DETERMINAÇÃO 28	338
DETERMINAÇÃO 29	338
DETERMINAÇÃO 30	339
DETERMINAÇÃO 31	340
DETERMINAÇÃO 32	340
DETERMINAÇÃO 33	341
DETERMINAÇÃO 34	341
DETERMINAÇÃO 35	342
DETERMINAÇÃO 36	343
DETERMINAÇÃO 37	343
8.2 RECOMENDAÇÕES	345
RECOMENDAÇÃO 1.....	345
RECOMENDAÇÃO 2.....	346
RECOMENDAÇÃO 3.....	347
RECOMENDAÇÃO 4.....	348
RECOMENDAÇÃO 5.....	349
CAPÍTULO 9 - CONCLUSÃO	350
CAPÍTULO 10 - EQUIPE DE TRABALHO.....	353

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

APRESENTAÇÃO

A Auditoria Geral do Estado – AGE, Órgão Central do Controle Interno do Poder Executivo conforme disposição contida na Lei nº 287, de 4 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 3.148, de 28 de abril de 1980, apresenta o Relatório de Auditoria sobre a execução orçamentária, o qual constitui peça obrigatória a integrar a Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que será apresentada pelo Governador, concomitantemente, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento ao preceito estabelecido no parágrafo 2.º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 1.º de agosto de 1990.

Como Órgão Central de Controle Interno, a AGE tem dentre as suas finalidades a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, observando ainda a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

O Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas vem sendo objeto de aperfeiçoamento, de forma a tornar-se um instrumento que auxilie na transparência dos gastos e realizações governamentais, ressaltando que estas mudanças vão ao encontro do que foi estabelecido na Determinação nº 14 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro na apreciação das Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2007.

Neste contexto, o Relatório da Auditoria Geral do Estado sobre as Contas Consolidadas do exercício financeiro de 2008 buscou trazer em seu conteúdo a evidenciação dos resultados alcançados na execução orçamentária dos programas e ações governamentais, no qual demos ênfase para as ações que compõem a carteira de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

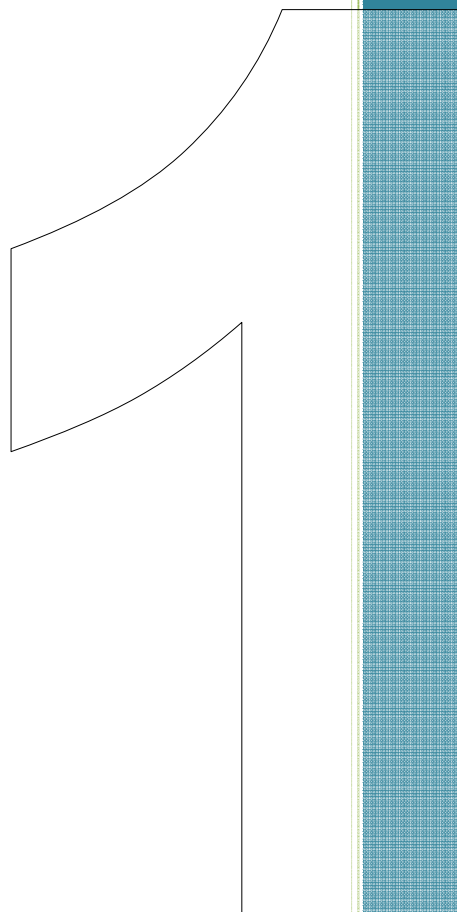
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Dessa forma, esta AGE encerra mais um exercício, e, é com particular orgulho e satisfação, que ressaltamos o enorme esforço envidado por todos os profissionais deste Órgão de Controle Interno, para o cumprimento de nossas obrigações constitucionais, apesar das dificuldades e de nosso quadro de pessoal vir, no decurso dos anos, sendo reduzido em razões decorrentes de aposentadorias; pedidos de exoneração; cessão de servidores a outros órgãos da administração direta e indireta do executivo fluminense, além do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, o que limita a ação desta casa de controle.

Esperamos que o conjunto das informações contidas neste relatório forneça subsídios para a apreciação pelo Tribunal de Contas e pela Assembléia Legislativa do resultado da análise da Gestão do Governo do Estado, e ressaltamos que este trabalho será divulgado pela internet – no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda, contribuindo, desta forma, para conferir transparência às políticas implementadas com o intuito de dispor à sociedade de informações sobre a aplicação dos recursos públicos estaduais na execução de suas ações governamentais.


Auditor-Geral do Estado

AUDITORIA GERAL DO ESTADO



ATUAÇÃO DA
AUDITORIA GERAL DO ESTADO
NO EXERCÍCIO DE 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 1

ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO NO
EXERCÍCIO DE 2008

1.1 Auditoria Geral do Estado: órgão central do sistema de controle interno

A Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – AGE, instituída pelo Decreto nº 13, de 15 de março de 1975, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, atua em atividades de fiscalização e assessoramento, com abrangência sobre todos os órgãos do Poder Executivo.

De acordo com a Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e com o Decreto nº 3.148, de 28 de abril de 1980, as atividades de fiscalização e assessoramento da Auditoria Geral do Estado constitui etapa superior e final do controle interno, com o fim de:

- I. criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado e regularidade à realização da receita e despesa;
- II. acompanhar a execução dos programas de trabalho e a dos orçamentos; e
- III. avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

1.2 Localização da AGE na estrutura governamental

A Auditoria Geral do Estado, desde a sua criação, encontra-se inserida dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda, dela dependendo orçamentária e financeiramente, bem como do apoio logístico e da alocação dos recursos humanos do Quadro de Pessoal Fazendário provenientes das carreiras de atuação de controle interno (contador, técnico de controle interno, técnico de contabilidade e agente de fazenda), necessários para o desempenho e promoção de sua missão institucional.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A atual estrutura organizacional da Auditoria Geral do Estado foi estabelecida pelo Decreto nº 40.613, de 15 de fevereiro de 2007, como segue:

- Auditoria Geral do Estado
- Superintendência de Gestão sobre Auditorias
 - 1a Coordenação de Auditoria do Estado
 - 2a Coordenação de Auditoria do Estado
 - 3a Coordenação de Auditoria do Estado
 - 4a Coordenação de Auditoria do Estado
 - 5a Coordenação de Auditoria do Estado
 - 6a Coordenação de Auditoria do Estado
 - Coordenação de Revisão, de Normas e Procedimentos
- Divisão de Apoio Administrativo

São competências da Auditoria Geral do Estado, segundo o Decreto nº 3.148, de 28 de abril de 1980, e a Resolução SEF nº 45, de 29 de junho de 2007:

- I. estudar e propor as diretrizes para a formalização da política de Controle Interno, elaborando normas sobre a matéria e zelando por sua observância;
- II. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- III. desenvolver o Sistema de Auditoria do Poder Executivo do Estado;
- IV. baixar normas sistematizando e padronizando procedimentos de auditoria a serem aplicados pelas Auditorias Internas ou órgãos equivalentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- V. supervisionar e assessorar as Auditorias Internas ou órgãos equivalentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- VI. aprovar as Programações Anuais de Auditoria encaminhadas pelas Auditorias Internas ou órgãos equivalentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- VII. avaliar os relatórios, pareceres e informações elaborados pelas unidades setoriais, bem como pelas Auditorias Independentes;
- VIII. realizar auditorias e fiscalizações nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, contábil e demais sistemas administrativos e operacionais no âmbito do Poder Executivo do Estado;
- IX. auditar a atividade dos órgãos responsáveis pela realização da receita, da despesa e pela gestão do dinheiro público;



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- X. examinar os processos de Prestações e de Tomadas de Contas dos ordenadores de despesa, gestores e responsáveis, de fato e de direito, por bens, numerários e valores do Estado ou a ele confiados, sem prejuízo da competência das Auditorias Internas ou órgãos equivalentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- XI. examinar a legitimidade do ato administrativo, a autenticidade documental, a correção e normalidade contábil, a oportunidade e economicidade do custo ou da despesa;
- XII. realizar Auditorias Especiais nos órgãos da Administração Estadual quando se fizerem necessárias;
- XIII. emitir relatório sobre as contas consolidadas do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- XIV. avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XV. auditar e avaliar a execução dos programas de Governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Estado, quanto ao alcance das metas e dos objetivos estabelecidos;
- XVI. opinar, previamente, acerca das contratações de Auditoria Independente pelos órgãos que compõem a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- XVII. acompanhar procedimentos que visem ao gerenciamento e auditoria de dados e informações em ambientes computadorizados; e
- XVIII. propor novas tecnologias no campo de auditoria.

1.3 Recursos Tecnológicos utilizados pela AGE

As orientações e metodologias empregadas na efetivação das ações da Auditoria Geral do Estado, enfatizando as dimensões que adquiriu o controle interno na busca da transparência e na avaliação da efetiva, eficaz e regular promoção da gestão pública, são desempenhadas na profundidade e extensão compatível com os recursos orçamentários, financeiros, estruturais e de pessoal disponíveis.

A atuação da Auditoria Geral do Estado se faz na coleta de dados e com a geração de informações sobre as atividades governamentais do Estado do Rio de Janeiro, incluída aí, também, àquelas desenvolvidas por outras esferas de governo e por

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

agentes privados que receberam recursos financeiros para participarem da implementação de ações vinculadas às políticas públicas a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Com objetivo de otimizar e padronizar as rotinas desenvolvidas, capacitar sua equipe técnica e estabelecer um elo às evoluções tecnológicas, esta AGE, com o auxílio da Gerência de Sistemas da Assessoria de Informática da Secretaria de Estado de Fazenda, vem desenvolvendo um sistema de controle das auditorias que foi particionado em 3 etapas, intitulado de Sistema de Controle sobre Auditorias – SCsA, o qual é acessado por seus usuários via internet permitindo atualização dos dados referentes às auditorias realizadas de qualquer ponto interconectado à rede Web, facilitando o acompanhamento e a execução dos trabalhos.

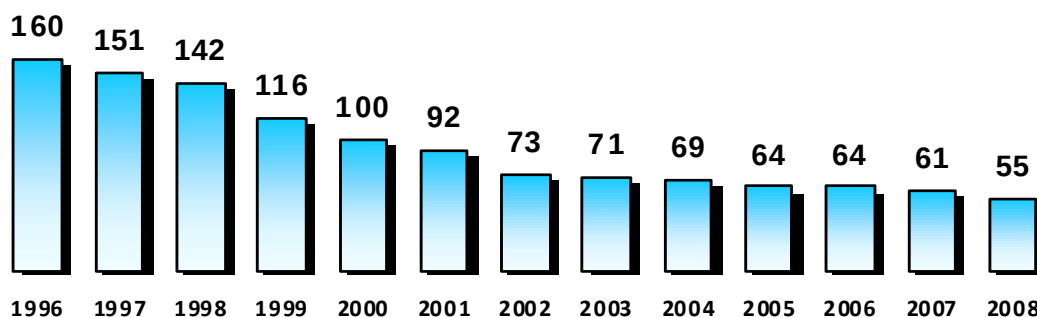
Contudo, o SCsA não foi totalmente implantado, encontrando-se em prática a 1ª versão compreendendo a etapa 1 e parte da etapa 2.

1.4 Recursos Humanos da AGE

A AGE tem buscado, por intermédio de seu corpo técnico, melhorias contínuas no que se refere à qualidade das informações, não obstante os desafios impostos para transpor obstáculos logísticos e estruturais.

O corpo funcional da Auditoria Geral do Estado no exercício de 2008 esteve composto por 55 (cinquenta e cinco) servidores de cargo efetivo, quadro de pessoal que vem, no decurso dos anos, sendo reduzido em decorrência de aposentadorias; pedidos de exoneração e cessão ou colocação de servidores em outros órgãos da administração direta e indireta, e do Tribunal de Contas do Estado, conforme demonstramos:

Servidores na Auditoria Geral do Estado





AUDITORIA GERAL DO ESTADO

O fomento do apoio logístico para a execução das ações de controle interno e o investimento em recursos humanos são as grandes carências, ainda, não totalmente supridas para a melhor promoção das ações da Auditoria Geral do Estado.

A maioria dos contadores possui curso de pós-graduação e um auditor possui mestrado.

Atualmente, a AGE executa um programa de estágio remunerado de estudantes, contando com oito estagiários para atuarem na área fim deste órgão central de controle interno. Os estagiários selecionados são egressos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Estácio de Sá e da Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio.

1.5 Principais Atividades Desenvolvidas

A Auditoria Geral do Estado, mediante sua competência de controle interno, atua, dentre outras, na elaboração da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo e na análise de processos e emissão de relatórios de auditoria para os órgãos e entidades que integram o governo estadual.

1.5.1 Elaboração da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo

Compete à Auditoria Geral do Estado – AGE a elaboração do relatório sobre a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 01 de agosto de 1990.

A elaboração deste relatório baseia-se nas informações dos órgãos que executam os orçamentos do Estado, sendo peça integrante da prestação de contas do Poder Executivo, a qual será encaminhada, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado para manifestação prévia, visando o julgamento final pela Assembléia Legislativa – ALERJ.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

1.5.2 Análise de Processos e Emissão de Relatório

Por força da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, do Decreto nº 3.148, de 28 de abril de 1980, e da legislação complementar emanada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cabe à Auditoria Geral do Estado, como órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio de Janeiro, o exame de todas as prestações de contas e tomadas de contas de gestores de órgãos e entidades de direito público ou privado responsáveis por bens, numerários ou valores do Estado.

Conforme determina o artigo 18, combinado com o inciso I do artigo 22 do Decreto nº 3.148/80, os processos de prestação de contas deverão ser encaminhados à Auditoria Geral do Estado – AGE, para exame e pronunciamento no prazo de até 90 dias do encerramento do exercício financeiro.

As prestações de contas e tomadas de contas examinadas pela AGE, no exercício de 2008, foram a maior demanda de trabalho sujeitas à emissão de relatório, parecer e certificado de auditoria, atingindo o percentual de 97,13% dos relatórios emitidos, sendo que destes, 88,45% referiam-se a prestações de contas e tomadas de contas de bens patrimoniais e almoxarifado.

Em 1º de janeiro de 2008 havia, na Auditoria Geral do Estado, 692 processos aguardando conclusão de exame, e, durante o exercício de 2008, ingressaram na AGE 2.748 processos, tendo sido analisados 2.406 (sendo: 2.229 com certificação e 177 sem certificação).

Demonstramos a seguir, o quantitativo de processos analisados por modalidade:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

MODALIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS	PERCENTUAL
AGO/AGE	8	0,33%
Auditoria Especial	1	0,04%
Consulta	8	0,33%
Contrato	31	1,29%
Convênio	50	2,08%
Crédito Suplementar	17	0,71%
Diligência TCE/RJ	1	0,04%
NFLD	8	0,33%
Prestação de Contas de Almoxarifado	92	3,82%
Prestação de Contas de Bens Patrimoniais	1718	71,40%
Prestação de Contas de Ordenadores de Despesas	109	4,53%
Programa de Auditoria	26	1,08%
Tesouraria	1	0,04%
Tomada de Contas	61	2,54%
Tomada de Contas de Bens Patrimoniais	127	5,28%
Tomada de Contas Especial	16	0,67%
Transferência de Resp. de Almoxarifado	2	0,08%
Transferência de Resp. de Bens Patrimoniais	56	2,33%
Outros	74	3,08%
TOTAL	2406	100,00%

Relativamente aos 2.406 processos analisados por esta AGE e concluídos com a emissão do respectivo relatório, relacionamos no quadro a seguir, as quantidades, por modalidade e tipo de certificação:



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSOS ANALISADOS NO EXERCÍCIO DE 2008					
Modalidade de Processos	Tipos de Certificado*				TOTAL
	IR	RG	RG/RS	S/CERT.	
AGO/AGE				8	8
Auditoria Especial				1	1
Consulta		1		7	8
Contratato	8	18	2	3	31
Convênio	9	23	13	5	50
Crédito Suplementar				17	17
Diligência TCE/RJ			1		1
NFLD				8	8
Prestação de Contas de Almoxarifado	1	90	1		92
Prestação de Contas de Bens Patrimoniais	44	1624	39	11	1718
Prestação de Contas de Ordenadores de Despesas	5	66	33	5	109
Programa de Auditoria				26	26
Tesouraria	1				1
Tomada de Contas	12	10	3	6	31
Tomada de Contas de Bens Patrimoniais	73	81	1	2	157
Tomada de Contas Especial	7	2	2	5	16
Transferência de Resp. de Almoxarifado		2			2
Transferência de Resp. de Bens Patrimoniais		54	2		56
Outros		1		73	74
TOTAL	160	1972	97	177	2406
%	6,65%	81,96%	4,03%	7,36%	100%

*IR = IRREGULAR; RG = REGULAR; RG/RS = REGULAR COM RESSALVAS; S/CERT. = SEM CERTIFICADO

Ingressaram, também, nesta AGE, no exercício de 2008, 2.159 processos referentes às Contas "A" e "B", os quais se encontram em nossos arquivos, conforme quadro-resumo a seguir:

SAQUES EFETUADOS NAS CONTAS "A" e "B"		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR
Processos Trabalhistas	2048	185.414.625,11
Processos Cíveis	12	5.351.475,11
Devolução p/ Conta B	97	15.536.999,90
Devolução p/ Conta A	2	164.937,45
TOTAL	2.159	206.468.037,57

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

1.5.3 Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial

Cumprir destacar que foram examinados, pela AGE, 188 procedimentos de Tomada de Contas e 16 de Tomada de Contas Especial, quando foram emitidos 92 certificados opinando pela irregularidade das contas.

Desses certificados, 73 referem-se à Tomada de Contas de Bens Patrimoniais, cujo dano envolvido monta em R\$ 711.858,24 (setecentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), sendo distribuídos, por motivos de instauração, conforme tabela a seguir:

Motivo	Órgãos / Entidades	Quantidade	%
Acidente com veículo	FAETEC	1	1,37
Ausência de prestação de contas	CASACIVIL	1	1,37
Desaparecimento	CECERJ (1), FAETEC (1), FUNARJ (1), IPERJ (1), SEAP (2), SEGOV (1), SETRAB (1), SUDERJ (1) e UERJ (43)	55	75,34
Furto	DER-RJ (6), FAETEC (5), FENORTE (2) e VICE-GOVERNADORIA (1)	14	19,18
Não localização de bens	DETRAN-RJ	1	1,37
Roubo	CASACIVIL	1	1,37

As dezenove tomadas de contas, inclusive especial, restantes envolvem retorno potencial aos cofres públicos, da ordem de R\$ 25.911.170,20 (vinte e cinco milhões, novecentos e onze mil, cento e setenta reais e vinte centavos) e estão distribuídas, por motivos de instauração, conforme tabela a seguir.

Motivo	Órgãos / Entidades	Valor do Dano	%
Irregularidade na Execução de Convênios / Contratos	SEOBRAS, SEMADUR, CECERJ, DETRAN-RJ	24.021.334,74	92,71
Pagamento de GEE sem previsão legal	UENF	781.834,08	3,02
Aquisição de bem sem licitação	SECT	514.201,56	1,98
Descumprimento de Decisão do TCE	SEASDH	347.949,02	1,34
Impugnação de Despesas	FEEMA, FAETEC, IASERJ, UERJ	180.595,41	,70
Omissão no dever de prestar contas	FENORTE, CEDAE	65.255,39	,25

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

1.6 Fortalecimento do Controle Governamental

Ao fiscalizar e auditar os órgãos e entidades que compõem a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a AGE concluiu que a desinformação dos departamentos de Auditoria Interna, ou equivalentes, além da fragilidade dos instrumentos de controle interno são adversárias da boa gestão do dinheiro público.

Nesse contexto, durante o exercício de 2008, a AGE vem desenvolvendo ações que visam fortalecer as atividades de controle interno no âmbito estadual, dentre as quais destacam-se:

- Promoção de eventos de capacitação presencial em parceria com a Escola Fazendária, da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, e com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, quando auditores da AGE e o controle interno dos órgãos e entidades da administração direta e indireta foram treinados em matéria previdenciária e sobre a Lei 11.638, de 28.12.2007, que alterou dispositivos da Lei 6.404/76.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Emissão de Instruções Normativas visando uniformizar padrões e procedimentos de auditoria. As Instruções Normativas emitidas foram as seguintes:

INSTRUÇÃO NORMATIVA	EMENTA
1	Estabelece normas complementares ao Decreto nº 41.065, de 11 de dezembro de 2007.
2	Estabelece o conteúdo e modelos da Programação Anual de Auditoria (PAA), dos Relatórios Quadrimestrais de Auditoria (RQA) e do Relatório Anual de Auditoria (RAA).
3	Dispõe sobre o acompanhamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas do Estado emitidas quando da análise das contas de gestão do governo do estado do Rio de Janeiro.
4	Dispõe sobre parecer a ser juntado na prestação de contas de contratos, convênios e responsáveis por bens patrimoniais e almoxarifado.
5	Estabelece o modelo de relatório e parecer de tomada de contas

Ressaltamos que quando da emissão das instruções normativas a AGE realizou encontro, na Escola Fazendária, objetivando disseminar o conteúdo dos atos.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Realização do I Encontro Estadual de Controle Interno no Rio de Janeiro em parceria com a Escola Fazendária e a Controladoria-Geral da União.



A figura, acima, mostra a solenidade de abertura, em cuja mesa se fizeram presentes:

- o Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, [REDACTED]
- o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Dr. [REDACTED]
- a Chefe Adjunta da Controladoria Regional da União do Estado do Rio de Janeiro, Dra. [REDACTED]
- o Secretário de Estado de Fazenda, [REDACTED]
- a Presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - CONACI, Dra. [REDACTED]
- o Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr. [REDACTED]
- o Secretário Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Dr. [REDACTED]
- a Delegada Adjunta da Delegacia da Receita Federal em Niterói, Dra. [REDACTED]

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Todos os órgãos que participaram da solenidade de abertura indicaram representantes para proferirem palestras nos dois dias de encontro, que foi realizado no Auditório do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ) nos dias 10 e 11 de novembro de 2008, além de a AGE ter apresentado um trabalho expondo a “Estrutura dos Órgãos Centrais de Controle Interno dos Estados”.



Participaram do encontro cerca de 300 pessoas, representantes dos órgãos e entidades de controle interno que compõem a estrutura do governo estadual, além de convidados.



No I Encontro Estadual de Controle Interno no Rio de Janeiro, realizado em novembro de 2008, o Secretário de Fazenda, Dr. [REDACTED] pronunciou a criação da Controladoria Geral do Estado, cuja matéria foi veiculada no Jornal do Comércio (11/11/2008) e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em mesma data.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- A AGE também incentiva a participação de seus funcionários em encontros, congressos e demais eventos que discutem matérias de contabilidade, auditoria, controle interno e outras de interesse, e se faz presente em todos os encontros do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI como membro fundador.



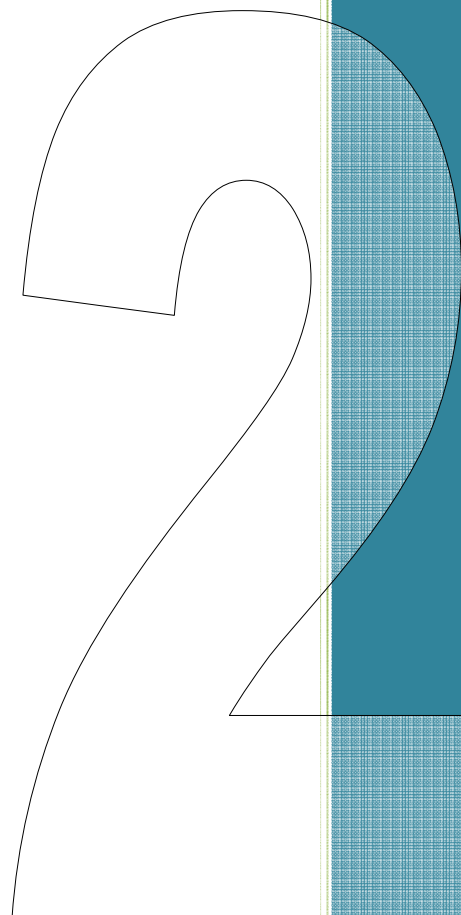
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

1.7 Considerações acerca de um novo modelo de controle interno

A Secretaria de Estado de Fazenda contratou a Fundação Getúlio Vargas para apoiá-la na “definição e implementação de estratégia de fortalecimento da função de controle interno no âmbito da Administração Estadual”.

Nesse contexto, os serviços contratados, além de outros, devem atingir os seguintes objetivos:

- a) apoiar a SEFAZ na definição da estratégia de fortalecimento das áreas de Contabilidade e de Auditoria, com vistas ao estabelecimento de um modelo moderno e eficaz de controle interno no âmbito da administração estadual;
- b) elaborar, em conjunto com a SEFAZ, plano de ação para implementação desse modelo;
- c) coordenar, em conjunto com a SEFAZ, os esforços das equipes da Auditoria Geral do Estado, da Contadoria Geral do Estado e eventualmente de outros órgãos estaduais designados para participarem da execução do plano de ação e da implantação do novo modelo.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 2

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA
DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2008

O Orçamento Anual (Lei Orçamentária Anual – LOA) visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual – PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na elaboração do Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas fixadas, visando estabelecer as prioridades que serão executadas a cada ano de governo.

É neste momento que se dá a efetiva confirmação do aporte de recursos e dos produtos que serão entregues à sociedade, através da organização e do desdobramento das ações que orientarão a atuação governamental.

O Plano Plurianual para o período de 2008/2011 foi instituído pela Lei nº 5.181, de 2 de janeiro de 2008, as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 foram determinadas pela Lei Estadual nº 5.066, de 9 de julho de 2007, ficando a cargo da Lei Estadual nº 5.182, de 2 de janeiro de 2008, estimar a receita e fixar a despesa do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício financeiro de 2008, no valor de R\$ 39.879.143.430,00.

Com base na LOA, foi aprovado o “Quadro de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias – QDRD”, decorrentes do Orçamento Consolidado do Estado para o exercício de 2008, por meio do Decreto nº 41.125, de 9 de janeiro de 2008.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Como metodologia de análise aplicada, a despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de **empenhamento**, e a receita ao de **realizada**.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.1 Alterações do Orçamento do Exercício de 2008

No comparativo das previsões orçamentárias que estimou o orçamento da receita e da despesa em R\$ 39.879.143.430,00, com as suas atualizações, observamos que o orçamento inicial sofreu um acréscimo de 8,82%.

Dentre os acréscimos no período, destacam-se os itens “Fundos”, “Autarquias” e “Administração Direta” que representam conjuntamente R\$ 2.911.540.808,41, ou 82,76% das alterações do período.

Em reais

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO EXERCÍCIO DE 2008				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUAL (B)	DIFERANÇA (B-A)	AH% (B/A)
Administração Direta	24.260.431.372,00	25.708.209.161,43	1.447.777.789,43	5,97%
Autarquia	7.199.386.199,00	7.998.536.806,98	799.150.607,98	11,10%
Economia Mista	2.945.151.589,00	3.334.473.299,53	389.321.710,53	13,22%
Empresas	212.201.661,00	224.954.861,00	12.753.200,00	6,01%
Fundações	2.032.955.437,00	2.237.243.007,93	204.287.570,93	10,05%
Fundos	3.229.017.172,00	3.893.629.583,00	664.612.411,00	20,58%
TOTAL	39.879.143.430,00	43.397.046.719,87	3.517.903.289,87	8,82%

Fonte: SIG

2.1.1 Comparativo do Orçamento Inicial dos Exercícios 2008/2007

Em reais

COMPARATIVO DO ORÇAMENTO INICIAL EXERCÍCIOS DE 2008/2007				
Tipo de Administração	2007	2008	Diferença	AH% (2008 /2007)
Adm. Direta	20.997.278.039,00	24.260.431.372,00	3.263.153.333,00	15,54%
Autarquia	7.457.236.338,00	7.199.386.199,00	(257.850.139,00)	-3,46%
Econ. Mista	2.792.344.941,00	2.945.151.589,00	152.806.648,00	5,47%
Empresas	191.472.417,00	212.201.661,00	20.729.244,00	10,83%
Fundações	1.927.706.651,00	2.032.955.437,00	105.248.786,00	5,46%
Fundos	3.387.761.470,00	3.229.017.172,00	(158.744.298,00)	-4,69%
TOTAL	36.753.799.856,00	39.879.143.430,00	3.125.343.574,00	8,50%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Comparando o orçamento inicial de 2008 com o do exercício anterior, destaca-se o item *Administração Direta* que sofreu majoração de R\$ 3.263.153.333,00 (15,54%).

No comparativo das previsões orçamentárias que estimou o orçamento da receita e da despesa de 2008 em R\$ 39.879.143.430,00 com as previsões de 2007, testemunhamos que o orçamento inicial sofreu um acréscimo de 8,50%.

2.1.2 Comparativo do Orçamento Atualizado dos Exercícios 2008/2007

Em reais

COMPARATIVO DO ORÇAMENTO ATUALIZADO BIÊNIO 2008/2007

Tipo de Administração	2007	2008	Diferença	AH% (2008 /2007)
Adm. Direta	22.404.207.282,78	25.708.209.161,43	3.304.001.878,65	14,75%
Autarquia	7.009.012.181,04	7.998.536.806,98	989.524.625,94	14,12%
Econ. Mista	2.904.950.499,07	3.334.473.299,53	429.522.800,46	14,79%
Empresas	181.455.426,99	224.954.861,00	43.499.434,01	23,97%
Fundações	1.873.122.698,70	2.237.243.007,93	364.120.309,23	19,44%
Fundos	3.718.851.524,59	3.893.629.583,00	174.778.058,41	4,70%
TOTAL	38.091.599.613,17	43.397.046.719,87	5.305.447.106,70	13,93%

Fonte: SIG

No comparativo das atualizações orçamentárias, que majorou o orçamento da despesa para R\$ 38.091.879.143.430,00 (2007) e R\$ 43.397.046.719,87 (2008), com as suas atualizações, observamos que o orçamento sofreu um acréscimo de 13,93%.

No comparativo dos orçamentos de 2008 para 2007, já atualizados (Créditos Adicionais); destaca-se o item: *Empresas* com a variação de R\$ 43.499.434,01 (23,97%).

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.2 Demonstração da Execução da Receita

O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação das Receitas Orçamentárias nas categorias econômicas Correntes e de Capital.

São Receitas Correntes as de natureza tributária, de contribuições, serviços, industriais, patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes.

São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

No exercício de 2008, a Receita Total foi **estimada** em R\$ 39.879.143.430,00, sendo **arrecadado** o valor de R\$ 43.016.662.959,50, que expõe um superávit da arrecadação da ordem de R\$ 3.137.519.529,50 majorando em 7,87% o total **previsto** para o exercício.

A seguir, apresentaremos demonstrativos do desempenho da execução da receita por fonte e por categoria econômica.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.2.1 Execução da Receita por Fonte

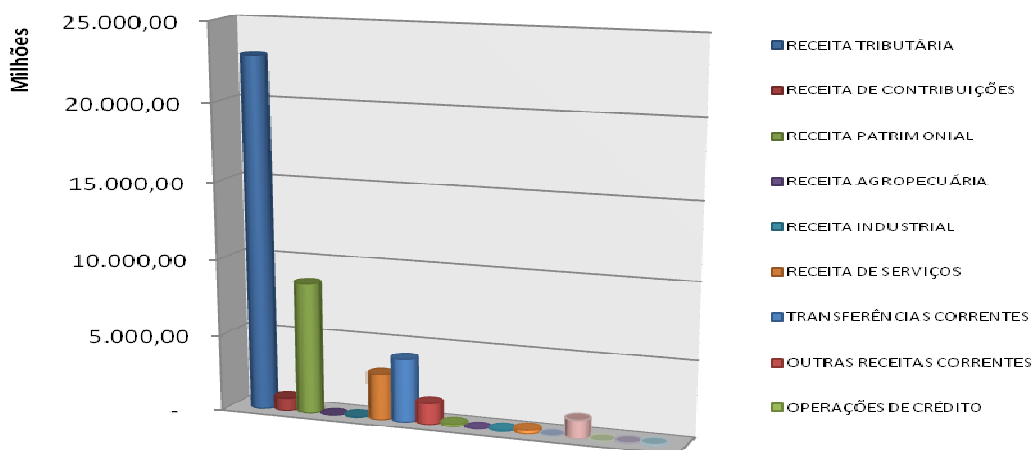
Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE EXERCÍCIO DE 2008

FONTE	RECEITA PREVISTA INICIAL (A)	RECEITA REALIZADA (B)	AH% (B/A)
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.308.160.858,00	22.920.743.457,31	7,57%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	882.217.000,00	858.376.560,13	-2,70%
RECEITA PATRIMONIAL	6.408.492.462,00	8.628.992.460,66	34,65%
RECEITA AGROPECUÁRIA	54.525,00	42.649,17	-21,78%
RECEITA INDUSTRIAL	70.471.551,00	63.101.709,90	-10,46%
RECEITA DE SERVIÇOS	2.713.224.967,00	3.066.541.274,24	13,02%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.705.281.955,00	4.187.090.130,71	13,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	739.767.900,00	1.388.169.942,32	87,65%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	468.156.000,00	175.609.938,40	-62,49%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.033.456,00	1.547.315,41	-99,85%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.560.651,00	93.607.639,33	16,20%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	978.879.782,00	248.443.275,96	-74,62%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	246.300,00	4.429.823,60	1698,55%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES	1.317.966.023,00	1.206.292.300,54	-8,47%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	-	278.184,52	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	140.305.516,00	56.463.323,83	-59,76%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	65.324.484,00	116.932.973,47	79,00%
TOTAL	39.879.143.430,00	43.016.662.959,50	7,87%

Fonte: SIG

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE EXERCÍCIO DE 2008



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.2.2 Execução da Receita por Fonte dos Exercícios de 2008/2007

Em reais

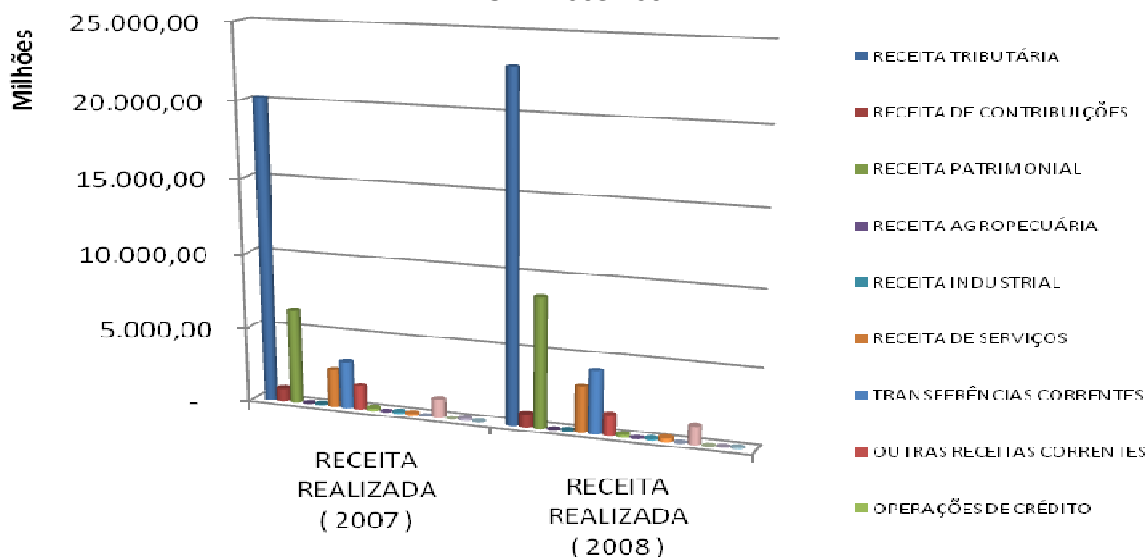
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE EXERCÍCIOS DE 2008-2007

FONTE	RECEITA REALIZADA 2007 (A)	RECEITA REALIZADA 2008 (B)	AH% (B / A)
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.183.601.255,49	22.920.743.457,31	13,56%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	875.500.171,98	858.376.560,13	-1,96%
RECEITA PATRIMONIAL	6.306.140.431,23	8.628.992.460,66	36,83%
RECEITA AGROPECUÁRIA	41.596,92	42.649,17	2,53%
RECEITA INDUSTRIAL	53.510.889,56	63.101.709,90	17,92%
RECEITA DE SERVIÇOS	2.532.219.721,42	3.066.541.274,24	21,10%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.158.785.892,96	4.187.090.130,71	32,55%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.612.894.001,71	1.388.169.942,32	-13,93%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	163.674.226,32	175.609.938,40	7,29%
ALIENAÇÃO DE BENS	767.737,71	1.547.315,41	101,54%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	99.260.476,67	93.607.639,33	-5,69%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	94.504.814,64	248.443.275,96	162,89%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	236.309,75	4.429.823,60	1.774,58%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES	1.247.100.577,88	1.206.292.300,54	-3,27%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	-	278.184,52	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	155.279.944,21	56.463.323,83	-63,64%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	-	116.932.973,47	-
TOTAL	36.483.518.048,45	43.016.662.959,50	17,91%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE BIÊNIO DE 2008-2007



Dentre as Receitas Correntes do exercício de 2008, as “Receitas Tributárias”, as “Receitas Patrimoniais”, as “Receitas de Serviços”, as “Transferências Correntes” e as “Outras Receitas Correntes” obtiveram superávit de arrecadação.

No ano de 2008, ressaltamos que o item Transferências de Capital apresenta uma diferença positiva de R\$ 153.938.461,32 (162,89%) em relação ao ano anterior e o item Outras Receitas de Capital proporciona uma variação de R\$ 4.193.513,85 (1.774,58%) em pertinência a 2007.

Comparando a Receita **Realizada** - total de 2007 com a de 2008 - há um **acréscimo** nominal da arrecadação de R\$ 6.533.144.911,05, significando um **aumento** percentual de 17,91%.

A receita que mais se destacou em **incremento** nominal, no biênio 2007/2008, foi a Receita Tributária, com um **aumento** de R\$ 2.737.142.201,82, o que corresponde a 13,56% de elevação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.2.3 Execução da Receita por Categoria Econômica

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA EXERCÍCIO DE 2008			
FONTE	RECEITA PREVISTA INICIAL (A)	RECEITA REALIZADA (B)	AH% (B/A)
RECEITAS CORRENTES	35.827.671.218,00	41.113.058.184,44	14,75%
RECEITAS DE CAPITAL	2.527.876.189,00	523.637.992,70	-79,29%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.458.271.539,00	1.263.033.808,89	-13,39%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	65.324.484,00	116.932.973,47	79,00%
TOTAL	39.879.143.430,00	43.016.662.959,50	7,87%

Fonte: SIG

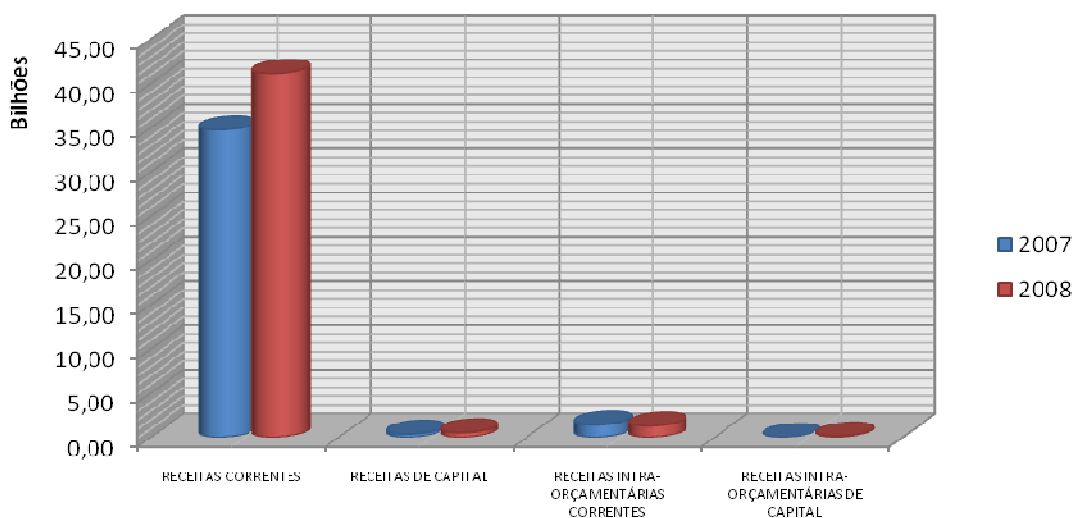
No exercício de 2008, do total das Receitas **Realizadas**, 95,57% são Receitas **Correntes** e 1,22%, Receitas de **Capital**.

O grupo de Receitas Correntes representa a principal categoria econômica na matriz das receitas estaduais.

O gráfico, a seguir, demonstra que ocorreu flutuação positiva na variação entre os exercícios de 2007 e 2008.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA REALIZAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIOS DE 2008 - 2007



2.2.4 Resultado da Previsão/Arrecadação da Receita

A Receita Arrecadada no exercício de 2008 superou 7,87% da sua previsão.

Em reais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA
EXERCÍCIO DE 2008

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B / A)
RECEITAS CORRENTES	35.827.671.218,00	41.113.058.184,44	5.285.386.966,44	14,75%
RECEITAS DE CAPITAL	2.527.876.189,00	523.637.992,70	-2.004.238.196,30	-79,29%
RECEITAS INTRA- ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.458.271.539,00	1.263.033.808,89	-195.237.730,11	-13,39%
RECEITAS INTRA- ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	65.324.484,00	116.932.973,47	51.608.489,47	79,00%
TOTAL	39.879.143.430,00	43.016.662.959,50	3.137.519.529,50	7,87%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em reais

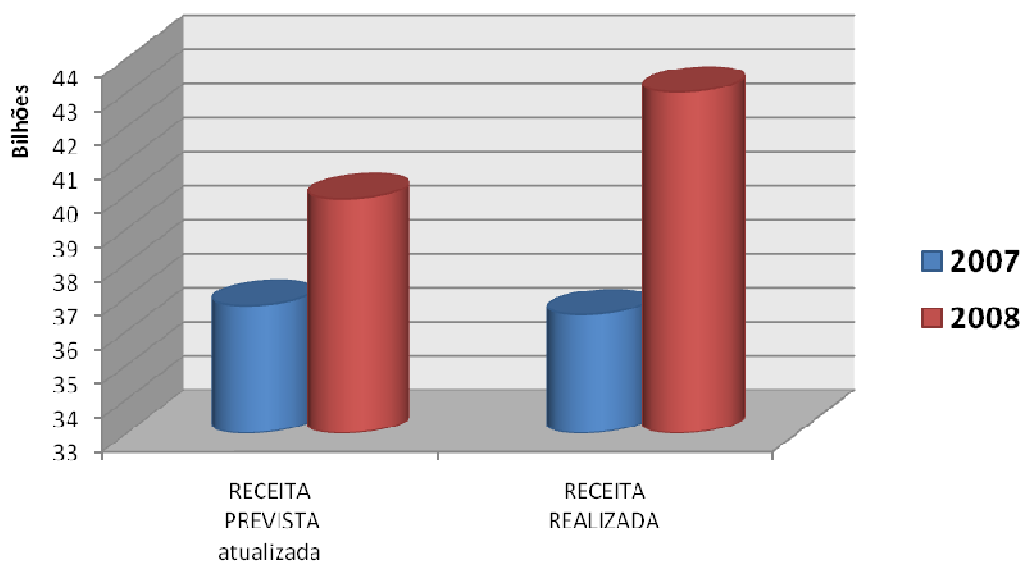
COMPARATIVO DE RESULTADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA BIÊNIO 2008-2007

EXERCÍCIO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B / A)	STATUS
2007	36.753.799.856,00	36.483.518.048,45	(270.281.807,55)	-0,74%	Déficit
2008	39.879.143.430,00	43.016.662.959,50	3.137.519.529,50	7,87%	Superávit
Total	76.632.943.286,00	79.500.181.007,95	2.867.237.721,95	7,13%	Superávit

Fonte: SIG

No biênio 2008/2007, a arrecadação passou de um déficit da ordem de R\$ 270.281.807,55 (2007) para um superávit no valor de R\$ 3.137.519.529,50 (2008).

Comparativo da Arrecadação biênio 2007/2008



2.3 Demonstração da Execução da Despesa

A Dotação Inicial, em 2008, foi no valor de R\$ 39.879.143.430,00, sendo atualizada para R\$ 43.397.046.719,87.

As despesas executadas totalizaram R\$ 40.853.989.621,65, logo houve uma economia orçamentária, no valor de R\$ 2.543.057.098,22, em relação à dotação atualizada.

A seguir apresentaremos o demonstrativo da despesa por função de governo.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.3.1 Execução da Despesa por Função

Em reais

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÃO EXERCÍCIO DE 2008							
FUNÇÃO	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	AH% (B / A)	Despesa Empenhada (C)	AH% (C / B)	Despesa Liquidada (D)	AH% (D / B)
	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Legislativa	1.263.162.071,00	1.273.436.104,00	0,81%	1.223.409.125,09	-3,93%	1.205.414.495,19	-5,34%
Judiciária	2.683.194.134,00	2.818.079.113,00	5,03%	2.788.789.909,91	-1,04%	2.700.765.216,27	-4,16%
Essencial à Justiça	1.465.773.238,00	1.482.292.057,83	1,13%	1.390.086.569,26	-6,22%	1.363.604.167,12	-8,01%
Administração	1.478.194.204,00	1.608.508.940,00	8,82%	1.434.709.887,77	-10,80%	1.430.019.277,23	-11,10%
Segurança Pública	4.877.896.120,00	5.201.585.143,00	6,64%	4.919.988.135,66	-5,41%	4.869.543.935,72	-6,38%
Assistência Social	241.240.499,00	213.960.346,00	-11,31%	189.838.130,25	-11,27%	189.838.130,25	-11,27%
Previdência Social	2.329.963.266,00	2.749.206.785,00	17,99%	2.710.468.279,49	-1,41%	2.708.615.556,44	-1,48%
Saúde	2.642.209.932,00	3.087.250.013,00	16,84%	2.988.072.692,98	-3,21%	2.976.733.170,41	-3,58%
Trabalho	33.372.903,00	47.396.204,00	42,02%	22.875.329,79	-51,74%	22.226.592,39	-53,10%
Educação	5.892.033.183,00	6.425.923.233,06	9,06%	6.315.182.008,96	-1,72%	6.308.805.751,58	-1,82%
Cultura	115.855.832,00	119.556.490,52	3,19%	108.550.610,95	-9,21%	108.410.478,42	-9,32%
Direitos da Cidadania	271.516.306,00	255.838.439,00	-5,77%	230.044.499,55	-10,08%	229.650.028,19	-10,24%
Urbanismo	706.998.285,00	688.986.499,00	-2,55%	328.860.099,82	-52,27%	290.863.100,17	-57,78%
Habitação	148.659.178,00	201.549.938,00	35,58%	112.690.293,98	-44,09%	112.547.391,86	-44,16%
Saneamento	2.537.206.281,00	2.762.156.714,05	8,87%	2.232.547.893,93	-19,17%	2.149.683.381,40	-22,17%
Gestão Ambiental	283.670.825,00	307.881.478,95	8,53%	215.017.585,79	-30,16%	213.310.687,87	-30,72%
Ciência e Tecnologia	168.848.044,00	165.839.411,00	-1,78%	151.051.966,43	-8,92%	151.044.966,43	-8,92%
Agricultura	158.521.812,00	167.564.347,00	5,70%	117.467.381,91	-29,90%	116.551.762,93	-30,44%
Organização Agrária	2.737.328,00	3.878.031,41	41,67%	2.106.001,87	-45,69%	2.075.714,98	-46,48%
Indústria	181.616.194,00	230.354.644,00	26,84%	159.963.226,89	-30,56%	154.371.149,67	-32,99%
Comércio e Serviços	125.057.349,00	170.350.144,23	36,22%	137.080.737,90	-19,53%	135.891.713,77	-20,23%
Comunicações	34.114.696,00	93.059.705,00	172,78%	88.042.715,59	-5,39%	88.042.715,59	-5,39%
Transporte	833.350.984,00	1.043.627.577,75	25,23%	862.308.076,87	-17,37%	857.311.322,77	-17,85%
Desporto e Lazer	46.510.164,00	88.668.561,07	90,64%	78.892.629,73	-11,03%	78.309.721,04	-11,68%
Encargos Especiais	11.356.940.602,00	12.189.596.800,00	7,33%	12.045.945.831,28	-1,18%	12.041.528.919,69	-1,21%
Reserva de Contingência	500.000,00	500.000,00	0,00%	-	-	-	-
TOTAL	39.879.143.430,00	43.397.046.719,87	8,82%	40.853.989.621,65	-5,86%	40.505.159.347,38	-6,66%

Fonte: SIG

Considerando as informações da execução da despesa do exercício de 2008, verificamos:

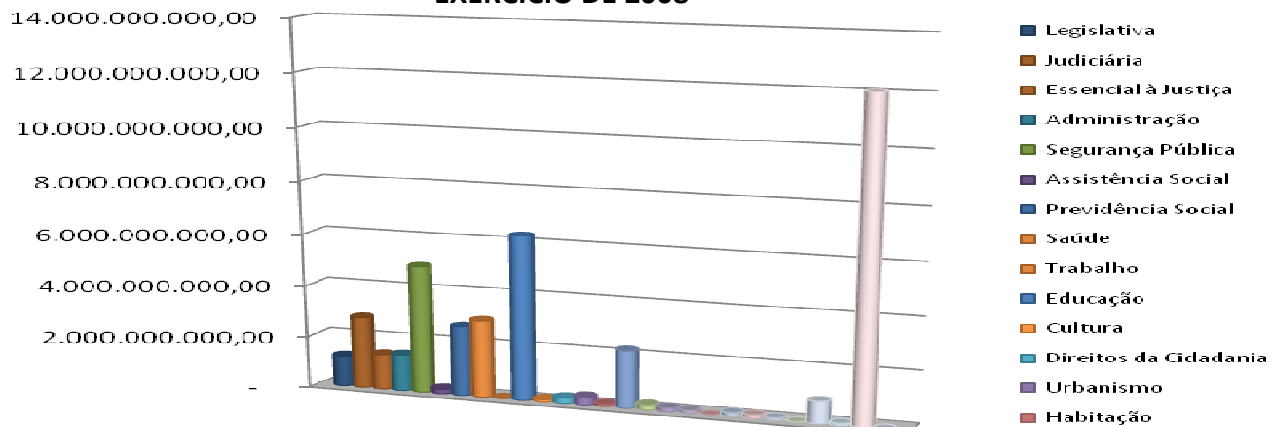
— em todas as funções, as Despesas Executadas foram menores do que as Dotações Atualizadas, acarretando, então, uma economia orçamentária;

— a função “Encargos Especiais” teve maior representatividade na execução da despesa, seguida pela “Educação” e “Segurança Pública”. Cabe ressaltar, que na

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

função “Encargos Especiais” são empenhadas as despesas com o pagamento das Dívidas Interna e Externa, bem como as Transferências aos Municípios.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÃO EXERCÍCIO DE 2008



2.3.2 Execução da Despesa por Grupo

Em reais

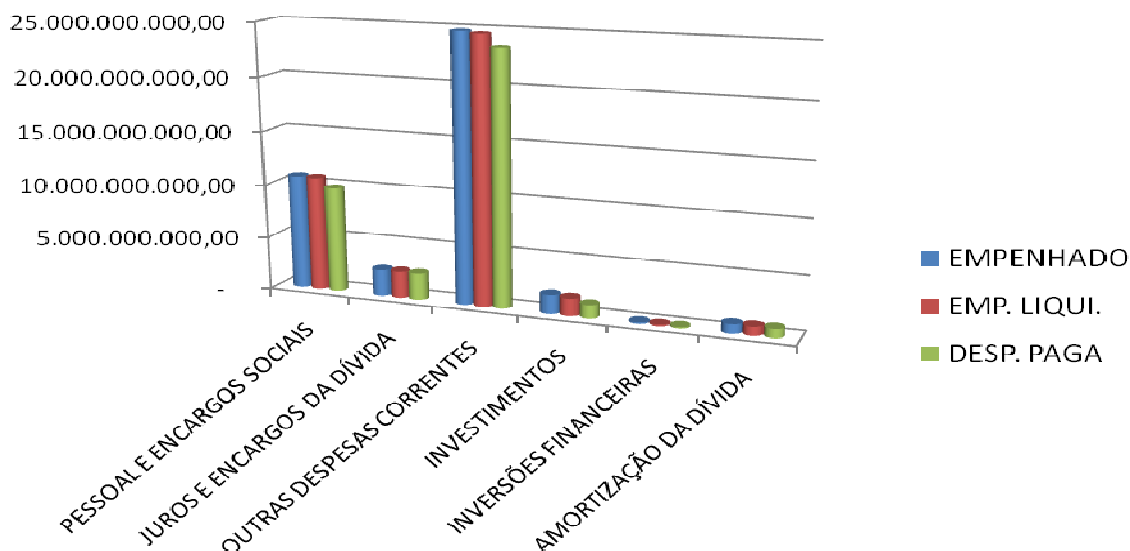
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR GRUPO EXERCÍCIO DE 2008

GRUPO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA LIQUIDADA (B)	AH% (B / A)	DESPESA PAGA (C)	AH% (C / A)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.729.937.186,61	10.697.665.761,23	-0,30%	9.867.863.290,38	-8,03%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.514.178.500,59	2.511.153.785,23	-0,12%	2.510.753.209,02	-0,14%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.833.096.815,93	24.657.311.067,42	-0,71%	23.488.870.845,52	-5,41%
INVESTIMENTOS	1.760.241.530,59	1.627.734.177,63	-7,53%	1.230.698.267,21	-30,08%
INVERSÕES FINANCEIRAS	129.364.357,26	128.226.799,26	-0,88%	125.012.130,77	-3,36%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	887.171.230,67	883.067.756,61	-0,46%	883.067.756,61	-0,46%
Total	40.853.989.621,65	40.505.159.347,38	-0,85%	38.106.265.499,51	-6,73%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DESPESA POR GRUPO EXERCÍCIO DE 2008



2.3.3 Execução da Despesa dos Exercícios 2008/2007

Em reais

DEMONSTRATIVO DA DESPESA BIÊNIO 2007 / 2008

Exercício	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA LIQUIDADA (B)	AH% (B / A)	DESPESA PAGA (C)	AH% (C / A)
2007	35.689.161.543,31	35.471.950.603,14	99,39%	33.410.995.962,60	99,31%
2008	40.853.989.621,65	40.505.159.347,38	99,15%	38.106.265.499,51	93,27%
Total	76.543.151.164,96	75.977.109.950,52	99,26%	71.517.261.462,11	93,43%

Fonte: SIG

No cômputo geral, de cada R\$ 1,00 empenhado, R\$ 0,9926 centavos foram liquidados e R\$ 0,9343 centavos foram pagos no biênio de 2008 e 2007.

Em 2008, 99,15% da Despesa Empenhada foi Liquidada e 93,27%, Paga, o que demonstra que o Estado neste exercício mantém a capacidade de solvência dos seus gastos, como apurado em 2007, onde 99,39% da Despesa Empenhada foi Liquidada e 99,31%, Paga.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A seguir demonstraremos a execução das despesas por categoria econômica.

2.3.4 Execução da Despesa por Categoria Econômica

Em reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA EXERCÍCIO DE 2008					
GRUPO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA LIQUIDADA (B)	AH% (B / A)	DESPESA PAGA (C)	AH% (C / A)
DESPESAS CORRENTES	38.077.212.503,13	37.866.130.613,88	99,45%	35.867.487.344,92	94,20%
DESPESAS DE CAPITAL	2.776.777.118,52	2.639.028.733,50	95,04%	2.238.778.154,59	80,63%
Total	40.853.989.621,65	40.505.159.347,38	99,15%	38.106.265.499,51	93,27%

Fonte: SIG

Em reais

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008				
GRUPO	DESPESA LIQUIDADA 2007 (A)	DESPESA LIQUIDADA 2008 (B)	DIFERENÇA (C)	AH% (B / A)
DESPESAS CORRENTES	33.357.743.039,74	37.866.130.613,88	4.508.387.574,14	13,52%
DESPESAS DE CAPITAL	2.331.418.503,57	2.639.028.733,50	307.610.229,93	13,19%
Total	35.689.161.543,31	40.505.159.347,38	38.106.265.499,51	13,49%

Fonte: SIG

Com base no exposto, observa-se que:

— as despesas correntes representam a maior participação da despesa total liquidada com 93,48% em 2008 e 93,47% em 2007;

— em 2008 verifica-se um acréscimo com Despesas Correntes de 13,52% e 13,19% para Despesas de Capital se compararmos com o exercício de 2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.3.5 Resultado na Realização da Despesa

A despesa empenhada representou 97,45% da despesa autorizada, gerando uma economia na realização da despesa orçamentária de R\$ 928.658.019,50, como demonstramos a seguir:

Em reais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA REALIZAÇÃO DA DESPESA EXERCÍCIO DE 2008				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	DESPESA AUTORIZADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
Administração Direta	25.298.086.816,61	24.731.281.365,89	(566.805.450,72)	-2,24%
Autarquia	7.929.754.088,25	7.814.414.259,64	(115.339.828,61)	-1,45%
Economia Mista	2.869.763.704,83	2.824.615.368,98	(45.148.335,85)	-1,57%
Empresas	319.205.826,27	301.398.368,04	(17.807.458,23)	-5,58%
Fundações	2.246.077.093,77	2.175.043.405,06	(71.033.688,71)	-3,16%
Fundos	3.119.760.111,42	3.007.236.854,04	(112.523.257,38)	-3,61%
TOTAL	41.782.647.641,15	40.853.989.621,65	(928.658.019,50)	-2,22%

Fonte: SIG

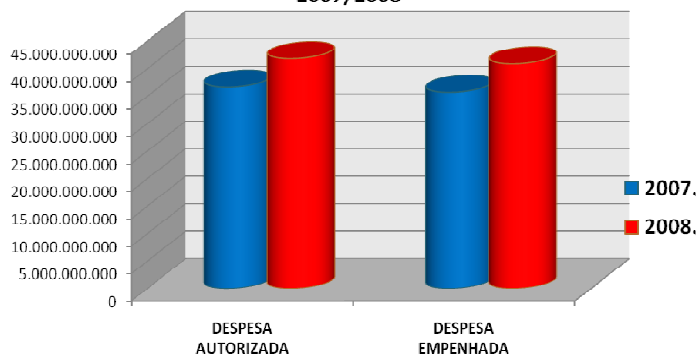
Em reais

COMPARATIVO DO RESULTADO DA REALIZAÇÃO DA DESPESA BIÊNIO 2007 - 2008					
EXERCÍCIO	DESPESA AUTORIZADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B / A)	STATUS
2007	36.624.332.816,56	35.689.161.543,31	935.171.273,25	-2,55%	Economia
2008	41.782.647.641,15	40.853.989.621,65	928.658.019,50	-2,22%	Economia
Total	78.406.980.457,71	76.543.151.164,96	1.863.829.292,75	-2,38%	Economia

Fonte: SIG

No comparativo do biênio, o Resultado da Realização da Despesa sobreveio em 2007 uma economia de R\$ 935.171.273,25 (2,55%) e, em 2008, uma contenção da ordem de R\$ 928.658.019,50 (2,22%), aquilatando um saldo acumulado de R\$ 1.863.829.292,75 (2,38%).

Comparativo da Realização da Despesa no biênio
2007/2008



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.4 Resultado da Execução Orçamentária

No exercício de 2008, o Estado do Rio de Janeiro apresentou um superávit na execução orçamentária, na ordem de R\$ 2.162.673.337,85, a saber:

Em reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2008				
RECEITA	PREVISÃO 2008 (A)	ARRECADAÇÃO 2008 (B)	DIFERENÇA (B - A)	AH% (B / A)
RECEITAS CORRENTES:	37.285.942.757,00	42.376.091.993,33	5.090.149.236,33	13,65%
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.308.160.858,00	22.920.743.457,31	1.612.582.599,31	7,57%
RECEITA CONTRIBUIÇÕES	882.217.000,00	858.376.560,13	(23.840.439,87)	-2,70%
RECEITA PATRIMONIAL	6.408.492.462,00	8.628.992.460,66	2.220.499.998,66	34,65%
RECEITA AGROPECUÁRIA	54.525,00	42.649,17	(11.875,83)	-21,78%
RECEITA INDUSTRIAL	70.471.551,00	63.101.709,90	(7.369.841,10)	-10,46%
RECEITA SERVIÇOS	2.713.224.967,00	3.066.541.274,24	353.316.307,24	13,02%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.705.281.955,00	4.187.090.130,71	481.808.175,71	13,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	739.767.900,00	1.388.169.942,32	648.402.042,32	87,65%
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.458.271.539,00	1.263.033.808,89	(195.237.730,11)	-13,39%
RECEITAS DE CAPITAL:	2.593.200.673,00	640.570.966,17	(1.952.629.706,83)	-75,30%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	468.156.000,00	175.609.938,40	(292.546.061,60)	-62,49%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.033.456,00	1.547.315,41	(998.486.140,59)	-99,85%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	80.560.651,00	93.607.639,33	13.046.988,33	16,20%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	978.879.782,00	248.443.275,96	(730.436.506,04)	-74,62%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	246.300,00	4.429.823,60	4.183.523,60	1.698,55%
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	65.324.484,00	116.932.973,47	51.608.489,47	79,00%
SOMA	39.879.143.430,00	43.016.662.959,50	3.137.519.529,50	7,87%
DESPESA	FIXAÇÃO 2008 (A)	EXECUÇÃO 2008 (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B / A)
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	43.389.239.352,81	40.853.989.621,65	(2.535.249.731,16)	-5,84%
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	7.807.367,06	-	(7.807.367,06)	-100,00%
SOMA	43.397.046.719,87	40.853.989.621,65	(2.543.057.098,22)	-5,86%
SUPERÁVIT		2.162.673.337,85		

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.4.1 Resultado da Execução Orçamentária por tipo de Administração

Em reais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2008				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA REALIZADA (A)	DESPESA EXECUTADA (B)	SUPERÁVIT/DÉFICT (C = A-B)	AH% (C/A)
Administração Direta	30.083.479.418,13	24.731.281.365,89	5.352.198.052,24	17,79%
Autarquia	8.667.393.794,14	7.814.414.259,64	852.979.534,50	9,84%
Economia Mista	2.574.755.470,42	2.824.615.368,98	(249.859.898,56)	-9,70%
Empresas	68.592.494,45	301.398.368,04	(232.805.873,59)	-339,40%
Fundações	214.309.505,97	2.175.043.405,06	(1.960.733.899,09)	-914,91%
Fundos	1.408.132.276,39	3.007.236.854,04	(1.599.104.577,65)	-113,56%
TOTAL	43.016.662.959,50	40.853.989.621,65	2.162.673.337,85	5,03%

Fonte: SIG

Os déficits orçamentários na Administração Indireta e Fundos são suportados por transferências do Tesouro Estadual.

2.4.2 Superávit do Orçamento Corrente

O orçamento corrente apresentou um superávit de R\$ 3.035.845.681,31, sendo que este resultado se deve basicamente à Administração Direta por ter apresentado o resultado positivo de R\$ 6.302.176.176,61.

Demonstramos o resultado orçamentário corrente no exercício de 2008:

Em reais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE EXERCÍCIO DE 2008				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITAS CORRENTES (A)	DESPESAS CORRENTES (B)	SUPERÁVIT/DÉFICT (C = A-B)	AH% (C/A)
Administração Direta	29.522.663.370,67	23.220.487.194,06	6.302.176.176,61	21%
Autarquia	7.408.384.628,50	7.792.517.642,18	(384.133.013,68)	-5%
Economia Mista	2.574.677.965,88	2.390.221.104,04	184.456.861,84	7%
Empresas	68.592.354,58	182.469.487,97	(113.877.133,39)	-166%
Fundações	180.211.956,97	1.919.060.262,80	(1.738.848.305,83)	-965%
Fundos	1.358.527.907,84	2.572.456.812,08	(1.213.928.904,24)	-89%
TOTAL	41.113.058.184,44	38.077.212.503,13	3.035.845.681,31	7%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

2.4.3 Déficit do Orçamento de Capital

O déficit do orçamento de capital totalizou R\$ 2.253.139.125,82 no exercício de 2008, como se demonstra:

Em reais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL EXERCÍCIO DE 2008				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITAS CAPITAL (A)	DESPESAS CAPITAL (B)	SUPERÁVIT/DÉFICIT (C = A-B)	AH% (C/A)
Administração Direta	411.913.123,99	1.510.794.171,83	(1.098.881.047,84)	-267%
Autarquia	52.716.865,10	21.896.617,46	30.820.247,64	58%
Economia Mista	77.504,54	434.394.264,94	(434.316.760,40)	-560.376%
Empresas	139,87	118.928.880,07	(118.928.740,20)	-85.028.055%
Fundações	16.258.964,12	255.983.142,26	(239.724.178,14)	-1.474%
Fundos	42.671.395,08	434.780.041,96	(392.108.646,88)	-919%
TOTAL	523.637.992,70	2.776.777.118,52	(2.253.139.125,82)	-430%

O Estado aplicou em despesas de capital 430% a mais do que a receita de capital arrecadada. Parte das despesas de capital foi financiada com o superávit do orçamento corrente.

2.5 Resultado Primário

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, representando a diferença entre a arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Estado (excluindo-se as receitas de aplicações financeiras) e as despesas orçamentárias do Governo no período (excluindo-se as despesas com amortização, juros e encargos da dívida, bem como as despesas com concessão de empréstimos).

Em síntese, avalia se o Governo está ou não vivendo dentro de seus limites orçamentários, ou seja, contribuindo para a redução ou elevação do endividamento do setor público.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Apresentamos, a seguir, a apuração do Resultado Primário do exercício de 2008:

Em reais

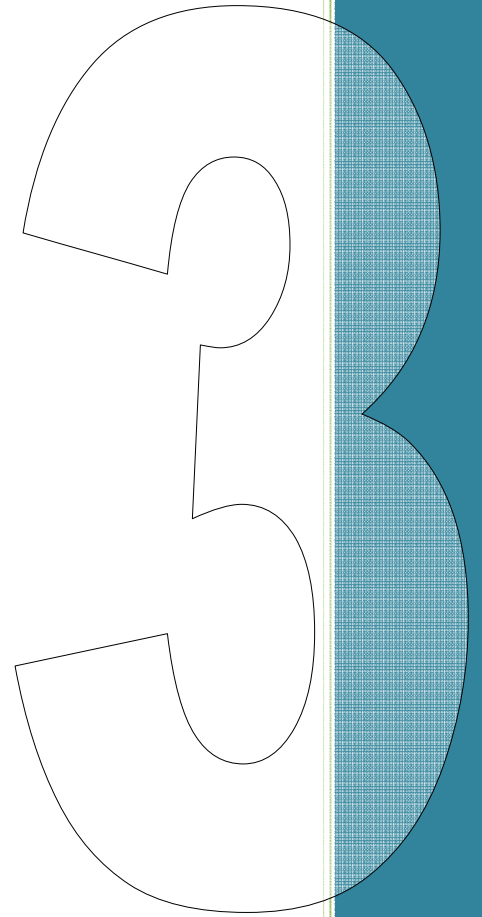
COMPARATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO BIÊNIO 2007 - 2008			
RECEITAS FISCAIS	EXERCÍCIO DE 2008	EXERCÍCIO DE 2007	AH% 2008/2007
RECEITA NÃO FINANCEIRA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA ARRECADADA	%
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.920.743.457,31	20.183.601.255,49	13,56%
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS	1.268.334.953,95	1.156.811.849,45	9,64%
IPVA	1.237.656.919,83	1.099.353.642,79	12,58%
ITD	248.871.022,30	209.675.022,80	18,69%
ADICIONAL DO ICMS - LEI 4056/02 – FECF	1.909.505.416,94	1.723.004.134,77	10,82%
ICMS	17.689.763.142,36	15.490.674.573,65	14,20%
DEMAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	566.612.001,93	504.082.032,03	12,40%
TRANSF. CORRENTES E DE CAPITAL	4.435.533.406,67	3.253.290.707,60	36,34%
FUNDO PARTIC. ESTADO - FPE	717.375.379,05	586.763.720,07	22,26%
IPI	518.965.033,98	421.844.780,31	23,02%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	238.036.573,50	210.352.873,42	13,16%
TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	1.489.886.392,97	1.029.667.754,43	44,70%
DEMAIS TRANSF. CORRENTES E DE CAPITAL	1.471.270.027,17	1.004.661.579,37	46,44%
ROYALTIES DO PETRÓLEO, RECURSOS HÍDRICOS E RECURSOS MINERAIS	6.727.534.326,81	4.370.652.135,26	53,93%
DEMAIS RECEITAS	67.346.669.891,61	6.718.074.640,87	902,47%
TOTAL - Receita Não Financeira (I)	40.818.481.082,40	34.525.618.739,22	18,23%
DESPESAS FISCAIS	EXERCÍCIO DE 2008	EXERCÍCIO DE 2007	AH% 2008/2007
DESPESA NÃO FINANCEIRA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.397.035.438,48	8.506.269.684,18	10,47%
INATIVOS E PENSIONISTAS DO RIOPREVIDÊNCIA	6.293.731.471,12	5.760.891.638,85	9,25%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.359.155.313,02	15.314.988.595,67	19,88%
DISTRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.535.270.535,65	4.788.897.874,52	15,59%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.776.030.311,84	2.156.665.645,39	28,72%
TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	1.704.191.899,21	1.759.365.542,70	-3,14%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	8.343.662.566,32	6.610.059.533,06	26,23%
INVESTIMENTOS	1.760.241.530,59	1.424.198.915,12	23,60%
INVERSÕES FINANCEIRAS (EXCETO EMPRÉSTIMOS E FINANC.)	71.031.467,46	14.231.627,19	399,11%
TOTAL - DESPESA NÃO FINANCEIRA (II)	35.881.195.220,67	31.020.580.461,01	15,67%
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	4.937.285.861,73	3.505.038.278,21	40,86%

Fonte: SIG

O resultado alcançado no exercício de 2008 se explica pela elevação em 18,23% das receitas não-financeiras, portanto, acima do crescimento de 15,67% das despesas não-financeiras.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

De acordo com o Anexo de Metas Fiscais, a Meta do Resultado Primário para o exercício de 2008, fixada pela Lei Estadual nº 5.066, de 09 de julho de 2007, é de R\$ 2.856.313 mil. Ao apurarmos o resultado primário do exercício de 2008 obtivemos o valor de R\$ 4.937.285 mil que corresponde a 72,86 % acima da meta estabelecida para o ano de 2008.



ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS

Neste capítulo a nossa ação teve como finalidade a verificação da aplicação dos recursos do Estado em cumprimento aos ditames da Constituição, Federal e Estadual, e na legislação infraconstitucional, os quais estabelecem regras que garantem a aplicação mínima de recursos públicos, por exemplo, para as funções saúde e educação, e que também impõe limites para os gastos públicos.

A nossa avaliação foi direcionada para a verificação do alcance dos indicadores, metas, prioridades e aplicação dos recursos no exercício de 2008 para as áreas de governo que foram priorizadas pela legislação, e a nossa metodologia de trabalho consistiu no controle da conformidade entre os atos normativos legais em confronto com a execução orçamentária.

As informações da execução orçamentária e financeira necessárias para a nossa análise foram obtidas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, do Sistema de Informações Gerenciais – SIG e também dos demonstrativos e publicações elaborados pelo Estado em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O trabalho da Auditoria Geral do Estado, visando à avaliação dos gastos públicos envolvidos nas áreas de saúde e educação, foi desenvolvido por meio do monitoramento de algumas ações de Programas de Governo contidas no Plano Plurianual – PPA, selecionados por amostragem, e está apresentado neste relatório no Capítulo 7 - “Avaliação dos Programas Governamentais Exercício de 2008”.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com vigência a partir de 01.01.07 até o exercício de 2020.

De acordo com o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 53/2006, até o 14º ano a partir da promulgação dessa Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos, a que se refere o caput do artigo 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil e, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, é composto por 20% das seguintes fontes de receita:

- Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD;
- Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS;
- Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA;
- Parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência;
- Parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios – ITR;
- Parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE;
- Parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- Parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal; e
- Receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos mencionados, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 31 da Lei nº 11.494/2007, o FUNDEB será implantado progressivamente nos primeiros 3 anos de vigência e a porcentagem de recursos mencionados no artigo 3º desta Lei será alcançada conforme a seguinte progressão, por fonte de receita:

ÍNDICES DE APLICAÇÃO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
• ICMS • FPE • FPM e IPI exportação • LC nº 87/96 a) 1º ano (2007) - 16,66%; b) 2º ano (2008) - 18,33%; e c) 3º ano (2009) - 20%.	• ITCMD • IPVA • ITR a) 1º ano (2007) - 6,66%; b) 2º ano (2008) - 13,33%; e c) 3º ano (2009) - 20%.

Além desses recursos, o Fundo contará com a complementação da União sempre que o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007, não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.1.1 Execução Orçamentária do FUNDEB

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008			
CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	VARIAÇÃO
	R\$	R\$	%
IPVA	83.107.717,00	82.474.559,06	-0,76%
ITCMD	38.314.939,00	33.198.093,61	-13,35%
ICMS	2.235.514.511,00	2.371.058.630,66	6,06%
ICMS SIMPLES	0,00	60.839.107,21	0,00%
FPE	115.101.626,00	131.494.906,59	14,24%
IPI	60.431.196,00	71.344.717,83	18,06%
LC nº 87/96	16.981.144,00	15.722.752,45	-7,41%
IPVA - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	8.074,00	11.871,01	47,03%
ICMS - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	822.468,00	460.824,61	-52,97%
ITCMD - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	2.400,00	3.506,78	46,12%
IPVA - Dívida Ativa Tributária	12.901,00	33.270,92	57,89%
ICMS - Dívida Ativa Tributária	5.245.797,00	8.499.922,33	62,03%
ITCMD - Dívida Ativa Tributária	15.617,00	40.013,00	156,21%
TOTAL DA RECEITA (I)	2.555.558.390,00	2.775.182.176,06	8,59%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS DO FUNDEB (II)	1.431.810.707,00	1.489.886.392,97	4,06%
PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (III = II - I)	(1.123.747.683,00)	(1.285.295.783,09)	14,38%
REMUNERAÇÃO COM DEPÓSITOS BANCÁRIOS DOS RECURSOS DO FUNDEB (IV)	0,00	18.485.492,07	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB (V = III + IV)	(1.123.747.683,00)	(1.266.810.291,02)	12,73%

Fonte: SIG

O Estado do Rio de Janeiro contribuiu para o FUNDEB com o montante de R\$ 2.775.182.176,06 e recebeu o valor de R\$ 1.489.886.392,97, gerando uma perda de R\$ 1.285.295.783,09, que corresponde a 46,31% do total aplicado pelo Estado. Esta diferença será considerada como despesa aplicada em educação para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB
EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008

CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	RECEITA 2007 (A)	RECEITA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	%
IPVA	36.593.935,76	82.474.559,06	125,38
ITCMD	13.967.617,33	33.198.093,61	137,68
ICMS	1.926.498.849,54	2.371.058.630,66	23,08
ICMS SIMPLES	9.026.888,89	60.839.107,21	573,98
FPE	97.751.599,74	131.494.906,59	34,52
IPI	52.655.709,84	71.344.717,83	35,49
LC nº 87/96	14.290.292,18	15.722.752,45	10,02
IPVA - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	4.526,69	11.871,01	162,24
ICMS - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	208.829,08	460.824,61	120,67
ITCMD - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	2.719,11	3.506,78	28,97
IPVA - Dívida Ativa Tributária	12.572,91	33.270,92	164,62
ICMS - Dívida Ativa Tributária	4.943.860,92	8.499.922,33	71,93
ITCMD - Dívida Ativa Tributária	20.898,94	40.013,00	91,46
TOTAL DA RECEITA (I)	2.155.978.300,93	2.775.182.176,06	28,72
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS DO FUNDEB (II)	1.029.667.754,43	1.489.886.392,97	44,70
PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (III = II - I)	(1.126.310.546,50)	(1.285.295.783,09)	14,12
REMUNERAÇÃO COM DEPÓSITOS BANCÁRIOS DOS RECURSOS DO FUNDEB (IV)	4.650.356,82	18.485.492,07	297,51
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB (V = III + IV)	(1.121.660.189,68)	(1.266.810.291,02)	12,94

Fonte: SIG

Em relação a 2007 houve significativos aumentos na contribuição proveniente da Receita do “ICMS SIMPLES” com 573,98% e com a “Remuneração com depósitos bancários dos Recursos FUNDEB” com 297,51%.

O total da receita do FUNDEB em 2008, proveniente da contribuição do Estado, obteve um aumento de 28,72% em relação ao exercício anterior, variação esta que foi superada pelas “Transferências Multigovernamentais” que obteve um acréscimo de 44,70%, o que contribui para que a perda nas transferências ao FUNDEB obtivesse um acréscimo em relação ao ano de 2007 de 14,12% que foi um dos menores índices de aumento ocorrido no exercício de 2008.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Reais

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB – JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
RECEITAS	RECEITA ARRECADADA (A) R\$	COTA - ESTADO (B) R\$	ARRECAÇÃO (C) R\$	APLICAÇÃO (D = C/B) %
IPVA	1.237.656.919,83	618.855.931,62	82.474.559,06	13,33%
ITCMD	248.871.022,30	248.871.022,30	33.198.093,61	13,34%
ICMS	17.247.184.380,35	12.935.384.507,99	2.371.058.630,66	18,33%
ICMS SIMPLES	442.546.779,69	331.910.107,72	60.839.107,21	18,33%
FPE	717.375.379,05	717.375.379,05	131.494.906,59	18,33%
IPI	518.965.033,98	389.223.775,46	71.344.717,83	18,33%
LC nº 87/96	85.776.063,73	85.776.063,73	15.722.752,45	18,33%
IPVA - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	89.061,38	89.061,38	11.871,01	13,33%
ICMS - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	2.514.058,47	2.514.058,47	460.824,61	18,33%
ITCMD - Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária	26.313,50	26.313,50	3.506,78	13,33%
IPVA - Dívida Ativa Tributária	499.211,03	249.608,58	33.270,92	13,33%
ICMS - Dívida Ativa Tributária	60.819.478,17	45.362.264,26	8.499.922,33	18,74%
ITCMD - Dívida Ativa Tributária	300.329,22	300.329,22	40.013,00	13,32%
TOTAL DA RECEITA	20.562.624.030,70	15.375.938.423,28	2.775.182.176,06	18,05%

Fonte: Demonstrativo das Execuções Orçamentárias da Receita e da Despesa referentes à Administração Direta e Indireta – Consolidado, relativo ao mês de Dezembro de 2008, publicado no D.O nº 18, de 30 de janeiro de 2009.

A composição da contribuição do Estado para a receita do FUNDEB, no exercício de 2008, com R\$ 2.775.182.176,06, atendeu expressivamente aos índices de aplicação estabelecidos no artigo 31 da Lei nº 11.494/2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB – JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008					
APLICAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte 15 - FUNDEB)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	EMPENHO LIQUIDADO	EMPENHO PAGO	EMPENHADO / DOTAÇÃO ATUALIZADA
	R\$	R\$	R\$	R\$	%
Programa de Trabalho - 12.122.0002.2300 : Contribuição para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	64.933.242,00	64.923.444,28	64.923.444,28	45.064.886,64	99,98%
319113 - OBRIG PATRONAIS	64.933.242,00	64.923.444,28	64.923.444,28	45.064.886,64	
Programa de Trabalho - 12.122.0002.2660 : Pessoal e Encargos Sociais	27.651.059,00	27.649.057,35	27.649.057,35	25.321.324,07	99,99%
319003 – Pensões	117.786,00	117.785,28	117.785,28	94.597,63	
319009 - Salário Família	1.714,00	1.713,72	1.713,72	1.578,29	
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	25.356.730,00	25.356.730,00	25.356.730,00	23.298.184,01	
319013- Obrigações Patronais	2.000,00	0	0	0	
319016 - Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	2.172.829,00	2.172.828,35	2.172.828,35	1.926.964,14	
Programa de Trabalho - 12.122.0002.8021 : Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	22.382.165,00	8.967.718,00	8.967.718,00	0	40,07%
339039- Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	22.382.165,00	8.967.718,00	8.967.718,00	0	
Programa de Trabalho - 12.122.0050.2192 : Apoio aos Serviços Educacionais	3.941.271,00	3.941.063,54	3.941.063,54	0	99,99%
339039- Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.941.271,00	3.941.063,54	3.941.063,54	0	
Programa de Trabalho - 12.361.0049.2014 : Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.209.623.726,00	1.209.623.721,68	1.209.623.721,68	1.096.523.501,78	100,00%
319003 - Pensões	5.969,00	5.968,20	5.928,20		
319004 - Contratação Por Tempo Determinado	3.922.973,00	3.922.972,24	3.922.972,24	3.541.561,03	
319009 - Salário Família	122.281,00	122.280,84	122.280,84	112.715,13	
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.184.428.945,00	1.184.428.944,31	1.184.428.944,31	1.073.526.439,11	
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	21.143.558,00	21.143.556,09	21.143.556,09	19.342.786,51	
Programa de Trabalho - 12.361.0049.2088 : Reordenação do Ensino Fundamental	934.191,00	934.191,00	934.191,00	934.191,00	100,00%
339039 - Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	934.191,00	934.191,00	934.191,00	934.191,00	
Programa de Trabalho - 12.362.0048.2018 : Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Médio	139.451.184,00	139.451.181,40	139.451.181,40	131.637.525,25	100,00%
319004 - Contratação Por Tempo Determinado	4.794.790,00	4.794.789,65	4.794.789,65	4.328.620,39	
319009 - Salário Família	5.142,00	5.141,17	5.141,17	4.734,86	
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	123.755.106,00	123.755.105,74	123.755.105,74	117.657.460,06	
319013 - Obrigações Patronais	4.193.551,00	4.193.550,19	4.193.550,19	3.845.083,19	
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.702.595,00	6.702.594,65	6.702.594,65	5.800.834,75	
Programa de Trabalho - 12.362.0048.8029 : Reordenação do Ensino Médio	5.122.545,00	5.122.545,00	5.122.545,00	1.902.001,00	100,00%
339039 - Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.902.001,00	1.902.001,00	1.902.001,00	1.902.001,00	
449052 - Equipamentos e Material Permanente	3.220.544,00	3.220.544,00	3.220.544,00	0	
Programa de Trabalho - 12.363.0050.1150 : Incentivo à Melhoria da Qualidade do Ensino na Rede Estadual	50.142.398,00	50.142.394,89	50.142.394,89	23.045.999,97	100,00%
339039 - Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	22.730.555,00	22.730.553,35	22.730.553,35	19.976.957,43	
339139 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.069.044,00	3.069.042,54	3.069.042,54	3.069.042,54	
449052 - Equipamentos e Material Permanente	24.342.799,00	24.342.799,00	24.342.799,00	0	
TOTAL DAS DESPESAS COM O ENSINO	1.524.181.781,00	1.510.755.317,14	1.510.755.317,14	1.324.429.429,71	99,12%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

No ano de 2008 as “Transferências Multigovernamentais do FUNDEB” somaram a quantia de R\$ 1.489.886.392,97 e as despesas liquidadas aplicadas neste Fundo foi de R\$ 1.510.755.317,14, logo, a diferença entre elas correspondeu a um déficit de R\$ 20.868.924,17.

De acordo com o artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Conforme o demonstrativo das despesas com o FUNDEB – janeiro-dezembro de 2008, o Estado teve gastos com Pessoal, Encargos Sociais e Contribuição para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos dos profissionais do magistério no valor de R\$ 1.441.647.404,71, que corresponde a 95,43% sobre o total dos recursos aplicados.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição Federal, em seu artigo 212, estabelece que os Estados devam aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências.

Considerando a legislação mencionada, apresentamos a seguir, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências auferidas pelo Estado em 2008, que são utilizadas como base de cálculo para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B)-(A)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	
(+) IMPOSTOS (IRRF + IPVA + ITCMD + ITBI + FECP + ICMS + ICM)	20.791.304.954,00	22.354.131.455,38	1.562.826.501,38	7,52%
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS (FPE + IPI + LEI COMP.87/96 + IOF)	1.160.241.279,00	1.322.188.461,41	161.947.182,41	13,96%
(+) DÍVIDA ATIVA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS	39.101.297,00	63.301.483,69	24.200.186,69	61,89%
(+) RECEITAS DE MULTAS REF. A IMPOSTOS E DÍVIDA ATIVA	169.681.048,00	197.833.243,75	28.152.195,75	16,59%
(-) TRANSF. AOS MUNICÍPIOS (IPVA + ITBI + ICMS + ICM + IPI + DÍVIDA ATIVA)	(4.808.439.932,00)	(5.186.811.125,84)	(378.371.193,84)	7,87%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	17.351.888.646,00	18.750.643.518,39	1.398.754.872,39	8,06%

25% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO EM 2008	4.687.660.879,60
--	------------------

Fonte: SIG

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM EDUCAÇÃO - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008			
	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL APLICADO EM EDUCAÇÃO	4.705.436.535,96	4.705.409.630,01	4.276.928.042,69

ÍNDICE CONSTITUCIONAL APLICADO	25,09%	25,09%	22,81%
---------------------------------------	--------	--------	--------

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL - EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008

DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA 2007 (A)	RECEITA ARRECADADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	
(+) IMPOSTOS (IRRF + IPVA + ITCMD + ITBI + FECF + ICMS + ICM)	19.679.519.542,65	22.354.131.455,38	13,59%
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS (FPE + IPI + LEI COMP.87/96 + IOF)	1.094.463.102,80	1.322.188.461,41	20,81%
(+) DÍVIDA ATIVA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS	41.394.581,28	63.301.483,69	52,92%
(+) RECEITAS DE MULTAS REF. A IMPOSTOS E DÍVIDA ATIVA	249.250.972,89	197.833.243,75	-20,63%
(-) TRANSF. AOS MUNICÍPIOS (IPVA + ITBI + ICMS + ICM + IPI + DÍVIDA ATIVA)	(4.537.952.720,17)	(5.186.811.125,84)	14,30%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	16.526.675.479,45	18.750.643.518,39	13,46%
25% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO	4.131.668.869,86	4.687.660.879,60	13,46%

Fonte: SIG

Podemos observar que o total da Receita Arrecadada utilizada como base de cálculo para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no exercício de 2008, foi de R\$ 18.750.643.518,39, o que representa um aumento de 13,46% em relação ao exercício anterior, variação esta que decorreu do significativo aumento na base de cálculo proveniente do aumento da receitas de “impostos” com 13,59%, de “transferências recebidas” com 20,81% e com a arrecadação da “dívida ativa de impostos” com 52,92%.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM EDUCAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008

DESCRIÇÃO DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA EMPENHADA 2007 (A)	DESPESA EMPENHADA 2008 (B)	DIFERENÇA	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	
VALOR TOTAL APLICADO EM EDUCAÇÃO	4.135.621.009,97	4.705.436.535,96	569.815.525,99	14%
ÍNDICE CONSTITUCIONAL APLICADO	25,02%	25,09%		

Fonte: SIG

Considerando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e o demonstrativo exposto, constatamos que o Estado aplicou no exercício de 2008 R\$ 4.705.436.535,96, que corresponde a uma aplicação de 25,09% da Receita Líquida Resultante de Impostos em despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, cumprindo, assim, com a legislação mencionada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Com a finalidade de verificar o resultado dos gastos destinados à área de educação, baseado na verificação das dimensões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, consta do Capítulo 7 deste relatório a análise da execução do programa “48 – Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual” com o enfoque voltado para a avaliação do cumprimento dos cronogramas físico-financeiros da ação “1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio”, selecionada aleatoriamente.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguraram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O inciso II do artigo 77 do ADCT, anteriormente, determina que os Estados e o Distrito Federal devam aplicar 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos seus Municípios.

Considerando a legislação mencionada, apresentamos a seguir, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências auferidas pelo Estado em 2008, que são utilizadas como base de cálculo para aplicação de recursos do Estado na saúde:

Em Reais				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM SAÚDE PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B)-(A)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	%
(+) IMPOSTOS (IRRF + IPVA + ITCMD + FECP + ICMS + ICM)	20.791.290.296,00	22.354.131.455,38	1.562.826.501,38	7,52%
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS (FPE + IPI + LEI COMP.87/96)	1.160.162.021,00	1.322.116.476,76	161.954.455,76	13,96%
(+) DÍVIDA ATIVA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS	39.100.959,00	63.301.483,69	24.200.186,69	61,89%
(+) RECEITAS DE MULTAS REF. A IMPOSTOS E DÍVIDA ATIVA	169.677.644,00	197.833.243,75	28.152.195,75	16,59%
(-) TRANSF. AOS MUNICÍPIOS (IPVA + ICMS + ICM + IPI + DÍVIDA ATIVA)	(4.808.432.434,00)	(5.186.811.125,84)	(378.371.193,84)	7,87%
(-) TRANSFERÊNCIAS PARA O FUNDEB	(2.555.558.390,00)	(2.775.182.176,06)	(219.623.786,06)	8,59%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	14.796.240.096,00	15.975.389.357,68	1.179.149.261,68	7,97%
12% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO EM SAÚDE EM 2008		1.917.046.722,92		

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM SAÚDE PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL - EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008

DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA 2007 (A)	RECEITA ARRECADADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	%
(+) IMPOSTOS (IRRF + IPVA + ITCMD + FECF + ICMS + ICM)	19.679.519.223,46	22.354.131.455,38	13,59%
(+) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS (FPE + IPI + LEI COMP.87/96)	1.094.384.564,11	1.322.116.476,76	20,81%
(+) DÍVIDA ATIVA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS	41.394.581,28	63.301.483,69	52,92%
(+) RECEITAS DE MULTAS REF. A IMPOSTOS E DÍVIDA ATIVA	249.250.972,89	197.833.243,75	-20,63%
(-) TRANSF. AOS MUNICÍPIOS (IPVA + ICMS + ICM + IPI + DÍVIDA ATIVA)	(4.537.952.560,58)	(5.186.811.125,84)	14,30%
(-) TRANSFERÊNCIAS PARA O FUNDEB	(2.155.978.300,93)	(2.775.182.176,06)	29%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	14.370.618.480,23	15.975.389.357,68	11,17%
12% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO EM SAÚDE EM 2008	1.724.474.217,63	1.917.046.722,92	11,17%

Fonte: SIG

O total da Receita Arrecadada utilizada como base de cálculo para aplicação e recursos na saúde, no exercício de 2008 atingiu a monta de R\$ 15.975.389.357,68, o que representa um aumento de 11,17% em relação ao exercício de 2007.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM SAÚDE - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008

	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL APLICADO EM SAÚDE	2.205.943.823,14	2.201.449.913,24	1.904.714.717,45
ÍNDICE CONSTITUCIONAL APLICADO	13,81%	13,78%	11,92%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Constatamos também pelas informações extraídas do SIG/SIAFEM que as aplicações de recursos pelo Estado em 2008 para a área de saúde teve um incremento de R\$ 400.888.506,76 em relação ao ano de 2007, correspondente a um índice de aumento de 22,21%, evolução esta excedente ao índice de aumento das receitas utilizadas como base de cálculo que alcançou um aumento de 11,17% para o mesmo período.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM SAÚDE EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008				
DESCRIÇÃO DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA EMPENHADA 2007 (A)	DESPESA EMPENHADA 2008 (B)	DIFERENÇA	AH (B)/(A)
VALOR TOTAL APLICADO EM SAÚDE	R\$ 1.805.055.316,38	R\$ 2.205.943.823,14	R\$ 400.888.506,76	22,21%
ÍNDICE CONSTITUCIONAL APLICADO	12,56%	13,81%		

Fonte: SIG

A seguir apresentamos as aplicações em saúde por unidade orçamentária, onde fica demonstrado que os recursos geridos pelo Fundo Estadual de Saúde representam 99,02% do total aplicado pelo Estado no exercício de 2008.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM SAÚDE POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESA EMPENHADA	AV
	R\$	%
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL	284.551,16	0,01%
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.188.369.233,66	99,02%
INSTITUTO VITAL BRAZIL	20.923.216,49	0,95%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RJ / HUPE	441.664,00	0,02%
DESPESAS APLICADAS EM SAÚDE	2.210.018.665,31	100,00%
(-) RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2008 (R\$ 84.655.940,92) QUE SUPERARAM O EXCESSO DE APLICAÇÃO DE 2007 (R\$ 80.581.098,75)	(4.074.842,17)	
GASTOS CONSIDERADOS EM SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2008 PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL	2.205.943.823,14	

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Ao analisarmos as aplicações em saúde, segundo o grupo de despesa, constatamos que os gastos em “Pessoal e Encargos Sociais” e em “Outras Despesas Correntes” vem sendo os mais representativos.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO EM SAÚDE CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL SEGUNDO GRUPO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2007 (A)	DESPESA EMPENHADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	616.769.924,64	720.956.655,53	16,69%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	97.537,77	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	957.986.454,55	1.252.253.145,06	30,72%
INVESTIMENTOS	136.513.018,06	146.079.173,31	7,01%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	94.588.593,46	90.729.691,41	-4,08%
	1.805.955.528,48	2.210.018.665,31	22,37%
(-) RESTOS A PAGAR CANCELADOS	-	(4.074.842,17)	
GASTOS CONSIDERADOS EM SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2008 PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL	1.805.955.528,48	2.205.943.823,14	22,21%

Fonte: SIG

De todo o exposto, conforme informações extraídas do SIG, o índice de aplicação de recursos em saúde pelo Estado no exercício de 2008 atingiu 13,81%, que corresponde ao montante de R\$ 2.205.943.823,14 da despesa empenhada na função saúde, gasto este que excedeu em R\$ 288.897.100,22 ou 15,07% ao limite constitucional.

Desta maneira, fica demonstrado que o Governo do Estado do Rio de Janeiro respeitou o disposto no inciso II do artigo 77 da ADCT.

Com a finalidade de verificar o resultado dos gastos destinados à área de saúde, consta do Capítulo 7 deste relatório a análise da execução do programa “93 - Atenção à Saúde” com o enfoque voltado para a avaliação do cumprimento dos cronogramas físico-financeiros da ação “1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas”, selecionada aleatoriamente.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.4 APLICAÇÃO DE RECURSOS NO FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO – FECAM

Em conformidade com o artigo 263 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 1.060, de 10 de novembro de 1986 (alterada pelas Leis Estaduais nº 2.575, de 19 de junho de 1996, nº 3.520, de 27 de dezembro de 2000, e nº 4.143, de 28 de agosto de 2003) autorizou a criação do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, destinado à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano, vedada sua utilização para pagamento de pessoal da administração pública direta ou indireta ou de despesas de custeio diversas de sua finalidade. A sua criação foi por meio do Decreto Estadual nº 10.973, de 09 de fevereiro de 1988.

A alínea “a” do artigo 3º da Lei nº 1.060/86 (alterada pela Lei nº 4.143/2003) determina que 5% (cinco por cento) da compensação financeira a que se refere o artigo 20, § 1º da Constituição Federal (transcrita a seguir), constituem recursos do FECAM:

Art. 20 – (...)

§ 1º - assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Apresentamos, a seguir, a composição dos recursos de compensação financeira mencionada na Constituição Estadual e a apuração do valor mínimo a ser aplicado no FECAM, no exercício de 2008:

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS PARA APLICAÇÃO NO FECAM JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008

DESCRIÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	AH (B)/(A)	LIMITE FECAM (B x 5%)
	R\$	R\$	%	R\$
RECURSOS HÍDRICOS	6.495.587,00	6.297.211,17	-3,05%	314.860,56
RECURSOS MINERAIS	1.016.417,00	1.478.190,79	45,43%	73.909,54
ROYALTIES DO PETRÓLEO – ATÉ 5%	737.646.255,00	984.134.503,40	33,42%	49.206.725,17
ROYALTIES DO PETRÓLEO – EXCEDENTE A 5%	707.651.482,00	950.594.455,76	34,33%	47.529.722,79
ROYALTIES PETRÓLEO – PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	3.193.116.480,00	4.454.353.754,61	39,50%	222.717.687,73
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	1.608.299,00	2.631.376,61	63,61%	131.568,83
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	4.647.534.520,00	6.399.489.492,34	37,70%	319.974.474,62

Fonte: SIG

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS PARA APLICAÇÃO NO FECAM EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008

DESCRIÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	RECEITA ARRECADADA 2007 (A)	RECEITA ARRECADADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	%
RECURSOS HÍDRICOS	5.650.890,48	6.297.211,17	11,44%
RECURSOS MINERAIS	1.075.871,49	1.478.190,79	37,39%
ROYALTIES DO PETRÓLEO – ATÉ 5%	677.463.588,98	984.134.503,40	45,27%
ROYALTIES DO PETRÓLEO – EXCEDENTE A 5%	660.249.096,06	950.594.455,76	43,98%
ROYALTIES PETRÓLEO – PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	2.798.617.587,13	4.454.353.754,61	59,16%
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	1.773.904,74	2.631.376,61	48,34%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	4.144.830.938,88	6.399.489.492,34	54,40%
5% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO NO FECAM	207.241.546,94	319.974.474,62	54,40%

Fonte: SIG

No exercício de 2008, o valor mínimo a ser aplicado no FECAM alcançou R\$ 319.974.474,62, contra R\$ 207.241.546,94 no exercício de 2007, que corresponde a um aumento de 54,40%. Este aumento se deveu principalmente pelo extraordinário dinamismo das receitas de petróleo no exercício de 2008 e evidencia também a instabilidade que as fontes de receita do FECAM ficam sujeitas.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A fim de verificar se o Estado cumpriu com o disposto na Constituição Federal em relação à aplicação de recursos no FECAM, demonstramos, a seguir, a execução orçamentária da despesa referente a esse Fundo por fonte de recursos e por unidade orçamentária.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APLICADOS PELO ESTADO NO FECAM POR FONTE DE RECURSOS JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008			
POR FONTE DE RECURSOS	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
	R\$	R\$	R\$
FONTE 01 – ORDINÁRIOS NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	375.600,00	375.600,00	99.252,00
FONTE 04 – INDENIZAÇÃO PELA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO	321.821.028,22	321.572.788,30	239.714.195,71
VALOR TOTAL APLICADO NO FECAM	322.196.628,22	321.948.388,30	239.813.447,71
ÍNDICE APLICADO	5,03%	5,03%	3,75%

Fonte: SIG

Conforme se verifica no demonstrativo a seguir, a execução dos recursos destinados ao FECAM ocorre atualmente de maneira descentralizada, com os recursos sendo designados nos orçamentos das unidades gestoras individuais executantes, entretanto, cabe ao comitê gestor do FECAM aprovar a destinação dos recursos do fundo, como também acompanhar sua efetiva aplicação pelos diversos órgãos através dos quais as ações financiadas pelo fundo são executadas.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APLICADOS PELO ESTADO NO FECAM POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008			
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
	R\$	R\$	R\$
FONTE DE RECURSOS 01	375.600,00	375.600,00	99.252,00
Fundo Estadual de Conservação Ambiental	375.600,00	375.600,00	99.252,00
FONTE DE RECURSOS 04	321.821.028,22	321.572.788,30	239.714.195,71
Fundo Estadual de Conservação Ambiental	14.955.174,61	14.955.174,61	11.599.610,23
Secretaria de Estado de Obras	31.965.504,23	31.965.504,23	1.641.036,86
Fundação Dept Estradas de Rodagem do Estado	108.790,00	108.790,00	1.631,84
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	103.838.160,90	103.838.160,90	74.720.732,10
Companhia Estadual de Habitação	17.314.069,95	17.314.069,95	13.015.618,01
Secretaria de Estado do Ambiente	34.489.468,25	34.295.895,53	31.252.583,86
Fundação Estadual de Eng do Meio Ambiente	176.022,00	176.022,00	176.022,00
Fundação Instituto Estadual de Rios e Lagoas	64.025.076,70	64.003.908,92	52.421.599,54
Comp Est de Eng de Transportes e Logística	7.999.839,58	7.966.340,16	7.936.439,27
Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ	46.948.922,00	46.948.922,00	46.948.922,00
VALOR TOTAL APLICADO NO FECAM	322.196.628,22	321.948.388,30	239.813.447,71
ÍNDICE APLICADO	5,03%	5,03%	3,75%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Verificamos, também, que dentre as unidades orçamentárias executantes de recursos do FECAM, as que tiveram maior representatividade foi a Companhia Estadual de Águas e Esgotos com 32,25%, seguida da Fundação Instituto Estadual de Rios e Lagoas com 19,88% e da Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do RJ com 14,58% de aplicação dos recursos.

Em Reais			
DEMONSTRATIVO DOS VALORES APLICADOS PELO ESTADO NO FECAM POR FONTE DE RECURSOS EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
POR FONTE DE RECURSOS	DESPESA EMPENHADA 2007 (A)	DESPESA EMPENHADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	
FONTE 01 – ORDINÁRIOS NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	363.446,00	375.600,00	3%
FONTE 04 – INDENIZAÇÃO PELA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO	207.831.005,39	321.821.028,22	55%
	208.194.451,39	322.196.628,22	55%
ÍNDICE CONSTITUCIONAL APLICADO	5,02%	5,03%	

Fonte: SIG

Considerando os demonstrativos expostos, verificamos que o Estado no decorrer do exercício de 2008 aplicou recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM no valor total de R\$ 322.196.628,22, que corresponde a 5,03% da receita de compensação financeira arrecadada, logo, apresentando uma aplicação de recursos superior ao índice mínimo estabelecido pela Lei nº 1.060/86 em R\$1.973.913,68, verificando-se assim o cumprimento do inciso I, §1º, artigo 263 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Comparando os recursos aplicados ao FECAM em 2008 com o do exercício de 2007, evidenciamos um incremento de R\$ 114.002.176,83 no período.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.5 APLICAÇÃO DE RECURSOS NA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA – FAPERJ

A Lei Estadual nº 1.175, de 21 de julho de 1987 (alterada pela Lei Estadual nº 3.783, de 18 de março de 2002), instituiu a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, em conformidade com a autorização dada pela Lei Estadual nº 319, de 06 de junho de 1980.

A FAPERJ tem por objetivo fomentar a pesquisa e a formação científica e tecnológica necessárias ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico do Estado e é vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

O artigo 332 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro determina que o Estado mantenha a FAPERJ, atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a 2% da receita tributária prevista para o exercício, que lhe seria transferida em duodécimos como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

Cabe ressaltar que a Emenda Constitucional nº 32, de 09 de dezembro de 2003, alterou esse artigo constitucional, passando a vigorar o seguinte texto:

Art. 1º - O artigo 332 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação: "O Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais."

A referida Emenda Constitucional estabeleceu ainda, em seu artigo 2º, que a vigência desta regra se daria a partir do ano de 2007.

Art. 2º - A modificação proposta no art. 1º somente será aplicada a partir do ano de 2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Art. 3º - A destinação anual à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ até o ano de 2007 constará do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária de cada ano, observado no mínimo o valor efetivamente pago, ocorrido no exercício financeiro de 2002, acrescido da correção em função da variação nominal da receita tributária acumulada ano a ano, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

Adotando o critério determinado pelo dispositivo legal anteriormente citado, obtemos o seguinte resultado:

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS A SEREM APLICADAS NA FAPERJ PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B)-(A)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	
RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA PELO TESOURO - UGE 999900	20.815.528.063,00	22.379.548.246,84	1.564.020.183,84	7,51%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - IPVA	(623.463.742,00)	(618.800.988,21)	4.662.753,79	0,75%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ITBI	(7.329,00)	0,00	7.329,00	0,00%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICMS	(4.065.310.986,00)	(4.311.799.872,36)	(246.488.886,36)	6,06%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICM	(725,00)	(6.396,34)	(5.671,34)	782,25%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICM SIMPLES	0,00	(110.636.671,97)	(110.636.671,97)	0,00%
(-) PARCELA DOS IMPOSTOS RESERVADOS À APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	(4.025.630.543,00)	(4.328.221.881,63)	(302.591.338,63)	7,52%
(-) PARCELA DOS IMPOSTOS RESERVADOS À APLICAÇÃO EM SAÚDE	(1.649.469.321,12)	(1.771.838.056,32)	(122.368.735,20)	7,42%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	10.451.645.416,88	11.238.244.380,01	786.598.963,13	7,53%

2% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO NA FAPERJ	224.764.887,60
--	-----------------------

Fonte: SIG

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS A SEREM APLICADAS NA FAPERJ PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA 2007 (A)	RECEITA ARRECADADA 2008 (B)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	
RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA PELO TESOURO - UGE 999900	19.705.275.267,52	22.379.548.246,84	13,57%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - IPVA	(549.651.076,97)	(618.800.988,21)	12,58%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ITBI	(159,59)	0,00	0,00%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICMS	(3.854.606.113,35)	(4.311.799.872,36)	11,86%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICM	(1.656,28)	(6.396,34)	286,19%
(-) COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS - ICM SIMPLES	(18.061.002,20)	(110.636.671,97)	512,57%
(-) PARCELA DOS IMPOSTOS RESERVADOS À APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	(3.814.299.883,57)	(4.328.221.881,63)	13,47%
(-) PARCELA DOS IMPOSTOS RESERVADOS À APLICAÇÃO EM SAÚDE	(1.592.533.449,98)	(1.771.838.056,32)	11,26%
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	9.876.121.925,58	11.238.244.380,01	13,79%
2% DA RECEITA ARRECADADA A SER APLICADO NA FAPERJ	197.522.438,51	224.764.887,60	13,79%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em função do aumento da receita que serve de base de cálculo para aplicação na FAPERJ, que passa de R\$ 9.876.121.925,58 em 2007 para R\$ 11.238.244.380,01, em 2008, representando um aumento de 13,8%, o valor mínimo a ser aplicado na FAPERJ alcançou R\$ 224.764.887,60 em 2008, contra R\$ 197.522.438,51 no exercício de 2007.

A fim de verificar se o Estado atingiu o limite constitucional, demonstramos, a seguir, a execução orçamentária da despesa aplicada na FAPERJ por elemento de despesa.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NA FAPERJ - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
DESCRIÇÃO ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
	R\$	R\$	R\$	R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.191.770,00	4.187.016,08	4.187.016,08	3.928.747,60
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.469.840,00	2.466.590,97	2.466.590,97	2.349.478,74
Obrigações Patronais	68.280,00	67.336,74	67.336,74	57.366,10
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	996.616,00	996.149,03	996.149,03	915.098,48
Sentenças Judiciais	100.332,00	100.331,24	100.331,24	92.032,78
OBRIG PATRONAIS	556.702,00	556.608,10	556.608,10	514.771,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.273.121,00	234.197.786,59	234.197.786,59	212.116.655,80
Diárias - Pessoal Civil	28.501,00	28.499,30	28.499,30	28.499,30
Auxílio Financeiro a Estudantes	60.779.866,00	60.756.415,14	60.756.415,14	55.739.423,00
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	150.499.107,00	150.487.815,57	150.487.815,57	134.099.719,56
Material de Consumo	89.905,00	87.416,23	87.416,23	80.581,68
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	195.388,00	195.385,06	195.385,06	153.595,06
Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	22.651.393,00	22.615.898,86	22.615.898,86	21.989.503,07
Auxílio Alimentação	19.512,00	17.430,70	17.430,70	16.731,52
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.400,00	876,93	876,93	553,81
Despesas de Exercícios Anteriores	8.049,00	8.048,80	8.048,80	8.048,80
INVESTIMENTOS	1.101.091,00	1.101.089,25	1.101.089,25	1.101.089,25
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	44.130,00	44.130,00	44.130,00	44.130,00
Equipamentos e Material Permanente	1.056.961,00	1.056.959,25	1.056.959,25	1.056.959,25
TOTAL DE VALORES APLICADOS	239.565.982,00	239.485.891,92	239.485.891,92	217.146.492,65
ÍNDICE ALCANÇADO		2,13%	2,13%	1,93%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Na análise do demonstrativo das despesas aplicadas na FAPERJ, observamos que as naturezas de despesa que mais absorveram os recursos repassados pelo Estado foram “Auxílio Financeiro a Pesquisadores” e “Auxílio Financeiro a Estudantes”, cumprindo, assim, com o papel institucional da FAPERJ de fomentar a pesquisa e a formação científica e tecnológica.

Para o exercício de 2008 a despesa foi estimada em R\$ 239.565.982,00, representando um aumento de 19,43% em relação ao valor de R\$ 200.587.754,00 estimado para o exercício de 2007.

Este aumento também se verifica na aplicação dos recursos em 2008 se compararmos os mesmos exercícios, como está demonstrado no quadro a seguir, com um incremento de 19,60% ou R\$ 39.253.393,131, excedendo o apurado na evolução das receitas que servem de base de cálculo que alcançou um aumento de 13,79% para o mesmo período.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NA FAPERJ EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2007 (A) R\$	DESPESA EMPENHADA 2008 (B) R\$	AH (B)/(A) %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.966.331,44	4.187.016,08	5,56%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.932.157,60	234.197.786,59	20,14%
INVESTIMENTOS	1.334.009,75	1.101.089,25	-17,46%
TOTAL APLICADO NA FAPERJ	200.232.498,79	239.485.891,92	19,60%
ÍNDICE ALCANÇADO	2,03%	2,13%	

Fonte: SIG

Considerando os demonstrativos de execução da despesa, verificamos que o Estado no decorrer do exercício de 2008 aplicou recursos na FAPERJ no valor total de R\$ 239.485.891,92, que corresponde a 2,13% da receita arrecadada, o que evidencia uma aplicação de recursos superior ao índice mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 32, de 09 de dezembro de 2003, em R\$ 14.721.004,32.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.6 DESPESA COM PESSOAL

Nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), transcrito adiante, é definido o gasto com pessoal:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Ressalta-se que conforme dispõe o parágrafo 1º do já mencionado artigo 18 da LRF, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

O artigo 19 da LRF, em consonância com o artigo 169 da Constituição Federal, estabelece os limites de despesa total com pessoal para cada ente da Federação. No caso dos Estados, a despesa total com pessoal não pode exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL, cuja composição ora demonstramos:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Milhares

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008	
DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA R\$
RECEITAS CORRENTES (I)	41.047.322
Receita Tributária	22.920.743
Receita de Contribuições	858.376
Receita Patrimonial	8.625.142
Receita Agropecuária	42
Receita Industrial	1.325
Receita de Serviços	3.066.435
Transferências Correntes	4.187.090
Outras Receitas Correntes	1.388.169
DEDUÇÕES (II)	9.216.442
Transferências Constitucionais e Legais	5.535.184
Contrib. Prev. Assist. Social Servidor	858.376
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	47.700
Dedução Receita para Formação do FUNDEF/FUNDEB	2.775.182
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	31.830.880

FONTE: SIG – RREO – Anexo III (LRF, Art. 53, Inciso I)

Obs.: Excluída a Imprensa Oficial por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente.

De acordo com o estabelecido pelo artigo 20 da LRF, o percentual de 60% da RCL será repartido da seguinte maneira:

- 49% → Poder Executivo;
- 6% → Poder Judiciário;
- 3% → Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado – TCE; e
- 2% → Ministério Público.

Apresentamos, no demonstrativo a seguir, a apuração dos percentuais aplicados em Despesas com Pessoal do Executivo e o Consolidado dos Poderes, em relação à Receita Líquida Corrente – RLC do Estado:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em milhares

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - TODOS OS PODERES - EXERCÍCIO 2008		
DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.086.997	17.001.908
Pessoal Ativo	6.614.206	9.113.406
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.407.516	6.407.516
Contribuições Patronais	917.184	1.332.895
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	148.091	148.091
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.477.639	6.552.281
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	48.524	48.524
Decorrentes de Decisão Judicial	87.907	99.711
Despesas de Exercícios Anteriores	47.476	110.315
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.293.731	6.293.731
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	7.609.359	10.449.627
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.830.883	31.830.883
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	23,91	32,83
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49% e 60%	15.597.133	19.098.530
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55% e 57%	14.817.276	18.143.603

FONTE: SIG e Relatórios da LRF publicados no DOERJ de 19/02/09.

Obs.: Excluídos os gastos com pessoal da Imprensa Oficial por se enquadrar no conceito de Empresa Dependente.

Acrescenta-se que no campo “Consolidado”, do demonstrativo acima, estão inclusas as informações relativas aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (incluído o TCE) e o Ministério Público.

Conclui-se, então, de acordo com as informações apresentadas no quadro anterior, que o Governo do Estado não ultrapassou o limite de 60% fixado no já citado artigo 20 da LRF.

A seguir, apresentamos o comparativo da execução da despesa de pessoal nos exercícios de 2008 e 2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em milhares

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
DESCRIÇÃO	EXECUTADO EM 2007 (A)	EXECUTADO EM 2008 (B)	AH (B) / (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.843.224	14.086.997	9,68%
Pessoal Ativo	5.976.715	6.614.206	10,67%
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.847.513	6.407.516	9,58%
Contribuições Patronais	947.359	917.184	-3,19%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	71.638	148.091	106,72%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	5.818.386	6.477.639	11,33%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.453	48.524	9,16%
Decorrentes de Decisão Judicial	53.068	87.907	65,65%
Despesas de Exercícios Anteriores	22.464	47.476	111,34%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.698.401	6.293.731	10,45%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	7.024.838	7.609.359	8,32%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.849.822	31.830.883	18,55%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	26,16	23,91	-8,63%

FONTE: SIG e Relatórios da LRF publicados nos DOERJ de 05/03/08 e de 19/02/09.

Obs.: Excluídos os gastos com pessoal da Imprensa Oficial por se enquadrar no conceito de Empresa Dependente.

Em milhares

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE DESPESA COM PESSOAL EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008			
DESCRIÇÃO	EXECUTADO EM 2007 (A)	EXECUTADO EM 2008 (B)	AH (B) / (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.640.751	17.001.908	8,70%
Pessoal Ativo	8.326.212	9.113.406	9,45%
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.847.513	6.407.516	9,58%
Contribuições Patronais	1.391.892	1.332.895	-4,24%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	75.133	148.091	97,11%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	5.873.847	6.552.281	11,55%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.453	48.524	9,16%
Decorrentes de Decisão Judicial	59.954	99.711	66,31%
Despesas de Exercícios Anteriores	71.039	110.315	55,29%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.698.401	6.293.731	10,45%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	9.766.904	10.449.627	6,99%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.849.822	31.830.883	18,55%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	36,38	32,83	-9,75%

FONTE: SIG e Relatórios da LRF publicados nos DOERJ de 05/03/08 e de 19/02/09.

Obs.: Excluídos os gastos com pessoal da Imprensa Oficial por se enquadrar no conceito de Empresa Dependente.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A receita corrente líquida no exercício de 2008 apresenta um crescimento de 18,55% quando comparado com 2007, enquanto que a despesa de pessoal consolidada dos Poderes obteve um aumento de 6,99% para o mesmo período, o que resultou em 2008 em uma redução de 9,75% no índice de apuração do limite de despesa com pessoal com relação ao resultado de 2007.

Se compararmos os gastos com pessoal do poder executivo, acumulado de 2008 com o mesmo período de 2007, verifica-se em aumento de 8,32%, que concentra-se nas áreas de educação, segurança, e saúde. Devido ao crescimento de 18,55% da receita corrente líquida para o mesmo período de comparação houve uma redução de 8,63% no limite de gastos com pessoal do poder executivo que atingiu 23,91% em 2008 contra 26,16% em 2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.7 DESPESA DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – FECP

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP foi instituído e regulamentado, no âmbito do Executivo Estadual, por intermédio do Decreto nº 32.646, de 08 de janeiro de 2003 (possuindo novo regulamento editado mediante o Decreto nº 33.123, de 05 de maio de 2003), nos termos da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e da Lei Estadual autorizativa, nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, que recebeu modificações por meio da Lei Estadual nº 4.086, de 13 de março de 2003; Lei Estadual nº 5.149, de 10 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 120, de 28 de dezembro de 2007; e Lei Complementar nº 122, de 12 de dezembro de 2008, tendo o prazo de sua vigência prorrogado até o ano de 2010 por força da Lei Complementar nº 115, de 14 de dezembro de 2006.

3.7.1 Objetivo do FECP

Viabilizar aos cidadãos fluminenses acesso a níveis dignos de subsistência visando a melhoria de qualidade de vida.

3.7.2 Recursos do FECP

Conforme previsto no artigo 2º da Lei Estadual nº 4.056/2002, os recursos que compõem o FECP são:

I - o produto da arrecadação adicional de um ponto percentual correspondente a um adicional geral da alíquota vigente do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, com exceção:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- a) dos gêneros que compõem a Cesta Básica, assim definidos aqueles estabelecidos em estudo da Fundação Getúlio Vargas;
 - b) dos Medicamentos Excepcionais previstos na Portaria nº 1318, de 23/07/2002, do Ministério da Saúde, e suas atualizações;
 - c) do Material Escolar;
 - d) do Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha);
 - e) do fornecimento de energia elétrica residencial até 300 quilowatts/horas mensais;
 - f) consumo residencial de até 30 m³;
 - g) consumo residencial de telefonia fixa até o valor de uma vez e meia a tarifa básica;
- II - além da incidência percentual prevista no inciso I, terão mais 04 (quatro) pontos percentuais, transitoriamente, até 31 de dezembro de 2006, os serviços previstos na alínea b do inciso VI do art. 14 da Lei nº 2.657, de 26/12/96 com a redução que lhe emprestou a Lei nº 2.880, de 29/12/97 e no inciso VIII do art. 14 da Lei nº 2.657, de 26/12/96, com a redação dada pela Lei nº 3.082, de 20/10/98;
- III - doações de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;
- IV - outros recursos compatíveis com a legislação, especialmente com a Emenda Constitucional Nacional nº 31, de 14 de dezembro de 2000.

3.7.3 Aplicação dos Recursos do FECF

O artigo 3º da Lei Estadual nº 4.056/2002 estabelece que os recursos do Fundo sejam aplicados, prioritariamente, nas seguintes ações:

- I - complementação financeira de famílias cuja renda mensal seja inferior a um salário mínimo;
- II - atendimento através do programa Bolsa Escola para famílias que tenham filhos em idade escolar matriculados na rede pública de ensino, ou que sejam bolsistas da rede particular;

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

III - atendimento a idosos em situação de abandono ou comprovadamente necessitados;

IV - saúde preventiva;

V - auxílio para a construção de habitações populares e saneamento;

VI - apoio em situações de emergência e calamidade pública;

VII - política de planejamento familiar com programa de educação sexual;

VIII - urbanização de morros e favelas;

IX – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei nº 4.962/2006.

Os recursos do Fundo serão aplicados nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde, atividade física para idosos e pessoas portadoras de deficiência, reforço da renda familiar, saneamento e outros programas de relevante interesse social, incluindo ações suplementares nas referidas áreas, e, desde que sua implementação venha a suprir ou compensar deficiências, poderão contemplar gastos com pessoal e outras despesas correntes das funções Educação, Saúde e Assistência Social.

3.7.4 Índices de Aplicação dos Recursos do FECF

Os §§ 3º e 4º do artigo 3º da Lei Estadual nº 4.056/2002 estabelecem as seguintes regras de aplicação de recursos do Fundo:

§3º - O Governo do Estado do Rio de Janeiro deverá destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo de que trata a presente Lei Complementar para serem aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, devendo 7,5% (sete e meio por cento) deste percentual ser aplicado no exercício de 2009 e atingindo-se sua totalidade no exercício de 2010.

§ 4º - Os gastos com pessoal nas ações que utilizem recursos do Fundo ficam limitadas a 20% (vinte por cento) do total constante no orçamento anual.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.7.5 Execução Orçamentária da Receita do FECP

No exercício de 2008, o FECP apresentou a seguinte execução, com comentários nos tópicos adiantes:

Em Reais

DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS-FECP JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008				
DESCRIÇÃO DA RECEITA POR SUBALÍNEA	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B) – (A)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	%
Restituições Referentes ao Adicional do ICMS - FECP	-	1.680,32	1.680,32	-
Adicional do ICMS - Lei 4056/02 - FECP	1.832.996.276,00	1.909.505.416,94	76.509.140,94	4,17%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) - Adicional ICMS - Lei 4.056/02	429.015,00	1.311.598,47	882.583,47	205,72%
Demais Multas e Juros de Mora do Adicional do ICMS - Lei 4.056/02	2.092.416,00	3.509.340,54	1.416.924,54	67,72%
Multas (Lei Est. 1650/90) da Dívida Ativa Adicional do ICMS - Lei 4056/02	5.223,00	73.473,12	68.250,12	1.306,72%
Demais Multas Juros de Mora da Dívida Ativa Adicional ICMS - Lei 4056/02	6.578,00	33.724,88	27.146,88	412,69%
Receita da Dívida Ativa do Adicional do ICMS - Lei 4056/02	3.208,00	188.970,75	185.762,75	5.790,61%
TOTAL	1.835.532.716,00	1.914.624.205,02	79.091.489,02	4,31%

Fonte: SIG (RECEITA/FECP/SUB-ALÍNEA)

No exercício de 2008 a receita arrecadada foi superior à prevista em 4,31%, proporcionando um excesso de arrecadação no montante de R\$ 79.091.489,02.

Os recursos provenientes do “Adicional do ICMS”, R\$ 1.909.505.416,94, representaram em 2008, 99,73% do total das receitas arrecadadas.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Reais

COMPARATIVO DO DESEMPENHO DAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS-FECP EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008				
DESCRIÇÃO DA RECEITA POR SUBALÍNEA	RECEITA REALIZADA EM 2007 (A)	RECEITA REALIZADA EM 2008 (B)	DIFERENÇA (B) – (A)	AH (B)/(A)
	R\$	R\$	R\$	%
Restituições Referentes ao Adicional do ICMS - FECP	-	1.680,32	1.680,32	-
Adicional do ICMS - Lei 4056/02 - FECP	1.723.004.134,77	1.909.505.416,94	186.501.282,17	10,82%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) - Adicional ICMS - Lei 4.056/02	560.390,95	1.311.598,47	751.207,52	134,05%
Demais Multas e Juros de Mora do Adicional do ICMS - Lei 4.056/02	4.875.665,75	3.509.340,54	(1.366.325,21)	-28,02%
Multas (Lei Est. 1650/90) da Dívida Ativa Adicional do ICMS - Lei 4056/02	22.911,29	73.473,12	50.561,83	220,69%
Demais Multas Juros de Mora da Dívida Ativa Adicional ICMS - Lei 4056/02	6.188,33	33.724,88	27.536,55	444,98%
Receita da Dívida Ativa do Adicional do ICMS - Lei 4056/02	19.531,25	188.970,75	169.439,50	867,53%
TOTAL	1.728.488.822,34	1.914.624.205,02	186.135.382,68	10,77%

Fonte: SIG (RECEITA/FECP/SUB-ALÍNEA)

O total da receita do FECP em 2008 obteve um aumento de 10,77% em relação ao exercício anterior, variação esta que decorreu de significativos resultados da arrecadação no exercício de 2008 que superaram as previsões estabelecidas.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.7.6 Execução Orçamentária da Despesa do FECF

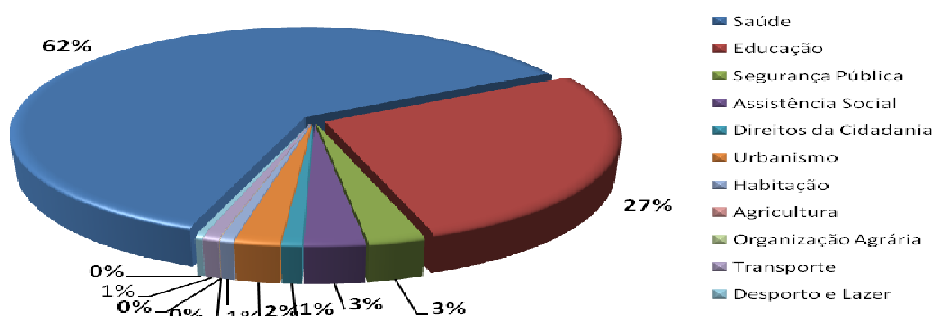
A execução orçamentária das despesas, por Função de Governo, custeadas, no exercício de 2008, com recursos provenientes do FECF, assim se demonstra:

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NO FEC - POR FUNÇÃO					
JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008					
FUNÇÃO	TÍTULO DA FUNCAO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
		R\$	R\$	R\$	R\$
04	Administração	320.000,00	-	-	-
06	Segurança Pública	53.565.584,00	52.495.478,99	52.495.478,99	52.495.478,99
08	Assistência Social	60.203.112,00	56.054.514,35	56.054.514,35	50.871.783,15
10	Saúde	1.180.139.897,00	1.171.610.126,96	1.167.116.340,25	988.593.608,11
11	Trabalho	-	-	-	-
12	Educação	522.531.079,00	516.992.956,80	516.992.956,80	483.894.847,23
14	Direitos da Cidadania	19.579.409,00	18.397.321,99	18.353.909,61	17.748.827,81
15	Urbanismo	42.486.872,00	41.452.013,75	38.477.167,11	24.704.129,42
16	Habitação	22.262.416,00	12.726.093,71	12.726.093,71	11.113.131,50
17	Saneamento	-	-	-	-
20	Agricultura	316.421,00	188.130,06	188.130,06	165.745,96
21	Organização Agrária	696.371,00	455.448,41	425.161,52	422.717,52
26	Transporte	15.570.731,00	15.217.485,59	15.217.485,59	14.875.583,85
27	Desporto e Lazer	6.923.235,00	6.923.234,93	6.923.234,93	6.923.234,93
TOTAL		1.924.595.127,00	1.892.512.805,54	1.884.970.472,92	1.651.809.088,47

Fonte: SIG (Despesa/Fonte de Recursos:200822/Quebra por função)

PERCENTUAL DE DESPESA EMPENHADA PELO ESTADO PARA O FECF - POR FUNÇÃO
JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Conforme o demonstrativo a seguir, observamos pela despesa empenhada que a execução pelo Estado dos recursos destinados ao FECF para o exercício de 2008 representou 98,33% da dotação atualizada, desempenho este que superou a execução de 2007, o que representa para 2008 que o valor das despesas empenhadas foi inferior ao da dotação atualizada em R\$ 32.082.321,46, contra uma diferença de R\$ 77.054.082,10 apurada no exercício de 2007.

Em Reais

COMPARATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NA FECF – POR FUNÇÃO EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008						
Função	TÍTULO DA FUNÇÃO	EMPENHADO EM 2007 (A)	AV (A)	EMPENHADO EM 2008 (B)	AV (B)	AH (B)/(A)
		R\$	%	R\$	%	%
06	Segurança Pública	-	-	52.495.478,99	2,77%	-
08	Assistência Social	48.879.586,66	2,90%	56.054.514,35	2,96%	14,68%
10	Saúde	878.522.512,06	52,11%	1.171.610.126,96	61,91%	33,36%
12	Educação	729.594.116,14	43,28%	516.992.956,80	27,32%	-29,14%
14	Direitos da Cidadania	12.181.387,67	0,72%	18.397.321,99	0,97%	51,03%
15	Urbanismo	8.625.460,31	0,51%	41.452.013,75	2,19%	380,58%
16	Habitação	2.407.546,47	0,14%	12.726.093,71	0,67%	428,59%
20	Agricultura	184.484,80	0,01%	188.130,06	0,01%	1,98%
21	Organização Agrária	210.331,79	0,01%	455.448,41	0,02%	116,54%
26	Transporte	-	-	15.217.485,59	0,80%	-
27	Desporto e Lazer	5.300.300,00	0,31%	6.923.234,93	0,37%	30,62%
TOTAL		1.685.905.725,90	100%	1.892.512.805,54	100%	12,25%

% de Aplicação sobre a Dotação	95,63%	98,33%
---------------------------------------	---------------	---------------

Fonte: SIG (Despesa/Fonte de Recursos:200722; 200822/Quebra por função)

Verificamos, também, na despesa empenhada com recursos do FECF do exercício de 2008 que as funções de maior representatividade foram “Saúde”, com 62% ou R\$ 1.171.610.126,96, e “Educação”, com 27% ou R\$ 516.992.956,80, como também é observado no exercício de 2007.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Apresentamos, a seguir, a execução orçamentária do exercício de 2008 das despesas custeadas com recursos provenientes do FECF, por Programa.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NO FECF POR PROGRAMA			
JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008			
TÍTULO DO PROGRAMA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AV (B)
	R\$	R\$	%
0000 Encargos Especiais do Estado	30.000,00		0,00%
0002 Gestão Administrativa	299.839.336,00	299.237.735,69	15,81%
0011 Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	8.434.135,00	7.947.745,89	0,42%
0013 Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano	34.736.294,00	33.609.822,89	1,78%
0017 Saneamento Básico e Urbanizaç Municípios ERJ	15.570.731,00	15.217.485,59	0,80%
0021 Atend à Demanda de Saneamento no Interior	6.500.000,00	6.378.588,99	0,34%
0038 Apoio ao Desenvolvimento Rural	50.000,00	19.629,50	0,00%
0039 Sanidade Rio - Defesa Agropecuária	266.421,00	168.500,56	0,01%
0045 Desenvolvimento de Ações Desportivas	6.923.235,00	6.923.234,93	0,37%
0048 Universaliz Ens Médio na Rede Públ Estadual	56.007.094,00	53.375.414,95	2,82%
0049 Ensino Fundamental de Qualidade	14.829.025,00	14.321.863,66	0,76%
0050 Gestão Escolar	361.524.741,00	359.903.965,15	19,02%
0051 Produção, Ampl e Melh de Habitação Popular	20.509.600,00	12.620.538,68	0,67%
0052 Nossa Terra	696.371,00	455.448,41	0,02%
0053 Urb,Regulariz e Integr Assent e Prod de Habit	1.069.260,00		0,00%
0063 Assistência para Adolescentes em Conflito Lei	14.989.080,00	14.469.345,02	0,76%
0089 Execução Penal Estruturada	53.075.584,00	52.495.478,99	2,77%
0091 Prevenção e Combate ao Crime	290.000,00		0,00%
0093 Atenção à Saúde	456.261.154,00	453.967.954,17	23,99%
0094 Promoção e Vigilância em Saúde	26.701.727,00	26.390.701,52	1,39%
0095 Hemorrede	33.441.166,00	33.441.164,72	1,77%
0096 Organiz e Gestão do Sistema Est de Saúde	30.396.833,00	30.395.668,67	1,61%
0097 Assistência Farmacêutica	218.665.728,00	218.194.902,76	11,53%
0098 Prevenção de Adversidades e Prest de Socorro	73.082.767,00	72.726.707,60	3,84%
0109 Progr de Prot Social Básica de Assist Social	5.674.500,00	5.438.371,36	0,29%
0110 Proteção Social Especial de Assist Social	17.383.301,00	16.462.588,35	0,87%
0111 Prog de Segurança Alimentar e Nutricional	35.916.720,00	31.279.923,05	1,65%
0112 Promoção e Proteção da Criança e Adolescente	29.888.675,00	28.315.667,20	1,50%
0113 Proteção Social ao Jovem	1.725.628,00	1.584.495,06	0,08%
0114 PAC Social e Geração de Renda	11.054.678,00	9.827.955,55	0,52%
0115 Prom e Def Direitos Humanos e da Cidadania	849.155,00	700.910,10	0,04%
0116 Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher	549.174,00	99.363,07	0,01%
0117 Promoção da Igualdade Racial	976.108,00	925.037,30	0,05%
0118 Atendimento Social à População Adulta	6.508.518,00	6.211.329,18	0,33%
0119 Prom e Def Direitos Indivíd, Colet e Difusos	443.892,00	443.892,00	0,02%
0121 Expansão e Melhoria da Educação Profissional	66.143.933,00	66.049.277,45	3,49%
0122 Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ	10.661.563,00	10.106.817,07	0,53%
0123 Ensino, Pesquisa e Extensão da UENF	100.000,00	99.000,00	0,01%
0124 Educação à Distância	2.829.000,00	2.706.280,46	0,14%
TOTAL	1.924.595.127,00	1.892.512.805,54	100%

Fonte: SIG (Despesa/Fonte de Recursos:200822/Quebra por Programa)

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Apresentamos, a seguir, a execução orçamentária do exercício de 2008 das despesas custeadas com recursos provenientes do FECF, por Elemento de Despesa.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS APLICADAS PELO ESTADO NO FECF POR ELEMENTO DE DESPESA
JANEIRO-DEZEMBRO DE 2008

TÍTULO DO ELEMENTO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	AV (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AV (B)
	R\$	%	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	355.893.177,00	18,49%	355.748.470,48	18,80%
Pensões	45.373,00	0,00%	45.372,66	0,00%
Contratação Por Tempo Determinado	20.282.615,00	1,05%	20.281.015,00	1,07%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	246.838.096,00	12,83%	246.838.023,63	13,04%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pess Militar	49.933.157,00	2,59%	49.933.155,67	2,64%
Obrigações Patronais	843.769,00	0,04%	843.767,82	0,04%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	13.562.354,00	0,70%	13.449.437,54	0,71%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	14.082.077,00	0,73%	14.081.963,05	0,74%
Despesas de Exercícios Anteriores	5.756.135,00	0,30%	5.756.134,79	0,30%
OBRIG PATRONAIS	4.549.601,00	0,24%	4.519.600,32	0,24%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.271.584.531,74	66,07%	1.256.865.577,18	66,41%
Contribuições	38.425.054,00	2,00%	38.425.053,23	2,03%
Contribuições	593.120,00	0,03%	200.000,00	0,01%
Outros Benefícios Assistenciais	294.381,00	0,02%	294.380,51	0,02%
Diárias - Pessoal Civil	323.012,00	0,02%	306.635,09	0,02%
Auxílio Financeiro a Estudantes	10.139.163,00	0,53%	9.779.855,99	0,52%
Auxílio-Fardamento	1.662.508,00	0,09%	1.662.507,00	0,09%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	4.501.153,00	0,23%	4.499.312,00	0,24%
Material de Consumo	412.031.874,00	21,41%	410.057.993,70	21,67%
Premiações Cultur, Artist, Científ. e Desport	3.794.000,00	0,20%	3.794.000,00	0,20%
Material de Distribuição Gratuita	570.000,00	0,03%	425.961,08	0,02%
Serviços de Consultoria	74.998,00	0,00%	74.998,00	0,00%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.267.080,00	0,33%	6.260.613,31	0,33%
Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	778.771.707,74	40,46%	767.979.757,02	40,58%
Auxílio Alimentação	316.024,00	0,02%	10.083,95	0,00%
Obrigações Tributárias e Contributivas	26.540,00	0,00%	16.082,29	0,00%
Sentenças Judiciais	236.680,00	0,01%	236.679,28	0,01%
Despesas de Exercícios Anteriores	13.557.237,00	0,70%	12.841.664,73	0,68%
INVESTIMENTOS	268.680.997,26	13,96%	251.462.696,21	13,29%
Auxílios	30.566.536,00	1,59%	30.566.536,00	1,62%
Auxílios	300.000,00	0,02%	300.000,00	0,02%
Serviços de Consultoria	137.000,00	0,01%	0,00	0,00%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	124.250,00	0,01%	45.450,00	0,00%
Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica	44.450,00	0,00%	41.450,00	0,00%
Obras e Instalações	148.425.136,26	7,71%	134.496.191,09	7,11%
Equipamentos e Material Permanente	87.817.936,00	4,56%	84.927.795,10	4,49%
Despesas de Exercícios Anteriores	526.676,00	0,03%	522.371,80	0,03%
Indenizações e Restituições	739.013,00	0,04%	562.902,22	0,03%
INVERSÕES FINANCEIRAS	28.436.421,00	1,48%	28.436.061,67	1,50%
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis	28.436.421,00	1,48%	28.436.061,67	1,50%
TOTAL	1.924.595.127,00	100%	1.892.512.805,54	100%

Fonte: SIG (Despesa/Fonte de Recursos:200822/Quebra por Elemento de Despesa)

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Com base no demonstrativo da execução da despesa por programa referente ao exercício de 2008, observa-se que os recursos do FECP foram aplicados em vários programas de governo, dentre os quais, os de maiores representatividades são: “Atenção à Saúde-0093” com 23,99%, “Gestão Escolar-0050” com 19,02%, “Gestão Administrativa-0002” com 15,81% e “Assistência Farmacêutica-0097” com 11,53%.

O detalhamento dos gastos do FECP apresentado no demonstrativo da execução da despesa por elemento de despesa do exercício de 2008 constata-se que o gasto que ocorreu na rubrica “Outras Despesas Correntes” foi o mais significativo, representando 66,41% da execução; já o gasto da rubrica “Pessoal e Encargos Sociais” representou 18,49% da dotação do FECP para 2008, percentual este que atende ao limite previsto no § 4º do artigo 3º da Lei Estadual nº 4.056/2002.

3.7.7 Resultado Orçamentário do FECP

Com base nos demonstrativos do FECP apresentados nos itens anteriores, verificamos que a Despesa Empenhada é inferior à Receita Arrecadada, proporcionando um superávit orçamentário de R\$ 22.111.399,48 para o exercício de 2008.

Em Reais

**COMPARATIVO ENTRE RECEITA REALIZADA E DESPESA
EMPENHADA NO FECP - EXERCÍCIO DE 2008**

DESCRIÇÃO	R\$
Receita Arrecadada	1.914.624.205,02
(-) Despesa Empenhada	1.892.512.805,54
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	22.111.399,48

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.7.8 Resultado Financeiro do FECF

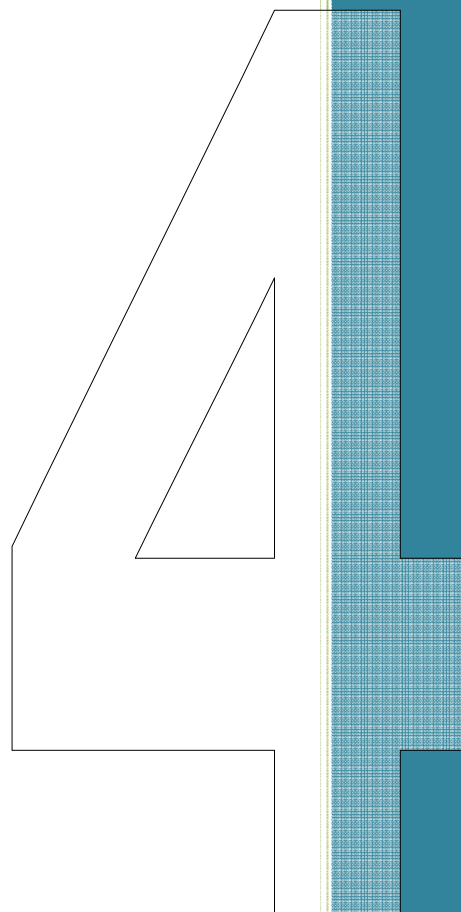
A seguir, demonstramos o superávit financeiro alcançado pelo FECF no exercício de 2008.

Em Reais

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO FECF	
EXERCÍCIO DE 2008	
DESCRIÇÃO	R\$
Receita Arrecadada	1.914.624.205,02
(-) Despesa Paga	1.651.809.088,47
SUPERÁVIT FINANCEIRO	262.815.116,55

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO



DÍVIDA ATIVA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 4

DÍVIDA ATIVA

Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores. Se o crédito for de natureza tributária teremos a Dívida Ativa Tributária, por conseguinte, a Dívida Ativa Não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de contratos em geral ou de outras obrigações legais. É o crédito público não extinto, notadamente por pagamento, e não-afetado por nenhuma causa de suspensão de exigibilidade.

4.1 Créditos a Receber

Com base no Relatório do Estoque da Dívida Ativa Estadual elaborado pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5 da Procuradoria Geral do Estado – PGE, encaminhado à Auditoria Geral do Estado – AGE, por meio do Ofício nº 0030/GAB/PG-5/07, de 01/02/2008, apresentamos, a seguir, o estoque da Dívida Ativa, referente ao exercício de 2008, composto de inscrições, atualizações e baixas dos Créditos Tributários devidos à Fazenda Pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não-cobrados ou não-recolhidos ao tesouro público:

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA (RIOPREVIDÊNCIA + SEF)							
EXERCÍCIO DE 2008							
POSICÃO	TRIBUTÁRIAS		NÃO TRIBUTÁRIAS		TOTAL GERAL		
	QUANT. UFIR	VALOR EM UFIR	QUANT. UFIR	VALOR EM UFIR	QUANTI. UFIR	VALOR EM UFIR	VALOR EM R\$
A SALDO EM 31/12/2007	934.248	13.075.274.820,49	62.633	799.647.646,37	996.881	13.874.922.466,86	25.332.833.439,99
B INSCRITOS	89.206	2.109.653.425,53	20.021	43.787.853,11	109.227	2.153.441.278,64	3.931.753.086,54
C AJUSTES	26	54.612.233,85	1	173.902,96	27	54.786.136,81	100.028.528,59
D ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS	-	126.624.391,82	-	54.703.662,60	-	181.328.054,42	331.068.761,76
E SUB-TOTAL (A+B+C+D)	1.023.480	15.366.164.871,69	82.655	898.313.065,04	1.106.135	16.264.477.936,73	29.695.683.816,88
F REMIDOS NO PERÍODO	7	22.163,61	-	-	7	22.163,61	40.466,32
G CANCELADOS NO PERÍODO	4.266	433.959.839,77	481	7.213.722,55	4.747	441.173.562,32	805.494.690,08
H ARRECADADOS	94.709	58.749.343,29	2.457	4.459.492,48	97.166	63.208.835,77	115.406.692,35
I SALDO P/ PRÓXIMO PERÍODO (E-F-G-H)	924.498	14.873.433.525,02	79.717	886.639.850,01	1.004.215	15.760.073.375,03	28.774.741.968,13

Fonte: Relatório do Estoque da Dívida Ativa Estadual da Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.
UFIR 2008 = 1,8258

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A Dívida Ativa Tributária no exercício de 2008 possui a maior representação no estoque total com a participação de 94%.

Em 2008, foram inscritos 109.227 processos que aumentaram o valor da Dívida Ativa em R\$ 3.931.753.086,54.

COMPARATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA (RIOPREVIDÊNCIA + SEF)						
EXERCÍCIO DE 2007 - 2008						
	ESTOQUE DE 2007 (A)		ESTOQUE DE 2008 (B)		AV (B)/(A)	
	QUANT. UFIR	VALOR EM UFIR	QUANT. UFIR	VALOR EM UFIR	QUANT. UFIR	VALOR UFIR
A SALDO EM 31/12/2007	838.740	12.746.997.214,31	996.881	13.874.922.466,86	19%	9%
B INSCRITOS	276.652	1.418.208.063,70	109.227	2.153.441.278,64	-61%	52%
C AJUSTES	13	53.525.429,63	27	54.786.136,81	108%	2%
D ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS		173.429.397,34	-	181.328.054,42	-	5%
E SUB-TOTAL (A+B+C+D)	1.115.405	14.392.160.104,98	1.106.135	16.264.477.936,73	-1%	13%
F REMIDOS NO PERÍODO	44	65.234,46	7	22.163,61	-84%	-66%
G CANCELADOS NO PERÍODO	2.182	467.180.729,29	4.747	441.173.562,32	118%	-6%
H ARRECADADOS	116.298	49.991.674,37	97.166	63.208.835,77	-16%	26%
I SALDO P/ PRÓXIMO PERÍODO (E-F-G-H)	996.881	13.874.922.466,86	1.004.215	15.760.073.375,03	1%	14%

Fonte: Relatório do Estoque da Dívida Ativa Estadual da Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

Considerando o demonstrativo do estoque da Dívida Ativa, destacamos que os valores remidos (perdão parcial ou total da dívida concedido por lei) e cancelados correspondem a 22.163,61 UFIR's e 441.173.562,32 UFIR's, respectivamente, valores estes que sofreram uma queda de 66% e 6%, respectivamente, se compararmos com o exercício de 2007, ao passo que os valores arrecadados em 2008 de 63.208.835,77 UFIR's representou um aumento de 26% em relação ao exercício anterior.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

O estoque da dívida ativa de 2008 encontra-se registrado no SIAFEM, conforme demonstramos a seguir:

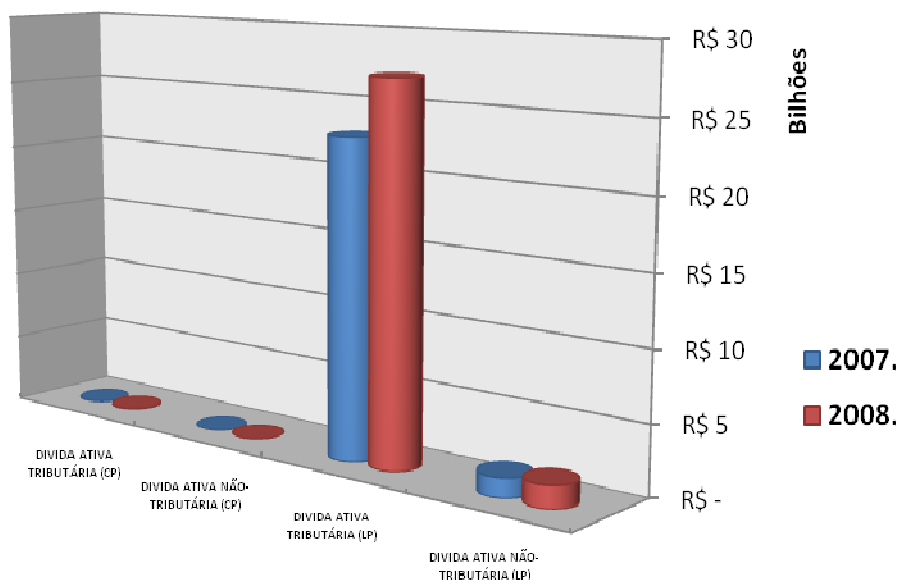
2008.	UNIDADE GESTORA 123400 RIOPREVIDÊNCIA	UNIDADE GESTORA 090100 PGE	TOTAL
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (CP)	84.289.492,00		84.289.492,00
DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA (CP)	8.945.329,00		8.945.329,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (LP)	27.071.625.437,98		27.071.625.437,98
DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA (LP)	1.585.714.466,39	24.167.242,76	1.609.881.709,15
TOTAL	28.750.574.725,37	24.167.242,76	28.774.741.968,13

Código	CONTA CONTÁBIL	2007	2008	Diferença	Em reais
112140201	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (CP)	64.449.421,00	84.289.492,00	19.840.071,00	30,78%
112140202	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA (CP)	12.489.762,00	8.945.329,00	(3.544.433,00)	-28,38%
122110201	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (LP)	22.810.743.877,45	27.071.625.437,98	4.260.881.560,53	18,68%
122110202	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA (LP)	1.386.493.795,32	1.609.881.709,15	223.387.913,83	16,11%
SALDO DA DÍVIDA ATIVA ANTES DA PROVISÃO PARA PERDAS		24.274.176.855,77	28.774.741.968,13	4.500.565.112,36	18,54%
112140290	* PROVISÃO PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA (CP)	0,00	0,00	0,00	0,00%
122110290	* PROVISÃO PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA (LP)	(21.036.046.218,93)	(23.484.375.997,83)	(2.448.329.778,90)	11,64%
SALDO FINAL DA DÍVIDA ATIVA		3.238.130.636,84	5.290.365.970,30	2.052.235.333,46	63,38%

CP = CURTO PRAZO

LP = LONGO PRAZO

Graficamente:



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Destaca-se que, em 2008, dos R\$ 28.774.741.968,13, referentes ao saldo da Dívida Ativa antes da Provisão para Perda – citados no quadro anterior, R\$ 24.167.242,76 encontram-se registrados na UG 090100 – PGE e, somente, após análise dessas cobranças pela Procuradoria da Dívida Ativa, é que os saldos serão transferidos para a UG 123400 – RIOPREVIDÊNCIA, conforme determinação legal.

Merecem destaque, ainda, algumas observações e os critérios utilizados na apuração do estoque da Dívida Ativa constantes do Relatório do Estoque da Dívida Ativa Estadual elaborado pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5 referente ao exercício de 2008, assim reproduzidos:

OBSERVAÇÕES E CRITÉRIOS UTILIZADOS NA APURAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA

- A. Ressalve-se que vem sendo realizado na Procuradoria Geral do Estado um trabalho de melhor informatização das Procuradorias Regionais no interior, todavia, apesar dos ajustes efetuados, é fato que existem falhas na inserção de dados no sistema, quer quanto aos parcelamentos amigáveis, quer quanto as anistias, daí porque várias certidões, naquelas situações, não foram devidamente qualificadas (...).
- B. As certidões **inscritas até 31/12/1989** totalizaram em 31/12/2008, **9.142 débitos no valor de 432.224.668,74 ufir's**, não sendo possível afirmar o que deste montante foi pago, pois a arrecadação no sistema inicia-se em **1990**.
- (...)
- G. Os débitos não ajuizados por decisão do governador **de valor inferior a 2.136,03 ufir's (processo nº E-14/059.735/2007)** correspondem a **830.370** certidões no montante acumulado e corrigido de **118.479.377,19 ufir's em 31/12/2008**.
- H. Além das certidões não ajuizadas com valores inferiores a **2.136,03 ufir's**, existem **14.667 processos** de execução ajuizados com valores inferiores a **2.136,03 ufir's** que **totalizam 17.183.767,93 ufir's**, algumas das quais foram autorizadas a ser canceladas conforme processo administrativo nº **E-14/57.272/2001**.
- I. Existem processos **ajuizados somente na capital há mais de vinte anos** conforme relatório em CD-ROM anexo, que se apresentam impossíveis de gerar retorno de receita em razão de não localização dos devedores no domicílio indicado pelo órgão emissor da N.D./B.O., e/ou de patrimônio passível de penhora ou garantia de execução, **no total de 5.291 certidões no valor de 225.979.883,65 ufir's**.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

j. Além das Certidões de baixo valor e aquelas ajuizadas **há mais de 20 anos**, existe um sem número de execuções que devido à natureza da dívida e a falta de qualificação do devedor se apresentam com improváveis de recuperação, tais como:

- MULTAS POR PORTE DE ARMA ► 20.509 certidões totalizando 7.102.514,55 ufir's
- MULTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE ► 375 certidões totalizando 5.359.785,86 ufir's
- MULTAS DA FEEMA, SERLA E CECA ► 9.172 certidões totalizando 152.573.874,38 ufir's
- REPOSIÇÕES ► 4.246 certidões totalizando 9.664.684,50 ufir's
- MULTAS DO CORPO DE BOMBEIROS ► 283 certidões totalizando 157.304,62 ufir's
- CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS ► 38.171 certidões totalizando 5.833.577,98 ufir's
- MULTAS FORMAIS /SEF (...) ► 7.402 certidões totalizando 198.461.696,03 ufir's
- TOTAL GERAL ► 80.158 certidões totalizando 379.153.437,92 ufir's

(...)

N. Tendo em vista que a Secretaria de Estado de Fazenda apresenta seus demonstrativos para prestação de contas do Estado utilizando o critério de repasse (caixa) e a Procuradoria da Dívida Ativa o da competência, poderão ocorrer diferenças entre os valores apresentados.

4.2 Provisão para Perdas de Dívida Ativa

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro (Portaria da Contadoria Geral do Estado, CGE nº 103, de 02 de fevereiro de 2005), a provisão é assim definida:

10 PROVISÃO PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA

10.1 CONCEITO DE PROVISÃO

10.1.1 Provisão é definida em termos genéricos como uma reserva de valores, com finalidade específica ou não. Contabilmente, é um instrumento constituído para reconhecer, segundo o Princípio de Competência, os encargos ou riscos incidentes sobre o Patrimônio, com reflexos sobre o resultado.

Ainda, com referência ao citado Manual:

10.1.3 A provisão deve ser reavaliada em cada período no qual sejam elaboradas demonstrações contábeis, e ajustada para refletir a melhor estimativa corrente. Caso não seja mais provável que uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos e serviços potenciais serão exigidos para liquidar a obrigação, ela deve ser revertida.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Dando sequência a esses conceitos, a provisão para perdas da Dívida Ativa é feita mensalmente pelo RIOPREVIDÊNCIA na conta 1.2.2.1.1.02.90, como estabelece o item 10.3 do Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa, e em 2008 totalizou R\$ 23.484.375.997,83 reduzindo assim, o estoque da dívida de R\$ 28.774.741.968,13 para R\$ 5.290.365.970,30.

4.3 Receitas Arrecadadas

Comparando o valor arrecadado, em Ufir, de 49.991.674,37, informado no Relatório do Estoque da Dívida Ativa da Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5, multiplicado pela Ufir do ano de 2007, no valor de R\$ 1,7495, o qual totaliza R\$ 87.460.434,31, com as receitas da dívida – registradas no SIAFEM, verificamos a diferença de R\$ 58.283,70, a seguir demonstrada:

A arrecadação da Dívida Ativa em 2008 informada no Relatório do Estoque da Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5, de 63.208.835,77 ufir's, que multiplicado pela Ufir do ano de 2008, no valor de R\$ 1,8258 resulta uma receita de R\$ 115.406.692,35. Se compararmos este montante com as receitas da dívida – registradas no SIAFEM, verificamos a diferença de R\$ 773.311,58, a seguir demonstrada:

Em Reais

**COMPARATIVO DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA INFORMADA PELO
SIAFEM/RJ X PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA - PDA
EXERCÍCIO DE 2008**

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS NO SIAFEM 2008	VALOR
419130000.....= MULTAS/JUROS DE MORA DA DIV. ATIVA TRIBUTOS	21.001.000,87
419150000.....= MULTAS/JUROS DE MORA-DIV. ATIV-OUTRAS RECEITAS	1.040.199,17
419310000.....= RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	81.314.212,42
419320000.....= RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	12.824.591,47
(A) TOTAL DAS RECEITAS E MULTAS/JUROS DA DÍVIDA ATIVA INFORMADO NO SIAFEM	116.180.003,93
(B) RELATÓRIO DO ESTOQUE DA DÍVIDA (PDA-PG-5) = 63.208.835,77 UFIR X 1,8258	115.406.692,35
DIFERENÇA DO SIAFEM x PDA-PG-5 = (A) – (B)	773.311,58

Fonte: SIAFEM e Relatório de Estoque da Dívida Ativa de 2008.

Ressaltamos que no Relatório do Estoque da Dívida Ativa, elaborado pela Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5, consta a seguinte informação:

N. Tendo em vista que a Secretaria de Estado da Fazenda apresenta seus demonstrativos para prestação de contas do Estado utilizando o critério de repasse (caixa) e a Procuradoria da Dívida Ativa o de

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

competência, poderão ocorrer diferenças entre os valores apresentados.

4.4 Execução Orçamentária da Receita

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SEGUNDO SEUS DESTINATÁRIOS					
DESCRIÇÃO DAS RECEITAS POR DESTINATÁRIOS	RECEITA PREVISTA R\$	AV (A) %	RECEITA REALIZADA R\$	AV (B) %	AH (B)/(A) %
(A) - RECEITA DO TESOUREIRO	46.419.876,00	72,03%	88.663.721,37	76,32%	91,00%
Multas (Lei Est. 1650/90) da Dívida Ativa Adicional do ICMS - Lei 4056/02	5.223,00	0,01%	73.473,12	0,06%	1.307%
Demais Multas Juros de Mora da Dívida Ativa Adicional ICMS - Lei 4056/02	6.578,00	0,01%	33.724,88	0,03%	413%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) da Dívida Ativa do IPVA	38.525,00	0,06%	80.377,60	0,07%	109%
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - IPVA	13.974,00	0,02%	77.190,37	0,07%	452%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) da Dívida Ativa - ICMS	3.194.335,00	4,96%	7.054.806,60	6,07%	221%
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS	470.201,00	0,73%	2.053.233,86	1,77%	337%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) da Dívida Ativa - ICM	23.470,00	0,04%	108.966,36	0,09%	364%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) da Dívida Ativa -ITD	5.529,00	0,01%	3.934,08	0,00%	-29%
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa -ITD	10.074,00	0,02%	22.806,72	0,02%	126%
Multas (Lei Estadual nº 1.650/90) da Dívida Ativa de Outros Tributos	166.885,00	0,26%	5.509.531,12	4,74%	3.201%
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.795.522,00	2,79%	5.506.753,76	4,74%	207%
Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	1.211.278,00	1,88%	1.040.199,17	0,90%	-14%
Receita da Dívida Ativa do Adicional do ICMS - Lei 4056/02	3.208,00	0,00%	188.970,75	0,16%	5.791%
Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa - ITBI - Insc. após 1997	169,00	0,00%	-	0,00%	0%
Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa - IPVA - Inscrita após 1997	83.881,00	0,13%	216.337,66	0,19%	158%
Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa - ICMS- Insc. após 97	21.212.846,00	32,91%	36.862.341,93	31,73%	74%
Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa do ICM - Inscrita após 1997	503.070,00	0,78%	55.305,05	0,05%	-89%
Receita da Dívida Ativa do ITD - Insc. após 1997	101.540,00	0,16%	260.316,22	0,22%	156%
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Insc. após 1997	5.083.806,00	7,89%	18.012.728,73	15,50%	254%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária Inscrita após 1997	12.489.762,00	19,38%	11.502.723,39	9,90%	-8%
(B) - RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA	2.160.000,00	3,35%	2.640.935,47	2,27%	22,27%
Cota-Parte do Estado Dívida Ativa do ICMS - Insc. até 1997	2.160.000,00	3,35%	1.319.067,39	1,14%	-38,93%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Insc. até 1997	-	-	1.321.868,08	1,14%	-
(C) - RECEITA DO FUNDEB	6.107.257,00	9,48%	9.049.408,65	7,79%	48,17%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA - Cota Parte do FUNDEB	8.074,00	0,01%	11.871,01	0,01%	47,03%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS - Cota Parte do FUNDEB	822.468,00	1,28%	460.824,61	0,40%	-43,97%
Cota-Parte p/o FUNDEB da Rec de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa- ITD	2.400,00	0,00%	3.506,78	0,00%	46,12%
Cota-Parte p/ o FUNDEB da Receita da Dívida Ativa do IPVA	12.901,00	0,02%	33.270,92	0,03%	157,89%
Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	5.245.797,00	8,14%	8.499.922,33	7,32%	62,03%
Cota - Parte para o FUNDEB da Rec da Dívida Ativa - ITD	15.617,00	0,02%	40.013,00	0,03%	156,21%
(D) - RECEITA DOS MUNICÍPIOS	9.762.268,00	15,15%	15.825.938,44	13,62%	62,11%
Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa - ITBI	169,00	0,00%	-	-	0,00%
Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa - IPVA	96.783,00	0,15%	249.602,45	0,21%	157,90%
Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa do ICMS - Inscrita após 1997	9.539.548,00	14,80%	15.457.213,91	13,30%	62,03%
Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa - ICM	125.768,00	0,20%	119.122,08	0,10%	-5,28%
TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA = (A+B+C+D)	64.449.401,00	100,00	116.180.003,9	100,00	80,27%

Fonte: SIG

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Considerandos as informações da execução orçamentária da receita da dívida ativa, observa-se que no exercício de 2008 a realização da receita total superou a previsão em 80,27% que representa R\$ 51.730.602,93.

Observamos mediante o demonstrativo que a mais representativa participação da receita da dívida ativa no exercício de 2008 coube ao Tesouro Estadual com 76,32%, ficando o Rioprevidência com a menor participação que representou 2,27% da receita realizada no período, ranking este que também foi retratado no exercício anterior como expomos a seguir.

Em Reais

COMPARATIVO DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SEGUNDO SEUS DESTINATÁRIOS					
DESCRIÇÃO DOS DESTINATÁRIOS	EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008				
	RECEITA REALIZADA EXERCÍCIO 2007	AV (A)	RECEITA REALIZADA EXERCÍCIO 2008	AV (B)	AH (B)/(A)
	(A)		(B)		
	R\$	%	R\$	%	%
RECEITA DO TESOURO	70.149.864,11	80,26%	88.663.721,37	76,32%	26,39%
RECEITA DOS MUNICÍPIOS	10.171.516,70	11,64%	15.825.938,44	13,62%	55,59%
RECEITA DO FUNDEB	5.193.407,65	5,94%	9.049.408,65	7,79%	74,25%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA	1.887.362,15	2,16%	2.640.935,47	2,27%	39,93%
TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA EM R\$	R\$ 87.402.150,61	100,00%	R\$ 116.180.003,93	100,00%	32,93%
TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA EM UFIR	49.991.674,37 ufirs		63.208.835,77 ufirs		26,44%

Fonte: SIG

Em relação ao exercício de 2007 a arrecadação da dívida ativa de 2008, em valores de UFIR, teve um crescimento de 26,44%.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

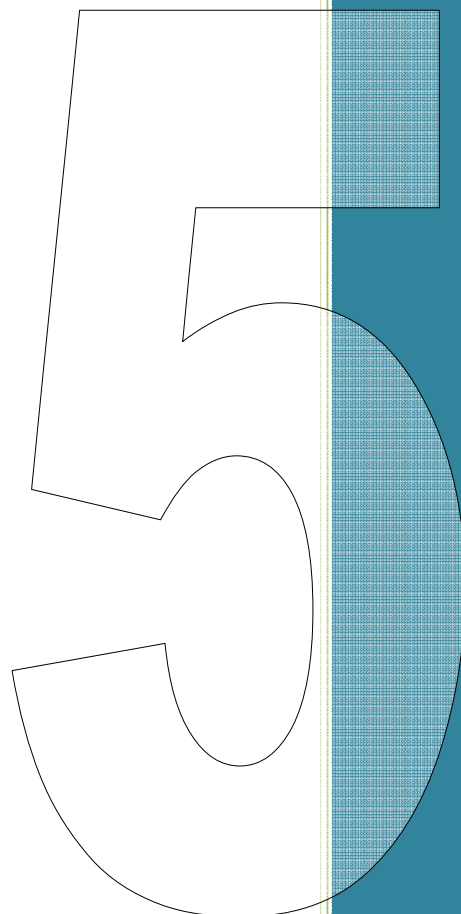
4.5 Incorporação dos Créditos da Dívida Ativa no RIOPREVIDÊNCIA

De acordo com o artigo 10 da Lei nº 4.004, de 31 de outubro de 2002, o Poder Executivo está autorizado a incorporar ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA quaisquer créditos tributários e não-tributários inscritos em Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação.

Considerando que as parcelas relativas a créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 1997, na forma do art. 13, VII, da Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, atualmente incorporadas ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA, consoante o disposto no art. 22 do Decreto nº 25.217, de 17 de março de 1999, foram insuficientes para a sua adequada capitalização, o Poder Executivo editou o Decreto nº 37.050, de 10 de março de 2005, pelo qual incorporou ao patrimônio do Fundo os créditos, tributários ou não, inscritos até a data de publicação desse decreto, assim como aqueles que virem a ser inscritos em Dívida Ativa, bem como os recursos advindos de sua liquidação.

E, ainda, anteriormente à publicação do Decreto nº 37.050/2005, o Poder Executivo com o mesmo objetivo de capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA, incorporou ao patrimônio do Fundo os créditos tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, existentes até 25 de fevereiro de 2005, e também, aqueles que vieram a ser concedidos em sede administrativa, conforme o Decreto Estadual n.º 36.994, de 25 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n.º 37.047, de 10 de março de 2005.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO



DÍVIDA PASSIVA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 5

DÍVIDA PASSIVA

A Dívida Passiva compreende quaisquer dívidas ou obrigações registradas no patrimônio, assumidas pela administração em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para suprimento de déficit orçamentário.

Para apurar o grau de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, procuramos examinar as movimentações e saldos finais das rubricas que compõem sua Dívida Pública, constituída pelas Dívidas Flutuante e Fundada e os saldos referentes às outras obrigações de curto prazo e longo prazo.

5.1 Dívida Flutuante

Entende-se como Dívida Flutuante, aquela que é contraída por um breve ou determinado período de tempo para atender eventuais insuficiências de caixa, restrita à área nacional, e se caracteriza por indicar débitos de curto prazo, que variam constantemente de valor e cujos pagamentos são realizados por resgates e independentemente de autorização legislativa, sendo compromissos assumidos com amortização inferior a doze meses.

De acordo com o artigo 92 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Dívida Flutuante compreende:

- os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de tesouraria¹.

¹ Tratam-se de dívidas provenientes de operações de crédito para antecipação da receita orçamentária.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Na elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado do Rio de Janeiro consideramos, também, as Unidades Gestoras referentes às empresas de economia mista.

O quadro, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Flutuante no exercício de 2008:

R\$ Milhares

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE - EXERCÍCIO 2008					
COMPONENTES	SALDO 31/12/2007	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO 31/12/2008	AV %
		BAIXA	INSCRIÇÃO		
RESTOS A PAGAR	2.986.157	2.258.630	2.354.777	3.082.305	52,43%
Exercício de 1998	3.298	-	-	3.298	0,06%
Exercício de 1999	2.339	-	-	2.339	0,04%
Exercício de 2001	3.392	-	-	3.392	0,06%
Exercício de 2002	159.107	159.107	-	-	0,00%
Exercício de 2003	63.547	7.761	-	55.786	0,95%
Exercício de 2004	168.090	45.549	-	122.541	2,08%
Exercício de 2005	109.139	27.889	-	81.250	1,38%
Exercício de 2006	266.582	100.612	-	165.970	2,82%
Exercício de 2007	2.020.129	1.917.712	-	102.417	1,74%
Decreto 40.874/2007	190.535	-	6.184	196.719	3,35%
Exercício de 2008	-	-	2.348.593	2.348.593	39,95%
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	1.312	1.312	401	401	0,01%
Dívida Interna	1.312	1.312	401	401	0,01%
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.641.402	223.424	507.556	1.925.535	32,76%
Sentenças Judiciais - Precatórios TJ	1.551.880	215.539	480.382	1.816.723	30,90%
Sentenças Judiciais - Precatórios TRT	37.022	5.232	7.487	39.276	0,67%
Sentenças Judiciais	52.501	2.653	19.688	69.536	1,18%
DEPÓSITOS	791.261	13.486.939	13.541.519	845.841	14,39%
Consignações	554.911	10.402.372	10.429.410	581.949	9,90%
Depósitos de Diversas Origens	236.350	3.084.567	3.112.109	263.892	4,49%
CREDORES ENTIDADES E AGENTES	21.305	146.836	149.932	24.401	0,42%
União, Estados e Municípios Credores	1.509	-	-	1.509	0,03%
Créditos de Terceiros	5.543	146.836	149.866	8.573	0,15%
CEF - C/ Repasse 0064855/83/98 - LIXÃO	1.588	-	-	1.588	0,03%
CEF - C/ Repasse - Projeto PRO-INFRA	852	-	66	918	0,02%
Outras Entidades Credoras	11.812	-	-	11.812	0,20%
TOTAL	5.441.437	16.117.140	16.554.186	5.878.482	100,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

De acordo com o demonstrativo exposto, podemos constatar que:

- do total da Dívida Flutuante do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de 2008, os de maior representatividade são os Restos a Pagar e as Sentenças Judiciais, que correspondem, respectivamente, a 52,43% e 32,76% dessa dívida;
- do total de Restos a Pagar, 39,95% referem-se ao exercício de 2008; e
- o montante da dívida flutuante do exercício de 2008 aumentou 8,03% em relação ao período anterior.



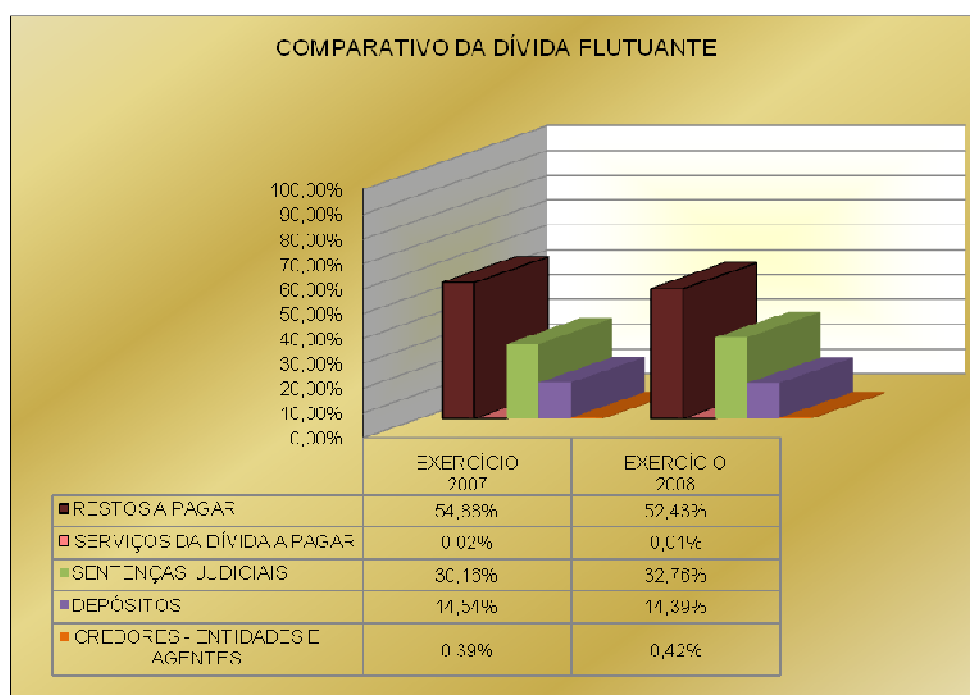
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

R\$ Milhares

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE NO EXERCÍCIO 2008 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO DE 2007				
	EXERCÍCIO 2007	AV %	EXERCÍCIO 2008	AV %
RESTOS A PAGAR	2.986.158	54,88%	3.082.305	52,43%
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	1.312	0,02%	401	0,01%
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.641.402	30,16%	1.925.536	32,76%
DEPÓSITOS	791.261	14,54%	845.841	14,39%
CREDORES ENTIDADES E AGENTES	21.303	0,39%	24.401	0,42%
TOTAL	5.441.436	100,00%	5.878.484	100,00%

FONTE: SIAFEM/RJ

Representação gráfica:



Considerando o exposto, observamos que no período 2007/2008, os percentuais de Sentenças Judiciais e de Credores Entidades e Agentes em relação ao total da dívida fluante aumentaram, enquanto que os de Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar e os Depósitos decresceram.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

5.2 Outras Obrigações de Curto Prazo

Para efeito de análise, consideramos como Outras Obrigações de Curto Prazo os saldos das contas que compõem os Grupos Provisões e Controle de Obrigações Patrimoniais.

Demonstramos a seguir, a evolução das contas que compõem “Outras Obrigações de Curto Prazo” no exercício de 2008.

Em Milhares

COMPARATIVO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO NOS EXERCÍCIOS 2007/2008				
CONTA	EXERCÍCIO 31/12/2007	AV %	EXERCÍCIO 31/12/2008	AV %
PROVISÕES TRABALHISTAS	141.177.787,95	3,40%	157.448.608,01	3,87%
PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	17.085.802,36	0,41%	17.093.245,67	0,34%
PROVISÃO PARA FÉRIAS	45.429.182,56	1,09%	59.377.977,29	1,17%
PROVISÃO PARA ENCARGOS	14.541.765,68	0,35%	22.527.771,31	0,44%
PROVISÃO PARA SALÁRIO ENFERMIDADE	225.341,95	0,01%	-	0,00%
PROVISÃO P/ INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	6.460.947,40	0,16%	6.382.545,80	0,13%
OUTRAS PROVISÕES TRABALHISTAS	57.434.748,00	1,38%	52.067.067,94	1,02%
OUTRAS PROVISÕES	999.990.603,18	24,05%	1.018.861.793,76	25,03%
PROVISÃO P/ INDENIZAÇÕES CIVIS	71.309.183,21	1,71%	147.691.609,23	2,90%
PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA	1.540.298,69	0,04%	31.502.495,04	0,62%
PROVISÃO P/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	557.542,56	0,01%	11.039.288,03	0,22%
PROVISÃO P/ ICMS	817.501.451,59	19,66%	721.559.516,25	14,18%
PROVISÃO P/ PIS/PASEP	3.058.051,84	0,07%	4.098.639,73	0,08%
PROVISÃO P/ COFINS	12.656.636,36	0,30%	17.418.407,57	0,34%
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO	2.980.970,90	0,07%	4.642.108,72	0,09%
OUTRAS PROVISÕES	90.386.468,03	2,17%	80.909.729,19	1,59%
CONTROLE DE OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS	3.016.837.150,19	72,55%	2.894.834.482	71,11%
OBRIGAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS	1.115.344.148,22	26,82%	1.147.739.715	22,55%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	161.650.463,72	3,89%	185.124.555	3,64%
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	906.789.889,06	21,81%	940.970.333	18,49%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A COMPENSAR	-	0,00%	1.048.659	0,02%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	833.052.649,19	20,03%	619.951.218,91	12,18%
TOTAL GERAL	4.158.005.541,32	100,00%	4.071.144.883,51	100,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Considerando o quadro e o gráfico apresentados, verificamos que, no exercício de 2008, dentre as contas que compõem o grupo “Outras Obrigações de Curto Prazo” as de maior representatividade são: “Controle de Obrigações - Patrimoniais” com 71,11%, seguida por “Outras Provisões”, com 25,03% desse grupo.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

5.3 Dívida Fundada

A Dívida Fundada, também conhecida como consolidada, é aquela que representa um compromisso de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado, ou ainda, aquelas assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de financiamentos, e da realização de operações de crédito, sendo a amortização estipulada em prestações parciais, distribuídas em prazos superiores a doze meses, podendo ser interna quando contraída perante credores situados no País, e externa se situados no exterior.

Na elaboração do Demonstrativo da Dívida Fundada do Estado adotamos a mesma metodologia da Superintendência do Crédito Público e Financiamento da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, isto é, não foram considerados os valores referentes às UGs 317300 – RIOTRILHOS, 124100 – FESP, 297100 – INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A, 244300 – SERLA, 317200 – CENTRAL, 197100 – CEHAB, 317100 – CODERTE, 217100 – METRÔ e 247100 – CEDAE, pois estas dívidas integram seus respectivos orçamentos, logo, não cabe ônus ao Tesouro Estadual, porém, estas foram incluídas no grupo de contas “Outras Obrigações a Longo Prazo”.

A Dívida Fundada do Estado se divide em interna e externa, e o montante desta conta, no exercício de 2008, é de R\$ 52.739.761 mil.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em Milhares

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA – EXERCÍCIO 2008					
Descrição	Saldo 31/12/2007	Emissão	Reajuste	Resgate	Saldo 31/12/2008
Dívida Interna	45.635.975	716.157	5.113.028	(702.880)	50.762.280
Contratos S.C.P	45.202.422	716.157	5.092.239	(678.840)	50.331.978
Banco do Brasil	34.013.881	599.662	3.907.184	(303.983)	38.216.743
BNDES	957.208	116.496	2.334	(94.434)	981.605
Caixa Econômica Federal	31.847	-	8.888	(3.140)	37.595
Sec.do Tesouro Nacional - STN	10.199.486	-	1.173.833	(277.284)	11.096.035
INSS – Parcela de Dívidas	111.619	-	6.749	(14.446)	103.922
PASEP - Parcela de Dívida	321.934	-	14.040	(9.594)	326.380

Dívida Externa	1.490.689	59.114	585.474	(157.796)	1.977.481
Títulos	2.833	-	719	-	3.552
Débitos em Libra Esterlina	516	-	(21)	-	495
Débitos em Dólar Norte Americano	2.317	-	740	-	3.057
Contratos	1.487.856	59.114	584.755	(157.796)	1.973.929
Débitos em Dólar Norte Americano	1.178.065	59.114	403.026	(127.012)	1.513.193
Débitos em Iene Japonês	309.791	-	181.729	(30.784)	460.736
TOTAL	47.126.664	775.272	5.698.502	(860.676)	52.739.761

Fonte: Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública - SEFAZ

Representação Gráfica:



Considerando o exposto, do total da Dívida Fundada – 96,25% são referentes à dívida interna e 3,75% à dívida externa.

Cabe ressaltar que o total da Dívida Fundada, no exercício de 2008, sofreu um acréscimo de 11,91% em relação ao exercício anterior, tal fato deve-se ao aumento da dívida interna e externa.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Com relação à movimentação ocorrida no exercício de 2008 nas contas componentes da dívida fundada tecemos os seguintes comentários:

- A Dívida Fundada Interna e Externa, no exercício de 2008, totalizaram, respectivamente, R\$ 50.762.280 mil e R\$ 1.977.481 mil. Ao compararmos com o exercício de 2007, verificamos que houve um acréscimo de 11,23% e 32,66%, respectivamente.
- O endividamento junto ao Banco do Brasil S/A (R\$ 38.216.743 mil) ocupa uma posição de destaque no total da Dívida Fundada do Estado, isso é, ele representa 72,46% deste total e, em relação à Dívida Interna corresponde a 75,29%.

Apresentamos a seguir, algumas informações relevantes em relação à Dívida Fundada Interna, prestada pela Superintendência de Crédito Público e Financiamento da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro:

- Contrato do Banco do Brasil S/A – cód. 12.1.157A
Saldo residual, em decorrência do limite do dispêndio no pagamento da Lei nº 9.496/97, conforme cláusula §5º, §6º, §7º e §8º do contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas assinado em 29/10/99, no valor de R\$ 367.534.093,72, não constitui receita de operação de crédito (não financeira); e
- Contrato do Banco do Brasil S/A – cód. 12.1.157B
Montante pendente de principal e juros a ser pago ou incorporado ao saldo do contrato de assunção e refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, código SCPF 12.1.157A, em virtude de liminar referendada pelo Supremo Tribunal Federal - Ação Cautelar nº 231/2004, no valor de R\$ 232.127.504,71, não constitui receita de operação de crédito (não financeira).

A Dívida Externa, em 31/12/2008, totalizou R\$ 1.977.481 mil, convertidos monetariamente pelas suas respectivas cotações cambiais.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

5.3.1 Dívida Fundada Interna

No exercício de 2008 a Dívida Fundada Interna evoluiu conforme demonstrado a seguir:

Em
Milhares

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA – EXERCÍCIO 2008							
Descrição	Saldo 31/12/2007	%	Emissão	Reajuste	Resgate	Saldo 31/12/2008	%
Contratos S.C.P	45.202.422	99,05%	716.157	5.092.239	(678.840)	50.331.978	99,15%
Banco do Brasil	34.013.880	74,53%	599.662	3.907.184	(303.983)	38.216.742	75,29%
BNDES	957.208	2,10%	116.496	2.334	(94.434)	981.605	1,93%
Caixa Econômica Federal	31.847	0,07%	-	8.888	(3.140)	37.595	0,07%
Sec.do Tesouro Nacional - STN	10.199.487	22,35%	-	1.173.833	(277.284)	11.096.036	21,86%
INSS – Parcela de Dívidas	111.619	0,24%	-	6.749	(14.446)	103.922	0,21%
PASEP - Parcela de Dívida	321.934	0,71%	-	14.040	(9.594)	326.380	0,64%
Dívida Interna	45.635.975	100,00%	716.157	5.113.028	(702.880)	50.762.280	100,00%

Fonte: Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública - SEFAZ

Representação Gráfica:



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Com base no exposto, verificamos que dentre as contas que compõem a Dívida Fundada Interna do Estado, os Contratos do Banco do Brasil são os de maior representatividade, correspondendo a 75,29% desta dívida. Cabe ressaltar que no comparativo entre os exercícios de 2007 e 2008, houve um acréscimo de 12,36% no montante destes contratos, entretanto, informamos que foi incorporado o valor de R\$ 599.661.598,43 que é resultante de receitas não-financeiras, comentadas anteriormente.

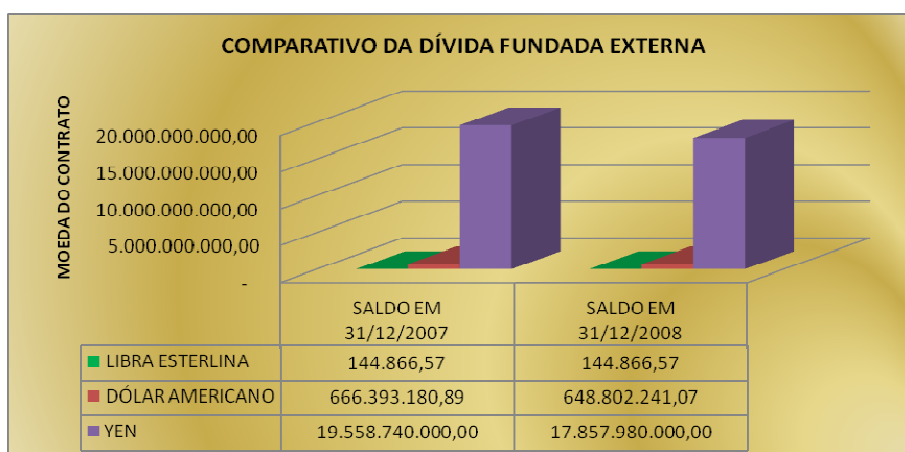
5.3.2 Dívida Fundada Externa

Em moeda do contrato a evolução se deu conforme demonstrado no quadro a seguir:

COMPARATIVO DA DÍVIDA EXTERNA FUNDADA (MOEDA DO CONTRATO) - 2007/2008			
MOEDA	SALDO EM 31/12/2007	SALDO EM 31/12/2008	VARIAÇÃO
LIBRA ESTERLINA	144.866,57	144.866,57	0,00%
DÓLAR AMERICANO	666.393.180,89	648.802.241,07	-2,64%
YEN	19.558.740.000,00	17.857.980.000,00	-8,70%

Fonte: Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública - SEFAZ

Representação Gráfica:



No exercício de 2008 houve decréscimo da dívida em “moeda do contrato”, em relação ao exercício anterior.

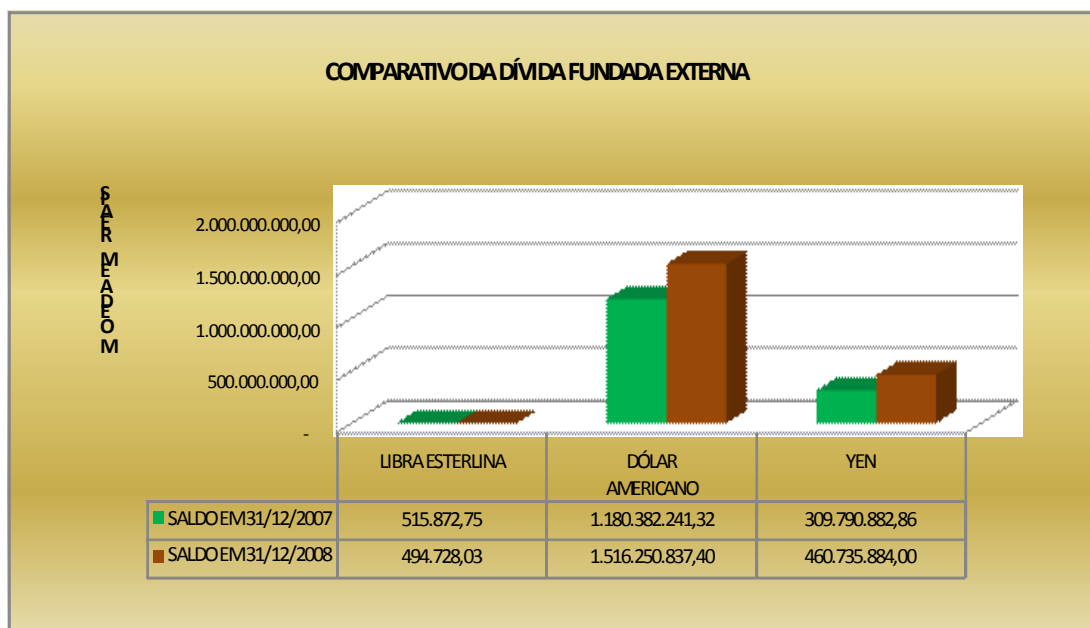
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A Dívida Fundada Externa, em reais, teve o seguinte comportamento:

COMPARATIVO DA DÍVIDA EXTERNA FUNDADA (MOEDA EM REAIS) - 2007/2008			
MOEDA	SALDO EM 31/12/2007	SALDO EM 31/12/2008	VARIAÇÃO
LIBRA ESTERLINA	515.872,75	494.728,03	-4,10%
DÓLAR AMERICANO	1.180.382.241,32	1.516.250.837,40	28,45%
YEN	309.790.882,86	460.735.884,00	48,72%
TOTAL	1.490.688.996,93	1.977.481.449,43	32,66%

Cotação em 31/12/2008: LIBRA 3,4150600; DÓLAR 2,3370000; YEN 0,0258000.
 Fonte: Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública - SEFAZ

Representação gráfica:



No exercício de 2008 houve acréscimo da dívida em “Moeda em Reais”, que sofreu um aumento de 32,66% em relação ao exercício anterior.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

5.4 Outras Obrigações de Longo Prazo

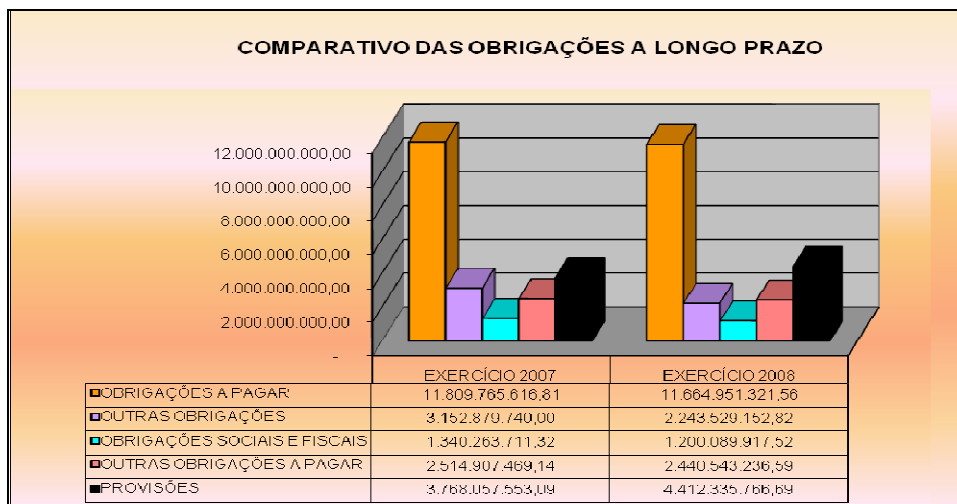
Conforme informado no item 5.3, as obrigações referentes à Administração Indireta não foram consideradas na elaboração do Demonstrativo da Dívida Fundada do Estado elaborado pela Superintendência do Crédito Público e Financiamento da SEFAZ, assim incluímos no grupo de contas “Outras Obrigações a Longo Prazo” as contas “██████████ – OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR CONTRATO”, “██████████ – INSS – PARCELAMENTO DE DÍVIDAS” e “██████████ – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS” das UG’s da Administração Indireta.

Apresentamos a seguir, o demonstrativo do comportamento das contas integrantes do grupo “Outras Obrigações a Longo Prazo” no período 2007/2008:

OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - EXERCÍCIO 2008			
CONTA	SALDO 31/12/2007	SALDO 31/12/2008	%
OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.809.765.616,81	11.664.951.321,56	53,12%
2.2.2.4.2.00.00 - CESSÃO DE DIREITOS - ROYALTIES	11.366.132.933,81	10.799.596.199,76	49,18%
2.1.3.0.0.00.00 - FINANCIAMENTOS EM CIRCULAÇÃO	443.632.683,00	865.355.121,80	3,94%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.152.879.740,00	2.243.529.152,82	10,22%
2.2.2.3.2.00.00 - CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO	80.731.787,38	94.364.561,38	0,43%
2.2.2.3.3.00.00 - PERDAS E DESAGIOS EM INVESTIMENTOS	81.787.201,86	30.103.214,33	0,14%
2.2.2.3.4.00.00 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	119.939,25	119.939,25	0,00%
2.2.2.3.5.00.00 - CREDORES DE CONTRATOS EM RENEGOCIAÇÃO	27.510.080,40	29.970.115,36	0,14%
2.2.2.3.6.00.00 - CERTIF. TESOURO FEDERAL - PERMUTADO	2.871.130.496,09	2.021.131.820,76	9,20%
2.2.2.3.7.00.00 - OBRIGAÇÕES C/ EMPRESAS ESTADUAIS EM LIQUIDAÇÃO	-	239.266,72	0,00%
2.2.2.3.8.00.00 - FORNEC/CREDORES C/ CONTRATOS DE PARCELAMENTO	91.600.235,02	67.600.235,02	0,31%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	1.340.263.711,32	1.200.089.917,52	5,46%
2.2.2.4.3.01.00 - SOCIAIS	173.385,17	0,00	0,00%
2.2.2.4.3.02.00 - FISCAIS	1.183.853,86	0,00	0,00%
2.2.2.4.3.07.00 - PARCELAMENTO – PAES	399.094.045,18	360.977.706,73	1,64%
2.2.2.4.3.08.00 - INSS - TERMO DE PARCELAMENTO DE DIVIDAS	117.596.465,73	110.810.757,25	0,50%
2.2.2.4.3.08.00 - PASEP - TERMO DE PARCELAMENTO DE DIVIDAS	321.934.271,36	326.380.328,75	1,49%
2.2.2.4.3.10.00 - PARCELAMENTO - PREVIDENCIA PRIVADA	353.934.752,04	269.618.887,52	1,23%
2.2.2.4.3.11.00 - PARCELAMENTO - PGNF/SRF	146.346.937,98	132.302.237,27	0,60%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.514.907.469,14	2.440.543.236,59	11,11%
2.2.2.4.4.00.00 - OBRAS PARALIZADAS - CIEPS	69.427.669,93	69.427.669,93	0,32%
2.2.2.4.6.00.00 - SEGUROS	40.908.317,95	41.134.754,54	0,19%
2.2.2.4.7.00.00 - EMPRÉSTIMOS BNH/CEF - FASE DE RETORNO	398.137,85	365.450,83	0,00%
2.2.2.4.8.00.00 - DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	635.182.404,56	642.932.154,54	2,93%
2.2.2.4.9.00.00 - OBRIGAÇÕES DIVERSAS	907.658.172,53	820.784.930,59	3,74%
2.2.2.1.2.06.00 - Operações de Crédito	44.552.991,25	53.995.501,82	0,25%
2.2.2.1.9.01.00 - Contratos de Empréstimo	816.779.775,07	811.902.774,34	3,70%
PROVISÕES	3.768.057.553,09	4.412.335.766,69	20,09%
2.2.2.7.1.00.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	371.285.472,72	545.795.685,21	2,49%
2.2.2.7.2.00.00 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	270.132.184,56	270.132.184,56	1,23%
2.2.2.7.3.00.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CIVIS	204.102.853,34	670.740.881,04	3,05%
2.2.2.7.4.00.00 - PROVISÃO PARA FERIAS	-	43.416,54	
2.2.2.7.5.00.00 - PROVISÃO PARA I.R.P.J.	2.902.019.417,17	2.902.799.417,17	13,22%
2.2.2.7.6.00.00 - PROV.P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LIQUIDO	-	990.496,70	
2.2.2.7.9.00.00 - OUTRAS PROVISÕES	20.517.625,30	21.833.685,47	0,10%
TOTAL	22.585.874.090,36	21.961.449.395,18	100,00%

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Representação Gráfica:



Da análise dos dados apresentados, podemos observar que o grupo de contas de maior destaque é Obrigações a Pagar, que em sua composição tem a conta “Cessão de Direitos – Royalties”, de maior representatividade, correspondendo no exercício de 2008 a 49,18% do total deste grupo. Ressaltamos que estas obrigações são amortizadas com os recursos que faz jus o Estado pela exploração de petróleo em seu território.

5.5 Dívida Consolidada Líquida

A Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal, em seu artigo 1º, § 1º, inciso V, conceitua a Dívida Consolidada Líquida como dívida pública, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

O artigo 3º da Resolução citada, estabelece como limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados o equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece Normas de Finanças Públicas voltada para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, determinou em seu artigo 55, inciso I, que fará parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, elaborado pelo Poder Executivo e obrigatório a todos os Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF.

Apresentamos a seguir o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao exercício de 2008:

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Em Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	50.462.901	56.474.321
Dívida Mobiliária	2.833	3.552
Dívida Contratual	47.967.084	54.008.968
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	876.827	984.987
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-
Parcelamentos de Dívidas com a União	1.500.557	1.385.215
De Tributos Federais	-	-
De Contribuições Sociais	1.500.557	1.385.215
Previdenciárias (INSS)	432.628	414.213
Demais Contribuições Sociais	1.067.929	971.002
Do FGTS	-	-
Outras Dívidas	115.600	91.600
DEDUÇÕES (II)	3.887.643	5.432.715
Ativo Disponível	3.707.806	5.576.685
Haveres Financeiros	2.638.776	2.551.982
(-) Restos a Pagar Processados	(2.458.939)	(2.695.952)
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.846.926	1.460.062
Precatórios anteriores a 05/05/2000	304.483	236.685
Insuficiência Financeira	-	-
Outras Obrigações	1.542.443	1.223.377
DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	46.575.258	51.041.606
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.849.822	31.830.883
% da DC sobre a RCL	187,95	177,42
% da DCL sobre a RCL	173,47	160,35
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	53.699.644	63.661.766

FONTE: SIAFEM-RJ e Relatório da LRF publicado no DOERJ de 19/02/2009.

Notas:

1 - Excluída a Imprensa Oficial por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente

2 - Não considerados para efeito de deduções da Dívida Consolidada os valores referentes ao RIOPREVIDÊNCIA, de acordo com a Portaria nº 574/2007 da Secretaria Nacional do Tesouro - STN

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A Dívida Consolidada Líquida do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrativo exposto, monta, no exercício de 2008, o valor de R\$ 51.041.606 mil, que equivale a 160,35% da Receita Corrente Líquida. Desta forma, constatamos que não foi extrapolado o limite autorizado pelo artigo 3º da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal.

Em relação ao exercício anterior a Dívida Consolidada Líquida teve um aumento de R\$ 4.466.348 mil, representando 9,59%, enquanto que a Receita Corrente Líquida teve um acréscimo de R\$ 4.981.061 mil, representando 18,55%.

5.6 Resultado Nominal

De acordo com o artigo 53º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo do Resultado Nominal deverá fazer parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzindo os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Por tanto, podemos dizer que o resultado Nominal representa, em suma, o acréscimo ou redução da dívida fiscal líquida de um ente.

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do exercício corrente e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

A meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, para o exercício de 2008, foi de R\$ 1.684.850 mil, isso significa, que este é o limite máximo de acréscimo da Dívida Fiscal Líquida previsto para o exercício.

Apresentamos a seguir o Demonstrativo da Dívida Fiscal Líquida do exercício de 2008, e, conseqüentemente, o Resultado Nominal deste período:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

LRF, art. 53, inciso III - Anexo VI

R\$ Milhares

RESULTADO NOMINAL - EXERCÍCIO 2008		
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO	
	Em 31 Dez 2007 (a)	Em 31 Dez 2008 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	50.462.901	56.474.321
DEDUÇÕES (II)	3.887.643	5.432.715
Ativo Disponível	3.707.806	5.576.685
Haveres Financeiros	2.638.776	2.551.982
(-) Restos a Pagar Processados	(2.458.939)	(2.695.952)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	46.575.258	51.041.606
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.616.157	1.476.815
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	44.959.101	49.564.790
RESULTADO NOMINAL DO EXERCÍCIO DE 2008 (b-a)		4.605.688

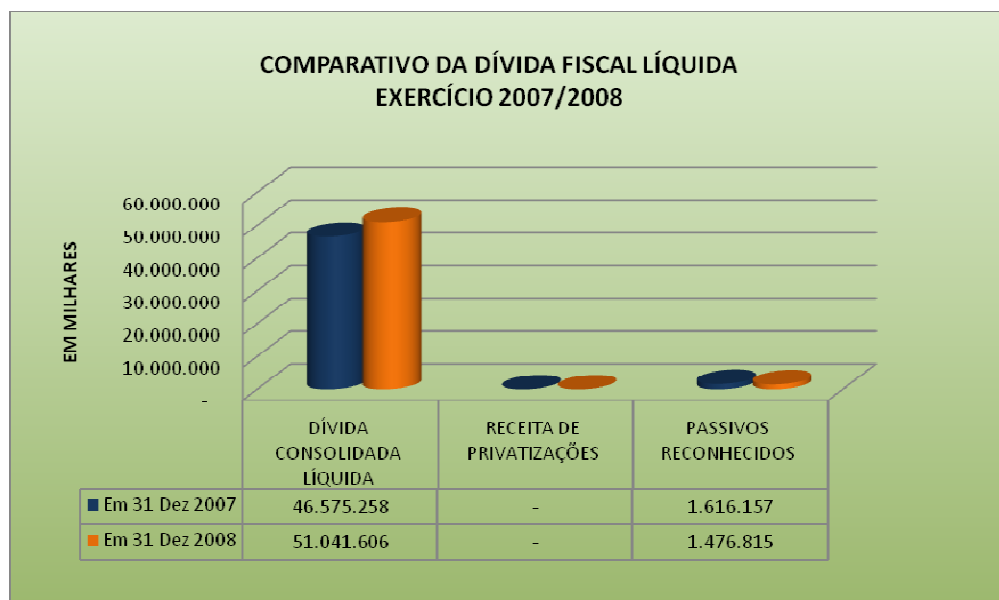
FONTE: SIAFEM-RJ e Relatório da LRF publicado no DOERJ de 19/02/2009.

Notas:

1 - Excluída a Imprensa Oficial por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente

2 - Não considerados para efeito de deduções da Dívida Consolidada os valores referentes ao RIOPREVIDÊNCIA, de acordo com a Portaria nº 575/2007 da Secretaria Nacional do Tesouro - STN

Representação Gráfica:



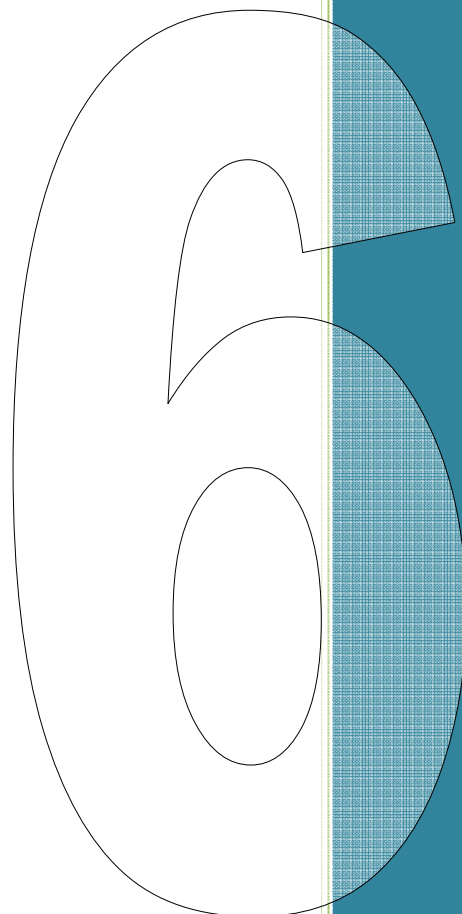
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

R\$ Milhares

COMPARATIVO ENTRE A META FISCAL ESTABELECIDADA PARA O EXERCÍCIO DE 2008 E O RESULTADO NOMINAL OBTIDO	
Meta de Resultado Nominal fixada para o Exercício de 2008	1.684.850
Resultado Nominal do Exercício de 2008	4.605.688
Diferença	2.920.838

FONTE: SIAFEM-RJ/SIG - CGE - Secretaria de Estado de Fazenda

Conforme o quadro exposto, o Resultado Nominal do exercício de 2008 é de R\$ 4.605.688 mil, sendo que este resultado ficou maior do que a meta fixada para este exercício, que monta R\$ 1.684.850 mil. Logo, o Estado do Rio de Janeiro ultrapassou em 173,36% o limite máximo estabelecido para o exercício de 2008.



**REGIME PRÓPRIO
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2008**

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 6

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

6.1 Contextualização

A partir de 1998, o tema da Previdência Social passou a ser o centro das atenções no cenário nacional e isto ocorreu porque o Governo Federal entendeu o quanto é importante a questão da Previdência Social no equilíbrio das contas públicas e na retomada da capacidade de investimento do Estado Brasileiro.

A situação até 1998 era de um sistema assistencialista, que na maioria dos casos privava pela inexistência de alíquotas de contribuição – um dos pilares da Previdência Social, bem como misturava Previdência Social com assistência médica e até com financiamento imobiliário.

O comprometimento dos orçamentos dos entes federativos com os custos previdenciários inviabilizava os investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infra-estrutura, uma vez que o déficit previdenciário era coberto com recursos do tesouro.

Diante deste quadro, o Governo Federal editou uma série de dispositivos legais, que devem ser seguidos pelos entes federativos que optarem por ter seu Regime Próprio de Previdência Social.

A Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, estabeleceram as bases sob as quais os RPPS devem ser organizados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), como instrumento de responsabilização do administrador público, por impor limites de gastos, especialmente com pessoal ativo e inativo, obriga os administradores a repensarem seu quadro de pessoal e regime funcional.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Cabe ressaltar que a LRF criou um novo cenário para os entes, poderes e os regimes próprios de previdência social, uma vez que dentre outras obrigações exige que o Anexo de Metas Fiscais contenha a avaliação financeira e atuarial e limites para gastos com pessoal.

Posteriormente à LRF, foram promulgadas as Emendas Constitucionais n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e n.º 47, de 06 de julho de 2005, a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, que tratam da planificação contábil dos RPPS e a Portaria MPS nº 204, de 10 julho de 2008, a qual dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

A portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008 (Publicada no Diário Oficial da União, de 11 de dezembro de 2008 e republicada no dia 12 de dezembro de 2008), disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717, de 1998 e nº 10.887, de 2004.

Neste contexto, a Lei Estadual nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, instituiu o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprias, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada.

O Tesouro Estadual é o garantidor de eventuais insuficiências financeiras competindo ao Estado responder solidariamente pelas suas obrigações relacionadas aos servidores estatutários, ativos e inativos, bem como seus beneficiários.

A fusão do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ com o RIOPREVIDÊNCIA foi realizada por intermédio da Lei nº 5.109, de 15 de outubro de 2007.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

No exercício de 2008, foi editada a Lei nº 5.260, de 11 de junho de 2008, estabelecendo o regime próprio e único de previdência social dos membros do poder judiciário, do ministério público, da defensoria pública, do tribunal de contas e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro.

6.2 Execução Orçamentária da Receita

As Receitas Previdenciárias arrecadadas pelo RIOPREVIDÊNCIA no exercício de 2007 foram no montante de R\$ 5.957.474 mil e no ano de 2008, no valor de R\$ 7.867.334 mil, como se demonstra:

Em Milhares

Receitas Previdenciárias		
Descrição	2007	2008
Receitas Correntes	4.653.205	6.608.365
Receitas de Contribuição	875.500	858.377
Receitas Patrimoniais	3.758.544	5.687.946
Outras Receitas Correntes	19.161	62.042
Receitas de Capital	57.168	52.677
Alienação de Bens	55	-
Amortização de Empréstimos	-	52.677
Outras Receitas de Capital	57.113	-
Receitas Rpps Intra-Orçamentarias	1.247.101	1.206.292
Intra-Orçamentárias Correntes	1.247.101	1.206.292
Total	5.957.474	7.867.334

Fonte: SIAFEM

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.3 Execução Orçamentária da Despesa

A despesa executada, em 2007 e 2008, totalizou R\$ 6.099.108 mil e R\$ 6.930.965 mil, respectivamente, cuja composição se encontra evidenciada a seguir:

Em Milhares

Despesas Previdenciárias		
Descrição	2007	2008
Administrativa	336.255	640.654
Despesas Correntes	336.253	640.075
Despesas de Capital	3	579
Previdência Social	5.760.892	6.287.881
Pessoal Civil	4.660.933	5.084.006
Pessoal Militar	1.099.958	1.203.875
Despesas Rpps Intra-Orçamentárias	1.961	2.430
Administração de Despesas Correntes	1.961	2.430
Total	6.099.108	6.930.965

Fonte: SIAFEM

6.4 Repasses Financeiros

No exercício de 2007, o total de repasses previdenciários foi de R\$ 280.098 mil, sendo o valor de R\$ 135.292 mil, para a cobertura de déficit, sendo repassado em 2008 o valor de R\$ 2.277 mil, o qual foi destinado para cobrir as despesas previdenciárias, conforme demonstrado a seguir:

Em Milhares

Repasses		
Descrição	2007	2008
Contribuições Patronais	144.805	-
Civil Ativo	128.463	-
Militar Ativo	16.341	-
Cobertura de Déficit	135.293	2.277
Repasso realizado pelo ente	135.293	2.277
Total	280.098	2.277

Fonte: SIAFEM

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.5 Resultado Previdenciário

O Resultado Previdenciário é a diferença entre a soma dos saldos das Receitas Orçamentárias, Intra-Orçamentárias Previdenciárias e dos Repasses para Cobertura de Déficit, menos o saldo das Despesas Previdenciárias.

Demonstraremos, a seguir, a apuração do Resultado Previdenciário de duas maneiras: a primeira, sem considerar o repasse para cobertura do déficit, e, a segunda, com o repasse para cobertura de déficit, nos exercícios de 2007 e 2008:

Em Milhares

Resultado sem Repasse		
Descrição	2007	2008
Total das Receitas Previdenciárias	5.957.474	7.867.334
Contribuição Patronal	144.805	-
(-)Total das despesas previdenciárias	6.099.108	6.930.965
=Resultado Previdenciário	3.170	936.969

Fonte: SIAFEM

Em Milhares

Resultado com Repasse		
Descrição	2007	2008
Total das Receitas Previdenciárias	5.957.474	7.867.334
Contribuição Patronal	144.805	-
Repasses cobertura de déficit	135.293	2.277
(-)Total das despesas previdenciárias	6.099.108	6.930.965
=Resultado Previdenciário	138.462	939.246

Fonte: SIAFEM

O resultado previdenciário nos exercícios, em ambos os casos, foi superavitário.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.6 Disponibilidades Financeiras e Investimentos

No quadro a seguir demonstramos a disponibilidade de caixa em 31.12.2008, que está composta da seguinte forma:

Em Milhares

Disponibilidades Financeiras e Investimento		
Descrição	2007	2008
Disponível	514	481
Investimentos	423.926	1.682.700
(-)Obrigações Financeiras	769.617	984.625
Total	(345.177)	696.703

Fonte: SIAFEM
Demonstrativos da Gestão Fiscal - Terceiro Quadrimestre de 2008

6.7 Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido com base nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada. Seu papel é avaliar o plano de custeio do regime próprio de previdência social para que esse se mantenha equilibrado e para que seja garantida a continuidade do pagamento dos benefícios cobertos por ele, além de subsidiar o preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

A Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 (Publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2008 e republicada no dia 12 de dezembro de 2008), dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, definindo parâmetros para a segregação da massa.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.8 Composição da População de Servidores do Estado do Rio de Janeiro

A população analisada, em termos quantitativos, está distribuída da seguinte forma:

População de Servidores do Estado do Rio de Janeiro		
Descrição	Quantidade	%
Ativos	236.282	51,63
Inativos	133.574	29,19
Pensionistas	85.756	19,18
Total	457.612	100

Fonte: Relatório Atuarial do exercício de 2008 elaborado pela Caixa Econômica Federal encaminhado a AGE pelo RIOPREVIDÊNCIA por meio do Ofício PRE nº 37/2009.

Analisando a composição da população de servidores do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que o total de inativos e pensionistas representa uma parcela de 48,37%.

Esta distribuição aponta para uma proporção de 1,07 servidores ativos para cada servidor inativo ou dependente em gozo de benefício.

6.9 Passivo Previdenciário

O Passivo Previdenciário está composto pelos “Benefícios Concedidos”, que representam os compromissos que o Fundo Previdenciário tem com os segurados que já recebem seus benefícios (inativos e pensionistas), pelos “Benefícios a Conceder”, que constituem as Provisões Matemáticas correspondentes aos segurados que se encontram em fase de contribuição (ativos) e pelas Reservas a Amortizar.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Apresentamos, a seguir, os valores das provisões matemáticas constantes dos Balanços do RIOPREVIDÊNCIA em 31/12/2007 e 31/12/2008:

Em Milhares

Provisões Matemáticas		
Descrição	2007	2008
Benefícios Concedidos	48.374.716	67.862.301
Benefícios a Conceder	22.256.083	32.752.212
(-)Reservas a Amortizar	501.195	2.074.936
Total	70.129.604	98.539.577

Fonte:

1-SIAFEM

2-Relatório Atuarial do exercício de 2008 elaborado pela Caixa Econômica Federal encaminhado a AGE pelo RIOPREVIDÊNCIA por meio do Ofício PRE nº 37/2009.

A variação ocorrida no exercício de 2008 em comparação ao de 2007 aumentou o passivo previdenciário em decorrência da inclusão dos dados cadastrais referentes aos participantes vinculados ao Tribunal de Contas do Estado, à Assembléia Legislativa do Estado, ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Estado.

6.10 Ativo Previdenciário

O Ativo Previdenciário está composto da seguinte forma:

Em Milhares

Ativo Previdenciário		
Descrição	2007	2008
Ativo Circulante	4.686,028	7.996.533
Realizável a Longo Prazo	48.421.296	43.143.034
Ativo Permanente	136.245	46.700
Total	53.243.569	51.186.267

Fonte:

1-SIAFEM

2-Relatório Atuarial do exercício de 2008 elaborado pela Caixa Econômica Federal encaminhado a AGE pelo RIOPREVIDÊNCIA por meio do Ofício PRE nº 37/2009.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.11 Resultado da Avaliação Atuarial

Na avaliação atuarial do Estado do Rio de Janeiro conjugada com os dados constantes no SIAFEM, constatamos que a soma dos ativos (Ativo Previdenciário) é insuficiente para cobrir as obrigações futuras do regime, o que acarretará aportes financeiros do ente para cobrir o déficit, que em 2007 foi de R\$ 18,8 bilhões, passando para R\$ 49 bilhões em 2008, conforme demonstrado a seguir:

Em Milhares

Avaliação Atuarial		
Descrição	2007	2008
Ativo Previdenciário	53.243.569	51.186.267
(-)Exigível	2.000.538	1.752.633
(=)Ativo Líquido	51.243.031	49.433.634
(-)Provisões Matemáticas	70.129.603	98.539.577
(=)Déficit Atuarial	18.886.572	49.105.943

Fonte:

1-SIAFEM

2-Relatório Atuarial do exercício de 2008 elaborado pela Caixa Econômica Federal encaminhado a AGE pelo RIOPREVIDÊNCIA por meio do Ofício PRE nº 37/2009.

Há que se ressaltar o trabalho que vem sendo realizado pelo RIOPREVIDÊNCIA nos dois últimos anos aumentando as suas receitas, todavia as mesmas ainda não são suficientes para acompanhar o crescimento das despesas ao longo dos exercícios subsequentes e o regime de previdência continua com desequilíbrios estruturais e apresentando déficits crescentes.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

6.12 Inconsistências da Base de Dados

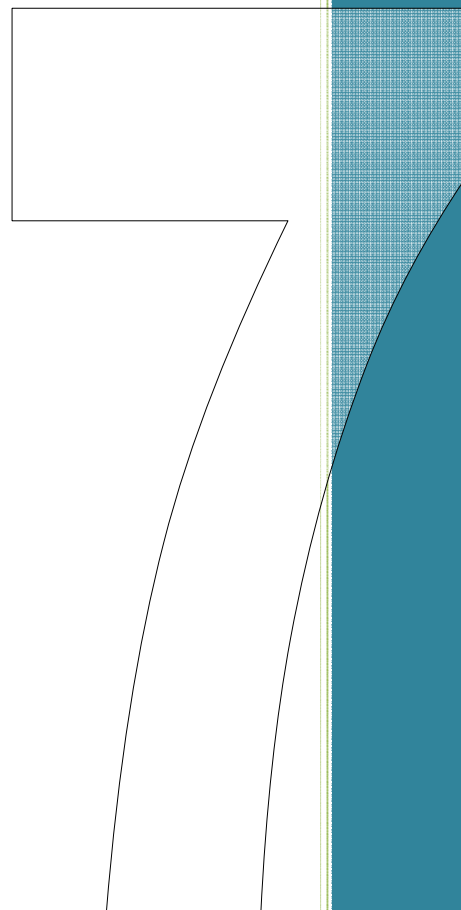
Cabe ressaltar que o resultado apresentado está afetado pela inexistência ou inconsistência das informações apresentadas nas bases de dados encaminhadas pelo Estado, o que determinou a adoção de premissas técnicas que visam reduzir seus efeitos nos resultados da avaliação atuarial, conforme descrito no “item 5 – Depuração da base de dados” do Relatório de Avaliação Atuarial do Estado do Rio de Janeiro do exercício de 2008 elaborado pela Caixa Econômica Federal.

Estas inexistências ou inconsistências estão mencionadas no Anexo 2 do Relatório de Avaliação Atuarial , conforme descrevemos a seguir:

- Data de admissão não informada de 7.059 servidores, admitiu-se que o servidor foi admitido aos 18 anos de idade;
- Salário de participação inferior ao salário mínimo referente a 25.060 servidores, adotou-se o salário mínimo nacional;
- Servidores casados sem a respectiva data de nascimento do cônjuge no quantitativo de 261, admitiu-se a diferença etária média apurada de data de nascimento de cônjuges.
- Servidores não casados com data de nascimento do cônjuge montando em 3.438, admitiu-se que estes servidores têm cônjuge;
- Existência de cônjuge não informada em 236.282 servidores, adotou-se a média de casados nacional;
- Tempo de serviço anterior a admissão no Governo Estadual não informado referente a 208.232 servidores, ajustou-se o tempo de serviço anterior admitindo que o servidor ingressou no mercado de trabalho aos 18 anos de idade;
- Aposentado com idade inferior à permitida em número de 2.875 servidores, admitiu-se que o servidor foi aposentado por invalidez;
- Data de nascimento não informada em 1.043 servidores, adotou-se a data de nascimento média;

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Benefício igual a zero ou não informado de 1.634 servidores, adotou-se o salário médio apurado;
- Benefício inferior ao salário mínimo vigente de 2.482 servidores, adotou-se o salário mínimo vigente;
- Servidores com cônjuge sem a respectiva data de nascimento totalizou 404, admitiu-se a diferença etária média apurada;
- Matrículas repetidas em número 18.949, adotou-se matrícula hipotética;
- Pensão temporária concedida à maior de 24 anos ocorre em 1.054 casos, admitiu-se que a pensão é vitalícia.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS EXERCÍCIO DE 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 7

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
EXERCÍCIO DE 2008

A avaliação da execução dos programas governamentais objetivam o acompanhamento dos projetos que compõem a carteira de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro elencados no Plano Estratégico¹ do Rio de Janeiro 2007-2010.

Os trabalhos foram direcionados para a verificação do alcance das metas pactuadas nos Projetos Estratégicos, relativas ao cumprimento dos cronogramas físico-financeiros, contemplando os programas de governo que foram priorizados pelo Governo. Daí a sua importância e relevância.

O que se busca é acrescentar ao tradicional controle de conformidade, o controle de resultado, baseado na verificação da execução orçamentária, por meio de processo de coleta e de análise de informações sobre resultados de um programa, com o objetivo de aferir o desempenho da gestão governamental, com a finalidade de subsidiar os mecanismos de responsabilização por desempenho e contribuir para aperfeiçoar a gestão pública.

¹ O Plano Estratégico representa mais uma etapa do planejamento do governo e vem firmar perante a sociedade a linha de compromisso assumida pelo governador e implementada pela Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

O Plano foi desdobrado na forma de Projetos Estratégicos divididos em duas grandes carteiras, de projetos prioritários e projetos estruturantes, que estará alinhada ao Plano Plurianual 2008-2011 do Rio de Janeiro e será parte importante do orçamento do estado para os próximos anos.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.1 Fonte de consulta

As informações necessárias ao acompanhamento dos Projetos Estratégicos foram obtidas, inicialmente, no Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro para 2007/2010, cujo conteúdo relaciona o órgão responsável por seu monitoramento, a população beneficiada, o objetivo e os resultados esperados.

A fim de complementar essas informações, foram utilizados o Plano Plurianual 2008/2011 aprovado pela lei nº 5.181, de 02 de janeiro de 2008 e sua revisão conforme a lei nº 5.368, de 08 de janeiro de 2009, de onde foram extraídas a unidade responsável, o indicador e a unidade de medida, além das ações, produtos, metas e recursos financeiros, discriminados de forma regionalizada, além da Lei Orçamentária - LOA de 2008.

Outras fontes de informações serviram de subsídios à execução dos nossos trabalhos, a saber:

- dados disponibilizados no sítio eletrônico do Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro – EGP;
- os dados do gerenciamento dos projetos estratégicos constantes do Sistema de Informação de Gestão Estratégica – SigeRio; e
- o “armazém de dados” do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM e do Sistema de Informações Gerenciais – SIG para extração dos dados financeiros dos programas vinculados à Administração Direta e Indireta.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.2 Da metodologia adotada em inspeção na área da Saúde e Educação

A metodologia de trabalho consistiu na análise dos atos normativos legais, no confronto das informações prestadas pelos gerentes de projetos e gestores com o “banco de dados” do SIAFEM, SigeRio, SIG, SIGO e do sítio do EGP, e em inspeções físicas. Foram realizados trabalhos de Avaliação de Programas, por meio de análises detalhadas e escolha de locais para visitas visando à certificação dos dados de algumas ações concernentes às Funções de Governo: Educação e Saúde, a saber:

Órgão Responsável	Programa de Governo	Ação
Secretaria de Estado de Educação	0048 – Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual	1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio 8029 – Reordenação do Ensino Médio
Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil	0093 – Atenção à Saúde	1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas

É importante esclarecer que este trabalho vem sendo objeto de aperfeiçoamento visando às contas anuais de gestão do governo realizado com a metodologia de avaliação de programas de governo, procurando abranger a efetividade, eficácia, eficiência, dentre outras dimensões, em que pese todos os obstáculos que encontramos em nosso dia-a-dia.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3 Projetos Estratégicos

Os Projetos Estratégicos são provenientes do Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2007-2010, onde consolida o planejamento do Governo para os próximos quatro anos.

Sua carteira no exercício de 2008 foi composta por 43 projetos multissetoriais de execução direta do Governo do Estado. Todos os Projetos Estratégicos serão objeto de gerenciamento intensivo e tratamento prioritário por parte do Governo.

Segundo o Plano Estratégico do Estado a composição da carteira de Projetos Estratégicos será dinâmica e irá sendo modificada ao longo do tempo em função da execução, dos resultados alcançados e da evolução de fatores externos. Novos projetos serão incorporados, alguns poderão ser substituídos ou reconfigurados. Mas essas mudanças obedecerão a um processo organizado de gerenciamento, monitoramento e avaliação da carteira de projeto e do Plano Estratégico.

A carteira de Projetos Estratégicos do Governo do Estado para o exercício de 2008 esteve inicialmente dividida em dois conjuntos: 13 projetos estruturantes, contemplados em grande parte por recursos do PAC, que são monitorados pela Casa Civil; e 30 projetos prioritários, que são monitorados pela SEPLAG.

7.3.1 Carteira de Projetos Estratégicos – Estruturantes

Estes projetos têm como foco obras de saneamento, urbanização e transporte, e contarão com forte apoio do PAC. Eles são monitorados pela Casa Civil. São eles:

1. Ampliação de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense e São Gonçalo;
2. Ampliação de Abastecimento de Água da Barra/Recreio/Jacarepaguá;
3. Arco Metropolitano;
4. Controle de Inundações e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí;
5. Estação de Tratamento de Água do Guandu – Novo Guandu;
6. Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Guandu/APA Guandu;
7. Saneamento da Barra da Tijuca e Jacarepaguá;
8. Saneamento das Bacias da Baía da Guanabara;
9. Urbanização da Rocinha;
10. Urbanização do Complexo de Manguinhos;
11. Urbanização do Complexo do Alemão;
12. Urbanização do Pavão-Pavãozinho;
13. Urbanização do Preventório.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.2 Carteira de Projetos Estratégicos – Prioritários

Estes projetos são direcionados para a melhoria das questões sociais, econômicas e de gestão pública. Eles são monitorados pela SEPLAG. São eles:

14. Reorganização do Sistema de Educação Técnica com Foco na Habilitação e Qualificação Profissional;
15. Qualificação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra;
16. Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual;
17. Expansão e Qualificação da Atenção Básica;
18. Central Estadual de Regulação em Saúde;
19. Implantação das UPAs 24 horas;
20. Ocupação Social Integrada à Urbanização de Favelas;
21. C⁴I – Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência;
22. Centro de Observação Criminológica;
23. Sistema de Investigação Criminal;
24. Modernização da Gestão dos Equipamentos Culturais do Estado;
25. Programa EduCultura;
26. Rio – O Futuro do Esporte;
27. Programa de Despoluição da Baía de Sepetiba;
28. Programa Estadual de Transporte – PET;
29. Implantação do Bilhete Único;
30. Expansão da Rede do Sistema Metroviário do Rio de Janeiro – Estação General Osório;
31. Rio de Braços Abertos;
32. 1 Rio – Plano de Gestão de Imagem;
33. Desenvolvimento do Setor do Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro;
34. Rio Rural/GEF-BIRD;
35. Porto do Rio no Século XXI;
36. Modernização da Gestão da Dívida Ativa;
37. Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial;
38. Formulação e Implementação de Políticas Públicas na Área de Governança Eletrônica;
39. Modernização da Gestão Pública;
40. Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado – PNAGE;
41. Modernização da Gestão da Documentação Pública do Estado do RJ e Reestruturação do Arquivo Público;
42. Rio Poupa Tempo;
43. Supervisão Regional – Gestão da Qualidade dos Serviços Públicos por Indicadores.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.3 Dotação dos Projetos Estratégicos – Estruturantes e Prioritários – segundo Programas de Governo

PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	DOTAÇÃO ATUAL	AV
		R\$	%
0012	Arco Metropolitano	236.497.355,00	12,35
0013	Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano	373.513.125,00	19,50
0018	Impl Sist Água e Esg nas Bacias Contrib à BG	26.672.106,00	1,39
0019	Saneamento na Região das Praias Oceânicas	132.374.772,65	6,91
0020	Ampl e Melhoria do Abastec de Água da RMRJ	318.977.241,00	16,65
0026	Defesa do Estado	2.100.000,00	0,11
0030	Modernização Gestão Pública Estadual	16.643.864,00	0,87
0037	Rio Rural	6.651.184,00	0,35
0042	Apoio Institucional ao Cidadão	2.101.773,00	0,11
0043	Cultura e Desenvolvimento	10.731.839,00	0,56
0045	Desenvolvimento de Ações Desportivas	57.840.654,00	3,02
0047	Desenvolvimento e Divulgação do Turismo	11.991.401,62	0,63
0048	Universaliz Ens Médio na Rede Públ Estadual	112.392.708,87	5,87
0054	Modern Adm Rec e Gest Fiscal,Financ e Patrim	9.715.980,00	0,51
0055	Desenv Sist de Inform e Gestão Docum Estadual	119.000,00	0,01
0058	1 RIO - Plano de Gestão de Imagem	388.899,00	0,02
0069	Rio Poupa Tempo - Atend Cidadão e Empreend	8.800.000,00	0,46
0078	Gestão de Rec Hídricos e Contr de Inundações	107.187.760,29	5,60
0079	Melh Qualid Amb Baías da Guanabara e Sepetiba	159.500,00	0,01
0089	Execução Penal Estruturada	16.000.000,00	0,84
0091	Prevenção e Combate ao Crime	62.805.708,00	3,28
0092	Implem das Unid do Programa Delegacia Legal	12.312.430,00	0,64
0093	Atenção à Saúde	56.682.615,00	2,96
0096	Organiz e Gestão do Sistema Est de Saúde	56.822,00	0,00
0099	Política Pública Estadual de Trabalho e Renda	19.903.323,00	1,04
0101	Mobilidade e Transporte para Todos	200.000,00	0,01
0102	Porto do Rio no Século XXI	538.587,00	0,03
0104	Expansão e Consolidação das Linhas de Metrô	214.743.690,00	11,21
0105	Programa Estadual de Transportes - PET	81.931.806,00	4,28
0114	PAC Social e Geração de Renda	2.394.000,00	0,12
0121	Expansão e Melhoria da Educação Profissional	12.923.024,00	0,67
TOTAL DOTAÇÃO ATUAL - PROJETOS ESTRATÉGICOS		1.915.351.168,43	100,00
TOTAL ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO		40.385.144.172,87	
PERCENTUAL SOBRE O ORÇAMENTO DO EXECUTIVO		4,74%	

Fonte: SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.4 Dotação dos Projetos Estratégicos – Estruturantes e Prioritários – segundo Órgão Responsável

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DOTAÇÃO ATUAL	AV
	R\$	%
RIOTRILHOS	214.743.690,00	11,21
CENTRAL	81.931.806,00	4,28
TURISRIO	846.523,23	0,04
CEDAE	312.439.168,65	16,31
CEHAB	36.749.203,00	1,92
FAETEC	12.923.024,00	0,67
SERLA	79.081.613,29	4,13
FUNPERJ	2.100.000,00	0,11
FUNESSP	12.312.430,00	0,64
FUESP	16.000.000,00	0,84
FEAS	2.394.000,00	0,12
FES	56.739.437,00	2,96
JUCERJA	8.800.000,00	0,46
SEPLAG	15.853.864,00	0,83
SEAPPA	6.651.184,00	0,35
SEGOV	2.101.773,00	0,11
SETE	68.985.532,39	3,60
CASA CIVIL	1.297.899,00	0,07
SEC	10.731.839,00	0,56
SEEDUC	112.392.708,87	5,87
SEFAZ	9.715.980,00	0,51
SEOBAS	767.111.875,00	40,05
SESEG	62.805.708,00	3,28
SETRANS	738.587,00	0,04
SETRAB	19.903.323,00	1,04
TOTAL DOTAÇÃO PROJETOS ESTRATÉGICOS	1.915.351.168,43	100,00
TOTAL ORÇAMENTO PODER EXECUTIVO	40.385.144.172,87	
PERCENTUAL S/ O ORÇAMENTO DO EXECUTIVO	4,74%	

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.5 Dotação dos Projetos Estratégicos – Estruturantes e Prioritários – segundo Órgão Executor

UNIDADE EXECUTORA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (-)Descentral. Concedida (A)	AV (A)	DESCENTRALIZAÇÃO CRÉDITO RECEBIDA (B)	AV (B)	DESPESA AUTORIZADA (C)	AH C/(A+B)	DESPESA EMPENHADA (D)	AH D/(A+B)
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
PRODERJ	-	-	3.579.381,84	3%	3.579.381,84	100%	3.579.381,84	100%
RIOTRILHOS	214.743.690,00	12%	-	-	176.248.042,63	82%	168.675.503,23	79%
CENTRAL	81.812.577,84	5%	-	-	47.299.685,99	58%	47.299.685,99	58%
TURISRIO	779.743,23	0%	-	-	692.544,58	89%	582.595,45	75%
CEDAE	312.439.168,65	17%	-	-	55.727.395,40	18%	55.698.838,22	18%
CEHAB	36.749.203,00	2%	856.932,52	1%	19.105.516,55	51%	12.089.585,66	32%
C. Com. Social	-	-	9.404.975,71	8%	9.404.975,71	100%	9.332.238,74	99%
EMOP	-	-	60.723.196,42	50%	60.723.196,42	100%	57.866.036,00	95%
FAETEC	12.923.024,00	1%	-	-	12.923.024,00	100%	12.916.158,49	100%
DER	-	-	3.217.951,00	3%	3.217.951,00	100%	3.217.951,00	100%
SERLA	79.081.613,29	4%	-	-	16.782.365,61	21%	16.782.365,61	21%
FUNPERJ	2.100.000,00	0%	-	-	2.100.000,00	100%	-	0%
FUNESSP	3.813.538,00	0%	-	-	1.089.217,74	29%	1.089.217,74	29%
FUESP	16.000.000,00	1%	-	-	-	0%	-	0%
FEAS	2.394.000,00	0%	-	-	975.561,76	41%	971.263,79	41%
FES	52.019.251,95	3%	-	-	51.725.217,95	99%	51.656.729,66	99%
IVB	-	-	233.209,60	0%	233.209,60	100%	189.240,26	81%
JUCERJA	8.800.000,00	0%	-	-	1.322.892,65	15%	1.322.892,65	15%
PGE	-	-	29.502.862,82	24%	29.502.862,82	100%	29.360.029,74	100%
SEAAPI	102.293,57	0%	3.325.250,10	3%	3.222.956,53	100%	2.851.890,82	88%
SEPLAG	15.853.864,00	1%	105.073,57	0%	8.155.625,17	51%	6.212.478,45	39%
SEAPPA	3.325.933,90	0%	-	-	1.767.721,18	53%	1.766.681,18	53%
SEGOV	2.088.347,00	0%	-	-	1.639.655,98	79%	1.628.029,31	78%
SETE	39.716.927,23	2%	950.945,00	1%	39.070.550,40	96%	33.609.065,51	83%
CASA CIVIL	1.297.899,00	0%	491.980,00	0%	591.980,00	33%	100.000,00	6%
SEC	10.643.499,13	1%	1.160.000,00	1%	11.803.498,18	100%	4.295.087,75	36%
SEEDUC	53.616.731,70	3%	1.456,01	0%	53.609.176,71	100%	50.691.259,68	95%
SEFAZ	9.224.000,00	1%	-	-	6.920.690,12	75%	5.923.174,49	64%
SEOBRAS	750.411.497,33	42%	8.498.892,00	7%	461.352.526,95	61%	269.991.740,24	36%
SESEG	62.805.708,00	4%	-	-	34.128.508,08	54%	32.805.943,27	52%
SETRANS	738.587,00	0%	119.228,16	0%	119.228,16	14%	119.228,16	14%
SETRAB	19.903.323,00	1%	-	-	2.594.642,21	13%	2.586.734,96	13%
TOTAL	1.793.384.420,82	100%	122.171.334,75	100%	1.117.629.801,92	58%	885.211.027,89	46%

Fonte: SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.6 Execução Orçamentária de 2008 dos Projetos Estratégicos – Estruturantes e Prioritários – por Projetos de Governo

PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) AV (b/g)	(d) AV (b/h)	(e) EMPENHADO	(f) AH (e/b)
		R\$	R\$	%	%	R\$	%
1039	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC	267.000.000,00	236.497.355,00	12,35	0,59	16.843.250,40	7,12
1613	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	42.625.000,00	43.271.162,00	2,26	0,11	25.199.491,87	58,24
1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	196.625.000,00	186.719.243,00	9,75	0,46	121.095.443,95	64,85
1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	93.625.000,00	98.057.697,00	5,12	0,24	65.947.232,02	67,25
1616	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	30.125.000,00	36.981.467,00	1,93	0,09	23.993.164,27	64,88
1617	Projeto Morro do Preventório - PAC	8.800.000,00	8.483.556,00	0,44	0,02	4.999.675,03	58,93
1606	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	27.734.906,00	26.672.106,00	1,39	0,07	4.550.998,64	17,06
1610	Esg Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá	42.586.682,00	56.174.772,65	2,93	0,14	55.698.838,22	99,15
1612	Ampl Abast Água Barra,Recr e Jacarepaguá- PAC	78.400.000,00	76.200.000,00	3,98	0,19	-	-
1607	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	121.892.021,00	125.714.099,00	6,56	0,31	27.826.087,47	22,13
1608	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	15.958.024,00	13.198.746,00	0,69	0,03	1.002.856,77	7,60
1611	Estação de Trat Água Guandu/Novo Guandu - PAC	184.080.000,00	180.064.396,00	9,40	0,45	-	-
1624	Modernização da Gestão da Dívida Ativa	2.100.000,00	2.100.000,00	0,11	0,01	-	-
1140	Reestr do Execut e Moderniz Admin e Organizac	577.344,00	2.598.305,00	0,14	0,01	1.463.121,13	56,31
1164	Prog de Modern da Gestão e do Planej - PNAGE	1.728.936,00	2.786.934,00	0,15	0,01	790.409,45	28,36
1172	Proj Integr Sist Compras e Gest de Contr Cust	2.100.000,00	3.139.190,00	0,16	0,01	-	-
1240	Reorganiz e Moderniz da Gestão Recur Humanos	7.615.044,00	7.329.435,00	0,38	0,02	3.854.980,30	52,60
1621	Implem Polít Públ Área Governança Eletrônica	1.790.000,00	790.000,00	0,04	0,00	-	-
1590	Rio Rural - GEF	6.760.300,00	6.651.184,00	0,35	0,02	4.720.865,57	70,98
1107	Supervisão Regional	501.000,00	2.101.773,00	0,11	0,01	1.641.455,31	78,10
1627	Impl Núcl Cultura nas Escolas Públ-EduCultura	1.400.000,00	7.671.210,00	0,40	0,02	165.093,86	2,15
1628	Desenvolvimento do Setor Audiovisual do ERJ	640.000,00	3.060.629,00	0,16	0,01	3.058.333,77	99,93
1619	Rio: O Futuro do Esporte	10.629.300,00	57.840.654,00	3,02	0,14	51.932.440,41	89,79
1128	Divulgação do Turismo no Estado	381.644,00	625.806,23	0,03	0,00	420.155,31	67,14
2017	Fomento ao Turismo no Estado	225.000,00	11.144.878,39	0,58	0,03	8.508.455,54	76,34
6012	Incentivo ao Desenv do Turismo no ERJ	312.230,00	220.717,00	0,01	0,00	164.114,14	74,36
1122	Expansão e Consolidação do Ensino Médio	135.788.475,00	62.031.050,47	3,24	0,15	58.577.944,65	94,43
8029	Reordenação do Ensino Médio	2.200.243,00	50.361.658,40	2,63	0,12	49.516.505,48	98,32
1038	Moderniz da Estrut de Arrecad e Fiscalização	420.000,00	9.715.980,00	0,51	0,02	5.923.174,49	60,96
1133	Modernização e Divulgação do APERJ	2.000.000,00	119.000,00	0,01	0,00	100.000,00	84,03
1620	1 Rio - Compra de Mídia e Produção	4.000.000,00	388.899,00	0,02	0,00	-	-
2756	Rio Poupa Tempo-Oper/Gerenc Unid Atendimento	2.100.000,00	8.800.000,00	0,46	0,02	1.322.892,65	15,03
1553	Recuperação Ambiental da APA Guandu	200.000,00	-	-	-	-	-
1534	Projeto Iguaçu - PAC	78.860.000,00	78.922.113,29	4,12	0,20	16.622.867,29	21,06
1618	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	30.000.000,00	28.265.647,00	1,48	0,07	6.311.403,11	22,33
1538	Recup, Dragagem e Revit das Praias Sepetiba	7.500.000,00	159.500,00	0,01	0,00	159.498,32	100,00
1549	Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba	300.000,00	-	-	-	-	-
1582	Centro de Observação Criminológica	16.000.000,00	16.000.000,00	0,84	0,04	-	-
1589	Polícia Integrada - C4I	55.909.096,00	62.805.708,00	3,28	0,16	32.805.943,27	52,23

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

1632	Sistema de Investigação Criminal	4.218.682,00	12.312.430,00	0,64	0,03	1.101.552,18	8,95
1032	Implantação das Unidades UPA 24 Horas	90.176.475,00	27.046.630,00	1,41	0,07	27.042.652,44	99,99
2170	Expansão e Qualificação da Atenção Básica	26.060.325,00	29.635.985,00	1,55	0,07	29.225.049,24	98,61
1151	Central Estadual de Regulação em Saúde	3.571.027,00	56.822,00	0,00	0,00	56.506,72	99,45
1196	Instalação Ctro Públ de Trab, Empr e Renda	4.690.000,00	-	-	-	-	-
2280	Qualificação e Requalificação Profissional	4.959.248,00	19.903.323,00	1,04	0,05	2.586.734,96	13,00
1592	Implantação do Bilhete Único	200.000,00	200.000,00	0,01	0,00	-	-
1594	Melhoria do Acesso e Reestrut do Porto do Rio	2.200.000,00	538.587,00	0,03	0,00	-	-
5047	Expansão e Consolid da Rede Priorit Básica	175.455.000,00	214.743.690,00	11,21	0,53	168.675.503,23	78,55
5002	Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	72.999.946,00	81.931.806,00	4,28	0,20	47.418.914,15	57,88
2186	PAC SOCIAL e Geração de Renda	6.600.000,00	2.394.000,00	0,12	0,01	971.263,79	40,57
1517	Implant, Ampliação e Recup Unid Rede FAETEC	8.794.098,00	12.923.024,00	0,67	0,03	12.916.158,49	99,95
(g) TOTAL DA EXECUÇÃO ORÇAM. DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS		1.881.415.046,00	1.915.351.168,43	100,00	4,74	885.211.027,89	46,22
(h) TOTAL DO ORÇAM. GERAL DO ESTADO DO PODER EXECUTIVO		36.927.730.235,00	40.385.144.172,87				

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

7.3.6.1 Comentários sobre os indicadores:

- No total, os Projetos Estruturantes executaram 46,22% da dotação atualizada, com destaque para os seguintes Projetos:
 - “1610 – Esgoto Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá” (99,15%);
 - “1628 – Desenvolvimento do Setor Audiovisual do ERJ” (99,93%);
 - “8029 – Reordenação do Ensino Médio” (98,32%);
 - “1538 – Recup, Dragagem e Revitalização das Praias Sepetiba” (100,00%);
 - “1032 – Implantação das Unidades UPA 24 Horas” (99,99%);
 - “2170 – Expansão e Qualificação da Atenção Básica” (98,61%);
 - “1151 – Central Estadual de Regulação em Saúde (99,45%); e
 - “1517 – Implant, Ampliação e Recup Unid Rede FAETEC” (99,95%).
- Os seguintes Projetos Estruturantes apresentaram execução bem abaixo da dotação atualizada:
 - “1039 – Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC” (7,12%);
 - “1608 – Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu – PAC” (7,60%);
 - “1627 – Impl Núcl Cultura nas Escolas Públ-EduCultura” (2,15%); e
 - “2756 – Rio Poupa Tempo-Oper/Gerenc Unid Atendimento” (15,03%).



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Os Projetos em que não houve a execução do orçamento estadual em 2008 foram:
 1. “1621 – Implem Polít Públ Área Governança Eletrônica”;
 2. “1620 – 1 Rio - Compra de Mídia e Produção”;
 3. “1553 – Recuperação Ambiental da APA Guandu”;
 4. “1549 – Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba”;
 5. “1582 – Centro de Observação Criminológica”;
 6. “1196 – Instalação Ctro Públ de Trab, Empr e Renda”;
 7. “1592 – Implantação do Bilhete Único”; e
 8. “1594 – Melhoria do Acesso e Reestrut do Porto do Rio”.

- Os Projetos a seguir tiveram, respectivamente, reduções e anulações das dotações atualizadas em relação ao orçamento inicial:
 1. “1621 – Implem Polít Públ Área Governança Eletrônica” (-56%);
 2. “1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio”(-54%);
 3. “1133 – Modernização e Divulgação do APERJ”(-94%);
 4. “1620 – 1 Rio - Compra de Mídia e Produção”(-90%);
 5. “1553 – Recuperação Ambiental da APA Guandu”(-100%);
 6. “1538 – Recup, Dragagem e Revit das Praias Sepetiba”(-98%);
 7. “1549 – Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba” (-100%);
 8. “1032 – Implantação das Unidades UPA 24 Horas”(-70%);
 9. “1151 – Central Estadual de Regulação em Saúde”(-98%);
 10. “1196 – Instalação Ctro Públ de Trab, Empr e Renda”(-100%);
 11. “1594 - Melhoria do Acesso e Reestrut do Porto do Rio”(-76%); e
 12. “2186 – PAC SOCIAL e Geração de Renda” (-64%).

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

7.3.7 Metas físicas (previstas e realizadas) de 2008 dos Projetos Estratégicos – por Programas e Ações de Governo

Realizamos um comparativo entre as metas físicas previstas e as realizadas em cada um dos Projetos Estratégicos do Estado do Rio de Janeiro.

Para isso utilizamos como fonte de consulta o Plano Plurianual 2008/2011 aprovado pela lei nº 5.181, de 02 de janeiro de 2008 (denominado neste ponto do relatório de PPA original) e sua revisão conforme a lei nº 5.368, de 08 de janeiro de 2009 (denominado PPA revisado).

As metas realizadas foram obtidas no Relatório das Realizações dos Programas Finalísticos do PPA em 2008 elaborado pela SEPLAG (denominado por nós como relatório SEPLAG) e enviado a esta AGE por meio do Ofício SEPLAG/SUBPL nº 07, de 17 de março de 2009. Esse relatório foi consolidado pela SEPLAG com base nas informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas do Estado, em cumprimento ao Decreto nº 41.559 e Resolução SEPLAG nº 182, de 24 e 26 de novembro de 2008, respectivamente.

As notas, constantes da tabela elaborada por esta AGE que iremos demonstrar a seguir, devem-se aos seguintes fatos:

- 1) No PPA revisado foram incluídos produtos que não constavam no PPA original;
- 2) O PPA revisado alterou o quantitativo de alguns produtos do PPA original, assim na apuração do percentual de metas realizadas consideramos a quantidade atualizada;
- 3) No relatório SEPLAG constam produtos que não estavam previsto no PPA original e no PPA revisado;
- 4) Quantidade prevista no PPA original, alterada no relatório SEPLAG, sem constar no PPA revisado;
- 5) Quantidade prevista no PPA revisado alterada no relatório SEPLAG.

E ainda na coluna denominada “situação”, da tabela a seguir demonstrada, a SEPLAG fez as seguintes referências:

A = em andamento;

C= Concluído no exercício;

K= Continuo

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A AGE sinalizou ainda na coluna denominada “situação” a referência “não informado” para os Produtos que não constam do relatório SEPLAG.

A seguir, demonstramos as metas físicas previstas e executadas e o percentual de realização:

AÇÕES			META FÍSICA				
			PRODUTOS	UNID	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *
0 1	0 0	Impl Pav Segm C Arco Rodov	Obras de arte construída	unid	30%	0	não informado
1 3	2 9	Metropolitano - PAC	Rodovia estadual implantada	km	30%	3,93%	A
			Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	10%	0	não informado
			Imóvel desapropriado ¹	unid	10%	29,00%	C
0 1	0 6	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	Urbaniz. do Complexo da Rocinha implantada	unid	40%	0	não informado
1 1	3 3		Anel viário construído ¹	unid	10%	0	não informado
			Creche implantada ¹	unid	10%	0	não informado
			Equipamento comunitário implantado ¹	unid	10%	0	não informado
			Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	10%	2,18%	A
			Iluminação pública executada ¹	unid	10%	0	não informado
			Infra-estrutura implantada ¹	unid	10%	25,23%	A
			Plano inclinado construído ¹	unid	10%	0	não informado
			Recuperação ambiental executada ¹	unid	10%	0	não informado
			Regularização fundiária executada ¹	unid	10%	3%	A
			Unidade habitacional construída ¹	unid	10%	0	não informado
			Unidade habitacional recuperada ¹	unid	10%	0	não informado
0 1	0 6	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	Urbaniz. do Complexo do Alemão implantada	unid	40%	0	não informado
1 1	3 4		Equipamento comunitário implantado ¹	unid	30%	0	não informado
			Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	30%	1,75%	A
			Iluminação pública executada ¹	unid	30%	0	não informado
			Infra-estrutura implantada ¹	unid	30%	44,44%	A
			Recuperação ambiental executada ¹	unid	30%	0	não informado
			Regularização fundiária executada ¹	unid	30%	4%	A
			Sistema teleférico implantado ¹	unid	30%	0	não informado
			Unidade habitacional construída ¹	unid	30%	0	não informado
			Unidade habitacional recuperada ¹	unid	30%	0	não informado
0 1	0 6	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	Urbaniz. do Complexo de Manguinhos implantada	unid	40%	0	não informado
1 1	3 5		Equipamento comunitário implantado ¹	unid	20%	0	não informado
			Estação intermodal construída ¹	unid	10%	0	não informado
			Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	20%	1,62%	A
			Iluminação pública executada ¹	unid	20%		não informado
			Infra-estrutura implantada ¹	unid	20%	67,82%	A
			Recuperação ambiental executada ¹	unid	20%	0	não informado
			Regularização fundiária executada ¹	unid	20%	1,00%	A
			Unidade habitacional construída ¹	unid	20%	0	não informado
			Unidade habitacional recuperada ¹	unid	20%	0	não informado
			Via férrea elevada ¹	Km	20%	0	não informado
0 1	0 6	Urbanização do Morro do Pavão e Pavãozinho - PAC	Urbaniz. Morro do Pavão e Pavãozinho implantada	unid	100%	0	não informado
1 1	3 6		Creche implantada ¹	unid	50%	0	não informado
			Equipamento comunitário implantado ¹	unid	50%	0	não informado
			Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	50%	0	não informado
			Iluminação pública executada ¹	unid	50%	0	não informado
			Infra-estrutura implantada ¹	unid	50%	76,80%	C
			Recuperação ambiental executada ¹	unid	50%	0	não informado
			Regularização fundiária executada ¹	unid	50%	141,00%	A
			Unidade habitacional construída ¹	unid	50%	0	não informado
			Unidade habitacional recuperada ¹	unid	50%	0	não informado

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

0013	0611	Projeto Morro do Preventório - PAC	Família atendida no Proj. do Morro do Preventório - PAC (de 734 para 846) ²	unid	846	432	A	51%
0018	0610	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	ETE Joinville recuperada no bairro Lote XV, em Duque de Caxias (de 40% para 30%) ²	unid	30%	5,59%	A	19%
			ETE São Gonçalo recuperada (de 40% para 30%) ²	unid	30%	0	não informado	0%
			Rede coletora na bacia dos rios do Mutondo e Coelho Implantada (de 40% para 30%) ²	unid	30%	0	não informado	0%
			Sistema Sarapuí - coleta e transporte de esgotos implantado	unid	40%	0	não informado	0%
			Sistema Sarapuí - rede coletora complementada ¹	unid	30%	13,64%	A	45%
0019	0611	Esg Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá	Sistema de esgotamento sanitário ampliado (de 25% para 8%) ²	unid	8%	7%	A	88%
0019	0611	Ampl Abast Água Barra, Recr e Jacarepaguá-PAC	Sistema de tratamento e distribuição de água ampliado	unid	25%	0	não informado	0%
0020	0612	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	Adução e sist.de abast. em São Gonçalo ampliado/complementado	unid	40%	7,02%	A	18%
			Adutora em Nova Iguaçu recuperada ¹	unid	40%	3,39%	A	8%
			Adutora principal em Nova Iguaçu duplicada ¹	unid	40%	0	A	0%
			Booster Baixada ampliado/recuperado ¹	unid	40%	6,86%	A	17%
			Reservatório em Queimados recuperado	unid	40%	2,01%	A	5%
			Conj. de macrom. e válvulas de vazão em adutora impl. Baixada	unid	40%	0	não informado	0%
			Linha de recalque do reservatório da Posse em Nova Iguaçu ampliado/recuperado ¹	unid	40%	0	não informado	0%
			Macromedidor e válvula reguladora de vazão instalada ¹	unid	40%	0	não informado	0%
			Rede de abastecimento operacional em Belford Roxo melhorada	unid	40%	0	não informado	0%
			Reservatório do Cabral em Nilópolis implantado	unid	40%	0	não informado	0%
			Sistema de abast /trat em Duque de Caxias ampliado /recuperado	unid	40%	0	não informdo	0%
			Sistema de abast /trat em Magé ampliado /recuperado	unid	40%	0	não informdo	0%
			Sistema de abast de água Campos Elísios em Duque de Caxias ampliado/recuperado ¹	unid	30%	0	não informdo	0%
			Sistema de abast de água em Mesquita ampliado/melhorado	unid	40%	0	não informdo	0%
			Sistema de abast de água em Prados Verdes e outros bairros N Iguaçu implantado ¹	unid	20%	0	não informdo	0%
			Sistema de abastec. de água em Nova Iguaçu ampliado/melhorado	unid	40%	3,53	não informdo	883%
			Sistema de abastecimento de água em Belford Roxo recuperado ¹	unid	40%	0	não informdo	0%
			Sistema operacional de Imunana-Laranjal melhorado/ampliado	unid	40%	0	não informdo	0%
			Tronco distribuidor em Belford Roxo implantado	unid	40%	0	não informdo	0%
0020	0612	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	Estação de tratamento de água operacionalizada ¹	unid	70%	0	não informado	0%
			Estação de tratamento de água reformada/modernizada ¹	unid	60%	5,46%	A	9%
			Parque de tratamento de água modernizado (de 20% para 60%) ²	unid	60%	5,46%	não informado	9%
			Sistema de desinfecção dotado de equipamento ¹	unid	70%	0,82%	A	1%
0020	0621	Estação de Trat Água Guandu/Novo Guandu - PAC	Sistema de captação, tratamento e distrib. de água implantado	unid	35%	0	não informado	0%
0022	0624	Modernização da Gestão da Dívida Ativa	Portal de serviços da dívida ativa implantado/divulgado ¹	unid	50%	0	não informado	0%
			Sistema informatizado da dívida ativa implantado ¹	unid	10%	0	não informado	0%
			Sistema para emissão de certidão negativa de débito implantada	unid	50%	0	não informado	0%
			Sistema para parcelamento da dívida ativa implantada	unid	50%	0	não informado	0%
0021	0611	Reestr do	Macroprocesso previsto/atualizado	unid	10%	0	não informado	0%

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

0	1	Execut e	Acordo de gestão formalizado	unid	8%	0	não informado	0%
3	4	Moderniz	Estrutura organizacional redesenhada - PNAGE	unid	50%	0	não informado	0%
0	0	Admin e	Órgão/entidade reestruturado (de 90% para 50%) ²	unid	50%	100%	C	200%
		Organizac	Legislação administrativa revisto/atualizado	unid	50%	0	não informado	0%
			Procedimento/processo revisto/atualizado	unid	50%	0	não informado	0%
			Estudo para a concessão do Bonde de Santa Teresa realizado	unid	71%	44%	A	62%
			Núcleo ref de macro-proj de gov criado e implementado PNAGE	unid	1%	0	não informado	0%
0	1	Prog de	Sistema de monit. e avaliação de política pública desenvolvido	unid	25%	0	não informado	0%
0	1	Modern da	Indicador de produção e de impacto concebido/implantado	unid	30%	0	não informado	0%
3	6	Gestão e do	Servidor treinado/capacitado através do PNAGE elaborado (de 200 para 250) ²	unid	250	37	A	15%
0	4	Planej - PNAGE	Relat. de avaliação de proj. com recursos do PNAGE elaborado	unid	1%	0	não informado	0%
			Unidade administrativa dotada de equipamento (de 25% para 1%) ²	unid	1	1	C	100%
0	1	Proj Integr Sist	Acompanhamento e controle dos processos das concessionárias implantado ¹	unid	25,00%	0	não informado	0%
0	1	Compras e	Gerenciamento matricial da despesa GMD2 implementado ¹	unid	22,00%	0	não informado	0%
3	7	Gest de Contr	Sistema compras e Gestão de contratos centralizado implantado	unid	50%	0	não informado	0%
0	2	Cust	Sistema centralizado de compras e gestão de contratos implantado ¹	unid	6,00%	0	não informado	0%
			Sistema estruturado de custos implantado	unid	60%	0	não informado	0%
0	1	Reorganiz e	Auditoria sistêmica da folha realizada (de 40% para 64%) ²	unid	64%	60%	A	94%
0	2	Moderniz da	Cadastro com identificador funcional implantado ¹	unid	19%	15%	A	79%
3	4	Gestão Recur	Força de trabalho analisada, avaliada e revisada - PNAGE	unid	200	0	não informado	0%
0	0	Humanos	Novo modelo de política pública de pessoal implantado - PNAGE	unid	50%	0	não informado	0%
			Novo sist. informat. de gestão de RH e folha de pagto implantado	unid	50%	0	não informado	0%
			Projeto de melhoria do Sistema de Administração de Pessoal - SAPE elaborado ¹	unid	35%	75%	A	214%
			Servidor treinado/capacitado através do PNAGE	unid	200	0	não informado	0%
			Sistema de identificação funcional implantado (de 10% para 19%) ²	unid	19%	0%	não informado	0%
0	1	Implem Polít	Modelo de governança eletrônica formulado	unid	100%	0	não informado	0%
0	6	Públ Área						
3	2	Governança						
0	1	Eletrônica						
0	1	Rio Rural - GEF	Agric. Benefic. com incent. Para adoção do manejo sust. de rec nat.	unid	200	227	C	114%
0	5		Agricultor capacitado em manejo sustentável de rec. Naturais	unid/ano	480	0	não informado	0%
3	9		Comunid. rural com manejo sustent.de recursos naturais	unid	10	10	C	100%
7	0		Gerenc. Integ. de Agroecossist. no Norte e Noroeste Flum. Execut.	unid	1	0	não informado	0%
			Manejo sustentável de recursos naturais implantado em comunidade rural ¹	unid	10	0	não informado	0%
			Mata ciliar e floresta nativa reabilitada	hectare	600	0	não informado	0%
			Pesquisa/estudo realizado ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Portal/Telecentro do Projeto Rio Rural-GEF implantado/operacionalizado (de 0 para 1) ⁵	unid	1	1	K	100%
			Produtor rural apoiado ³	unid	1100	1100	C	100%
			Produtor rural treinado / capacitado	unid	1000	126	A	13%
			Projeto desenvolvimento rural sustentável elaborado ³	unid	1	1	C	100%
			Projeto Rio Rural-GEF avaliado/monitorado ¹	unid	1	1	C	100%
			Servidor público estadual treinado / capacitado	unid	100	132	C	132%
			Unidade de pesquisa adaptativa implantada ¹	unid	15	0	não informado	0%
			Unidade operacional dotada de equipamento ³	unid	3	3	C	100%
0	1	Supervisão	Área beneficiada com ações de ordem urbana ¹	unid	2	3	C	150%

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

0	1	Regional	Área da Saúde, Educação e Segurança com serviços prestados avaliada ¹	unid	3	0	não informado	0%
4	0		Área de governo com serviços prestados avaliada	unid	3	3	A	100%
2	7		Disque Governo implantado	unid	50%	0	não informado	0%
			Módulo de avaliação e tratamento do Sistema Gestor implantado ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Núcleo de apoio à Terceira Idade implantado ¹	unid	30	0	não informado	0%
			Unidade descentralizada para a superv.regiona operacionalizada	unid	15	0	não informado	0%
0	1	Impl Núcl	Aluno do ensino médio da rede estadual atendido nas unidades de cultura ¹	unid	5.000	0	não informado	0%
0	6	Cultura nas	Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
4	2	Escolas Públ-	Núcleo de Cultura implantado nas escolas públicas	unid	150	0	não informado	0%
3	7	EduCultura	Oficina cultural realizada ³	unid	1	8	C	800%
			Ponto de Cultura do Estado do Rio de Janeiro instalado ¹	unid	150	0	não informado	0%
			Unidade de cultura implantada em escola da rede pública de ensino médio ¹	unid	10	0	não informado	0%
0	1	Desenvolve	Bolsa de capacitação para a indústria do audiovisual concedida ¹	unid	156	0	não informado	0%
0	6	nto do Setor	Comissão audiovisual instalada	unid	1%	0	não informado	0%
4	2	Audiovisual do	Empresa do setor audiovisual beneficiadas com incentivo	unid	12%	0	não informado	0%
3	8	ERJ	Empresa do setor audiovisual instalada	unid	30%	0	não informado	0%
			Escritório de apoio ao setor audiovisual instalado ¹	unid	1	0,9	A	90%
			Grupo de trabalho do desenvolvimento do setor audiovisual instalado ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Prêmio adicional de renda concedido ¹	unid	1	5	C	500%
			Programa de fomento ao setor audiovisual implantado ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Projeto cultural apoiado ³	unid	55	57	C	104%
			Projeto do setor audiovisual beneficiado com incentivo ¹	unid	50	0	não informado	0%
			Vale-cine distribuído para alunos da rede pública e familiares ¹	unid	300.000	300.000	C	100%
0	1	Rio: O Futuro	Núcleo Segundo Tempo implantado/operacionalizado ¹	unid	150	284	A	189%
0	6	do Esporte	Núcleo Suderj em Forma/Esporte Seguro implantado/operacionalizado ¹	unid	150	216	A	144%
4	1		Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
5	9		Despesa sem produto associado ³	unid	1	5	C	500%
			Atleta/treinador selecionado e atendido com subsídios pecuniários	unid	120	0	não informado	0%
			Centro de excelência desportiva implantado	unid	5%	0	não informado	0%
			Criança/jovem atend em proj. esportivo em comunidades carentes	unid	2100	0	não informado	0%
			Crianças, jovens e adolescentes atendidos em proj. comp. Esportiv.	unid	1500	0	não informado	0%
			Pessoa atendida através do programa de Iniciação Desportiva - PID	unid	3500	0	não informado	0%
			Profissional qualificado através de interc/parc entre centros esport.	unid	2500	0	não informado	0%
0	1	Divulgação do	Promoção, participação e apoio a eventos realizados	unid	120	58	C	48%
0	1	Turismo no	Campanha promocional realizada	unid	33	27	C	82%
4	2	Estado	Evento turístico municipal apoiado	unid	23	19	C	83%
7	8		Posto de informação turística implantado	unid	1	0	não informado	0%
			Sinalização turística adequada/implantada	unid	6	3	C	50%
			Profissinal do turismo capacitado através de parceria	unid	1500	0	não informado	0%
0	2	Fomento ao	Repre. inst. Em eventos internacionais p/div. O turismo no estado (de 3 para 1) ²	unid	1	6	C	600%
0	0	Turismo no	Rodada de negoc. realizados no Brasil e no exterior -O Rio é de vcs	unid	20	0	não informado	0%
4	1	Estado	Atrativo turístico reformado/ampliado ¹	unid	1	1	C	100%
7	7		Campanha promocional realizada ¹	unid	1	4	C	400%
			Promoção, participação e apoio a eventos realizado ¹	unid	5	18	C	360%
			Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%
0	6	Incentivo ao	Projeto de regionalização do turismo realizado (de 30% para 25%) ²	unid	25%	25%	A	100%
0	0	Desenv do						



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

4	1	Turismo no	Empresa prestadora de serviços turísticas						
7	2	ERJ	cadastrada/capacitada	unid	14.000	0	não informado	0%	
			Posto de informação turística implantado	unid	2	2	C	100%	
			Banco de dados sobre a oferta turística fluminense implantado/operacionalizado ¹	unid	25%	31%	C	124%	
			Projeto de segmentação turística elaborado (de 50% para 25%) ²	unid	25%	25%	A	100%	
			Promoção, participação e apoio a eventos realizado ¹	unid	77	34	C	44%	
			Diligência/fiscalização em ente turístico realizado ³	unid	830	557	C	67%	
0	1	Expansão e	Acervo ampliado ³	unid	1	1	C	100%	
0	1	Consolidação	Acervo recuperado ³	unid	1	1	C	100%	
4	2	do Ensino	Imóvel adquirido ³	unid	15	14	C	93%	
8	2	Médio	Projeto/estudo realizado ³	unid	1	2	C	200%	
			Sede da SEDUC dotada de equipamento ³	unid	1	0,9	C	90%	
			Unidade de ensino médio ampliada (de 16% para 40%) ⁴	unid	40	36	A	90%	
			Unidade de ensino médio implantada	unid	15%	1%	A	7%	
			Unidade de ensino incorporada ao projeto Horário Integral	unid	30%	0	não informado	0%	
			Unidade de ensino médio dotada de equipamento (de 30% para 1) ⁴	unid	1	1	C	100%	
0	8	Reordenação	Aluno atendido com uniforme escolar ³	unid	769.196	769.196	K	100%	
0	0	do Ensino	Aluno atendido no Projeto Fim de Semana na Escola ³	unid	2.400	2.367	A	99%	
4	2	Médio	Aluno beneficiado com vale transporte ³	unid	1.272.980	1.272.980	K	100%	
8	9		Aluno matriculado no ensino médio	unid	544.000	0	não informado	0%	
			Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%	
			Núcleo Suderj em Forma/Esporte Seguro implantado/operacionalizado ³	unid	150	216	A	144%	
			Professor do ensino médio da rede estadual treinado/capacitado (de 12.017 para 15.171) ³	unid	15.171	15.171	k	100%	
			Projeto de aceleração de estudos implantado ³	unid	1	1	C	100%	
			Sede da SEDUC dotada de equipamento ³	unid	1	0,1	C	10%	
			Unidade de ensino médio operacionalizada ³	unid	1.031	1.031	K	100%	
			Vale-cine distribuído para alunos da rede pública e familiares ³	unid	300.000	300.000	C	100%	
0	1	Moderniz da	Cadastro Sincronizado Nacional implantado (de 70% para 20%) ²	unid	20%	25%	C	125%	
0	0	Estrut de	Cadastro Sincronizado Nacional operacionalizado ¹	unid	40%	0	não informado	0%	
5	3	Arrecad e	Sistema para Nota Fiscal Eletrônica implantado (de 70% para 40%) ²	unid	40%	40%	C	100%	
4	8	Fiscalização	Sistema para nota fiscal eletrônica operacionalizado (de 20% para 1) ⁵	unid	1	1	K	100%	
			Sistema público de escrituração digital implantado (de 70% para 20%) ²	unid	20%	25%	C	125%	
0	1	Modernização	Campanha/evento realiz. p/divulgação do acervo do Arq. Público	unid	2	0	não informado	0%	
0	1	e Divulgação	Sede do APERJ dotada de equipamento ¹	unid	62%	20%	A	32%	
5	3	do APERJ	Sistema p/inform. e digitação do Acervo do APERJ implantado	unid	5%	0	não informado	0%	
0	1	1 Rio - Compra	PIB turístico do Estado do Rio de Janeiro ampliado						
0	6	de Mídia e		unid	5%	0	não informado	0%	
5	2	Produção							
8	0								
0	2	Rio Poupa	Cidadão atendido pelo Rio Poupa Tempo	unid	250.000	0	não informado	0%	
0	7	Tempo-	Empreendedor atendido pelo Rio Poupa Tempo	unid	8.000	0	não informado	0%	
6	5	Oper/Gerenc	Unidade do Rio Poupa Tempo operacionalizada ¹						
9	6	Unid		unid	2	2	K	100%	
		Atendimento							
0	1	Recuperação	Obra Civil e hidráulica do desvio do canal do rio dos Poços realizados						
0	5	Ambiental da		unid	40%	0	não informado	0%	
7	5	APA Guandu							
6	3								
0	1	Projeto Iguaçu	Meso e macrodrenagem realizada (de 2.000.000 para 200.000) ²	m3	200.000	112.784	A	56%	
0	5	- PAC	Família reassentada	unid	1.000	0	não informado	0%	
7	3		Margem de rio recuperada (de 10 para 5) ²	Km	5	2,5	A	50%	
8	4								



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

0078	01	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	Família atendida no Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC (de 720 para 646) ²	unid	646	161	A	25%
0079	01	Recup, Dragagem e Revit das Praias Sepetiba	Praia recuperada	unid	25%	2,50%	A	10%
0079	05	Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba	Relat. de acomp implant do Plano Desp da Baía de Sepetiba elaborado	unid	10%	0	não informado	0%
0089	05	Centro de Observação Criminológica	Unidade operacional do sistema penal implantada (de 1 para 30%) ²	unid	1	0	não informado	0%
0091	05	Polícia Integrada - C4I	Central de Atendimento 190 ampliada	unid	50%	0	não informado	0%
			Centro de Operações em Batalhão implantado	unid	50%	0	não informado	0%
			Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%
			Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido ³	unid	15	20	C	133%
			Profissional de inteligência policial capacitado ¹	unid	200	0	não informado	0%
			Sede da SESEG reformada/dotada de equipamento ³	unid	1	1	C	100%
			Sist. de Ident. de Pessoal e Armas nos Batalhões da PMERJ implantado	unid	80%	0	não informado	0%
			Sistema de Monit. Em Área de Policiamento implantado	unid	90	0	não informado	0%
			Sistema de TI na área de inteligência reestruturado (de 0 para 1) ⁵	unid	1	1	A	100%
			Sistema operacional de monitoramento em área de policiamento implantado ¹	unid	80%	0	não informado	0%
			Sistema operacional para integração policial implantado	unid	40%	0	não informado	0%
			Unidade operacional da PMERJ e PCERJ integrada	unid	80	0	não informado	0%
			Veículo da PCERJ adquirido ³	unid	105	77	C	73%
			Veículo da PMERJ operacionalizado ³	unid	1235	1235	K	100%
			Veículo da PMERJ adquirido	unid	1235	1235	K	100%
0092	06	Sistema de Investigação Criminal	Unidade de Segurança Técnico-Científica dotada de equipamento	unid	1	1	C	100%
			Instituto Médico Legal dotado de equipamento	unid	1	1	C	100%
			Posto regional da política técnico-científica implantado	unid	9	3	A	33%
			Sede do Instituto de Criminalística Carlos Éboli - ICCE implantada	unid	45%	0	não informado	0%
0093	00	Implantação das Unidades UPA 24 Horas	Unidade de pronto atendimento UPA 24 HS implantada (de 12 para 16) ²	unid	16	16	C	100%
			Pessoa atendida nas unidades de pronto atendimento UPA 24 HS (no PPA a meta era de 255.000 e na revisão PPA 2009 não consta esse produto)	Unid/mês	255.000	0	não informado	0%
			Campanha realizada ³	Unid	1	1	C	100%
0093	02	Expansão e Qualificação da Atenção Básica	Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
			Material didático produzido ¹	unid	1	23000	C	2300000%
			Município atendido com apoio financeiro para atenção básica (de 92 munic. para 96%) ²	unid	96%	96%	K	100%
			Município com estratégia Saúde da Família/Saúde Bucal supervisionado	unid	100%	100%	K	100%
			Profissional de saúde treinado/capacitado (de 2.000 para 500) ²	unid	500	1606	K	321%
			Saldo de convênio/contrato devolvido ³	unid	2	2	C	100%
			Superintendência de Atenção Básica e Gestão do Cuidado dotada de equipamento (de 1 unid. para 5%) ²	unid	5%	4%	A	80%
			Unidade municipal do programa de saúde da família supervisionada (de 368 para 100% dos munic.) ²	unid	368	0	não informado	0%
001	01	Central Estadual de	Central de regulação em Saúde implantada (50% para 100%) ²	unid	100%	100%	C	100%



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

9	5	Regulação em	Complexo Regulador Estadual operacionalizado ¹	unid	20%	30%	K	150%
6	1	Saúde	Núcleo interno de regulação implantado em unidade hospitalar estadual ¹	unid	25%	40%	A	160%
			Profissional de saúde treinado/capacitado	unid	200	0	não informado	0%
			Profissional treinado/capacitado em ações relacionadas à saúde ¹	unid	50%	0	não informado	0%
0	1	Instalação	Centro Público de trabalho, emprego e renda Implantado	unid	2	0	não informado	0%
0	1	Ctro Públ de						
9	9	Trab, Empr e						
9	6	Renda						
0	2	Qualificação e	Estágio com qualificação profissional oferecido (de 2000 para 800) ²	unid	800	0	não informado	0%
0	2	Requalificação	Pessoa beneficiada com o seguro desemprego ¹	unid	63.405	0	não informado	0%
9	8	Profissional	Pessoa de 18 a 29 anos qualificada pelo projeto PROJOVEM ¹	unid	5.000	0	não informado	0%
9	0		Servidor público estadual treinado/capacitado (de 600 para 200) ²	unid	200	0	não informado	0%
			Trabalhador assistido nas agências estaduais de trabalho e renda ¹	unid	277.969	0	não informado	0%
			Trabalhador qualificado nos cursos de capacitação profissional (de 8.644 para 15.695) ²	unid	15.695	16700	C	106%
0	1	Implantação	Sistema Bilhete Único implantado (de 60% para 10%) ²	unid	10%	0	não informado	0%
1	5	do Bilhete						
0	9	Único						
1	2							
0	1	Melhoria do	Acesso ferroviário reestruturado (de 40% para 0%) ²	unid	0%	0%	não informado	0%
1	5	Acesso e	Acesso rodoviário reformulado (de 34% para 10%) ²					
0	9	Reestrut do						
2	4	Porto do Rio		unid	10%	0	não informado	0%
0	5	Expansão e	Material rodante adquirido	unid	1	0	não informado	0%
1	0	Consolid da	Linha 1 do Metrô ampliada	Km	50%	0	não informado	0%
0	4	Rede Priorit	Sinalização da linha 2 implantada	Km	15	0	não informado	0%
4	7	Básica	Sistema de sinalização e de piloto automático da Estação Cantagalo concluído ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Estação Gal Osório construída ³	unid	50%	50%	A	100%
0	5	Melhoria no	Bonde de Santa Teresa recuperado (de 13 para 3) ²	unid	3	1	A	33%
1	0	Sistema de	Corredor metropolitano implantado ¹	unid	20%	0	não informado	0%
0	0	Transporte	Escola Silva Freire modernizada	unid	100%	0	não informado	0%
5	2	Ferrovário	Estação ferroviária reformada (de 100% para 1 unid) ²	unid	1	1	C	100%
			Gerenciamento de programa realizado ¹	unid	25%	25%	C	100%
			Inventário físico dos bens da Central realizado	unid	1	1	C	100%
			Material rodante - TUE's com 4 carros cada - adquirido ¹	unid	20	0	não informado	0%
			Material rodante adquirido (alterado de 100% para 20) ²	unid	20	0	não informado	0%
			Material rodante recuperado/ modernizado (de 100% para 6) ²	unid	6	5	A	83%
			Plano diretor revisto/atualizado (de 100% para 0%) ²	unid	0%	0	não informado	0%
			Sistema de bondes de Santa Teresa recuperado ¹	unid	20%	20%	C	100%
			Sistema de monitoramento da Alameda São Boa Aventura implantado ¹	Km	2	0	A	0%
			Sistema de trens de passageiros recuperado/reformado (de 100% para 10%) ²	unid	10%	10%	C	100%
			Unidade da SETRANS reestruturada ¹	unid	1	0	não informado	0%
			Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%
0	2	PAC SOCIAL e	Centro da Juvent. implantado em comunidade atendida pelo PAC (de 7 para 5) ²	unid	5	4	K	80%
1	1	Geração de	Gerenciamento dos Projetos do PAC/Social realizado	unid	40%	0	não informado	0%
1	8	Renda	Proj. mãos à obra implant. nas comunid. da Rocinha, Alemão, Mangueiras, Preventório e Pavão-Pavãozinho	unid	40%	34%	A	85%
4	6		Biblioteca popular em comunidade atendida pelo PAC	unid	2	0	não informado	0%
0	1	Implant,	Unidade de ensino técnico/profissionalizante dotada de equipamento (de 4 para 132) ²	unid	132	137	C	104%
1	5	Ampliação e	Unidade de ensino técnico/profissionalizante implantada (de 6 para 24) ²	unid	24	16	A	67%
2	1	Recup Unid						
1	7	Rede FAETEC						

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

		Unidade de ensino técnico/profissionalizante recuperada/ampliada (de 7 para 40) ²	unid	40	43	C	108%
		Unidade FAETEC adequada às demandas dos APL's e projetos estruturantes (de 35 para 24) ²	unid	24	16	A	67%

7.4 Detalhamento dos Projetos Estratégicos

A seguir, apresentaremos o detalhamento da carteira de Projetos Estratégicos – Estruturantes e Prioritários – do Governo do Estado para o exercício de 2008.

O que se buscou foi mapear os Projetos Estratégicos por meio de seus respectivos programas de governo, suas ações e metas físicas previstas no orçamento e o órgão/entidade da Administração Pública Estadual responsável por sua execução, com o objetivo de colhermos indicadores sobre a execução da despesa orçamentária, assim como das metas físicas previstas no orçamento anual e no Plano Plurianual de 2008/2011 de forma a auxiliar a avaliação do desempenho das ações de governo.

Cabe ressaltar que os responsáveis pela execução orçamentária, bem como pelo cumprimento das metas físicas que envolvem as ações dos Projetos de Governo, aqui apresentados, são os ordenadores de despesas definidos nos incisos VII e IX do artigo 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro.



AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BAIXADA FLUMINENSE E SÃO GONÇALO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 1

AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BAIXADA FLUMINENSE E SÃO GONÇALO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região da Baixada Fluminense e São Gonçalo - População beneficiada - 2,4 milhões de habitantes.

OBJETIVO DO PROJETO:

Obras de racionalização do abastecimento de água na Baixada Fluminense e São Gonçalo.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Controle de perdas de água;
- Melhoria da arrecadação;
- Complementação da duplicação da Adutora da Baixada;
- Ampliação e melhorias das redes de abastecimento de água;
- Ampliação do sistema de produção de água tratada;
- Melhorias nos reservatórios;
- Ampliação da ETA Laranjal e duplicação da adutora.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/08/2001

DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0020 – Ampliação e Melhoria das Condições de Abastecimento de Água da RMRJ

Ação: 1607 – Ampliação do Abastecimento de Água na Baixada Fluminense e São Gonçalo – PAC

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
49.840.030	203.360.121	0	253.200.151

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0020 – Ampliação e Melhoria das Condições de Abastecimento de Água da RMRJ

Ação: 1607 – Ampliação do Abastecimento de Água na Baixada Fluminense e São Gonçalo – PAC

Finalidade: Ampliar e melhorar as condições operacionais do sistema de abastecimento de água na área da Baixada Fluminense e em São Gonçalo.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Adução e sistema de abastecimento em São Gonçalo ampliado/complementado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Conjunto de macromedidores e válvulas de vazão em adutora implantado na Baixada	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Rede de abastecimento operacional em Belford Roxo melhorada	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Reservatório do Cabral em Nilópolis implantado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Reservatório em Queimados recuperado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Sistema de abastecimento de água em Mesquita ampliado/melhorado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Sistema de abastecimento de água em Nova Iguaçu ampliado/melhorado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Sistema de abastecimento e tratamento em Duque de Caxias ampliado/recuperado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Sistema de abastecimento e tratamento em Magé ampliado/recuperado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Sistema operacional de Imunana-Laranjal melhorado/ampliado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100
Tronco distribuidor em Belford Roxo implantado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	100

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1607	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	121.892.021,00	125.714.099,00	27.826.087,47	22,13

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação: 1607 – Ampliação do Abastecimento de Água na Baixada Fluminense e São Gonçalo – PAC**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Adução e sist.de abast. em São Gonçalo ampliado/complementado	unid	40%	7,02%	A	18%
Adutora em Nova Iguaçu recuperada ¹	unid	40%	3,39%	A	8%
Adutora principal em Nova Iguaçu duplicada ¹	unid	40%	0	A	0%
Booster Baixada ampliado/recuperado ¹	unid	40%	6,86%	A	17%
Reservatório em Queimados recuperado	unid	40%	2,01%	A	5%
Conj. de macrom. e válvulas de vazão em adutora impl. Baixada	unid	40%	0	não informado	0%
Linha de recalque do reservatório da Posse em Nova Iguaçu ampliado/recuperado ¹	unid	40%	0	não informado	0%
Macromedidor e válvula reguladora de vazão instalada ¹	unid	40%	0	não informado	0%
Rede de abastecimento operacional em Belford Roxo melhorada	unid	40%	0	não informado	0%
Reservatório do Cabral em Nilópolis implantado	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema de abast /trat em Duque de Caxias ampliado /recuperado	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema de abast /trat em Magé ampliado /recuperado	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema de abast de água Campos Elísios em Duque de Caxias ampliado/recuperado ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Sistema de abast de água em Mesquita ampliado/melhorado	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema de abast de água em Prados Verdes e outros bairros N Iguaçu implantado ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Sistema de abastec. de água em Nova Iguaçu ampliado/melhorado	unid	40%	3,53	não informado	883%
Sistema de abastecimento de água em Belford Roxo recuperado ¹	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema operacional de Imunana-Laranjal melhorado/ampliado	unid	40%	0	não informado	0%
Tronco distribuidor em Belford Roxo implantado	unid	40%	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BARRA/RECREIO/ JACAREPAGUÁ



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 2

AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BARRA / RECREIO / JACAREPAGUÁ

ORGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. População beneficiada – 1,5 milhões de habitantes.

OBJETIVO DO PROJETO:

Obras de racionalização do abastecimento de água na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Controle de perdas de água;
- Melhoria da arrecadação;
- Ampliação e melhorias das redes de abastecimento de água;
- Ampliação do sistema de produção de água tratada;
- Melhorias nos reservatórios.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/08/2001 DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0019 – Saneamento na Região das Praias Oceânicas

Ação: 1612 – Ampliação do Abastecimento de Água na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
0	167.355.925	0	167.355.925

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0019 – Saneamento na Região das Praias Oceânicas

Ação: 1612 – Ampliação do Abastecimento de Água na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá – PAC

Finalidade: Dotar a área de adequado sistema de abastecimento de água

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CEDAE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema de tratamento e distribuição de água ampliado	unidade	25,00%	25,00%	50,00%	0,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	A/H (%) (c/b)
1612	Ampl Abast Água Barra,Recr e Jacarepaguá- PAC	78.400.000,00	76.200.000,00	-	-

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1612 – Ampliação do Abastecimento de Água na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Sistema de tratamento e distribuição de água ampliado	unid	25%	0	não informado	0%

observação:

Este projeto estratégico não consta do relatório SEPLAG, visto que no PPA revisado as metas previstas constam para o período de 2009 a 2010.

ARCO METROPOLITANO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 3
ARCO METROPOLITANO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade da região e arredores da construção do Arco.

OBJETIVO DO PROJETO:

Construção da BR-493/RJ-109, no trecho compreendido entre a BR-040 (Rodovia Rio-Juiz de Fora) e a BR-101/Sul (Rodovia Rio Santos), de modo a retirar o tráfego pesado de longa distância dos principais corredores metropolitanos de transporte de passageiros.

RESULTADOS ESPERADOS:

- construir 72 km de rodovia em pista dupla, em trecho virgem, referente ao segmento C do Arco Metropolitano, até 2009;
- construir 90 obras de arte especiais, incluindo viadutos sobre 27 vias municipais, para oferecer passagens inferiores e evitar a segregação das áreas atravessadas, até 2009;
- construir um trevo com a Rodovia Pres Dutra (BR-116) e reconstruir um trevo com a BR-040 (Rodovia Rio Juiz de Fora), até 2009;
- construir interseções em dois níveis com 4 rodovias estaduais, até 2009;
- retirar 8.000 caminhões/dia dos principais corredores metropolitanos de transporte, a partir da abertura ao tráfego da rodovia, em 2009.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 16/08/2004

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] - de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0012 – Arco Metropolitano

Ação: 1039 – Implantação e Pavimentação do Segmento C do Arco Rodov Metropolitano – PAC

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
54.000.000	480.000.000	0	534.000.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0012 – Arco Metropolitano

Ação: 1039 – Implantação e Pavimentação do Segmento C do Arco Rodov Metropolitano – PAC

Finalidade: Implantação do trecho compreendido entre a BR-040 (Rodovia Rio-Juiz de Fora) e a BR-101/Sul (Rodovia Rio-Santos), visando a reduzir o tráfego pesado de longa distância dos principais corredores metropolitanos de transporte de passageiros, otimizar as condições de acesso ao porto de Itaguaí e atender aos grandes empreendimentos industriais previstos, promovendo o desenvolvimento da Região Metropolitana.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Obra de arte construída	unidade	30,00%	30,00%	40,00%	0,00%	100,00%	1,00
Rodovia estadual implantada	Km	30,00%	30,00%	40,00%	0,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1039	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC	267.000.000,00	236.497.355,00	16.843.250,40	7,12

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1039 – Implantação e Pavimentação do Segmento C do Arco Rodov Metropolitano – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Obras de arte construída	unid	30%	0	não informado	0%
Rodovia estadual implantada	km	30%	3,93%	A	13%
Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Imóvel desapropriado ¹	unid	10%	29,00%	C	290%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DO RIO IGUAÇU, BOTAS E SARAPUÍ



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 4
CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO
AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU/BOTAS E
SARAPUÍ

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Secretaria de Estado do Ambiente – SEA.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região das Bacias dos Rios Iguaçu/Botas e SarapuÍ.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhoria das condições de habitação e da infra-estrutura urbana das áreas atingidas pelas enchentes na Baixada Fluminense, bem como a recuperação das áreas marginais dos cursos d'água e suas nascentes. Esta área compreende 726km², com 2,5 milhões de habitantes beneficiados.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reassentar 1931 famílias vivendo sobre o dique do SarapuÍ, nas margens dos rios e em áreas de risco de inundação, até 2010;
- beneficiar diretamente e indiretamente uma população de 2 milhões de habitantes que sofrem rotineiramente os transtornos causados pelas enchentes, até 2010;
- recuperar 45km (estimado) de margens degradadas, até 2010.

CRONOGRAMA

DATA INÍCIO: 14/08/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

-  – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0078 – Gestão de Recursos Hídricos e Controle de Inundações

Ação: 1534 – Projeto Iguaçu – PAC

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
49.900.000	229.360.000	0	279.260.000

Ação: 1618 – Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
16.875.000	50.625.000	0	67.500.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0078 – Gestão de Recursos Hídricos e Controle de Inundações

Ação: 1534 – Projeto Iguaçu – PAC

Finalidade: Minimizar os efeitos causados por fortes chuvas na baixada fluminense, melhorando as condições de infra-estrutura e habitabilidade das áreas afetadas por enchentes e recuperando as áreas marginais dos cursos d'água e suas nascentes.

Unidade Executora: SERLA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Família reassentada	unidade	1.000,00	1.000,00	400,00	0,00	2.400,00	2.400,00

Ação: 1618 – Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí – PAC

Finalidade: Viabilizar a implantação do projeto de controle de inundações, urbanização, reassentamento de famílias que ocupam áreas de risco recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu e Sarapuí.

Unidade Executora: CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Família atendida no Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	unidade	720,00	630,00	270,00	0,00	1.620,00	1800,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1534	Projeto Iguaçu - PAC	78.860.000,00	78.922.113,29	16.622.867,29	21,06
1618	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	30.000.000,00	28.265.647,00	6.311.403,11	22,33

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação: 1534 – Projeto Iguaçu – PAC**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Meso e macrodrenagem realizada (de 2.000.000 para 200.000) ²	m3	200.000	112.784	A	56%
Família reassentada	unid	1.000	0	não informado	0%
Margem de rio recuperada (de 10 para 5) ²	Km	5	2,5	A	50%

observações:
Sem referência = produto constante do PPA original
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento

- Ação: 1618 – Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí – PAC**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Família atendida no Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC (de 720 para 646) ²	unid	646	161	A	25%

observação:
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU – NOVO GUANDU



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 5

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU – NOVO GUANDU

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo e Mesquita. População beneficiada - 8,5 milhões de habitantes.

OBJETIVO DO PROJETO:

Duplicação e melhorias na ETA Guandu e implantação da primeira etapa de uma nova estação de tratamento.

RESULTADOS ESPERADOS:

- fornecimento de serviços de projeto, obras civis, montagem de estrutura suporte e módulos de decantação tubulares para 6 decantadores da NETA - Nova Estação de Tratamento de Água do Complexo de Produção do Guandu;
- fornecimento e instalação de sistema de remoção de lodo para decantador nº 3 da veta do Guandu;
- aquisição de dois conjuntos de Cloradores / Evaporadores para o sistema de desinfecção;
- reforma, adaptação e reparos gerais na Estação de Tratamento de Água do Guandu;
- complementação da duplicação da adutora principal da Baixada Fluminense;
- projeto de implantação da primeira etapa de uma nova estação de tratamento visando a segurança da ETA do Guandu.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/08/2001

DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

-  de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0020 – Ampliação e Melhoria das Condições de Abastecimento de Água da RMRJ

Ação: 1608 – Melhoria de Produção no Parque de Tratamento Guandu – PAC

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
6.782.161	27.128.640	0	33.910.801

Ação: 1611 – Estação de Tratamento de Água do Guandu / Novo Guandu – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
0	390.414.075	0	390.414.075

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0020 Ampliação e Melhoria das Condições de Abastecimento de Água da RMRJ

Ação: 1608 – Melhoria de Produção no Parque de Tratamento Guandu – PAC

Finalidade: Aumentar a capacidade de captação e de tratamento de água, melhorando a operação dos sistemas de abastecimento do Guandu.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Parque de tratamento de água modernizado	unidade	20,00%	30,00%	30,00%	20,00%	100,00%	1,00

Ação: 1611 – Estação de Tratamento de Água do Guandu / Novo Guandu – PAC

Finalidade: Construir nova estação de tratamento de água, visando à segurança operacional da ETA do Guandu.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CEDAE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema de captação, tratamento e distribuição de água implanta	unidade	35,00%	30,00%	25,00%	10,00%	100,00%	1,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	AH (%) (c/b)
1608	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	15.958.024,00	13.198.746,00	1.002.856,77	7,60
1611	Estação de Trat Água Guandu/Novo Guandu - PAC	184.080.000,00	180.064.396,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação: 1608 – Melhoria de Produção no Parque de Tratamento Guandu – PAC**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Estação de tratamento de água operacionalizada ¹	unid	70%	0	não informado	0%
Estação de tratamento de água reformada/modernizada ¹	unid	60%	5,46%	A	9%
Parque de tratamento de água modernizado (de 20% para 60%) ²	unid	60%	5,46%	não informado	9%
Sistema de desinfecção dotado de equipamento ¹	unid	70%	0,82%	A	1%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
A = Em andamento					

- Ação: 1611 – Estação de Tratamento de Água do Guandu / Novo Guandu – PAC**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Sistema de captação, tratamento e distrib. de água implantado	unid	35%	0	não informado	0%

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GUANDU – APA GUANDU



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 6

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GUANDU/APA GUANDU

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Ambiente – SEA

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região da bacia do rio Guandu.

OBJETIVO DO PROJETO:

Proteger o manancial de água que abastece a cerca de 9 milhões de pessoas na região metropolitana, garantindo sua qualidade por meio da revitalização e renaturalização do rio Guandu, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de sua bacia.

RESULTADOS ESPERADOS:

Atender todos os padrões de qualidade previstas na Resolução CONAMA nº 357/2005, até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 14/09/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0076 – Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Emergências Ambientais

Ação: A348 – Parcerias para Recuperação da APA GUANDU

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do Tesouro	Outros rec. Orçamentários	Orçamentários	
0	0	13.170.000	13.170.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Ação: 1553 – Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Guandu – APA Guandu

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
1.200.000	0	0	1.200.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0076 – Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Emergências Ambientais

Ação: A348 – Parcerias para Recuperação da APA GUANDU

Finalidade: Promover o desenvolvimento sustentável de bacia do rio Guandu, visando à melhoria da qualidade da água e a recuperação das terras lindeiras.

Tipo de Ação: Não Orçamentária

Unidade Executora: SEA

Parceria: PETROBRÁS, Prefeituras, CSA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Área de Prot Ambiental-APA Guandu delimitada e regularizada em parceria c/ CSA	hectare	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	1,00
Muda da mata atlântica plantada em parceria com a PETROBRAS	unidade	450.000,00	350.000,00	100.000,00	100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Ação: 1553 – Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Guandu - APA Guandu

Finalidade: Proteger e garantir a qualidade do manancial de abastecimento de água da bacia do rio Guandu, através da sua revitalização e renaturalização.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Obra civil e hidráulica do desvio do canal do rio dos Poços realizada	unidade	40,00%	40,00%	10,00%	10,00%	100,00%	1,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	A/H (%) (c/b)
1553	Recuperação Ambiental da APA Guandu	200.000,00	-	-	-

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1553 – Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Guandu - APA Guandu

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Obra Civil e hidráulica do desvio do canal do rio dos Poços realizados	unid	40%	0	não informado	0%

observação:

Esta ação não consta no PPA revisado, nem do relatório SEPLAG.



SANEAMENTO DA BARRA DA TIJUCA E JACAREPAGUÁ



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 7****SANEAMENTO DA BARRA DA TIJUCA E JACAREPAGUÁ****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. População beneficiada – 1 milhão de habitantes.

OBJETIVO DO PROJETO:

Obras de saneamento básico, melhoria na coleta de lixo, controle de inundações, mapeamento digital da região e diversos projetos ambientais, além da conclusão das obras e ações de saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes.

RESULTADOS ESPERADOS:

- implantação e complementação de redes de esgoto;
- conclusão das obras de saneamento da Barra, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/04/2001

DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0019 – Saneamento na Região das Praias Oceânicas

Ação: 1610 – Esgotamento Sanitário na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
149.978.000	1.760.046	0	151.738.046

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0019 – Saneamento na Região das Praias Oceânicas

Ação: 1610 – Esgotamento Sanitário na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá

Finalidade: Dotar a área de adequado sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto, com destino final no emissário da Barra da Tijuca.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CEDAE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	AH (%) (c/b)
1610	Esg Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá	42.586.682,00	56.174.772,65	55.698.838,22	99,15

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1610 – Esgotamento Sanitário na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Sistema de esgotamento sanitário ampliado (de 25% para 8%) ²	unid	8%	7%	A	88%

observação:

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

SANEAMENTO DAS BACIAS DA BAIA DE GUANABARA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 8

SANEAMENTO DAS BACIAS DA BAIA DE GUANABARA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Obras.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da região da baía de Guanabara. População beneficiada – 3 milhões de habitantes.

OBJETIVO DO PROJETO:

Obras de saneamento básico, melhoria na coleta de lixo, controle de inundações, mapeamento digital da região e diversos projetos ambientais e de conclusão das obras e ações do PDBG.

RESULTADOS ESPERADOS:

- recuperação e melhorias na ETE Joinville (Belford Roxo) e na ETE São Gonçalo;
- implantação e complementação de redes de esgoto;
- conclusão de obras do Programa de Despoluição da Baía da Guanabara.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/11/1994

DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0018 – Implant de Sist de Água e Esgoto nas Bacias Contribuintes à Baía da Guanabara

Ação: 1606 – Saneamento Básico no Entorno da Baía de Guanabara e Região Metropolitana – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
12.353.404	49.413.616	0	61.767.020



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0018 – Implant de Sist de Água e Esgoto nas Bacias Contribuintes à Baía da Guanabara

Ação: 1606 – Saneamento Básico no Entorno da Baía de Guanabara e Região Metropolitana – PAC

Finalidade: Reverter o processo de degradação da baía de Guanabara, visando à melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nos municípios do seu entorno.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
ETE Joinville recuperada no bairro Lote XV, em Duque de Caxias	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	1,00
ETE São Gonçalo recuperada	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	1,00
Rede coletora na bacia dos rios do Mutondo e Coelho implantada	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	1,00
Sistema Sarapuí - coleta e transporte de esgotos implantado	unidade	40,00%	30,00%	20,00%	10,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	AH (%) (c/b)
1606	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	27.734.906,00	26.672.106,00	4.550.998,64	17,06

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1606 – Saneamento Básico no Entorno da Baía de Guanabara e Região Metropolitana – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
ETE Joinville recuperada no bairro Lote XV, em Duque de Caxias (de 40% para 30%) ²	unid	30%	5,59%	A	19%
ETE São Gonçalo recuperada (de 40% para 30%) ²	unid	30%	0	não informado	0%
Rede coletora na bacia dos rios do Mutondo e Coelho Implantada (de 40% para 30%) ²	unid	30%	0	não informado	0%
Sistema Sarapuí - coleta e transporte de esgotos implantado	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema Sarapuí - rede coletora complementada ¹	unid	30%	13,64%	A	45%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

URBANIZAÇÃO DA ROCINHA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 9
URBANIZAÇÃO DA ROCINHA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante da Rocinha.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a urbanização da comunidade da Rocinha.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar as condições de moradia na comunidade da Rocinha com a implantação de infra-estrutura de saneamento, realocação de moradores, criação de áreas de lazer e de serviços, construção de equipamentos comunitários e sociais;
- eliminar áreas de risco.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/03/2002

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano**Ação:** 1613 – Urbanização do Complexo da Rocinha – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
20.281.250	60.843.750	0	81.125.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1613 – Urbanização do Complexo da Rocinha – PAC

Finalidade: Prover a comunidade com obras de infra-estrutura e urbanização, diminuindo a insalubridade, estabelecendo limites para seu crescimento e facilitando o trânsito de pedestres e veículos no bairro, de forma a proporcionar melhoria na qualidade de vida da população do Complexo da Rocinha.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Urbanização do Complexo da Rocinha implantado	unidade	40,00%	30,00%	30,00%	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1613	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	42.625.000,00	43.271.162,00	25.199.491,87	58,24

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1613 – Urbanização do Complexo da Rocinha – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Urbaniz. do Complexo da Rocinha implantada	unid	40%	0	não informado	0%
Anel viário construído ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Creche implantada ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Equipamento comunitário implantado ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	10%	2,18%	A	22%
Iluminação pública executada ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Infra-estrutura implantada ¹	unid	10%	25,23%	A	252%
Plano inclinado construído ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Recuperação ambiental executada ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Regularização fundiária executada ¹	unid	10%	3%	A	30%
Unidade habitacional construída ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Unidade habitacional recuperada ¹	unid	10%	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DE MANGUINHOS



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 10**
URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DE MANGUINHOS**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante do Complexo de Manguinhos.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a urbanização da comunidade do Complexo de Manguinhos.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar as condições de moradia na comunidade do Complexo de Manguinhos com a implantação de infra-estrutura de saneamento, realocação de moradores, criação de áreas de lazer e de serviços, construção de equipamentos comunitários e sociais;
- eliminar áreas de risco.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/03/2002

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1615 – Urbanização do Complexo de Manguinhos – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
45.062.000	132.188.000	0	177.250.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1615 – Urbanização do Complexo de Manguinhos – PAC

Finalidade: Prover a comunidade com obras de infra-estrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida população do Complexo de Manguinhos.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Urbanização do Complexo de Manguinhos implantado	unidade	40,00%	30,00%	30,00%	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	93.625.000,00	98.057.697,00	65.947.232,02	67,25

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1615 – Urbanização do Complexo de Manguinhos – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Urbaniz. do Complexo de Manguinhos implantada	unid	40%	0	não informado	0%
Equipamento comunitário implantado ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Estação intermodal construída ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	20%	1,62%	A	8%
Iluminação pública executada ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Infra-estrutura implantada ¹	unid	20%	67,82%	A	339%
Recuperação ambiental executada ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Regularização fundiária executada ¹	unid	20%	1,00%	A	5%
Unidade habitacional construída ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Unidade habitacional recuperada ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Via férrea elevada ¹	Km	20%	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

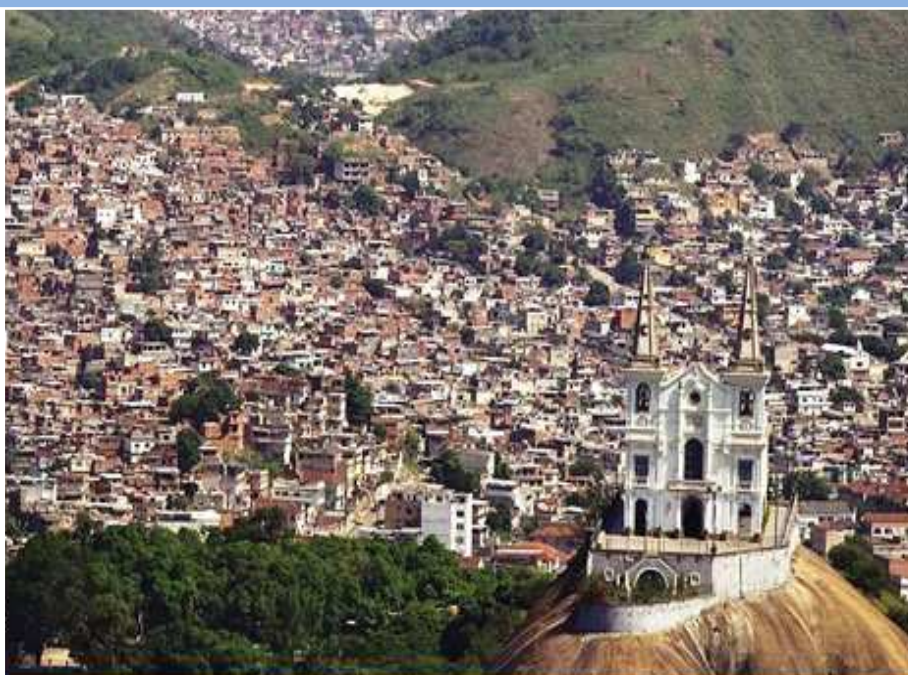
¹ Produto incluído no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento



URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 11
URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante do Complexo do Alemão.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a urbanização das comunidades do Complexo do Alemão.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar o acesso dos moradores do Complexo do Alemão à estação ferroviária de Bonsucesso, com a construção de um teleférico;
- melhorar as condições de moradia na comunidade do Complexo do Alemão com a implantação de infra-estrutura de saneamento, realocação de moradores, criação de áreas de lazer e de serviços, construção de equipamentos comunitários e sociais;
- eliminar áreas de risco.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/03/2002

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano**Ação:** 1614 – Urbanização do Complexo do Alemão – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
92.468.750	277.406.250	0	369.875.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1614 – Urbanização do Complexo do Alemão – PAC

Finalidade: Prover a comunidade com obras de infra-estrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida população do Complexo do Alemão.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Urbanização do Complexo do Alemão implantado	unidade	40,00%	30,00%	30,00%	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	196.625.000,00	186.719.243,00	121.095.443,95	64,85

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1614 – Urbanização do Complexo do Alemão – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Urbaniz. do Complexo do Alemão implantada	unid	40%	0	não informado	0%
Equipamento comunitário implantado ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	30%	1,75%	A	6%
Iluminação pública executada ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Infra-estrutura implantada ¹	unid	30%	44,44%	A	148%
Recuperação ambiental executada ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Regularização fundiária executada ¹	unid	30%	4%	A	13%
Sistema teleférico implantado ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Unidade habitacional construída ¹	unid	30%	0	não informado	0%
Unidade habitacional recuperada ¹	unid	30%	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

URBANIZAÇÃO DO CANTAGALO / PAVÃO-PAVÃOZINHO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 12
URBANIZAÇÃO DO CANTAGALO / PAVÃO-
PAVÃOZINHO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a urbanização da comunidade do Pavão/Pavãozinho.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar o acesso dos moradores do Cantagalo à estação General Osório de metrô, com a construção do Elevador Cabral;
- melhorar as condições de moradia nas comunidades do Pavão/Pavãozinho e Cantagalo, com a implantação de infra-estrutura de saneamento, realocação de moradores, criação de áreas de lazer e de serviços, construção de equipamentos comunitários e sociais;
- eliminar áreas de risco.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/03/2002

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] - de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano**Ação:** 1616 – Urbanização do Morro do Pavão-Pavãozinho – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
7.531.250	22.593.750	0	30.125.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1616 – Urbanização do Morro do Pavão-Pavãozinho – PAC

Finalidade: Prover a comunidade com obras de infra-estrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida população do Morro do Pavão Pavãozinho.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Urbanização de Morro do Pavão e Pavãozinho implantada	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1616	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	30.125.000,00	36.981.467,00	23.993.164,27	64,88

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1616 – Urbanização do Morro do Pavão-Pavãozinho – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Urbaniz. Morro do Pavão e Pavãozinho implantada	unid	100%	0	não informado	0%
Creche implantada ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Equipamento comunitário implantado ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Gerenciamento/supervisão realizada ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Iluminação pública executada ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Infra-estrutura implantada ¹	unid	50%	76,80%	C	154%
Recuperação ambiental executada ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Regularização fundiária executada ¹	unid	50%	141,00%	A	282%
Unidade habitacional construída ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Unidade habitacional recuperada ¹	unid	50%	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

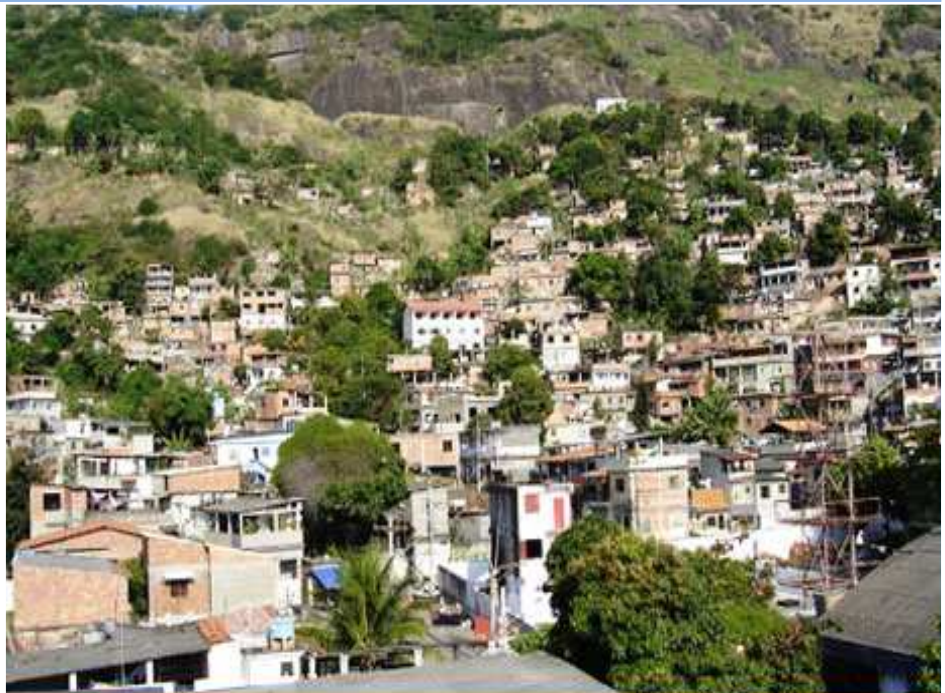
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício



URBANIZAÇÃO DO MORRO DO PREVENTÓRIO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 13
URBANIZAÇÃO DO PREVENTÓRIO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Comunidade habitante do Morro do Preventório, localizado no bairro de Charitas, no município de Niterói.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a urbanização da comunidade do Preventório.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar as condições de moradia na comunidade do morro do Preventório com a implantação de infra-estrutura de saneamento, realocação de moradores, criação de áreas de lazer e de serviços, construção de equipamentos comunitários e sociais;
- eliminar áreas de risco.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/03/2002

DATA TÉRMINO: 18/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1617 – Projeto Morro do Preventório – PAC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
4.125.000	12.375.000	0	16.500.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0013 – Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano

Ação: 1617 – Projeto Morro do Preventório – PAC

Finalidade: Prover a comunidade do Preventório dos serviços de infra-estrutura básica, reassentamento de famílias que ocupam áreas de risco e eliminação dessas áreas através de serviços de contenção, escoramento e reflorestamento.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Família atendida no Projeto do Morro do Preventório - PAC	unidade	734,00	642,00	275,00	-	1.651,00	1834,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1617	Projeto Morro do Preventório - PAC	8.800.000,00	8.483.556,00	4.999.675,03	58,93

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1617 – Projeto Morro do Preventório – PAC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Família atendida no Proj. do Morro do Preventório -PAC (de 734 para 846) ²	unid	846	432	A	51%

observação:
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento

REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA COM FOCO NA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 14
REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO
TÉCNICA COM FOCO NA HABILITAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

- população de regiões com baixo IDH, no Estado do Rio de Janeiro, onde exista ao menos um projeto de desenvolvimento (estruturante ou APL); e
- empreendimentos atuais ou futuros localizados nas regiões listadas acima.

OBJETIVO DO PROJETO:

Incorporar o efeito do crescimento e desenvolvimento econômico à população local do entorno de projetos estruturantes, APLs e setores com representatividade econômica, incluindo diagnóstico, redefinição e reestruturação das FAETECs, bem como parcerias destas com entidades públicas e privadas.

RESULTADOS ESPERADOS:

- ter 17 FAETECs/ETEs com ao menos 30% de seus concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais da APLs e/ou projetos estruturantes, até 2010;
- ter 17 FAETECs/ETEs, até 2009, com 80% dos concluintes com acompanhamento profissional, durante o primeiro anos após conclusão do curso;
- ter 04 FAETECs/ESEIs com ao menos 30% de seus concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais de APLs e/ou projetos estruturantes, até 2008;
- ter 30 FAETECs/CETEPs com ao menos 30% de seus concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais de APLs e/ou projetos estruturantes, até 2010;
- ter 04 FAETECs/ESEIs com ao menos 30% de seus concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais de APLs e/ou projetos estruturantes, até 2008;
- ter 30 FAETECs/CETEPs, até 2009, com 80% dos concluintes com acompanhamento profissional, durante o primeiro anos após conclusão do curso;



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- ter em 17 FAETECs/ETEs ao menos com 40% de seus cursos alinhados às categorias profissionais demandadas por APLs e/ou projetos estruturantes locais, concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais de APLs, até 2010;
- ter em 04 FAETECs/ISTs e UEZO com ao menos 30% de seus concluintes (anuais) oriundos de cursos ligados às demandas locais de APLs e/ou projetos estruturantes, em 2010;
- ter em 04 FAETECs/ESEIs ao menos 40% de seus cursos alinhados às categorias profissionais demandadas por APLs e/ou projetos estruturantes locais, até 2008;
- ter em 04 FAETECs/ISTs e UEZO ao menos 40% de seus cursos alinhados às categorias profissionais demandadas por APLs e/ou projetos estruturantes locais, em 2010;
- ter em 30 FAETECs/CETEPs ao menos 40% de seus cursos alinhados às categorias profissionais demandadas por APLs e/ou projetos estruturantes locais, até 2010;
- ter 04 FAETECs/ISTs e UEZO, em 2010, com 80% dos concluintes com acompanhamento profissional, durante o primeiro ano após conclusão do curso.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 10/01/2007

DATA TÉRMINO: 30/09/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a agosto de 2008; e
- [REDACTED] – de setembro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0121 – Expansão e Melhoria da Educação Profissional

Ação: 1517 – Implantação, Ampliação e Recuperação de Unidades da Rede FAETEC

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
13.294.098	-	-	13.294.098

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0121 – Expansão e Melhoria da Educação Profissional

Ação: 1517 – Implantação, Ampliação e Recuperação de Unidades da Rede FAETEC

Finalidade: Implantar, ampliar e recuperar unidades de ensino técnico profissionalizante.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FAETEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Unidade de ensino técnico/profissionalizante dotada de equipamento	unidade	4,00	5,00	6,00	-	15,00	15,00
Unidade de ensino técnico/profissionalizante implantada	unidade	6,00	3,00	3,00	-	12,00	12,00
Unidade de ensino técnico/profissionalizante recuperada	unidade	7,00	8,00	10,00	-	25,00	25,00
Unidade FAETEC adequada às demandas da APL's e Projetos Estruturantes	unidade	35,00%	35,00%	30,00%	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1517	Implant, Ampliação e Recup Unid Rede FAETEC	8.794.098,00	12.923.024,00	12.916.158,49	99,95

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1517 – Implantação, Ampliação e Recuperação de Unidades da Rede FAETEC

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Unidade de ensino técnico/profissionalizante dotada de equipamento (de 4 para 132) ²	unid	132	137	C	104%
Unidade de ensino técnico/profissionalizante implantada (de 6 para 24) ²	unid	24	16	A	67%
Unidade de ensino técnico/profissionalizante recuperada/ampliada (de 7 para 40) ²	unid	40	43	C	108%
Unidade FAETEC adequada às demandas dos APL's e projetos estruturantes (de 35 para 24) ²	unid	24	16	A	67%

observação:

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIACÃO DE MÃO-DE-OBRA



Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 15

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado do Trabalho e Renda – SETRAB.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Trabalhadores desocupados, gestores e membros de comissões estadual e municipais de emprego e gestores do Estado e municípios, relacionados à área de Trabalho e Renda.

OBJETIVO DO PROJETO:

Qualificar a PEA desocupada e ampliar a rede de intermediação de mão-de-obra (centros públicos de atendimento ao trabalhador). Envolve ações estruturantes de Qualificação Profissional e estruturação e ampliação de Centros Públicos de Atendimento ao Trabalhador em todo o Estado.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reduzir de 13 para 5 até 2011 a taxa média percentual de desocupação da PEA;
- ampliar a qualificação da PEA de 9 mil trabalhadores desocupados qualificados no ano de 2007 para 91.800 desocupados qualificados durante os quatro anos do projeto;
- até o final do projeto (2011), ampliar a capacidade de atendimento a trabalhadores de 265 mil em 2007, em 56 centros de atendimento, para 516 mil trabalhadores atendidos no ano de 2011, em 109 centros;
- inserir no mercado de trabalho, com o objetivo de melhoria de renda, 70% dos profissionais qualificados neste projeto, até 2011.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/01/2008

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] - de janeiro a maio de 2008; e
- [REDACTED] - de julho a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0099 – Política Pública Estadual de Trabalho e Renda

Ação: 1196 – Instalação de Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
440.000	42.200.000	-	42.640.000

Ação: 2280 – Qualificação e Requalificação Profissional

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
8.995.950	43.703.298	-	52.699.248

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0099 – Política Pública Estadual de Trabalho e Renda

Ação: 1196 – Instalação de Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda

Finalidade: Desenvolver ações de apoio ao trabalhador, voltadas para a intermediação de emprego, geração de renda e seguro-desemprego, apoiando o cidadão na busca de um lugar no mercado de trabalho, adequado ao seu perfil, seja ele um empregado, um empresário, ou um empreendedor, através da implantação de Centros Públicos de Trabalho e Renda.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SETRAB

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda implantado	unidade	2,00	1,00	1,00	1,00	5,00	5,00

Ação: 2280 – Qualificação e Requalificação Profissional

Finalidade: Qualificar, de forma permanente, os gestores da política pública de trabalho e renda e os trabalhadores, contribuindo para sua inserção ou permanência no mercado de trabalho, inclusive estágios, e capacitar e treinar os servidores da Secretaria de Estado de Trabalho - SETRAB.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: SETRAB

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Estágio com qualificação profissional oferecido	unidade	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00	5.000,00
Servidor público estadual treinado / capacitado	unidade	600,00	1.200,00	1.800,00	2.450,00	6.050,00	6.050,00
Trabalhador qualificado nos cursos de capacitação profissional	unidade	8.644,00	8.644,00	8.644,00	8.644,00	34.576,00	34.576,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1196	Instalação Ctro Públ de Trab, Empr e Renda	4.690.000,00	-	-	-
2280	Qualificação e Requalificação Profissional	4.959.248,00	19.903.323,00	2.586.734,96	13,00

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação: 1196 – Instalação de Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Centro Público de trabalho, emprego e renda Implantado	unid	2	0	não informado	0%

observação:
Este projeto estratégico não consta do relatório SEPLAG, entretanto consta no PPA 2008 revisado como produto do projeto estratégico 2280 - Qualificação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra, com metas previstas para o período de 2009 a 2011.

- Ação: 2280 – Qualificação e Requalificação Profissional**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Estágio com qualificação profissional oferecido (de 2000 para 800) ²	unid	800	0	não informado	0%
Pessoa beneficiada com o seguro desemprego ¹	unid	63.405	0	não informado	0%
Pessoa de 18 a 29 anos qualificada pelo projeto PROJOVEM ¹	unid	5.000	0	não informado	0%
Servidor público estadual treinado/capacitado (de 600 para 200) ²	unid	200	0	não informado	0%
Trabalhador assistido nas agências estaduais de trabalho e renda ¹	unid	277.969	0	não informado	0%
Trabalhador qualificado nos cursos de capacitação profissional (de 8.644 para 15.695) ²	unid	15.695	16700	C	106%

observações:
¹ Produto incluído no PPA revisado
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
C = Concluído no exercício

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 16

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População de 14 a 18 anos, conculinte do Ensino Fundamental, ingressando nas escolas de ensino médio da rede pública estadual.

OBJETIVO DO PROJETO:

Universalizar o ensino médio na Rede Pública Estadual, em 10 anos, com a ampliação, construção e adaptação de espaços destinados a essa etapa escolar, com o conseqüente aporte de recursos humanos e tecnológicos que garanta a qualidade do ensino em horário integral.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar o desempenho dos alunos na avaliação do SAEB em língua portuguesa de 241,7 para 251,7, até 2010;
- reduzir a taxa de abandono do atual índice de 15% para 10% em 3 anos;
- expandir o número de matrículas no ensino médio para alunos na faixa de 15 a 18 anos, das atuais 44% para 60%, até 2010;
- melhorar o desempenho dos alunos na avaliação do SAEB em matemática de 241,7 para 251,7, até 2010;
- reduzir a taxa de repetência de 16% para 10% em 3 anos.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 17/09/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

A SEEDUC indicou o Sr. [REDACTED] como gerente para realizar a implantação do projeto, contudo as informações constaram no exercício de 2008, na fase da concepção (cadastramento) no Sistema de Informação de Gestão Estratégica – SigeRio, disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, órgão responsável pelo monitoramento dos projetos considerados prioritários.

1.1. RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0048 – Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual

Ação: 1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
258.138.381	8.236.000	-	266.374.381

Ação: 8029 – Reordenação do Ensino Médio

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
4.448.636	2.020.000	-	6.468.636

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0048 – Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual

Ação: 1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio

Finalidade: Aprimorar os recursos operacionais do ensino público estadual e dar suporte à avaliação do processo pedagógico voltado para melhoria dos serviços educacionais e ampliar e manter o projeto das escolas de horário integral.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Metropolitano	unidade	12,00	48,00	76,00	76,00	212,00	212,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Noroeste Flumi	unidade	3,00	12,00	20,00	20,00	55,00	55,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Norte Fluminen	unidade	3,00	12,00	20,00	20,00	55,00	55,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Baixadas Litorâ	unidade	2,00	8,00	14,00	14,00	38,00	38,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Serrana	unidade	4,00	16,00	28,00	28,00	76,00	76,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Médio Paraíba	unidade	3,00	12,00	21,00	21,00	57,00	57,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Centro Sul-Flum	unidade	2,00	8,00	14,00	14,00	38,00	38,00
Unidade de ensino incorporada ao Projeto Horário Integral - Costa Verde	unidade	1,00	4,00	7,00	7,00	19,00	19,00
Unidade de ensino médio ampliada - Estado	unidade	16,00	30,00	-	-	46,00	46,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Metropolitano	unidade	12,00	48,00	77,00	77,00	214,00	214,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Noroeste Fluminense	unidade	3,00	12,00	21,00	21,00	57,00	57,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Norte Fluminense	unidade	3,00	12,00	21,00	21,00	57,00	57,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Baixadas Litorâneas	unidade	2,00	8,00	14,00	14,00	38,00	38,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Serrana	unidade	4,00	16,00	28,00	28,00	76,00	76,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Médio Paraíba	unidade	3,00	12,00	21,00	21,00	57,00	57,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Centro Sul-Fluminense	unidade	2,00	8,00	14,00	14,00	38,00	38,00
Unidade de ensino médio dotada de equipamento - Costa Verde	unidade	1,00	4,00	7,00	7,00	19,00	19,00
Unidade de ensino médio implantada - Estado	unidade	15,00	15,00	10,00	10,00	50,00	50,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Ação: 8029 – Reordenação do Ensino Médio

Finalidade: Elevar os padrões de qualidade do ensino médio, ampliar a oferta de vagas e reduzir os índices de repetência e evasão escolar.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Aluno matriculado no ensino médio	unidade	544.000,00	570.096,00	580.100,00	580.100,00	2.274.296,00	2.274.296,00
Professor do ensino médio da rede estadual treinado/capacitado	unidade	12.017,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	39.017,00	39.017,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1122	Expansão e Consolidação do Ensino Médio	135.788.475,00	62.031.050,47	58.577.944,65	94,43
8029	Reordenação do Ensino Médio	2.200.243,00	50.361.658,40	49.516.505,48	98,32

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Acervo ampliado ³	unid	1	1	C	100%
Acervo recuperado ³	unid	1	1	C	100%
Imóvel adquirido ³	unid	15	14	C	93%
Projeto/estudo realizado ³	unid	1	2	C	200%
Sede da SEDUC dotada de equipamento ³	unid	1	0,9	C	90%
Unidade de ensino médio ampliada (de 16% para 40%) ⁴	unid	40	36	A	90%
Unidade de ensino médio implantada	unid	15%	1%	A	7%
Unidade de ensino incorporada ao projeto Horário Integral	unid	30%	0	não informado	0%
Unidade de ensino médio dotada de equipamento (de 30% para 1) ⁴	unid	1	1	C	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

⁴ quantidade prevista no PPA original, alterada no relatório SEPLAG, sem constar no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Ação: 8029 – Reordenação do Ensino Médio**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Aluno atendido com uniforme escolar ³	unid	769.196	769.196	K	100%
Aluno atendido no Projeto Fim de Semana na Escola ³	unid	2.400	2.367	A	99%
Aluno beneficiado com vale transporte ³	unid	1.272.980	1.272.980	K	100%
Aluno matriculado no ensino médio	unid	544.000	0	não informado	0%
Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
Núcleo Suderj em Forma/Esporte Seguro implantado/operacionalizado ³	unid	150	216	A	144%
Professor do ensino médio da rede estadual treinado/capacitado (de 12.017 para 15.171) ³	unid	15.171	15.171	k	100%
Projeto de aceleração de estudos implantado ³	unid	1	1	C	100%
Sede da SEDUC dotada de equipamento ³	unid	1	0,1	C	10%
Unidade de ensino médio operacionalizada ³	unid	1.031	1.031	K	100%
Vale-cine distribuído para alunos da rede pública e familiares ³	unid	300.000	300.000	C	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

K = Contínuo

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

ACHADOS:

Da verificação da execução financeira do Programa 0048 da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, por meio de suas ações 1122 e 8029, conforme dados financeiros extraídos do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, no período base de nossa auditoria – 01/01 a 30/06/2008, identificamos empenhamentos de despesas, cujos objetos eram inerentes às atividades contínuas da Secretaria, como: contrato de prestação de serviços (limpeza, vigia e alimentação) com a Empresa VIGO, aquisição de camisas escolares, pagamento de aluguel de imóveis, Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tendo em vista que esse Programa de Governo não tinha sido efetivamente implementado, o que de fato se constatou, também, em consulta ao Sistema de Informação de Gestão Estratégica – SigeRio, disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, órgão responsável pelo monitoramento dos projetos considerados prioritários, visto que os projetos contemplados para a realização do Programa 0048 da SEEDUC constavam na fase da concepção (cadastramento) no SigeRio.

Tais despesas – inerentes às atividades contínuas da Secretaria – empenhadas no 1º semestre de 2008, por sua vez, foram escolhidas por amostragem e auditadas por equipe desta Auditoria Geral do Estado – AGE, tendo o produto dessa auditoria, com os correspondentes achados e recomendações, sido encaminhado à SEEDUC por meio do Ofício AGE n.º 738, de 07/10/2008, e o acompanhamento do atendimento às nossas recomendações será continuamente efetuado pela AGE e evidenciado na Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas da Secretaria, relativa ao exercício de 2008.

Verificamos no Sistema SIG que, no decorrer do 2º semestre de 2008, ocorreram descentralizações de crédito orçamentário do orçamento da SEEDUC para a Procuradoria Geral do Estado – PGE (aquisição de imóveis), como também, para a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP (obras de reforma de unidades escolares), ou seja, despesas pertinentes às ações propostas para o Programa de Governo 0048 no PPA 2008/2011.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS:

Em continuidade aos procedimentos dos trabalhos de auditoria, entrevistamos o Subsecretário de Gestão da Rede de Ensino da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, Sr. Rafael Gomes Martinez, quem nos justificou que esse Programa prioritário do Governo não foi implementado, por ter sido concebido em 2007 por outra equipe da SEEDUC, e, em função das diretrizes estabelecidas pelo Órgão, sua concepção não estava adequada, então, houve a necessidade de ampliar as ações, defini-las mais concretamente e aprimorá-las, sendo desenvolvida nova proposta de revisão (compatibilização) ao Plano Plurianual para o exercício de 2009.

Subsequentemente à informação obtida, em consulta ao sítio eletrônico do SigeRio, observamos que houve o cadastramento de três projetos estratégicos prioritários: “Expansão, Reforma e Reaparelhamento da Rede de Ensino Médio”, “Gestão Escolar” e “Rede de Comunicação para Integração Escolar”, em fase de concepção, os quais não foram contemplados como estratégicos no PPA 2008/2011.

Em função das verificações desta Auditoria Geral do Estado e da justificativa apresentada pelo Órgão com relação à mudança de diretriz na implementação das ações relativas ao Programa de Governo 0048, no exercício de 2008, encaminhamos à SEEDUC o nosso Relatório de Auditoria com as recomendações, a seguir reproduzidas, para as quais procederemos ao devido acompanhamento no tocante ao seu atendimento no exercício de 2009:

- a) cadastrar as informações da execução dos projetos no sítio do SigeRio para que haja o monitoramento da estratégia e dos resultados da ação de governo pelos setores estaduais, controles interno e externo e sociedade, como também, para construção de indicadores e cenários;
- b) providenciar, juntamente com a SEPLAG, órgão central da atividade de planejamento, a continuidade da implantação e a formalização das novas propostas da SEEDUC (projetos prioritários: Expansão, Reforma e Reaparelhamento da Rede de Ensino Médio, Gestão Escolar e Rede de Comunicação para Integração Escolar) na próxima compatibilização do PPA 2008-2011, a fim de que os resultados previamente estabelecidos no PPA sejam satisfatoriamente alcançados;
- c) envidar esforços para que os benefícios esperados pela implantação dos projetos, definidos no PPA 2008/2001 e relacionados no item 1.4 deste relatório, ao final de cada ano, tenha, satisfatoriamente e plenamente, percentuais representativos alcançados, permitindo que haja uma evolução na qualidade da educação ao longo dos anos.

EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 17
EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População fluminense, compreendida em sua base territorial, atendida pelo SUS na suas demandas de atenção básica de saúde (promoção, prevenção, reabilitação e cura).

OBJETIVO DO PROJETO:

Apoiar a organização e a integração dos sistemas locais de atenção à saúde, estabelecendo parcerias e visando a ampliar o acesso da população a serviços qualificados de atenção básica (tradicional ou Saúde da Família).

RESULTADOS ESPERADOS:

- ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família de 3,5 milhões de habitantes para 5,1 milhões até 2010;
- qualificar recursos humanos para o trabalho na atenção básica (tradicional ou Saúde da Família).

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 02/07/2007

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a março de 2008; e
- [REDACTED] – de abril a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0093 – Atenção à Saúde**Ação:** 2170 – Expansão e Qualificação da Atenção Básica

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
113.766.616	5.338.806	-	119.105.422

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0093 – Atenção à Saúde

Ação: 2170 – Expansão e Qualificação da Atenção Básica

Finalidade: Apoiar a organização e a integração dos sistemas locais de atenção à saúde, estabelecendo parcerias e visando a ampliar o acesso da população a serviços qualificados de atenção básica.

Tipo de ação: Atividade Orçamentária

Unidade executora: FES

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Município atendido com apoio financeiro para atenção básica	unidade	92,00	92,00	92,00	92,00	92,00	92,00
Profissional de saúde treinado/capacitado	unidade	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2000,00
Superintendência de Atenção Básica e Gestão do Cuidado dotada de equipe	unidade	1,00	1,00	1,00	-	1,00	1,00
Unidade municipal do programa da saúde da família supervisionada	unidade	368,00	368,00	368,00	368,00	368,00	368,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
2170	Expansão e Qualificação da Atenção Básica	26.060.325,00	29.635.985,00	29.225.049,24	98,61

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
Material didático produzido ¹	unid	1	23000	C	2300000%
Município atendido com apoio financeiro para atenção básica (de 92 munic. para 96%) ²	unid	96%	96%	K	100%
Município com estratégia Saúde da Família/Saúde Bucal supervisionado	unid	100%	100%	K	100%
Profissional de saúde treinado/capacitado (de 2.000 para 500) ²	unid	500	1606	K	321%
Saldo de convênio/contrato devolvido ³	unid	2	2	C	100%
Superintendência de Atenção Básica e Gestão do Cuidado dotada de equipamento (de 1 unid. para 5%) ²	unid	5%	4%	A	80%
Unidade municipal do programa de saúde da família supervisionada (de 368 para 100% dos munic.) ²	unid	368	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

K = Contínuo

CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 18
CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro, usuária do Sistema Único de Saúde, que demanda consultas e exames de média e alta complexidade e internações eletivas e de urgência.

OBJETIVO DO PROJETO:

Implantação do novo perfil assistencial dos hospitais estaduais e federais e implementação do Complexo Regulador do Estado, fortalecendo a capacidade sistemática de respostas do SUS às demandas de saúde em seus diferentes níveis e etapas do processo de assistência, visando à otimização de recursos materiais, humanos e financeiros empregados no serviço de saúde e a melhoria da qualidade no atendimento à população.

RESULTADOS ESPERADOS:

- ampliar a regulação da urgência, emergência e assistência de 20% para 100% até 2008;
- reduzir o tempo de espera para realização dos procedimentos de média e alta complexidade, de 180 para 7 dias, até 2008;
- reduzir em 100% o extra tempo das internações até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 05/01/2007

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

-  de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0096 – Organização e Gestão do Sistema Estadual de Saúde

Ação: 1151 – Central Estadual de Regulação em Saúde

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
3.161.443	11.884.798	-	15.046.241

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0096 – Organização e Gestão do Sistema Estadual de Saúde

Ação: 1151 – Central Estadual de Regulação em Saúde

Finalidade: Implantar o novo perfil assistencial dos hospitais estaduais e federais e implementar o complexo regulador do Estado, fortalecendo a capacidade sistemática de resposta do SUS às demandas de saúde, em seus diferentes níveis e etapas do processo de assistência, visando à otimização de recursos materiais, humanos e financeiros empregados nos serviços de saúde e à melhoria da qualidade no atendimento à população

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FES

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Central estadual de regulação em saúde implantada	unidade	50,00%	20,00%	15,00%	15,00%	100,00%	1,00
Profissional de saúde treinado/capacitado	unidade	200,00	-	-	-	200,00	200,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1151	Central Estadual de Regulação em Saúde	3.571.027,00	56.822,00	56.506,72	99,45

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1151 – Central Estadual de Regulação em Saúde

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Central de regulação em Saúde implantada (50% para 100%) ²	unid	100%	100%	C	100%
Complexo Regulador Estadual operacionalizado ¹	unid	20%	30%	K	150%
Núcleo interno de regulação implantado em unidade hospitalar estadual ¹	unid	25%	40%	A	160%
Profissional de saúde treinado/capacitado	unid	200	0	não informado	0%
Profissional treinado/capacitado em ações relacionadas à saúde ¹	unid	50%	0	não informado	0%

observações:

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

K = Contínuo

IMPLANTAÇÃO DAS UPAS 24 HORAS



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 19
IMPLANTAÇÃO DAS UPAs 24 HORAS**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita de atendimento de urgência e emergência de baixa e média complexidade.

OBJETIVO DO PROJETO:

Disponibilizar serviços de qualidade para o atendimento das urgências e emergências de baixa e média complexidade, todos os dias, 24 horas, diminuindo a demanda nos serviços hospitalares.

BENEFÍCIOS ESPERADOS:

- reduzir o atendimento da demanda espontânea de urgência e emergência de baixa e média complexidade nos hospitais públicos, com grandes emergências, em 35% até 2010;
- realizar em média 15 mil atendimento/mês em cada UPA, até 2010;
- implantar 40 UPAs até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 02/04/2007

DATA TÉRMINO: 01/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

A SESDEC indicou como gerente do projeto de implantação das UPAs 24 horas o Coronel [REDACTED] e como coordenador o Coronel BM, Sr. [REDACTED] no período de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0093 – Atenção à Saúde

Ação: 1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
341.813.637	-	-	341.813.637

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0093 – Atenção à Saúde

Ação: 1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas

Finalidade: Disponibilizar serviço de qualidade para o atendimento das urgências e emergências de baixa e média complexidade durante as 24 horas do dia, sete dias por semana, diminuindo a demanda dos serviços hospitalares

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FES

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Pessoa atendida nas unidades de pronto atendimento UPA 24 Horas	unidade/mês	255.000	405.000	555.000	555.000	555.000	555.000
Unidade de pronto atendimento UPA 24 Horas implantada	unidade	12,00	10,00	10,00	-	32,00	32,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1032	Implantação das Unidades UPA 24 Horas	90.176.475,00	27.046.630,00	27.042.652,44	99,99

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Unidade de pronto atendimento UPA 24 HS implantada (de 12 para 16) ²	unid	16	16	C	100%
Pessoa atendida nas unidades de pronto atendimento UPA 24 HS	Unid/mês	255.000	0	não informado	0%
Campanha realizada ³	Unid	1	1	C	100%
observações:					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					
³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
C = Concluído no exercício					

ACHADOS:

A auditoria realizada, no período de outubro a dezembro de 2008, abordou sobre a ação (projeto) 1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24 Horas, considerada uma das ações estratégicas prioritárias do Programa de Governo 0093 – Atenção à Saúde, e teve como objetivo verificar e avaliar os resultados alcançados e os procedimentos utilizados para implantação e funcionamento das UPAs 24 horas, de forma a contribuir para um melhor desempenho do Programa em seus aspectos sociais.

Para tanto, a metodologia utilizada para a realização do trabalho foi desenvolvida a partir de técnicas de auditoria de desempenho, em uma sequência lógica de eventos, descritos a seguir, que deram origem à Matriz de Planejamento de Auditoria:

- leitura da legislação pertinente, PPA, LOA;
- consulta à internet;
- entrevistas com os gestores do projeto;
- levantamentos de dados quantitativos e financeiros;
- levantamento e análise dos mecanismos de controle do projeto;

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- pesquisa efetuada por meio de questionários e entrevistas com os coordenadores e pacientes nas UPAs Maré, Bangu, Campo Grande, Belford Roxo, Duque de Caxias, Barra Mansa, Jacarepaguá, Penha e Irajá. Essas UPAs foram selecionadas em nossa amostragem de forma aleatória;
- análise da base de dados do constante no sistema SigeRio – Sistema de Informação de Gestão Estratégica;
- análise de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

A ação 1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24 Horas, contemplada no PPA 2008/2011, apresenta indicadores de desempenho a serem alcançados para a efetiva realização do projeto, e com base neles, foi possível traçar a sua avaliação, conforme as questões de auditoria elaboradas para essa finalidade, descritas nas letras “a” e “b” a seguir, e para as quais evidenciamos os principais achados:

a) Todas as ações/produtos previstos no PPA 2008/2011 para o exercício de 2008 foram realizados?

METAS FÍSICAS – PPA 2008-2011		Achados
Ações e produtos previstos para realização em 2008	Quantidade	
Unidade de pronto atendimento UPA 24 horas implantada	16 unidades	Em 2008, foram implantadas 16 UPAs, logo, a quantidade está dentro da meta prevista.
Pessoas Atendidas nas Unidades de Pronto Atendimento	255.000 p/mês	A média de atendimento das UPAs inspecionadas está um pouco abaixo do previsto no PPA, se considerarmos o quantitativo de atendimentos diários e multiplicarmos pelo total de dias no mês, conforme demonstramos: Maré: 391; Bangu: 357; Campo Grande I: 375; Belford Roxo: 291; Duque de Caxias: 344; Barra Mansa: 399; JPA: 355; Penha: 411 e Irajá: 382. Este fato ocorreu, principalmente, pela falta de médicos.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

b) Há indícios que serão alcançados os resultados esperados, mencionadas no Plano Estratégico 2007/2010?

Demonstramos a seguir os resultados previstos e a projeção até 2010:

Resultados esperados	Projeção para 2010
Reduzir o atendimento da demanda espontânea de urgência e emergência de baixa e média complexidade nos hospitais públicos, com grandes emergências, em 35% até 2010	Não existem, ainda, dados estatísticos demonstrando a diminuição de demanda de emergência e urgência nos hospitais da rede pública. Entretanto, de acordo com informações dos Coordenadores das UPAs inspecionadas, a redução dessa demanda é uma realidade, principalmente, no Hospital Rocha Faria, Hospital “Joca”, Postos de Saúde 24h Areia Branca, Lote XV, Hospital Duque de Caxias, Hospital Infantil Ismélia da Silveira e Getúlio Vargas. Em Barra Mansa, as evidências são de redução no Hospital da Santa Casa, que tem convênio SMS, e sendo o único Hospital de Emergência da cidade.
Realizar em média 15 mil atendimento/mês em cada UPA, até 2010	Considerando que, em 2008, a média diária foi de 370 atendimentos nas UPAs inspecionadas, estima-se que ao final de 2010, com a implantação do dobro de UPAS, a média mensal das 40 UPAS será de 14.800 atendimentos, ou seja, dentro do previsto se consideramos desvios de uma projeção.
Implantar 40 UPAs até 2010	No dia 30 de maio de 2007, o Estado do Rio inaugurou sua primeira Unidade de Pronto-Atendimento 24 Horas, na Comunidade da Maré. Desde então, foram implantadas, até o momento, 20 UPAs 24 Horas, sendo 4 unidades implantadas em 2007 e 16 em 2008. Considerando que se em dois anos foram implantadas 50% das UPAs, estima-se que até 2010 a meta de implantação das 40 UPAs será alcançada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A seguir, é apresentada a síntese de todas as questões de auditoria com as correspondentes recomendações (a partir da análise da Matriz de Achados) propostas no Relatório de Auditoria encaminhado à Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC, por intermédio do Ofício AGE n.º 042, de 28 de janeiro de 2009, com o intuito de aumentar o nível de eficiência e efetividade da realização do projeto, cujo acompanhamento será continuamente efetuado pela AGE e relatado nas Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesas da Secretaria:

QUESTÕES DE AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES
1) Todas as ações/produtos previstos no PPA 2008/2011 para o exercício de 2008 foram realizados?	Criar dados estatísticos do quantitativo de consultas realizadas pelos hospitais da rede pública antes e após a instalação das UPAs nas proximidades dos mesmos, a fim de oferecer indicadores para avaliar o resultado previsto no PPA.
2) Há indícios que serão alcançados os resultados esperados, mencionadas no Plano Estratégico 2007/2010?	Não houve recomendação.
3) Com base na execução orçamentária e financeira registrados no SIAFEM, é possível levantar os custos de implantação e manutenção das UPAs?	Buscar mais transparência e controle orçamentário: a) criar programa de trabalho diferenciado para as despesas com implantação e manutenção das UPAs; b) registrar, no SIAFEM, as despesas nos programas de trabalho de acordo com a sua finalidade; e c) criar unidades orçamentárias para cada UPA.
4) Foram concedidas as UPAs, pelos órgãos competentes as licenças indispensáveis para o funcionamento?	Verificar junto aos órgãos competentes a concessão das licenças e procurar saná-las o mais breve possível.
5) Existe interferência das Secretarias Municipais de Saúde na gestão das UPAs implantadas nos respectivos municípios?	Caso ocorra outro repasse de gestão das UPAs a terceiros, só o fazer após a devida formalização de convênio entre as partes envolvidas.
6) As instalações físicas atendem, satisfatoriamente, às necessidades dos profissionais e pacientes das UPAs?	Observar o comentado pelos Coordenadores de Unidades sobre as instalações das UPAs de modo a possibilitar conforto e segurança aos pacientes, acompanhantes e aos profissionais de saúde.
7) As UPAs encaminham a AGE, prestação de contas dos bens patrimoniais e bens em almoxarifado?	Proceder às devidas formalizações para indicação de responsáveis por bens patrimoniais e em almoxarifado, encaminhando posteriormente à AGE para certificação e posterior envio ao TCE as prestações de contas dos respectivos responsáveis.
8) Existe uma central de abastecimento de bens em almoxarifado e medicamentos para as UPAs?	Enviar esforços para planejar, controlar e organizar as necessidades de materiais e medicamentos para que as UPAs tenham seus estoques abastecidos em níveis adequados, e que o sistema de estoque em uso no CGA seja integrado com o sistema de estoque existente nas UPAs.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

9) Os profissionais de saúde da UPA atendem a demanda das UPAs?	Não houve recomendação.
10) Os profissionais de saúde receberam algum tipo de treinamento?	Divulgar a grade de cursos a todos os profissionais das UPAs.
11) Os dirigentes das UPAs têm conhecimento das obrigações das empresas contratadas para prestação dos serviços terceirizados nas unidades?	Enviar às UPAs cópias dos contratos terceirizados nas unidades.
12) Existe mecanismo de controle para os serviços oferecidos pelo laboratório de análise clínica instalados nas dependências das UPAs?	Concluir, e disponibilizar às UPAs, o mais breve possível, o sistema informatizado de controle dos exames realizados pela Científica Lab.
13) As UPAs comunicam à SESDEC e às Secretarias Municipais de Saúde a ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de doenças constantes da relação nacional de notificação compulsória previstas na Portaria nº 5, de 21/02/2006, da Superintendência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – SVS/MS?	Viabilizar a instalação de internet em todas as UPAs para facilitar a tramitação de informações.
14) Os Coordenadores das UPAs foram nomeados formalmente?	Nomear ou designar oficialmente todos os responsáveis pelas UPAs.
15) Existe mecanismo de monitoramento do índice de satisfação dos pacientes?	Não houve recomendação.

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS:

Até o término deste Relatório não houve oportunidade da SESDEC apresentar comentários ou justificativas acerca das Recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria encaminhado àquela Secretaria.

OCUPAÇÃO SOCIAL INTEGRADA À URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 20

OCUPAÇÃO SOCIAL INTEGRADA À URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População de baixa renda, com recebimentos até 3 salários mínimos, residente nas comunidades onde ocorrerão as obras de urbanização do programa de aceleração do crescimento: Manguinhos, Alemão, Rocinha, Preventório e Pavão-Pavãozinho. A atenção especial será dada aos jovens e demais moradores na faixa etária economicamente ativa.

OBJETIVO DO PROJETO:

Implantar políticas públicas sociais nas comunidades carentes listadas no público-alvo, aumentando a presença do Estado, apoiando as obras físicas de urbanização, promovendo integração de esforços das demais Secretarias de Estado e disponibilizando serviços que garantam cidadania à população.

RESULTADOS ESPERADOS:

- emitir 17.000 documentos básicos de cidadania até 2010;
- promover programas esportivos e culturais para atendimento a diferentes faixas etárias de 5.000 jovens e adultos, até 2010;
- reassentar 100% das famílias baseados em diagnóstico e cadastro social realizado pela SEASDH;
- criar e implementar um Banco de Empregos com base nas ofertas de mão de obra das comunidades atendidas para inclusão de 1000 novos empregados, até 2010;
- implantar uma rede de referência na qualificação para inserção no mercado de trabalho através da oferta de cursos de qualificação técnica, cidadania e empreendedorismo de 20.000 pessoas, até 2010;
- implantar 5 bibliotecas populares nas comunidades atendidas pelo Projeto de urbanização, até 2010;
- prestar atendimento jurídico e social nas próprias comunidades desenvolvido por estagiários e supervisionado por universidades para 5.000 pessoas, até 2010;

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- implantar 4 Centros de Juventude em comunidades de baixa renda localizadas no Jacarezinho, Cidade de Deus, Rocinha e Paciência no ano de 2008 e construir de novas 7 unidades;
- desenvolver projetos de inclusão digital para qualificação profissional de 4.000 pessoas entre os anos de 2008 a 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 03/09/2007 DATA TÉRMINO: 17/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0114 – Programa de Aceleração do Crescimento Social e Geração de Renda

Ação: 2186 – Aceleração do Crescimento Social e Geração de Renda

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
4.708.263	20.633.418	-	25.341.681

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0114 – Programa de Aceleração do Crescimento Social e Geração de Renda

Ação: 2186 – Aceleração do Crescimento Social e Geração de Renda

Finalidade: Desenvolver programas, projetos e atividades que conduzam as comunidades de baixo poder aquisitivo, na área de abrangência do PAC, à integração social de forma produtiva e sustentável, com estímulo ao empreendedorismo e atividades que possibilitem a geração de renda.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: FEAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Biblioteca popular implantada em comunidade atendida pelo PAC	unidade	2,00	1,00	2,00	-	5,00	5,00
Centro da Juventude implantado em comunidade atendida pelo PAC	unidade	7,00	3,00	3,00	1,00	14,00	14,00
Gerenciamento dos Projetos do PAC/Social realizado	unidade	40,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%	1,00
Projeto mãos à obra implantado nas comunidades da Rocinha, Alemão, Manguinhos, Preventório e Pavão-Pavãozinho.	unidade	40,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%	1,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
2186	PAC Social e Geração de Renda	6.600.000,00	2.394.000,00	971.263,79	40,57
Fonte: Sistema SIG					
Posição: 31 de dezembro de 2008					

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 2186 – Aceleração do Crescimento Social e Geração de Renda

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Centro da Juvent. implantado em comunidade atendida pelo PAC (de 7 para 5) ²	unid	5	4	K	80%
Gerenciamento dos Projetos do PAC/Social realizado	unid	40%	0	não informado	0%
Proj. mãos à obra implant. nas comunid. da Rocinha, Alemão, Manguinhos, Preventório e Pavão-Pavãozinho	unid	40%	34%	A	85%
Biblioteca popular em comunidade atendida pelo PAC	unid	2	0	não informado	0%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
A = Em andamento					
K = Contínuo					

C4I – COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÃO, COMPUTAÇÃO E INTELIGÊNCIA



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 21
**C4I – COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÃO,
COMPUTAÇÃO E INTELIGÊNCIA****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Segurança – SESEG.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro e profissionais de segurança pública do Governo do Estado.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhorar a segurança e a sensação da mesma no Estado, reduzindo crimes contra a vida e o patrimônio e aprimorando o processo de investigação, através da integração das agências de inteligência e formação técnica destes profissionais.

Melhorar as condições técnicas para os profissionais de segurança e racionalizar os recursos humanos, disponibilizando parte do efetivo da administração interna das organizações policiais para a atividade de polícia ostensiva.

RESULTADOS ESPERADOS:

- garantir que, até 2010, as atuais 40 salas de operações dos batalhões da polícia militar estejam informatizadas para o atendimento emergencial do telefone 190 e o despacho de viaturas;
- ter todos os 40 batalhões de polícia militar do Estado atuando com a necessidade de, no máximo, 13% de seu efetivo policial alocado na atividade-meio, até 2010;
- ter, em 2010, 100% do efetivo de profissionais da inteligência habilitados para utilização de técnicas adequadas de inteligência policial nos casos de investigação criminal;
- garantir que, até 2010, as atuais 40 salas de operações dos batalhões da polícia militar operem com câmeras de monitoramento em suas áreas de policiamento;
- reduzir em 15%, até 2010, os crimes contra a vida no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao ano de 2006, medidos pelo ISP;
- reduzir em 15%, até 2010, os crimes contra o patrimônio no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao ano de 2006, medidos pelo ISP;
- aumentar para 15%, até 2010, a elucidação de crimes contra a vida no Estado do Rio de Janeiro.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 14/01/2008

DATA TÉRMINO: 29/10/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a agosto de 2008; e
- [REDACTED] – de setembro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0091 – Prevenção e Combate ao Crime

Ação: 1589 – Polícia Integrada - Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência – C4I

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
38.189.459	56.925.668	-	95.115.127

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0091 – Prevenção e Combate ao Crime

Ação: 1589 – Polícia Integrada - Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência – C4I

Finalidade: Integrar "on line" os 39 Batalhões Operacionais da PMERJ, as 6 unidades operacionais especiais e uma Companhia Independente com as Delegacias Legais e Delegacias Especializadas, agilizando as tarefas operacionais executadas e melhorando o patrulhamento ostensivo e as investigações.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Central de Atendimento 190 ampliada	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Centro de Operações em Batalhão implantado	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Sistema de Identificação de Pessoal e Armas nos Batalhões da PMERJ implantado	unidade	80,00%	20,00%	-	-	100,00%	1,00
Sistema de Monitoramento em Área de Policiamento implantado	unidade	90,00	90,00	-	-	180,00	180,00
Sistema operacional para integração policial implantado	unidade	40,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%	1,00
Unidade operacional da PMERJ e PCERJ integrada	unidade	80,00	40,00	40,00	39,00	199,00	199,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1589	Polícia Integrada - C4I	55.909.096,00	62.805.708,00	32.805.943,27	52,23
Fonte: Sistema SIG Posição: 31 de dezembro de 2008					

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1589 – Polícia Integrada - Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência – C4I

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Central de Atendimento 190 ampliada	unid	50%	0	não informado	0%
Centro de Operações em Batalhão implantado	unid	50%	0	não informado	0%
Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%
Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido ³	unid	15	20	C	133%
Profissional de inteligência policial capacitado ¹	unid	200	0	não informado	0%
Sede da SESEG reformada/dotada de equipamento ³	unid	1	1	C	100%
Sist. de Ident. de Pessoal e Armas nos Batalhões da PMERJ implantado	unid	80%	0	não informado	0%
Sistema de Monit. Em Área de Policiamento implantado	unid	90	0	não informado	0%
Sistema de TI na área de inteligência reestruturado (de 0 para 1) ⁵	unid	1	1	A	100%
Sistema operacional de monitoramento em área de policiamento implantado ¹	unid	80%	0	não informado	0%
Sistema operacional para integração policial implantado	unid	40%	0	não informado	0%
Unidade operacional da PMERJ e PCERJ integrada	unid	80	0	não informado	0%
Veículo da PCERJ adquirido ³	unid	105	77	C	73%
Veículo da PMERJ operacionalizado ³	unid	1235	1235	K	100%
Veículo da PMERJ adquirido	unid	1235	1235	K	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

⁵ Quantidade prevista no PPA revisado alterado no relatório SEPLAG

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

K = Contínuo

CENTRO DE OBSERVAÇÃO CRIMINOLÓGICA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 22
CENTRO DE OBSERVAÇÃO CRIMINOLÓGICA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e seus apenados.

OBJETIVO DO PROJETO:

Implantar centro de observação criminológica para centralizar a entrada dos apenados no sistema penitenciário, visando a diagnosticá-los através de serviços médicos, jurídicos e sociais, aperfeiçoando sua distribuição nas unidades prisionais e refletindo na qualificação da custódia no âmbito da administração penitenciária.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reduzir em 10% a super lotação nas penitenciárias do Estado até 2009;
- reduzir a zero o ingresso dos apenados doentes na massa carcerária do Estado até 2008;
- implantar uma central de informações dos apenados até 2008.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 06/01/2007 DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de Janeiro a abril de 2008; e
- [REDACTED] – de maio a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0089 – Execução Penal Estruturada**Ação:** 1582 – Centro de Observação Criminológica

Em R\$			
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	
Recursos do Tesouro	Outros rec. Orçamentários	Orçamentários	Total
-	38.562.136	-	38.562.136

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0089 – Execução Penal Estruturada

Ação: 1582 – Centro de Observação Criminológica

Finalidade: Implantar uma unidade operacional para centralizar a entrada dos apenados no sistema penitenciário, visando diagnosticá-los através de serviços médicos, jurídicos e sociais, aperfeiçoando sua distribuição nas unidades prisionais e refletindo na qualificação da custódia no âmbito da administração penitenciária

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FUESP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Unidade operacional do sistema penal implantada - Metropolitana	unidade	1,00	-	1,00	1,00	3,00	3,00
Unidade operacional do sistema penal implantada - Norte Fluminense	unidade	-	1,00	-	-	1,00	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1582	Centro de Observação Criminológica	16.000.000,00	16.000.000,00	-	-

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1582 – Centro de Observação Criminológica

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Unidade operacional do sistema penal implantada (de 1 para 30%) ²	unid	1	0	não informado	0%
observação:					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					

SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**PROJETO 23
SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Segurança.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro que utiliza as atividades da polícia técnica - identificação, necrópsia, exames clínicos e perícia. Profissionais de segurança da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público e Tribunal de Justiça.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhorar a qualidade técnica das perícias e reduzir o tempo de resposta aos cidadãos usuários das atividades de investigação criminal.

Promover maior integração entre delegacias e órgãos periciais, além de melhorar as condições operacionais do trabalho de perícia e a eficiência do relacionamento com os órgãos de justiça.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reduzir em 50% do tempo de entrega de laudos periciais, até 2008, em relação a 2006;
- aumentar para 4%, até 2008, a elucidação de crimes no Estado do Rio de Janeiro;
- integrar o banco de dados unificado de informações de laudos periciais ao banco de dados de ocorrências criminais;
- reduzir em 30% o número inquéritos devolvidos pelo Ministério Público, até 2008, em relação a 2006.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 10/07/2007

DATA TÉRMINO: 19/12/2008

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0092 – Implementação das Unidades do Programa Delegacia Legal

Ação: 1632 – Sistema de Investigação Criminal

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
225.000	3.993.682	-	4.218.682

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0092 – Implementação das Unidades do Programa Delegacia Legal

Ação: 1632 – Sistema de Investigação Criminal

Finalidade: Promover a melhoria da capacidade investigativa da Polícia Civil, aumentando a eficácia das atividades periciais e a credibilidade institucional da polícia frente à população do Estado do Rio de Janeiro

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FUNESSP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Instituto Médico Legal dotado de equipamento	unidade	1,00	-	-	-	1,00	1,00
Posto regional da polícia técnico-científica implantado	unidade	9,00	3,00	-	-	12,00	12,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1632	Sistema de Investigação Criminal	4.218.682,00	12.312.430,00	1.101.552,18	8,95

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1632 – Sistema de Investigação Criminal

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Unidade de Segurança Técnico-Científica dotada de equipamento	unid	1	1	C	100%
Instituto Médico Legal dotado de equipamento	unid	1	1	C	100%
Posto regional da polícia técnico-científica implantado	unid	9	3	A	33%
Sede do Instituto de Criminalística Carlos Éboli - ICCE implantada	unid	45%	0	não informado	0%

observações:

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO ESTADO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 24**
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS
CULTURAIS DO ESTADO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Cultura.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Usuários atuais e potenciais do Teatro Municipal, Sala Cecília Meirelles, Teatro e Escola de Música Villa Lobos e Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhoria da qualidade física, operacional e de programação dos equipamentos culturais pertencentes ao Governo do Estado, através da modernização jurídico-institucional da gestão destes equipamentos.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar a satisfação dos usuários em 30% até 2009;
- aumentar a frequência de público do Teatro Municipal, Sala Cecília Meirelles, Teatro e Escola Villa Lobos e Escola de Artes Visuais do Parque Lage em 20% até 2009.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 15/10/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0043 – Cultura e Desenvolvimento

Ação: A347 – Modernização da Gestão de Equipamentos Culturais

Tipo de Ação: Ação sem custo específico associado

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
-	-	-	-

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0043 – Cultura e Desenvolvimento**Ação:** A347 – Modernização da Gestão de Equipamentos Culturais**Finalidade:** Modernizar a gestão e dar sustentabilidade aos equipamentos culturais do Estado.**Tipo de Ação:** Ação sem custo específico associado**Unidade Executora:** 1501-SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Projeto piloto de gestão por Organização Social - OS implantado	unidade	3,00	-	-	-	3,00	3,00
Unidade cultural com projeto de gestão por OS e/ou de modelagem econômica implantado	unidade	6,00	6,00	6,00	4,00	22,00	22,00

PROGRAMA EDUCULTURA



CULTURA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 25
PROGRAMA EDUCULTURA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Cultura.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Estudantes da rede pública de Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro.

OBJETIVO DO PROJETO:

Desenvolver e capacitar os talentos coletivos através da criação de pólos de atratividade com núcleos de cultura nas escolas públicas do Estado, visando à valorização da cultura e dos seus espaços como ferramenta de pesquisa de produção do conhecimento.

RESULTADOS ESPERADOS:

- implantar núcleos de cultura em 750 escolas do ensino médio do Estado, até 2010;
- reduzir em 10%, a evasão escolar no ensino médio das escolas públicas estaduais, com núcleos de cultura implantados, até 2010;
- capacitar 37.500 alunos, do ensino médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro, até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/10/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0043 – Cultura e Desenvolvimento**Ação:** 1627 – Implantação de Núcleos de Cultura nas Escolas Públicas – EduCultura

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
5.340.000	-	-	5.340.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0043 – Cultura e Desenvolvimento

Ação: 1627 – Implantação de Núcleos de Cultura nas Escolas Públicas – EduCultura

Finalidade: Implantar núcleos de cultura nas escolas da rede pública estadual de ensino médio com vistas à ampliação das ferramentas de conhecimento dos alunos.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Núcleo de Cultura implantado nas escolas públicas	unidade	150,00	200,00	400,00	-	750,00	750,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1627	Impl Núcl de Cultura nas Escolas Públ-EduCultura	1.400.000,00	7.671.210,00	165.093,86	2,15

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1627 – Implantação de Núcleos de Cultura nas Escolas Públicas – EduCultura

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Aluno do ensino médio da rede estadual atendido nas unidades de cultura ¹	unid	5.000	0	não informado	0%
Campanha realizada ³	unid	1	1	C	100%
Núcleo de Cultura implantado nas escolas públicas	unid	150	0	não informado	0%
Oficina cultural realizada ³	unid	1	8	C	800%
Ponto de Cultura do Estado do Rio de Janeiro instalado ¹	unid	150	0	não informado	0%
Unidade de cultura implantada em escola da rede pública de ensino médio ¹	unid	10	0	não informado	0%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

C = Concluído no exercício

RIO – O FUTURO DO ESPORTE



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**PROJETO 26
RIO: O FUTURO DO ESPORTE****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

- crianças e jovens nas faixas etárias compreendidas de 08 a 18 anos de idade cronológica;
- indivíduos inseridos nas idades definidas segundo Gallahue (2001) como adulto meia-idade e terceira idade com características de sedentarismo provenientes de falta de oportunidade socioeconômica;
- atletas registrados em entidades de prática e administração esportiva, vinculada ao movimento olímpico e para-olímpico, com sede no Estado do Rio de Janeiro;
- profissionais e acadêmicos da área de saúde, educação e administração atuantes no desenvolvimento da atividade física e do esporte.

OBJETIVO DO PROJETO:

Difundir a prática da atividade física regular nas diversas faixas etárias e níveis sócio-econômicos da população do Estado do Rio de Janeiro.

Disseminar a cultura pluri-esportiva entre os jovens e crianças de diversos níveis de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) através da integração social pelo esporte. Fomentar o esporte de rendimento desde a formação a alta qualificação através de apoio ao suporte pessoal, estrutura e infra-estrutura física de equipamentos esportivos.

RESULTADOS ESPERADOS:

- melhorar os indicadores de saúde e autonomia funcional da população inserida no projeto;
- difundir a cultura e prática da atividade física regular e esportiva de qualificação;
- conceder subsídio pecuniário permanente aos atletas e treinadores esportivos de rendimento das modalidades olímpicas e para-olímpicas de verão que atendam aos critérios de adesão ao programa;
- promover avaliação morfofuncional de indivíduos praticantes ou não de atividades físicas e esportivas sistemáticas vinculadas a entidades de ensino e ou de prática esportiva;

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- propiciar oportunidade de preparação ótima para atletas e treinadores esportivos de rendimento e pessoal de apoio em equipamentos lotados no Centro de Excelência Esportiva do Complexo do Maracanã e ou outros credenciados pela SETE;
- assegurar qualificação profissional continuada e permanente dos indivíduos inseridos direta ou indiretamente no contexto do esporte e da atividade física.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/05/2007

DATA TÉRMINO: 30/11/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

Não consta da relação “GERENTES DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS EM 2008”, encaminhada pela Coordenadoria de Programas Estratégicos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro à Auditoria Geral do Estado, a informação de gerente para o projeto em referência: Rio, o Futuro do Esporte.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0045 – Desenvolvimento de Ações Desportivas

Ação: 1619 – Rio: O Futuro do Esporte

Em R\$			
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
60.161.450	-	-	60.161.450

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0045 – Desenvolvimento de Ações Desportivas

Ação: 1619 – Rio: O Futuro do Esporte

Finalidade: Transformar o Estado do Rio de Janeiro numa potência olímpica, priorizando a descoberta descentralizada de talentos esportivos entre crianças, jovens e adolescentes.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SETE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Atleta/treinador selecionado e atendido com subsídios pecuniários	unidade	120,00	120,00	120,00	-	360,00	360,00
Centro de excelência desportiva implantado	unidade	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	20,00%	1,00
Criança / jovem atendido em projeto esportivo em comunidades carentes	unidade	2.100,00	2.500,00	2.500,00	2.800,00	9.900,00	9.900,00
Crianças, jovens e adolescentes atendidos em projetos/competições esportivos	unidade	1.500,00	1.600,00	1.800,00	2.000,00	6.900,00	6.900,00
Pessoa atendida através do Programa de Iniciação Desportiva - PID	unidade	3.500,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.500,00	12.500,00
Profissional qualificado através de interc/parceria entre centros esportivos	unidade	2.500,00	2.500,00	2.500,00	-	7.500,00	7.500,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1619	Rio: O Futuro do Esporte	10.629.300,00	57.840.654,00	51.932.440,41	89,79
Fonte: Sistema SIG					
Posição: 31 de dezembro de 2008					

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1619 – Rio: O Futuro do Esporte

META FÍSICA								
PRODUTOS				UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Núcleo Segundo Tempo implantado/operacionalizado ¹				unid	150	284	A	189%
Núcleo Suderj em Forma/Esporte Seguro implantado/operacionalizado ¹				unid	150	216	A	144%
Campanha realizada ³				unid	1	1	C	100%
Despesa sem produto associado ³				unid	1	5	C	500%
Atleta/treinador selecionado e atendido com subsídios pecuniários				unid	120	0	não informado	0%
Centro de excelência desportiva implantado				unid	5%	0	não informado	0%
Criança/jovem atend em proj. esportivo em comunidades carentes				unid	2100	0	não informado	0%
Crianças, jovens e adolescentes atendidos em proj. comp. Esportiv.				unid	1500	0	não informado	0%
Pessoa atendida através do programa de Iniciação Desportiva - PID				unid	3500	0	não informado	0%
Profissional qualificado através de interc/parc entre centros esport.				unid	2500	0	não informado	0%
observações:								
Sem referência = produto constante do PPA original								
¹ Produto incluído no PPA revisado								
³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado								
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:								
A = Em andamento								
C = Concluído no exercício								

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA



Descontaminação da Ingã marca início da
recuperação ambiental de Sepetiba

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 27
PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado do Ambiente.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População residente da bacia da baía de Sepetiba (aproximadamente 2 milhões de pessoas) e potenciais usuários da infra-estrutura local.

OBJETIVO DO PROJETO:

Realizar medidas de recuperação, de controle e de gestão ambiental que possibilitem a reparação de áreas contaminadas e degradadas, a recuperação de praias, o controle ambiental de atividades industriais e portuárias, o ordenamento urbano com vistas à sustentabilidade ambiental e social de iniciativas de desenvolvimento econômico da bacia contribuinte à baía de Sepetiba.

RESULTADOS ESPERADOS:

- dispor de controle e gestão ambiental moderna e eficiente dos setores de siderurgia e portuário;
- executar recuperação ambiental de áreas degradadas (praias e manguezais) e contaminadas (INGÁ).

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/09/2007

DATA TÉRMINO: 01/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

-  — de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0079 – Melhoria da Qualidade Ambiental das Baías da Guanabara e de Sepetiba

Ação: 1538 – Projeto de Recuperação, Dragagem e Revitalização das Praias de Sepetiba

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
17.168.000	0	0	17.168.000

Ação: 1549 – Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
900.000	0	0	900.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0079 – Melhoria da Qualidade Ambiental das Baías da Guanabara e de Sepetiba

Ação: 1538 – Projeto de Recuperação, Dragagem e Revitalização das Praias de Sepetiba

Finalidade: Promover a recuperação e revitalização das praias de Sepetiba, com ações voltadas para o controle, gestão e sustentabilidade ambiental e social de iniciativas de desenvolvimento econômico da bacia contribuinte à baía de Sepetiba.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SERLA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Praia recuperada	unidade	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%	3,00

Ação: 1549 – Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba

Finalidade: Coordenar as diversas ações públicas e privadas voltadas para a despoluição da baía de Sepetiba, a partir de estudos para o conhecimento das suas condições, otimizando e monitorando os seus resultados.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Relatório de acomp da implant do Plano de Desp da baía de Sepetiba elaborado	unidade	10,00%	-	-	-	10,00%	1,00
Relatório de acomp da implant do Plano de Desp da baía de Sepetiba elaborado	unidade	-	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1538	Recup, Dragagem e Revitalização das Praias Sepetiba	7.500.000,00	159.500,00	159.498,32	100,00
1549	Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba	300.000,00	-	-	-

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1538 – Projeto de Recuperação, Dragagem e Revitalização das Praias de Sepetiba

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Praia recuperada	unid	25%	2,50%	A	10%

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento

- Ação:** 1549 – Qualidade Ambiental da Baía de Sepetiba

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Relat. de acomp implant do Plano Desp da Baía de Sepetiba elaborad	unid	10%	0	não informado	0%

observação:
Esta ação não consta no relatório SEPLAG. No PPA revisado não consta metas para 2008, somente a partir de 2009.

PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE – PET



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 28
PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE – PET**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Transportes.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Usuários do Sistema de Transportes Ferroviários e Integração Intermodal da Região Metropolitana e entorno.

OBJETIVO DO PROJETO:

Recuperar a estrutura física e elevar a oferta aos usuários do sistema de trens urbanos, e contribuir para a melhoria do sistema rodoviário e a integração entre os modais, buscando oferecer um transporte confiável, rápido e seguro à população.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar em 900 mil o número de passageiros transportados/dia útil, até 2011;
- melhorar o índice de imagem do serviço prestado ao usuário, de 63% para 85%, até 2011.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/06/1998

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:**Programa:** 0105 – Programa Estadual de Transportes - PET**Ação:** 1630 – Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
432.400.000	-	-	432.400.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Ação: 5002 – Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário

Em R\$			
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
72.999.946	-	-	72.999.946

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0105 – Programa Estadual de Transportes - PET

Ação: 1630 – Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II

Finalidade: Dar continuidade às ações de modernização e recuperação do sistema ferroviário, melhorando as condições de tráfego e promovendo a revitalização de trechos ferroviários e estações através da busca de novos financiamentos.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CENTRAL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Estação Barão de Mauá revitalizada	unidade	-	50,00%	50,00%	-	100,00%	1,00
Estação ferroviária reformada	unidade	-	20,00%	60,00%	20,00%	100,00%	18,00
Material rodante adquirido	unidade	-	20,00%	40,00%	40,00%	100,00%	20,00
Material rodante recuperado/ modernizado	unidade	-	50,00%	50,00%	-	100,00%	4,00
Terminal rodo-ferroviário implantado	unidade	-	50,00%	50,00%	-	100,00%	1,00
Trecho ferroviário Santa Cruz- Zona industrial/Itaguaí revitalizado	unidade	-	20,00%	60,00%	20,00%	100,00%	11,00
Trecho ferroviário Saracuruna/Magé/Guapimirim revitalizado	unidade	-	30,00%	70,00%	-	100,00%	40,00

Ressalta-se que não houve meta física prevista para o exercício de 2008 nesta ação.

Ação: 5002 – Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário

Finalidade: Modernizar e recuperar o material rodante, o leito da ferrovia e as instalações físicas do sistema ferroviário, além de melhorar as condições de tráfego e do entorno das estações.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CENTRAL

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Bonde de Santa Teresa recuperado	unidade	13,00	-	-	-	13,00	13,00
Escola Silva Freire modernizada	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00
Estação ferroviária reformada	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	5,00
Inventário físico dos bens da Central realizado	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00
Material rodante adquirido	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	2,00
Material rodante recuperado/ modernizado	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	7,00
Plano diretor revisto/atualizado	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00
Sistema de trens de passageiros recuperado/reformado	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
5002	Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	72.999.946,00	81.931.806,00	47.418.914,15	57,88

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

• Ação: 5002 – Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Bonde de Santa Teresa recuperado (de 13 para 3) ²	unid	3	1	A	33%
Corredor metropolitano implantado ¹	unid	20%	0	não informado	0%
Escola Silva Freire modernizada	unid	100%	0	não informado	0%
Estação ferroviária reformada (de 100% para 1 unid) ²	unid	1	1	C	100%
Gerenciamento de programa realizado ¹	unid	25%	25%	C	100%
Inventário físico dos bens da Central realizado	unid	1	1	C	100%
Material rodante - TUE's com 4 carros cada - adquirido ¹	unid	20	0	não informado	0%
Material rodante adquirido (alterado de 100% para 20) ²	unid	20	0	não informado	0%
Material rodante recuperado/ modernizado (de 100% para 6) ²	unid	6	5	A	83%
Plano diretor revisto/atualizado (de 100% para 0%) ²	unid	0%	0	não informado	0%
Sistema de bondes de Santa Teresa recuperado ¹	unid	20%	20%	C	100%
Sistema de monitoramento da Alameda São Boa Aventura implantado ¹	Km	2	0	A	0%
Sistema de trens de passageiros recuperado/reformado (de 100% para 10%) ²	unid	10%	10%	C	100%
Unidade da SETRANS reestruturada ¹	unid	1	0	não informado	0%
Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 29**
IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Transportes.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Usuários do transporte público de passageiros, da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

OBJETIVO DO PROJETO:

Beneficiar, com facilidades e redução de custos com transporte, a vida do usuário de transportes coletivo, através de ações de racionalização do sistema baseadas na integração operacional e tarifária.

RESULTADOS ESPERADOS:

- implantar 100% do projeto de integração dos Modais de Transportes até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 30/03/2007 DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] - de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0101 – Mobilidade e Transporte para Todos

Ação: A341 – Parcerias do Projeto Bilhete Único

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
0	0	2.000.000	2.000.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Ação: 1592 – Implantação do Bilhete Único

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçametários		
600.000	0	0	600.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0101 – Mobilidade e Transporte para Todos

Ação: A341 – Parcerias do Projeto Bilhete Único

Finalidade: Promover parcerias voltadas ao desenvolvimento do Projeto Bilhete Único.

Tipo de Ação: Não Orçamentária

Unidade Executora: SETRANS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Projeto desenvolvido	unidade	60,00%	30,00%	10,00%	-	100,00%	1,00

Ação: 1592 – Implantação do Bilhete Único

Finalidade: Beneficiar o usuário de transporte coletivo com facilidades e redução de custos, racionalizando o sistema com base na integração operacional e tarifária.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SETRANS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema Bilhete único implantado	unidade	60,00%	30,00%	10,00%	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1592	Implantação do Bilhete Único	200.000,00	200.000,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1592 – Implantação do Bilhete Único

META FÍSICA						
PRODUTOS		UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Sistema Bilhete Único implantado	(de 60% para 10%) ²	unid	10%	0	não informado	0%
observação:						
² quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado						



EXPANSÃO DA REDE DO SISTEMA METROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO – ESTAÇÃO GENERAL OSÓRIO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 30****EXPANSÃO DA REDE DO SISTEMA METROVIÁRIO DO
RIO DE JANEIRO – ESTAÇÃO GENERAL OSÓRIO****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Transportes.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Moradores de Ipanema e adjacências, turistas, comerciantes e pessoas que trabalham nas cercanias da estação.

OBJETIVO DO PROJETO:

Ampliar a capacidade de transporte na área de influência e disponibilizar serviço de transporte público com conforto, segurança e rapidez.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar o número de passageiros transportados por dia no sistema metroviário;
- implantar a sinalização da Linha 2;
- implantar a Estação General Osório.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/03/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- Francisco Villaça – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0104 – Expansão e Consolidação das Linhas de Metrô

Ação: 5047 – Expansão e Consolidação da Rede Prioritária Básica

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
426.327.263	5.000	-	426.332.263



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0104 – Expansão e Consolidação das Linhas de Metrô

Ação: 5047 – Expansão e Consolidação da Rede Prioritária Básica

Finalidade: Disponibilizar serviço de transporte público com conforto, segurança e rapidez, com a expansão das linhas metroviárias existentes e implantação de novos trechos e adequação da infra-estrutura existente às necessidades de seus usuários.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: RIOTRILHOS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Estação General Osório implantada	unidade	-	1,00	-	-	1,00	1,00
Estação metroviária equipada com acesso a portadores de deficiências	unidade	-	5,00	5,00	6,00	16,00	16,00
Estudo de viabilidade/ proj básico do trecho L1 - Gal Osório/ N. Sª da Paz elab	unidade	-	1,00	-	-	1,00	1,00
Estudo de viabilidade/ proj básico trechos-L2 Estaç Colégio/ Trevo Marg elab	unidade	-	1,00	-	-	1,00	1,00
Estudo de viabilidade/ projeto básico do trecho L1 - Sães Peña/ Méier elaborado	unidade	-	1,00	-	-	1,00	1,00
Linha 1 do Metrô ampliada	Km	50,00%	17,00%	17,00%	16,00%	100,00%	0,90
Linha 2 de Metrô ampliada	Km	-	26,00%	37,00%	37,00%	100,00%	100,00
Material rodante adquirido	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00
Sinalização da Linha 2 implantada	Km	15,00	-	-	-	15,00	15,00
Terreno legalizado	unidade	-	25,00	25,00	29,00	79,00	79,00
Trecho Linha 2 - Estácio/Carioca implantado	Km	-	36,00%	36,00%	28,00%	100,00%	3,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
5047	Expansão e Consolid da Rede Prioritária Básica	175.455.000,00	214.743.690,00	168.675.503,23	78,55

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 5047 – Expansão e Consolidação da Rede Prioritária Básica

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Material rodante adquirido	unid	1	0	não informado	0%
Linha 1 do Metrô ampliada	Km	50%	0	não informado	0%
Sinalização da linha 2 implantada	Km	15	0	não informado	0%
Sistema de sinalização e de piloto automático da Estação Cantagalo concluído ¹	unid	1	0	não informado	0%
Estação Gal Osório construída ³	unid	50%	50%	A	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado.

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

RIO DE BRAÇOS ABERTOS



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**PROJETO 31
RIO DE BRAÇOS ABERTOS****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Turistas; Agentes de Viagem; Rede Hoteleira; Guias de Turismo; Transportadoras Turísticas; Bares, Restaurantes e Comércio; Empresas organizadoras de eventos; Secretarias Municipais de Turismo; Parques Temáticos; Cruzeiros Marítimos.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhorar a qualidade de infra-estrutura ao turista e aumentar o número de turistas, a permanência média e os gastos no Estado do Rio de Janeiro.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumento de aproximadamente 35% no número de turistas que chegam em nosso Estado, de acordo com a Política Nacional de Turismo, até o ano de 2010;
- aumento em 10% da permanência média de turistas em hotéis do Rio de Janeiro, até 2010;
- aumento do número de unidades habitacionais em meios de hospedagem, instalados no Estado do Rio de Janeiro;
- aumento do número de pessoas formalmente empregadas no setor de turismo, para 272,5 mil indivíduos em 2010, por meio de medição RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 23/01/2007

DATA TÉRMINO: 24/09/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

Não consta da relação “GERENTES DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS EM 2008”, encaminhada pela Coordenadoria de Programas Estratégicos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro à Auditoria Geral do Estado, a informação de gerente para o projeto em referência: Rio de Braços Abertos.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0047 – Desenvolvimento e Divulgação do Turismo

Ação: 1128 – Divulgação do Turismo no Estado

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.195.958	-	-	1.195.958

Ação: 2017 – Fomento ao Turismo no Estado

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
625.000	-	-	625.000

Ação: 6012 – Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo no ERJ

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
729.271	318.900	-	1.048.171

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0047 – Desenvolvimento e Divulgação do Turismo

Ação: 1128 – Divulgação do Turismo no Estado

Finalidade: Promover e divulgar os destinos turísticos fluminenses para atrair e implementar investimentos e aumentar o fluxo e permanência do turista no estado.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: TURISRIO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Campanha promocional realizada	unidade	33,00	32,00	32,00	32,00	129,00	129,00
Evento turístico municipal apoiado	unidade	23,00	24,00	24,00	-	71,00	71,00
Posto de informação turística implantado	unidade	1,00	2,00	1,00	-	4,00	4,00
Profissional do turismo capacitado através de parceria	unidade	1.500,00	1.500,00	3.000,00	-	6.000,00	6.000,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Estado	unidade	80,00	79,00	80,00	79,00	318,00	318,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Metropolitano	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	20,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Norte Fluminense	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Baixadas Litorâneas	unidade	16,00	16,00	16,00	16,00	64,00	64,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Serrana	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Médio Paraíba	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	8,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Centro-Sul Fluminense	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00
Promoção, participação e apoio a eventos realizado - Costa Verde	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	24,00	24,00
Sinalização turística adequada/implantada	unidade	6,00	4,00	2,00	-	12,00	12,00

Ação: 2017 – Fomento ao Turismo no Estado

Finalidade: Promover a melhoria da infra-estrutura logística e a criação de instrumentos de incentivo à atração de empreendimentos turísticos.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: SETE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Representação institucional em eventos internacionais p/ divulgar o turismo no Estado	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	12,00
Rodada de negócios realizadas no Brasil e no exterior - O Rio é de Você	unidade	20,00	20,00	20,00	-	60,00	60,00

Ação: 6012 – Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo no ERJ

Finalidade: Qualificar e ordenar a atividade turística para estruturar e consolidar os destinos turísticos fluminenses, aumentando a sua competitividade e qualidade.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: TURISRIO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Empresa prestadora de serviços turísticos cadastrada/capacitada	unidade	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	56.000,00	56000,00
Projeto de regionalização do turismo realizado	unidade	30,00%	40,00%	30,00%	-	100,00%	1,00
Projeto de segmentação turística elaborado	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a)	(b)	(c)	(d)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	AH (%) (c/b)
1128	Divulgação do Turismo no Estado	381.644,00	625.806,23	420.155,31	67,14
2017	Fomento ao Turismo no Estado	225.000,00	11.144.878,39	8.508.455,54	76,34
6012	Incentivo ao Desenv do Turismo no ERJ	312.230,00	220.717,00	164.114,14	74,36

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação: 1128 – Divulgação do Turismo no Estado**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Promoção, participação e apoio a eventos realizados	unid	120	58	C	48%
Campanha promocional realizada	unid	33	27	C	82%
Evento turístico municipal apoiado	unid	23	19	C	83%
Posto de informação turística implantado	unid	1	0	não informado	0%
Sinalização turística adequada/implantada	unid	6	3	C	50%
Profissional do turismo capacitado através de parceria	unid	1500	0	não informado	0%

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

C = Concluído no exercício

- Ação: 2017 – Fomento ao Turismo no Estado**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Repre. inst. Em eventos internacionais p/div. O turismo no estado (de 3 para 1) ²	unid	1	6	C	600%
Rodada de negoc. realizados no Brasil e no exterior -O Rio é de vcs	unid	20	0	não informado	0%
Atrativo turístico reformado/ampliado ¹	unid	1	1	C	100%
Campanha promocional realizada ¹	unid	1	4	C	400%
Promoção, participação e apoio a eventos realizado ¹	unid	5	18	C	360%
Despesa sem produto associado ³	unid	1	1	C	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

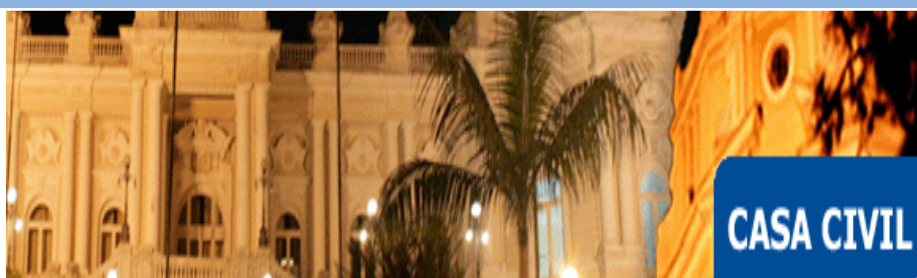
C = Concluído no exercício

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- **Ação:** 6012 – Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo no ERJ

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Projeto de regionalização do turismo realizado (de 30% para 25%) ²	unid	25%	25%	A	100%
Empresa prestadora de serviços turísticas cadastrada/capacidade	unid	14.000	0	não informado	0%
Posto de informação turística implantado	unid	2	2	C	100%
Banco de dados sobre a oferta turística fluminense implantado/operacionalizado ¹	unid	25%	31%	C	124%
Projeto de segmentação turística elaborado (de 50% para 25%) ²	unid	25%	25%	A	100%
Promoção, participação e apoio a eventos realizado ¹	unid	77	34	C	44%
Diligência/fiscalização em ente turístico realizado ³	unid	830	557	C	67%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					
³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
A = Em andamento					
C = Concluído no exercício					

1 RIO – PLANO DE GESTÃO DE IMAGEM



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 32
1 RIO – PLANO DE GESTÃO DE IMAGEM**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado da Casa Civil.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Moradores do Rio de Janeiro; Empresas do Rio de Janeiro; Turistas, de lazer e negócios, nacionais e internacionais.

OBJETIVO DO PROJETO:

Assegurar a exposição permanente da arte, da cultura e das potencialidades do Rio de Janeiro, inspirando e divulgando iniciativas e atraindo turistas e investidores.

RESULTADOS ESPERADOS:

- criar uma instituição para polarização das ações ligadas a imagem do Rio de Janeiro;
- atrair melhores turistas;
- melhorar a imagem e visibilidade do Rio de Janeiro;
- melhorar o ambiente de negócios com atração de investidores;
- atrair mais turistas.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 08/01/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a maio de 2008;
- [REDACTED] – de junho a novembro de 2008; e
- [REDACTED] – em dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0058 – 1 RIO - Plano de Gestão de Imagem

Ação: 1620 – 1 Rio - Compra de Mídia e Produção

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
28.000.000	-	-	28.000.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0058 – 1 RIO - Plano de Gestão de Imagem

Ação: 1620 – 1 Rio - Compra de Mídia e Produção

Finalidade: Divulgar uma visão única do Estado do Rio de Janeiro no Brasil e exterior.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
PIB turístico do Estado do Rio de Janeiro ampliado	unidade	5,00%	5,00%	5,00%	-	15,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1620	1 Rio - Compra de Mídia e Produção	4.000.000,00	388.899,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1620 – 1 Rio - Compra de Mídia e Produção

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
PIB turístico do Estado do Rio de Janeiro ampliado	unid	5%	0	não informado	0%

Este projeto estratégico não consta do relatório SEPLAG, visto que no PPA revisado as metas previstas constam para o período de 2009 a 2011.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO AUDIOVISUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CULTURA

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 33
DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO AUDIOVISUAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Cultura.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

As empresas e os profissionais que integram a cadeia produtiva do setor audiovisual, com atividades relacionadas com a infra-estrutura, produção, distribuição e exibição dos produtos gerados.

OBJETIVO DO PROJETO:

Desenvolver a cadeia produtiva do setor audiovisual, visando à sua modernização e o fortalecimento das suas potencialidades no âmbito da vocação do setor na economia do Estado.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar de 30% o PIB do setor audiovisual, no Estado do Rio de Janeiro, até 2010;
- aumentar de 15% o número de empresas no setor audiovisual, no Estado até 2010;
- aumentar de 18%, o número de empregos gerados pelo setor no Estado, até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 22/10/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de fevereiro a julho de 2008; e
- [REDACTED] – de agosto a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0043 – Cultura e Desenvolvimento

Ação: 1628 – Desenvolvimento do Setor Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.920.000	-	-	1.920.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0043 – Cultura e Desenvolvimento

Ação: 1628 – Desenvolvimento do Setor Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro

Finalidade: Implantar e operacionalizar estrutura de apoio que estimule a realização de produções audiovisuais e fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor audiovisual no Estado.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Comissão audiovisual instalada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	1,00
Empresa do setor audiovisual beneficiadas com incentivo	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	48,00
Empresa do setor audiovisual instalada	unidade	30,00	30,00	30,00	-	90,00	90,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1628	Desenvolvimento do Setor Audiovisual do ERJ	640.000,00	3.060.629,00	3.058.333,77	99,93

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1628 – Desenvolvimento do Setor Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Bolsa de capacitação para a indústria do audiovisual concedida ¹	unid	156	0	não informado	0%
Comissão audiovisual instalada	unid	1%	0	não informado	0%
Empresa do setor audiovisual beneficiadas com incentivo	unid	12%	0	não informado	0%
Empresa do setor audiovisual instalada	unid	30%	0	não informado	0%
Escritório de apoio ao setor audiovisual instalado ¹	unid	1	0,9	A	90%
Grupo de trabalho do desenvolvimento do setor audiovisual instalado ¹	unid	1	0	não informado	0%
Prêmio adicional de renda concedido ¹	unid	1	5	C	500%
Programa de fomento ao setor audiovisual implantado ¹	unid	1	0	não informado	0%
Projeto cultural apoiado ³	unid	55	57	C	104%
Projeto do setor audiovisual beneficiado com incentivo ¹	unid	50	0	não informado	0%
Vale-cine distribuído para alunos da rede pública e familiares ¹	unid	300.000	300.000	C	100%
observações: Sem referência = produto constante do PPA original ¹ Produto incluído no PPA revisado ³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado * Situação do produto conforme relatório da SEPLAG: A = Em andamento C = Concluído no exercício					



RIO RURAL/GEF-BIRD



Capacitação de Técnicos da Emater-Rio e das Prefeituras
em Solos - Turma Noroeste

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**PROJETO 34
RIO RURAL/GEF-BIRD****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Agricultores familiares do Norte-Noroeste Fluminense.

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover a autogestão sustentável de microbacias hidrográficas do Norte-Noroeste Fluminense por comunidades rurais, provendo incentivos à adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais e contribuindo para a redução das ameaças à biodiversidade, para a reversão do processo de degradação de terras e para o aumento dos estoques de carbono na Mata Atlântica.

RESULTADOS ESPERADOS:

- dispor de um sistema político, institucional e legal aprimorado e fortalecido em nível estadual e local em apoio ao desenvolvimento rural sustentável;
- dispor de 1.440 hectares de matas ciliares e florestas nativas reabilitadas até 2010, para os objetivos de conservação da biodiversidade e estabilização hidrológica;
- ter Estratégia de Conservação da Biodiversidade do Norte-Noroeste Fluminense integrada à iniciativa do Corredor da Serra do Mar elaborada;
- dispor de 1.240 hectares de mosaicos de uso da terra amigável à conservação da biodiversidade estabelecida em terras privadas até 2010, apoiando a conectividade de corredores nas sub-bacias do Projeto;
- mudar a área total de terras com práticas agrícolas amigáveis à biodiversidade que melhorem a estabilidade da estrutura do solo nas microbacias em 32.000 hectares até 2010;
- reduzir em 50% nas taxas de erosão e sedimentação à jusante em pelo menos 3 microbacias hidrográficas, até 2010;
- implantar 25 Unidades de Pesquisas adaptativas para superar limitações técnicas e ambientais específicas desenvolvidas nas microbacias do Projeto, até 2010;
- educar, treinar e sensibilizar atores beneficiários;
- capacitar 200 técnicos, lideranças e ONGs locais e estaduais até 2010, para aumento da capacidade técnica e gerencial visando o manejo sustentável dos recursos naturais;



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- realizar 30 eventos sobre melhores práticas e lições aprendidas realizados até 2010, através de oficinas/eventos na região Norte-Noroeste Fluminense e 01 portal do Projeto implantado;
- aprimorar a capacidade de gerenciamento dos recursos naturais das comunidades e dos agricultores;
- dispor de 50 comunidades rurais adotando práticas de manejo integrado de ecossistemas (MIE) e manejo sustentável de recursos naturais, até 2010, dessa forma invertendo a degradação das terras, gerando renda e melhorando as condições de vida rural;
- dispor de organismos de coordenação ativos até 2010, com significativa representação de atores aos níveis regional e local;
- desenvolver Pré-Projeto de Financiamento ao BIRD para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Microbacias do Norte-Noroeste Fluminense, complementar ao RIO RURAL GEF.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/01/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0037 – Rio Rural

Ação: 1590 – Rio Rural – GEF

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
9.785.300	14.114.600	-	23.899.900

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0037 – Rio Rural

Ação: 1590 – Rio Rural – GEF

Finalidade: Apoiar o desenvolvimento sustentável nas microbacias hidrográficas das regiões Norte e Noroeste do Estado, com a valorização da agricultura familiar e contribuindo para a reversão do processo de degradação da mata atlântica.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEAPPA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Agricultor beneficiado com incentivo para adoção do manejo sustentável de recursos naturais	unidade	200,00	500,00	300,00	-	1.000,00	1.000,00
Agricultor capacitado em manejo sustentável de recursos naturais	unidade/ano	480	1.000	1.000	-	1.000	1.000,00
Comunidade rural com manejo sustentável de recursos naturais implantado	unidade	10,00	20,00	20,00	-	50,00	50,00
Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas no Norte e Noroeste Fluminense executado	unidade	1,00	1,00	1,00	-	1,00	1,00
Mata ciliar e floresta nativa reabilitada	unidade	600	420	420	-	1.440	1.440,00
Produtor rural treinado/capacitado	unidade	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	3.000,00	3.000,00
Servidor público estadual treinado / capacitado	unidade	100,00	150,00	200,00	-	200,00	200,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1590	Rio Rural - GEF	6.760.300,00	6.651.184,00	4.720.865,57	70,98

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

• Ação: 1590 – Rio Rural – GEF

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Agríc. Benefic. com incent. Para adoção do manejo sust. de rec nat.	unid	200	227	C	114%
Agricultor capacitado em manejo sustentável de rec. Naturais	unid/ano	480	0	não informado	0%
Comunid. rural com manejo sustent.de recursos naturais	unid	10	10	C	100%
Gerenc. Integ. de Agroecossist. no Norte e Noroeste Flum. Execut.	unid	1	0	não informado	0%
Manejo sustentável de recursos naturais implantado em comunidade rural ¹	unid	10	0	não informado	0%
Mata ciliar e floresta nativa reabilitada	hectare	600	0	não informado	0%
Pesquisa/estudo realizado ¹	unid	1	0	não informado	0%
Portal/Telecentro do Projeto Rio Rural-GEF implantado/operacionalizado (de 0 para 1) ⁵	unid	1	1	K	100%
Produtor rural apoiado ³	unid	1100	1100	C	100%
Produtor rural treinado / capacitado	unid	1000	126	A	13%
Projeto desenvolvimento rural sustentável elaborado ³	unid	1	1	C	100%
Projeto Rio Rural-GEF avaliado/monitorado ¹	unid	1	1	C	100%
Servidor público estadual treinado / capacitado	unid	100	132	C	132%
Unidade de pesquisa adaptativa implantada ¹	unid	15	0	não informado	0%
Unidade operacional dotada de equipamento ³	unid	3	3	C	100%

observações:

Sem referência = produto constante do PPA original

¹ Produto incluído no PPA revisado

³ Produto constante do relatório SEPLAG que não consta no PPA original e PPA revisado

⁵ Quantidade prevista no PPA revisado e alterada no relatório SEPLAG

* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:

A = Em andamento

C = Concluído no exercício

K = Contínuo

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PORTO DO RIO NO SÉCULO XXI



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**PROJETO 35
PORTO DO RIO NO SÉCULO XXI****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Transportes.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

De forma direta, o conjunto de passageiros e de empresários exportadores e importadores pelo Porto. Indiretamente, toda a população que será beneficiada com a integração Porto-Cidade, incluindo a revitalização da área, a geração de renda e de oportunidades de trabalho.

OBJETIVO DO PROJETO:

O conjunto de projetos de revitalização do porto, intitulados "Porto do Rio Século XXI" tem como objetivo o desenvolvimento e a integração Porto-Cidade, potencializando ainda mais suas atividades econômicas, fazendo com que o Porto duplique sua movimentação até 2010, passando da 4ª para 2ª posição no ranking dos portos, no valor do comércio internacional brasileiro.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar a movimentação portuária em cargas;
- alcançar a segunda posição no ranking portuário nacional, em termos financeiros;
- aumentar a receita portuária bruta de exportação e importação.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/03/2007

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0102 – Porto do Rio no Século XXI

Ação: A331 – Projeto de Integração Porto-Cidade

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
-	-	43.000.000	43.000.000

Ação: 1594 – Melhoria do Acesso e Reestruturação do Porto do Rio

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
2.315.000	-	-	2.315.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0102 – Porto do Rio no Século XXI

Ação: A331 – Projeto de Integração Porto-Cidade

Finalidade: Desenvolver novas atividades e reprogramar outras dentro do espaço do Porto do Rio, compreendendo restaurantes, bares, terminais de passageiros e de iates interligados ao de transporte rodoviário, além de business center, auditório, complexo para feiras e eventos e praça de uso público.

Tipo de Ação: Não Orçamentária

Parceria: Iniciativa Privada

Unidade Executora: SETRANS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Projeto de uso das instalações do porto realizado	unidade	72,00%	28,00%	-	-	100,00%	1,00

Ação: 1594 – Melhoria do Acesso e Reestruturação do Porto do Rio

Finalidade: Melhorar acessibilidade rodoviária, ferroviária e hidroviária ao Porto do Rio, aumentando a sua capacidade de operação.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SETRANS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Acesso ferroviário reestruturado	unidade	40,00%	46,00%	14,00%	-	100,00%	4,00
Acesso rodoviário reformulado	unidade	34,00%	45,00%	21,00%	-	100,00%	3,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1594	Melhoria do Acesso e Reestruturação do Porto do Rio	2.200.000,00	538.587,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1594 – Melhoria do Acesso e Reestruturação do Porto do Rio

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Acesso ferroviário reestruturado (de 40% para 0) ²	unid	0%	0	não informado	0%
Acesso rodoviário reformulado (de 34% para 10%) ²	unid	10%	0	não informado	0%

observação:

² quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 36

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Procuradoria Geral do Estado.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Contribuintes do Estado, Tribunal de Justiça, Secretaria de Fazenda e demais órgãos de Governo.

OBJETIVO DO PROJETO:

Agilizar o processo de emissão de certidões negativas de débito;
Aperfeiçoar a confiabilidade e a segurança dos processos internos da Dívida Ativa;
Racionalização do trabalho dos servidores e procuradores do Estado;
Melhoria de comunicação com os demais órgãos de Governo.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reduzir o fluxo de pessoas demandantes de CNDs no prédio da Dívida Ativa do Estado do RJ de 120 por dia para 10 por dia, até 2009;
- reduzir o tempo de espera pela emissão da certidão negativa de débito, de 5 dias úteis ou 10 dias corridos, para em tempo real, até 2009;
- reduzir o fluxo de pessoas demandantes de parcelamentos e simulações de parcelamentos de 30 pessoas por dia para 10 pessoas por dia até 2009;
- reduzir o tempo de espera pelo parcelamento da dívida ativa de 30 dias úteis para em tempo real, até 2009.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 09/03/2007

DATA TÉRMINO: 30/12/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a março de 2008; e
- [REDACTED] – de abril de dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0026 – Defesa do Estado

Ação: 1624 – Modernização da Gestão da Dívida Ativa

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.500.000	2.100.000	-	3.600.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0026 – Defesa do Estado

Ação: 1624 – Modernização da Gestão da Dívida Ativa

Finalidade: Aumentar a confiabilidade e a segurança dos processos internos da dívida ativa, racionalizando o trabalho dos servidores e procuradores estaduais e melhorando a comunicação com os demais órgãos do Governo.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: FUNPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema para emissão de certidão negativa de débito implantada	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Sistema para parcelamento da dívida ativa implantada	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1624	Modernização da Gestão da Dívida Ativa	2.100.000,00	2.100.000,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1624 – Modernização da Gestão da Dívida Ativa

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Portal de serviços da dívida ativa implantado/divulgado ¹	unid	50%	0	não informado	0%
Sistema informatizado da dívida ativa implantado ¹	unid	10%	0	não informado	0%
Sistema para emissão de certidão negativa de débito implantada	unid	50%	0	não informado	0%
Sistema para parcelamento da dívida ativa implantada	unid	50%	0	não informado	0%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 37

**MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS
RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E
PATRIMONIAL**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Fazenda.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Contribuintes e Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ.

OBJETIVO DO PROJETO:

Racionalizar e modernizar a administração tributária, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e reduzindo a evasão fiscal, por meio do fortalecimento do planejamento, controle e fiscalização.

RESULTADOS ESPERADOS:

- aumentar a arrecadação do ICMS do Estado em 5%, até 2009;
- reduzir em 60% o número de atendimentos a contribuintes nas inspetorias e departamentos da SEFAZ;
- reduzir o tempo para o contribuinte cumprir obrigações acessórias, de 15 para 3 dias.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 20/08/2007

DATA TÉRMINO: 30/09/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0054 – Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial

Ação: 1038 – Modernização da Estrutura de Arrecadação e Fiscalização do Estado

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em R\$			
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.700.000	-	-	1.700.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0054 – Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial

Ação: 1038 – Modernização da Estrutura de Arrecadação e Fiscalização do Estado

Finalidade: Reduzir a evasão fiscal, modernizando as áreas de fiscalização do Estado e aprimorando os mecanismos de arrecadação.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Cadastro Sincronizado Nacional implantado	unidade	70,00%	30,00%	-	-	100,00%	1,00
Cadastro Sincronizado Nacional operacionalizado	unidade	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
Sistema para Nota Fiscal Eletrônica implantado	unidade	70,00%	30,00%	-	-	100,00%	1,00
Sistema para Nota Fiscal Eletrônica operacionalizado	unidade	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
Sistema público de escrituração digital implantado	unidade	70,00%	30,00%	-	-	100,00%	1,00
Sistema público de escrituração digital operacionalizado	unidade	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1038	Moderniz da Estrut de Arrecad e Fiscalização	420.000,00	9.715.980,00	5.923.174,49	60,96

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

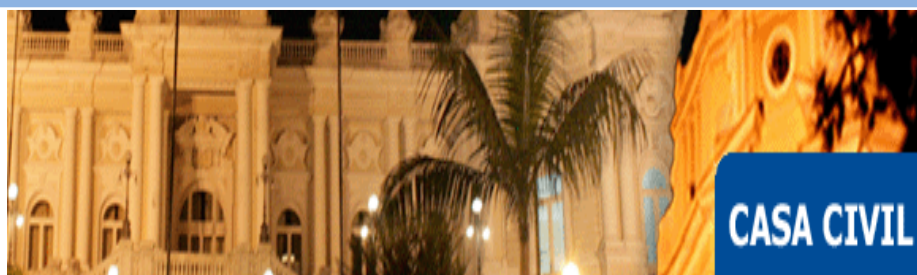
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1038 – Modernização da Estrutura de Arrecadação e Fiscalização do Estado

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Cadastro Sincronizado Nacional implantado (de 70% para 20%) ²	unid	20%	25%	C	125%
Cadastro Sincronizado Nacional operacionalizado ¹	unid	40%	0	não informado	0%
Sistema para Nota Fiscal Eletrônica implantado (de 70% para 40%) ²	unid	40%	40%	C	100%
Sistema para nota fiscal eletrônica operacionalizado (de 20% para 1) ⁵	unid	1	1	K	100%
Sistema público de escrituração digital implantado (de 70% para 20%) ²	unid	20%	25%	C	125%
observações: Sem referência = produto constante do PPA original ¹ Produto incluído no PPA revisado ² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado ⁵ Quantidade prevista no PPA revisado e alterada no relatório SEPLAG * Situação do produto conforme relatório da SEPLAG: C = Concluído no exercício K = Contínuo					

FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 38**FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NA ÁREA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado da Casa Civil.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Governo do Estado do Rio de Janeiro; população do Estado do Rio de Janeiro e Empresas do Estado.

OBJETIVO DO PROJETO:

Desenvolvimento e implementação do projeto de realinhamento das iniciativas ligadas ao uso estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação, como elemento de modernização, visando a aderência a Agenda Estratégica do Governo.

RESULTADOS ESPERADOS:

- criar o modelo estruturador do Governo Eletrônico, a partir de 2008;
- desenvolver Plano Estratégico de TIC, com a descrição dos principais projetos técnicos e de desenvolvimento, estratégia de integração com outras iniciativas, estimativas preliminares de investimentos, identificação de fontes de recursos, benefícios para o governo e sociedade, com uma visão macro de implementação no tempo, a partir de 2009;
- criar o modelo de Governança Eletrônica, abordando os processos necessários para a gestão dos recursos tecnológicos, o papel e a responsabilidade de cada um dos elementos que constituem a estrutura responsável pelos recursos de TIC no Estado do RJ. Serão definidos, também, os objetivos e métricas a serem utilizados para medir a eficácia do modelo a partir de 2009;
- desenvolver mapa estratégico da arquitetura de TIC necessária para viabilizar ações estratégicas do Governo. Incluindo mapa de aplicações, indicação de padrões da indústria, análise sobre a adoção de novas tecnologias como SOA e BPM, bem como arquitetura da infra-estrutura de TIC a partir de 2009;
- dispor de instrumentos legais para a implementação e estruturação das Políticas de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica no Estado do RJ a partir de 2009;
- implementar as Ações.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 10/01/2007

DATA TÉRMINO: 01/01/2009

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] de janeiro a novembro de 2008; e
- [REDACTED] em dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1621 – Formulação e Implementação de Políticas Públicas na Área de Governança Eletrônica

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.790.000	-	-	1.790.000

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1621 – Formulação e Implementação de Políticas Públicas na Área de Governança Eletrônica

Finalidade: Desenvolver e implementar o projeto de realinhamento das iniciativas ligadas ao uso estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação, como elemento de modernização, visando à aderência à Agenda Estratégica do Governo.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Modelo de governança eletrônica formulado	unidade	100,00%	-	-	-	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1621	Implem Políticas Públ. Área Governança Eletrônica	1.790.000,00	790.000,00	-	-

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1621 – Formulação e Implementação de Políticas Públicas na Área de Governança Eletrônica

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Modelo de governança eletrônica formulado	unid	100%	0	não informado	0%

observação:

Esta ação não consta no relatório SEPLAG e no PPA revisado não houve alteração.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 39
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Conjunto de órgão da administração direta, entidades da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro e seus servidores.

OBJETIVO DO PROJETO:

Modernizar e racionalizar a organização do Estado, dotá-lo de instrumentos e controles gerenciais, aperfeiçoar os processos administrativos e profissionalizar a gestão pública estadual.

RESULTADOS ESPERADOS:

- reestruturar 14 empresas públicas, com redução, no total, de, no mínimo, 35 % das despesas de custeio em três anos;
- firmar parcerias de gestão com setor privado, terceiro setor e setor público;
- firmar 3 Acordos de Gestão entre empresas e o Conselho de Gestão Governamental;
- reduzir a despesa orçamentária;
- sistemas de gestão de contratos, gestão orçamentária e financeira, gestão de RH, gestão patrimonial e inteligência implantados.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 04/02/2007

DATA TÉRMINO: 12/01/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de fevereiro a novembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1140 – Reestruturação do Executivo Estadual e Modernização Administração e Organizacional

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
259.734	1.037.610	-	1.297.344

Ação: 1172 – Projeto Integrado de Sistema de Compras e Gestão de Contratos e Custos ERJ

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
2.520.000	2.680.000	-	5.200.000

Ação: 1240 – Reorganização e Modernização da Gestão dos Recursos Humanos

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
10.901.624	2.013.420	-	12.915.044

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1140 – Reestruturação do Executivo Estadual e Modernização Administração e Organizacional

Finalidade: Reorganizar o aparelho do Estado com vistas a aumentar a eficiência dos serviços públicos, racionalizar a administração estadual e reduzir os gastos e modernizar as estruturas organizacionais e processos administrativos.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEPLAG



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Acordo de gestão formalizado	unidade	8,00	-	-	-	8,00	8,00
Estrutura organizacional redesenhada - PNAGE	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Legislação administrativa revista/atualizada	unidade	50,00%	40,00%	10,00%	-	100,00%	1,00
Macroprocesso previsto/atualizado	unidade	10,00	30,00	-	-	40,00	40,00
Núcleo de referência de macro-projetos de governo criado e implementado - PNAGE	unidade	1,00	-	-	-	1,00	1,00
Órgão/entidade reestruturado	unidade	13,00	1,00	-	-	14,00	14,00
Parceria público privada firmada	unidade	-	1,00	3,00	-	4,00	4,00
Procedimento/processo revisto/atualizado	unidade	50,00	40,00	10,00	-	100,00	100,00

Ação: 1172 – Projeto Integrado de Sistema de Compras e Gestão de Contratos e Custos ERJ

Finalidade: Implantar nova sistemática de compras e acompanhamento de contratos para a Administração Estadual de modo uniforme e integrado compartilhada por todos os órgãos e entidades e implementar um sistema estruturado de custos que permita avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Sistema de Compras e Gestão de Contratos centralizado implantado	unidade	50,00%	40,00%	10,00%	-	100,00%	1,00
Sistema estruturado de custos implantado	unidade	60,00%	30,00%	10,00%	-	100,00%	1,00

Ação: 1240 – Reorganização e Modernização da Gestão dos Recursos Humanos

Finalidade: Implantar uma nova política de recursos humanos, desenvolvendo a capacidade institucional das unidades estaduais mediante a implantação de ações com foco na modernização dos Sistemas de Administração de Pessoal, na qualidade do cadastro de pessoal e na capacitação e desenvolvimento do servidor público.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Auditoria sistêmica da folha realizada	unidade	40,00%	60,00%	-	-	100,00%	1,00
Força de trabalho analisada, avaliada e revisada - PNAGE	unidade	200,00	200,00	100,00	-	500,00	500,00
Novo modelo de política pública de pessoal implantado - PNAGE	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Novo sistema informatizado de gestão de RH e folha de pagamento implantado	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Servidor treinado/capacitado através do PNAGE	unidade	200,00	200,00	100,00	-	500,00	500,00
Sistema de identificação funcional implantado	unidade	10,00%	40,00%	50,00%	-	100,00%	1,00

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1140	Reestr do Execut e Moderniz Admin e Organizac	577.344,00	2.598.305,00	1.463.121,13	56,31
1172	Proj Integr Sist Compras e Gest de Contr Cust	2.100.000,00	3.139.190,00	-	-
1240	Reorganiz e Moderniz da Gestão Recur Humanos	7.615.044,00	7.329.435,00	3.854.980,30	52,60

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1140 – Reestruturação do Executivo Estadual e Modernização Administração e Organizacional

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Macroprocesso previsto/atualizado	unid	10%	0	não informado	0%
Acordo de gestão formalizado	unid	8%	0	não informado	0%
Estrutura organizacional redesenhada - PNAGE	unid	50%	0	não informado	0%
Órgão/entidade reestruturado (de 90% para 50%) ²	unid	50%	100%	C	200%
Legislação administrativa revisto/atualizado	unid	50%	0	não informado	0%
Procedimento/processo revisto/atualizado	unid	50%	0	não informado	0%
Estudo para a concessão do Bonde de Santa Teresa realizado	unid	71%	44%	A	62%
Núcleo ref de macro-proj de gov criado e implementado PNAGE	unid	1%	0	não informado	0%

observações:
Sem referência = produto constante do PPA original
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento
C = Concluído no exercício

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- Ação: 1172 – Projeto Integrado de Sistema de Compras e Gestão de Contratos e Custos ERJ**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Acompanhamento e controle dos processos das concessionárias implantado ¹	unid	25,00%	0	não informado	0%
Gerenciamento matricial da despesa GMD2 implementado ¹	unid	22,00%	0	não informado	0%
Sistema compras e Gestão de contratos centralizado implantado	unid	50%	0	não informado	0%
Sistema centralizado de compras e gestão de contratos implantado ¹	unid	6,00%	0	não informado	0%
Sistema estruturado de custos implantado	unid	60%	0	não informado	0%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					

- Ação: 1240 – Reorganização e Modernização da Gestão dos Recursos Humanos**

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Auditoria sistêmica da folha realizada (de 40% para 64%) ²	unid	64%	60%	A	94%
Cadastro com identificador funcional implantado ¹	unid	19%	15%	A	79%
Força de trabalho analisada, avaliada e revisada - PNAGE	unid	200%	0	não informado	0%
Novo modelo de política pública de pessoal implantado - PNAGE	unid	50%	0	não informado	0%
Novo sist. informat. de gestão de RH e folha de pagto implantado	unid	50%	0	não informado	0%
Projeto de melhoria do Sistema de Administração de Pessoal - SAPE elaborado ¹	unid	35%	75%	A	214%
Servidor treinado/capacitado através do PNAGE	unid	200%	0	não informado	0%
Sistema de identificação funcional implantado (de 10% para 19%) ²	unid	19%	0%	não informado	0%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					
² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
A = Em andamento					

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO – PNAGE



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 40

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Usuários de serviços públicos, contribuintes e servidores estaduais.

OBJETIVO DO PROJETO:

Melhorar a efetividade e a transparência institucional da administração pública do Estado do Rio de Janeiro, modernizando-a mediante a integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, permitindo uma visão transversal e integrada na política da gestão pública, bem como propiciar aos servidores um ambiente de trabalho mais adequado e possibilidades de capacitação, avaliação e crescimento constantes.

RESULTADOS ESPERADOS:

- fortalecer a Capacidade de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas – atingir IEPG (índice de efetividade de planejamento e gestão) 0,8 até 2011;
- desenvolver Políticas e a Capacidade de Gestão de Recursos Humanos – atingir IERH (índice de efetividade da gestão de recursos humanos) 0,8 até 2011;
- modernizar estruturas organizacionais e processos administrativos – atingir IETR (índice de efetividade na tramitação de rotinas) 0,8 até 2011;
- fortalecer mecanismos de transparência administrativa e de comunicação – atingir ITR (índice de transparência) de pelo menos 0,8 até 2011;
- modernizar a gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação – atingir IETI (índice de efetividade da gestão de TI) de no mínimo 0,8 até 2011;
- desenvolver uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional – atingir índice 1,0 de cumprimento das metas dos componentes do PNAGE/RJ até 2011.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 11/10/2006

DATA TÉRMINO: 06/10/2011

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- Gustavo Guberman – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1164 – Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento – PNAGE/RJ

Em R\$			
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
3.297.591	1.531.345	-	4.828.936

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0030 – Modernização da Gestão Pública Estadual

Ação: 1164 – Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RJ

Finalidade: Acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Programa no ERJ, com vistas a garantir o fortalecimento da capacidade de gestão dos projetos, o incentivo à cooperação e o compartilhamento de soluções entre os entes da federação envolvidos no PNAGE - União, Estado e Municípios.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Indicador de produção e de impacto concebido/implementado	unidade	30,00%	40,00%	30,00%	-	100,00%	1,00
Relatório de avaliação de projetos com recursos do PNAGE elaborado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00
Servidor treinado/capacitado através do PNAGE	unidade	200,00	200,00	100,00	100,00	600,00	600,00
Sistema de monitoramento e avaliação de política pública desenvolvido	unidade	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%	1,00
Unidade administrativa dotada de equipamento	unidade	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1164	Prog de Modern da Gestão e do Planej - PNAGE	1.728.936,00	2.786.934,00	790.409,45	28,36

Fonte: Sistema SIG

Posição: 31 de dezembro de 2008

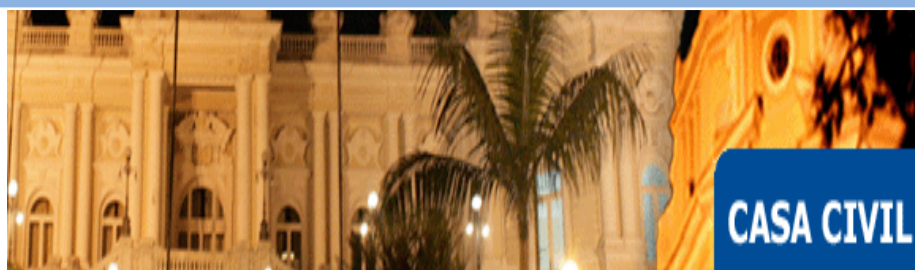
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1164 – Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento – PNAGE/RJ

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Sistema de monit. e avaliação de política pública desenvolvido	unid	25%	0	não informado	0%
Indicador de produção e de impacto concebido/implantado	unid	30%	0	não informado	0%
Servidor treinado/capacitado através do PNAGE elaborado (de 200 para 250) ²	unid	250	37	A	15%
Relat. de avaliação de proj. com recursos do PNAGE elaborado	unid	1%	0	não informado	0%
Unidade administrativa dotada de equipamento (de 25% para 1) ²	unid	1	1	C	100%
observações: Sem referência = produto constante do PPA original ² Quantidade prevista no PPA original alterada no PPA revisado * Situação do produto conforme relatório da SEPLAG: A = Em andamento C = Concluído no exercício					

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RJ E REESTRUTURAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 41**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO
PÚBLICA DO ESTADO DO RJ E REESTRUTURAÇÃO DO
ARQUIVO PÚBLICO****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado da Casa Civil.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro. Governo e pesquisadores e entidades científicas brasileiras.

OBJETIVO DO PROJETO:

Reorganização do processo de gestão documental do Estado do Rio de Janeiro (Arquivo Público).

RESULTADOS ESPERADOS:

- dispor da informação do Estado organizada, acessível e protegida;
- modernizar a instalação física do Arquivo Público;
- dispor do Arquivo do Estado atuando como gestor da documentação estadual.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 10/01/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0055 – Desenvolvimento de Sistema de Informação e Gestão Documental Estadual

Ação: 1133 – Modernização e Divulgação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Em R\$

Valor total para o Período do Projeto				
Recursos Orçamentários		Recursos Não		
Recursos do Tesouro	Outros rec. Orçamentários	Orçamentários		Total
4.120.924	-	-	-	4.120.924

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0055 – Desenvolvimento de Sistema de Informação e Gestão Documental Estadual

Ação: 1133 – Modernização e Divulgação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Finalidade: Reorganizar o processo de gestão documental do Estado, com a instalação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em uma sede adequada e definitiva e com a informatização, digitalização e divulgação do seu acervo documental.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Campanha / evento realizado para divulgação do acervo do Arquivo Público	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	8,00
Sede do APERJ dotada de equipamentos	unidade	-	15,00%	-	85,00%	100,00%	1,00
Sede do APERJ implantada	unidade	-	-	1,00	-	1,00	1,00
Sistema p/ informatização e digitalização do acervo do APERJ implantado	unidade	5,00%	5,00%	40,00%	50,00%	100,00%	1,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1133	Moderniz. e Divulgação do Arquivo Público do ERJ	2.000.000,00	119.000,00	100.000,00	84,03

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- **Ação:** 1133 – Modernização e Divulgação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Campanha/evento realiz. p/divulgação do acervo do Arq. Público	unid	2	0	não informado	0%
Sede do APERJ dotada de equipamento ¹	unid	62%	20%	A	32%
Sistema p/inform. e digitação do Acervo do APERJ implantado	unid	5%	0	não informado	0%
observações:					
Sem referência = produto constante do PPA original					
¹ Produto incluído no PPA revisado					
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:					
A = Em andamento					

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

RIO POUPA TEMPO



AUDITORIA GERAL DO ESTADO**PROJETO 42
RIO POUPA TEMPO****ÓRGÃO RESPONSÁVEL:**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

Cidadãos e empreendedores do Estado RJ que necessitem obter documentos ou informações nos órgãos públicos e/ou privados, integrantes do Rio Poupá Tempo.

OBJETIVO DO PROJETO:

Propiciar aos cidadãos e empreendedores do RJ, independente de seu nível social, econômico e cultural, um espaço que concentre, de modo articulado, ágil e eficiente a oferta de serviços públicos e/ou de utilidade pública.

RESULTADOS ESPERADOS:

- realizar, em média, 12.000 atendimento/dia até 2010;
- ofertar, nas unidades, 400 tipos de serviços até 2010;
- emitir, no mesmo dia, 80% dos documentos solicitados nas unidades, até 2010;
- obter 97% de satisfação dos usuários das unidades em até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 29/05/2007

DATA TÉRMINO: 30/12/2011

GERENCIAMENTO DO PROJETO

- [REDACTED] — de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0069 – Rio Poupá Tempo - Atendimento ao Cidadão e ao Empreendedor

Ação: 2756 – Rio Poupá Tempo - Operacionalização e Gerenciamento das Unidades de Atendimento

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
-	8.400.000	-	8.400.000

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0069 – Rio Poupa Tempo - Atendimento ao Cidadão e ao Empreendedor

Ação: 2756 – Rio Poupa Tempo - Operacionalização e Gerenciamento das Unidades de Atendimento

Finalidade: Gerenciar os serviços prestados ao cidadão e empreendedor fluminense nas unidades do Rio Poupa Tempo, zelando por princípios de respeito e de valorização da cidadania.

Tipo de Ação: Atividade Orçamentária

Unidade Executora: JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Cidadão atendido pelo Rio Poupa Tempo	unidade	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Empreendedor atendido pelo Rio Poupa Tempo	unidade	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00	32.000,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
2756	Rio Poupa Tempo-Oper/Gerenc Unid Atendimento	2.100.000,00	8.800.000,00	1.322.892,65	15,03

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 2756 – Rio Poupa Tempo - Operacionalização e Gerenciamento das Unidades de Atendimento

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Cidadão atendido pelo Rio Poupa Tempo	unid	250.000	0	não informado	0%
Empreendedor atendido pelo Rio Poupa Tempo	unid	8.000	0	não informado	0%
Unidade do Rio Poupa Tempo operacionalizada ¹	unid	2	2	K	100%

observações:
Sem referência = produto constante do PPA original
¹ Produto incluído no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
K = Contínuo

SUPERVISÃO REGIONAL – GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROJETO 43

SUPERVISÃO REGIONAL – GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

Secretaria de Estado de Governo.

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

População do Estado do Rio de Janeiro usuária dos serviços públicos estaduais essenciais nas áreas de Educação (escolas), Saúde (hospitais) e Segurança (delegacias).

OBJETIVO DO PROJETO:

Promover supervisões nas unidades do Estado que prestam serviços essenciais ao cidadão (escolas, hospitais e delegacias), objetivando avaliar a qualidade dos serviços prestados, interagindo com as respectivas Secretarias no intuito de sanar eventuais deficiências.

RESULTADOS ESPERADOS:

Atingir e manter índices médios de qualidade dos serviços prestados à população próximos a 90% em todas as unidades enquadradas no escopo de atuação das vistorias (escolas, hospitais e delegacias de polícia) até 2010.

CRONOGRAMA:

DATA INÍCIO: 01/02/2007

DATA TÉRMINO: 31/12/2010

GERENCIAMENTO DO PROJETO:

- [REDACTED] – de janeiro a dezembro de 2008.

RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS NO PPA 2008/2011:

Programa: 0042 – Apoio Institucional ao Cidadão

Ação: 1107 – Supervisão Regional

			Em R\$
Valor total para o Período do Projeto			
Recursos Orçamentários		Recursos Não	Total
Recursos do	Outros rec.	Orçamentários	
Tesouro	Orçamentários		
1.937.847	-	-	1.937.847

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETALHAMENTO NO PPA 2008/2011:

Programa: 0042 – Apoio Institucional ao Cidadão

Ação: 1107 – Supervisão Regional

Finalidade: Promover a supervisão das unidades da administração estadual que prestam serviços essenciais ao cidadão, com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados em saúde, educação e segurança, em articulação com os respectivos órgãos e entidades.

Tipo de Ação: Projeto Orçamentário

Unidade Executora: SEGOV

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					
		2008	2009	2010	2011	PPA	TOTAL
Área de governo com serviços prestados avaliada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Disque Governo implantado	unidade	50,00%	50,00%	-	-	100,00%	1,00
Unidade descentralizada para supervisão regional operacionalizada	unidade	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2008:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2008					
PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	(a) DOTAÇÃO INICIAL	(b) DOTAÇÃO ATUAL	(c) EMPENHADO	(d) A/H (%) (c/b)
1107	Supervisão Regional	501.000,00	2.101.773,00	1.641.455,31	78,10

Fonte: Sistema SIG
Posição: 31 de dezembro de 2008

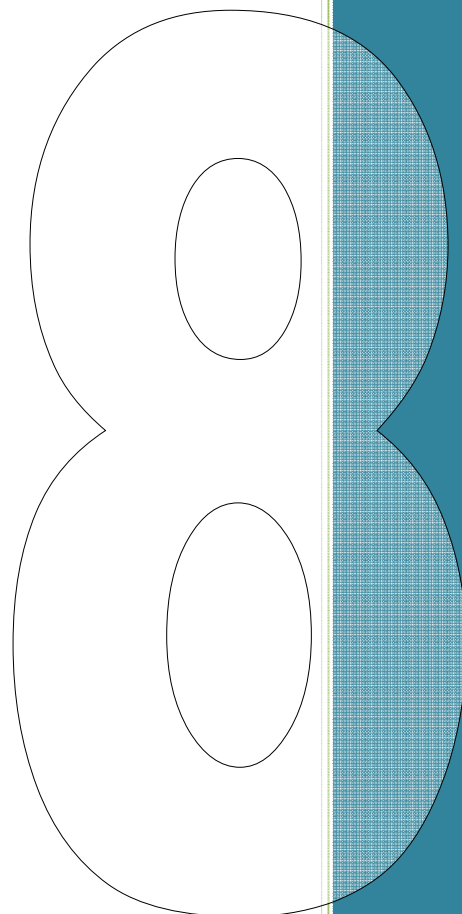
EXECUÇÃO FÍSICA DO EXERCÍCIO DE 2008:

- Ação:** 1107 – Supervisão Regional

META FÍSICA					
PRODUTOS	UNID.	PREVISTA	REALIZADA	SITUAÇÃO *	% (PREV/REALIZ)
Área beneficiada com ações de ordem urbana ¹	unid	2	3	C	150%
Área da Saúde, Educação e Segurança com serviços prestados avaliada ¹	unid	3	0	não informado	0%
Área de governo com serviços prestados avaliada	unid	3	3	A	100%
Disque Governo implantado	unid	50%	0	não informado	0%
Módulo de avaliação e tratamento do Sistema Gestor implantado ¹	unid	1	0	não informado	0%
Núcleo de apoio à Terceira Idade implantado ¹	unid	30	0	não informado	0%
Unidade descentralizada para a superv.regiona operacionalizada	unid	15	0	não informado	0%

observações:
Sem referência = produto constante do PPA original
¹ Produto incluído no PPA revisado
* Situação do produto conforme relatório da SEPLAG:
A = Em andamento
C = Concluído no exercício

AUDITORIA GERAL DO ESTADO



**DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
NO EXERCÍCIO DE 2007**

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 8**DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE/RJ NO
EXERCÍCIO DE 2007**

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2007, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ prolatou 37 (trinta e sete) Determinações e 5 (cinco) Recomendações a administração pública estadual.

Considerando que compete à Auditoria Geral do Estado - AGE, como órgão central do sistema de controle interno Poder Executivo, apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ no exercício de sua missão institucional – mandamento previsto na Constituição Federal vigente, em seu artigo 129, inciso IV, esta AGE editou a Instrução Normativa Nº 03, de 17 de julho de 2008, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos alcançados pelas Determinações e Recomendações do TCE/RJ, visando o acompanhamento das ações saneadoras adotadas.

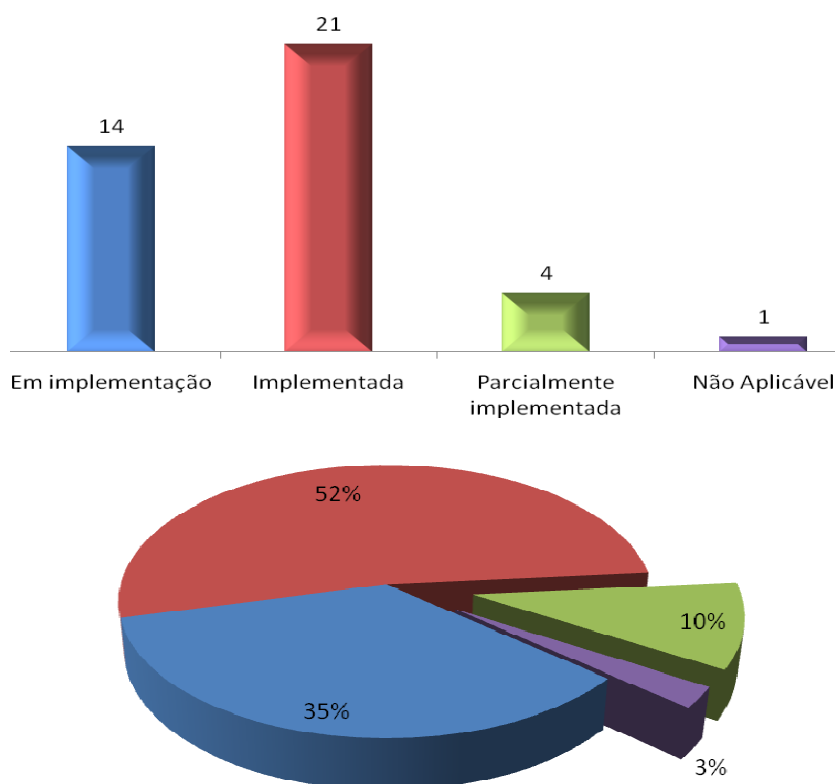
No âmbito do Poder Executivo, essas determinações e recomendações alcançaram os seguintes órgãos e entidades:

1. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG e SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE RECURSOS, LOGÍSTICA E DE PATRIMÔNIO DA SEPLAG;
2. PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO;
3. FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RJ – RIOPREVIDÊNCIA;
4. CONTADORIA GERAL DO ESTADO – CGE;
5. COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE;
6. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ;
7. AUDITORIA GERAL DO ESTADO – AGE;
8. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEEDUC;
9. COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA – CENTRAL;
10. CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ;
11. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL – SESDEC;
12. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEMA;
13. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FAPERJ;
14. CONSELHO SUPERIOR e SECRETARIA EXECUTIVA DO FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO - FECAM.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Na seqüência, apresentamos o elenco das providências adotadas, contendo a classificação feita pelos próprios órgãos/entidades estaduais alcançados, segundo as seguintes situações: implementada, parcialmente implementada², em implementação³, não implementada (Pendente de resposta) e não aplicável, constantes de nossa IN 03/08.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO ESTADO SEGUNDO INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE Nº03/2008



² A categoria parcialmente implementada aplica-se nas seguintes circunstâncias:

- a) quando a implementação pode ser medida em unidades de produtos, sem que todos os produtos estejam concluídos;
- quando o gestor, sem implementar totalmente a determinação ou recomendação, considera as providências concluídas.
- b) quando o gestor, sem implementar totalmente a determinação ou recomendação, considera as providências concluídas.

³ A categoria em implementação aplica-se nas situações em que as providências para implementar a determinação ou recomendação ainda estejam em curso ou quando a determinação ou recomendação for de implementação contínua.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

8.1 Determinações

DETERMINAÇÃO Nº 1

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Quando da elaboração dos próximos Projetos de Lei do Orçamento, incluindo o do exercício de 2009, suprimir dispositivos contrários às disposições do inciso VII do artigo 167 e do §8º do artigo 165, ambos da Constituição da República.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informou que a Subsecretaria de Orçamento nas avaliações das solicitações de créditos adicionais às Leis Orçamentárias dos exercícios de 2007 e 2008 tem considerado os limites autorizados previstos nos dispositivos legais, o comportamento da receita no ano em exercício e se foi oferecido créditos compensatórios para a suplementação desejada. Nas orientações para concessão dos créditos suplementares consideram-se o equilíbrio fiscal e o arcabouço legal sobre finanças públicas.

SITUAÇÃO: Em implementação.

DETERMINAÇÃO Nº 2

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

a) A abertura de créditos adicionais, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, deverá ser feita com base no resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial de cada entidade requisitante, considerando, quando for o caso, as vinculações de recursos;

b) Encaminhar, quando das próximas Contas de Gestão do Governador do Estado, inclusive 2008, demonstrativo evidenciando os recursos disponíveis por órgão, que serviram de suporte para os créditos adicionais abertos por superávit financeiro.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

- a) *A SEPLAG quando analisa as solicitações de crédito Suplementar com base no superávit financeiro da entidade, solicita parecer da Auditoria Geral do Estado. Os créditos suplementares somente são atendidos após a confirmação das disponibilidades de recursos.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

- b) *Os demonstrativos referentes aos créditos adicionais abertos por superávit financeiro serão encaminhados na forma determinada.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

DETERMINAÇÃO Nº 3

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- a) *Para que seja mais criteriosa na escolha da metodologia adotada para o cálculo da estimativa do excesso de arrecadação do exercício, a fim de evitar a abertura de créditos adicionais e, conseqüentemente, a sua utilização, pelos órgãos envolvidos, sem o devido suporte financeiro, o que poderá comprometer a execução e o equilíbrio orçamentários;*

- b) *Encaminhar, juntamente com as próximas Contas de Gestão do Governador do Estado, inclusive as referentes ao exercício de 2008, demonstrativo evidenciando os recursos disponíveis, por órgão e fonte de recurso, dos créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação, superávit financeiro, destinação específica e transferências correntes.*

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

- a) *Na apuração do excesso de arrecadação, consideram-se todas as variáveis que influenciam a receita, apurando-se o efeito preço e/ou efeito quantidade para comprovação do excesso. A concessão do crédito está sujeita a efetiva comprovação do comportamento de excesso.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- b) *Juntamente com as Contas de Gestão do Governados do Estado, referente ao exercício de 2008, será encaminhado demonstrativo de acordo com a presente determinação.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

DETERMINAÇÃO Nº 4

PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA

- a) *Proceder à conciliação dos valores da dívida ativa, com base no relatório da execução da receita arrecadada no exercício, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, encaminhando-a para o RIOPREVIDÊNCIA, juntamente com o demonstrativo da arrecadação da dívida ativa, de forma a sanar as divergências apontadas nos últimos anos entre o valor evidenciado no demonstrativo elaborado por essa Procuradoria e o valor efetivamente arrecadado;*
- b) *Encaminhar ao RIOPREVIDÊNCIA, mensalmente, demonstrativo que indique os valores arrecadados a título de dívida ativa, de forma a possibilitar a apuração da provisão para perdas da dívida ativa, nos termos dispostos na Portaria CGE nº 103, de 02.02.05, que aprova o Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.*

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Não Informada.

SITUAÇÃO: Não Informada.

Ressaltamos que no Relatório do Estoque da Dívida Ativa Estadual elaborado pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5 da Procuradoria Geral do Estado – PGE, encaminhado à Auditoria Geral do Estado – AGE, por meio do Ofício nº 0030/GAB/PG-5/07, de 01/02/2008, e peça integrante das Contas Consolidadas, consta a seguinte informação:

- N. *Tendo em vista que a Secretaria de Estado da Fazenda apresenta seus demonstrativos para prestação de contas do Estado utilizando o critério de repasse (caixa) e a Procuradoria da Dívida Ativa o de competência, poderão ocorrer diferenças entre os valores apresentados.*

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 5

**FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RJ - RIOPREVIDÊNCIA
e
CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

- a) Proceder ao cálculo mensal da Provisão para Perdas da Dívida Ativa nos termos previstos na Portaria CGE nº 103, de 02.02.05, que aprova o Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, de forma que a conta “dívida ativa” espelhe a real situação patrimonial do Estado, efetuando os devidos lançamentos, mensalmente, no SIAFEM;*
- b) Para que, até o encerramento do exercício de 2008 e, por conseguinte, previamente ao encaminhamento das Contas de Gestão do Governador do Estado do Rio de Janeiro referentes àquele exercício, sejam realizadas as retificações cabíveis para que a recomposição do fluxo original dos Certificados Financeiros do Tesouro permutados em 2003, iniciada em janeiro de 2007, reflita, nos demonstrativos contábeis da Autarquia, bem como em seus controles gerenciais, os estritos termos dispostos nas cláusulas quarta, quinta e sexta do contrato celebrado, em 19.12.03, entre o Estado do Rio de Janeiro e o RIOPREVIDÊNCIA para esse fim.*
- c) Proceder, ao final de cada exercício, às devidas reclassificações contábeis de modo que o Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial evidencie os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, com especial atenção aos valores da recomposição do fluxo original dos Certificados Financeiros do Tesouro permutados em 2003.*

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

No âmbito do Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência, por meio da Matriz de Acompanhamento de 30.09.2008 e da Matriz de Acompanhamento enviada pelo Ofício RIOPREVIDÊNCIA PRE nº 441, de 23.12.2008, foi informado:

- a) 1. Registro contábil da Provisão para Perdas da Dívida Ativa, mensalmente, em conformidade com a planilha de cálculo efetuado pela CGE. Lançamentos; 2008NL03351 / 2008NL03398/ 2008NL04282 / 2008NL04753.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

- 2. Atualização anual da Provisão para Perdas da Dívida Ativa, com base nas informações fornecidas pela PGE à CGE. Os lançamentos de atualização ocorrerá no movimento “13” (SIC).*

SITUAÇÃO: Em implementação.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

- b) 1. Registro Contábil dos ajustes necessários à regularização dos créditos amortizados e contabilizados a maior pelo RIOPREVIDENCIA, com base nas planilhas de cálculos referentes ao controle gerencial das permutas dos CFT com o Governo do Estado do Ri de Janeiro. Lançamento 2008NL.05193 / 2008NL05194.*

SITUAÇÃO: Implementada.

- 2. Registro Contábil do CFT, mensalmente, a partir de junho do corrente ano, conforme planilha de controle.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

- c) 1.Reclassificação contábeis de modo que o Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial evidencie os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, especialmente aos valores da recomposição do fluxo original dos CFT permutados em 2003.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

No âmbito da Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008, e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 foi informado:

- a) A Contadoria Geral do Estado elabora mensalmente, desde novembro/2007, com base nas informações fornecidas pela Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5, uma planilha com os valores da Provisão para Perdas da Dívida Ativa. Esta planilha é encaminhada ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, que executa os devidos lançamentos contábeis na conta 1.2.2.1.1.02.90 - PROVISAO PARA PERDAS DE DIVIDA ATIVA.*

SITUAÇÃO: Implementada.

- b) Em atendimento a esta Determinação, o Rioprevidência nos enviou o Ofício GCO nº 027, informando que adotou nova metodologia de cálculo para os CFTs permutados, observando os critérios estabelecidos nas cláusulas quarta, quinta e sexta do contrato celebrado, em 19.12.03, entre o Estado do Rio de Janeiro e o RIOPREVIDÊNCIA.*

SITUAÇÃO: Implementada.

- c) Quanto a esta Determinação, temos a informar que a Contadoria Geral do Estado, inseriu no Plano de Contas do SIAFEM a rubrica [REDACTED] = Certificados Financeiros do Tesouro - CFT's Permutados, para registro dos valores que serão resgatados no curto prazo. Além disso, para melhor controle, os CFTs originais, antes classificados na conta [REDACTED]*



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

*Outros Títulos e Valores, foram reclassificados para a conta [REDACTED]
Certificados Financeiros do Tesouro - CFT'S.*

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 6

**SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE RECURSOS, LOGÍSTICA E DE PATRIMÔNIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

*Proceder à reavaliação de cada registro que compõe o saldo da
conta “bens imóveis”, realizando os ajustes necessários, a fim de
que os saldos retratem com fidedignidade a real situação
patrimonial do Estado.*

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício SEPLAG/GAPLA nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

É de se observar que, através da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônios – SULOG, os bens imóveis vêm sendo avaliados/reavaliados continuamente encaminhando inclusive, à Contadoria Geral do Estado, relação dos imóveis avaliados para fins de estabelecimento do novo valor de mercado na data do laudo, arbitrando-se valores individualizados para a parcela terreno e edificação.

Na realidade, o conjunto Patrimonial Imobiliário do Estado é infinitamente maior do que o número de imóveis avaliados.

*Entretanto, é importante dizer que a estrutura de pessoal técnico devidamente qualificado é ínfima em relação a grandiosidade do nosso acervo, pois contamos apenas com **06** (seis) avaliadores, sendo **02** (dois) capacitados e **04** (quatro) em treinamento.*

Ressaltamos ainda, que estamos providenciando aumento do quadro de pessoal técnico, através de alternativas externas, visando ampliar de forma crescente os procedimentos de avaliação/reavaliação indispensáveis ao amparo contábil e financeiro do Patrimônio Imobiliário do Estado.

SITUAÇÃO: Em implementação.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 7

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

Para que regularize a diferença apurada entre os sistemas contábeis RMCONT e o SIAFEM, a fim de que os saldos das contas 1.4.1.4.2.02.00 – atividades em andamento, 1.4.1.4.2.05.00 – investimentos/aplicações diretas e 1.4.2.1.1.83.00 – obras em andamento, registrados na unidade gestora – 247100 – CEDAE sejam retratados com fidedignidade.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício CEDAE-GP nº 1253, de 04.08.2008 a CEDAE apresenta lançamento no SIAFEM de nº 2008NL1455 no valor de R\$ 400.888.102,56 que corresponde "Valor ref. Atualização de bens a incorporar conf.sistema RM-CONT Balanço 2007".

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 8

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Adotar rotinas e procedimentos contábeis com vista ao registro da atualização das obrigações relativas a precatórios e sentenças judiciais, no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, tendo por base os dados do sistema informatizado da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça, que atualiza, automaticamente, com base na UFIR-RJ, todos os valores dos precatórios judiciais inscritos na relação daquela Divisão.
CONTAS.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

Em atendimento a esta Determinação temos a informar que a Superintendência de Normas Técnicas – SUNOT elaborou a Rotina Contábil CNRC/SUNOT/CGE nº 003/2008, com as instruções necessárias ao registro da atualização das obrigações relativas a precatórios e sentenças judiciais. A citada rotina foi homologada pela CGE para aplicação a partir do exercício de 2009, no entanto, ainda no exercício de 2008, o setor de contabilidade do Tribunal de Justiça foi orientado por esta CGE, a executar os procedimentos necessários para atualização das obrigações, com base nas informações da Divisão de Precatórios do TJ.

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 9**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Tendo em vista que diversos órgãos/entidades possuem contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, cujos valores não se encontram registrados orçamentária e contabilmente no grupo de despesa com pessoal, sejam adotadas providências a fim de que, quando da elaboração orçamentária, sejam incluídas dotações na natureza de despesa própria (319034 – outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização) nos orçamentos dos referidos órgãos/entidades, em montantes compatíveis às necessidades dos mesmos.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

A SEPLAG não possui contrato de terceirização de mão-de-obra em substituição de servidores e empregos públicos.

O Exmo. Sr. Secretário de Planejamento e Gestão encaminhou Circular aos diversos órgãos/entidades para que considerassem na elaboração da Proposta Orçamentária, os contratos de terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores e empregados públicos, na natureza de despesa "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", a fim de que o LOA 2009 evidencie tais despesas como despesas de pessoal.

SITUAÇÃO: Em implementação.

DETERMINAÇÃO Nº 10**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Sejam adotadas providências no sentido de que as despesas com gratificação de pessoal, referentes ao programa “nova escola”, sejam incluídas nas respectivas dotações orçamentárias e natureza de despesa própria do grupo de despesas com pessoal e encargos sociais da Secretaria de Estado de Educação, a fim de que se evidencie com fidedignidade o total da despesa com pessoal do Poder Executivo.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

As despesas referentes a gratificação, Programas Nova Escola, passaram a ser classificadas na Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado de Educação e no grupo de despesa relativo a pessoal e encargos sociais, conforme Resolução SEPLAG nº 105, de 29.04.2008 e em crédito orçamentário constante do Decreto Estadual nº 41.275, de 25.04.2008.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 11

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Encaminhar, juntamente com as Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008 e as subseqüentes, relatório descrevendo a situação dos recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais advindos da aplicação da Lei Federal nº 11.429/06, creditados aos cofres do Tesouro Estadual, o saldo do fundo de reserva ao final do exercício e a identificação da aplicação dos recursos, bem como a identificação dos precatórios e sentenças judiciais pagos com estes valores.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 esclarece:

Informamos que em atendimento a esta determinação, encaminharemos junto as Contas de Gestão referentes ao exercício de 2008, e as subseqüente, relatório elaborado pela Superintendência de Finanças, descrevendo a situação dos recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais advindos da aplicação da Lei Federal nº 11.429/06, creditados aos cofres do Tesouro Estadual. Este relatório demonstrará:

- ✓ *a situação dos recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais advindos da aplicação da Lei Federal nº 11.429/06, creditados aos cofres do Tesouro Estadual na conta nº [REDACTED]*
- ✓ *o saldo do Fundo de Reserva ao final do exercício na conta [REDACTED] recursos administrados pelo Banco do Brasil;*
- ✓ *a identificação da aplicação dos recursos; e*
- ✓ *a identificação dos precatórios e sentenças judiciais pagos com estes valores.*

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 12

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Adotar as medidas necessárias para dar cumprimento ao disposto no artigo 1º do Decreto Estadual nº 37.050/05, de acordo com a autorização dada pela Lei Estadual nº 4.004/02, no sentido de capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA com todos os recursos advindos da dívida ativa estadual, transferindo para a gestão daquela Autarquia todas as contas que registrem as cotas-parte do Estado do Rio de Janeiro para essas receitas, excluindo as destinadas à formação do FUNDEB, retroagindo seus efeitos a 01.04.05.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informa:

Conforme conta da CI SUBGERAL nº 19/2008, foi solicitado à Subsecretaria de Receita a alteração do Manual de Captura dos Bancos do Sistema de Arrecadação, para que a receita arrecadada referente a créditos da Dívida Ativa inscritos até 2005 fosse direcionada para o Rioprevidência, conforme Decreto nº 37.050/2005, no entanto, no sentido de resguardar direitos, a Superintendência de Arrecadação – SUAR, da Subsecretaria da Receita enviou à Subsecretaria para Assuntos Jurídicos – SEFAZ, o Ofício GAB/SUAR nº 438/2008 solicitando parecer no sentido de esclarecer quais débitos inscritos em dívida ativa devem ser repassados ao Rioprevidência, considerando que na Dívida Ativa constam inscritos débitos de diferentes naturezas, existindo inclusive alguns com destinação já definida em lei ou decreto.

Segundo o ofício SUAR nº 589/2008, tão logo haja o retorno da referida consulta feita a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos – SEFAZ, serão adotadas as medidas cabíveis no sentido de efetivar a transferência dos valores que de direito pertençam ao Rioprevidência.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 13

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Adotar medidas necessárias para que o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como os demais demonstrativos contábeis evidenciem as despesas previdenciárias executadas por todas as unidades gestoras.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008 e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

A partir do RREO do 3º Bimestre do exercício de 2008 foram incluídas, no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPSP, anexo V da LRF, os valores das despesas previdenciárias executadas por outras unidades gestoras em decorrência da descentralização de créditos orçamentários.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 14

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Realizar, quando do exame das próximas Contas de Gestão do Governador do Estado, a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, bem como do resultado quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, conforme disposto nos incisos I e II do artigo 74 da Constituição da República e nos incisos I e II do artigo 129 da Constituição Estadual, adotando procedimentos de acompanhamento das ações governamentais com intuito de avaliar possíveis desvios de finalidade na aplicação de recursos, em especial nas funções saúde e educação, com vista a validar a legitimidade dos gastos, fazendo constar do relatório referente às Contas de Gestão em tela sua avaliação a respeito.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

O Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas vem sendo constantemente objeto de aperfeiçoamento, de forma a tornar-se um instrumento que auxilie na transparência dos gastos e das realizações governamentais.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Neste contexto, para o desenvolvimento de nossos trabalhos no citado relatório, relativos ao exercício de 2008, demos ênfase para as ações que compõem a carteira de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de avaliar o cumprimento dos cronogramas físico-financeiros previstos no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2008.

O que se buscou foi mapear os Projetos Estratégicos por meio de seus respectivos programas de governo, suas ações e metas físicas previstas no orçamento e o órgão/entidade da Administração Pública Estadual responsável por sua execução, com o objetivo de colhermos indicadores sobre a execução da despesa orçamentária assim como das metas físicas previstas no orçamento anual e no Plano Plurianual de 2008/2011 de forma a auxiliar a avaliação do desempenho das ações de governo

Além desta ação e com a finalidade de verificar o resultado dos gastos destinados à área de Saúde e Educação, selecionamos aleatoriamente duas ações de governo que estão apresentadas no Capítulo 7 do nosso Relatório das Contas Consolidadas do Governo de 2008 a saber: ação “1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas” referente ao programa “93 - Atenção à Saúde”; e ação “1122 – Expansão e Consolidação do Ensino Médio” referente ao programa “48 – Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual.

Estes trabalhos, na área da Saúde e Educação, resultaram em relatórios que foram inicialmente encaminhados às respectivas Secretarias, contando recomendações, e posteriormente serão juntados aos processos de Prestação de Contas de Ordenadores de Despesas do exercício de 2008.

Dessa forma, a Auditoria Geral do Estado buscou trazer para as Contas Consolidadas do exercício financeiro de 2008 a evidência do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, assim como dos resultados alcançados na execução orçamentária, ressaltando que nosso trabalho vem sendo objeto constantemente de aperfeiçoamento que advém principalmente do enorme esforço envidado por todos os profissionais deste Órgão de Controle Interno, apesar das dificuldades de nosso quadro funcional vir sendo no decurso dos anos reduzido dificultando assim a ação e expansão das atividades desta casa.

SITUAÇÃO: implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 15**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

Instituir o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de forma a atender o previsto nos artigos 27 e 34 da Lei Federal nº 11.494/07, bem como no Decreto Estadual nº 40.922/07.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício ASCIN nº 08 , de 10.09.2008, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC informou:

Através do Ato do Governador do Estado do Rio de Janeiro, publicado no DOERJ, de 3 de julho de 2008, foram indicados os representantes para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro - FUNDEB, da Secretaria de Estado de Educação em atendimento ao que determina o Art. 1º do Decreto nº 40.922, de 03 de setembro de 2007.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 16**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

Acompanhar a aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB, zelando pelo cumprimento do disposto no artigo 23, da Lei Federal nº 11.494/07, c/c os artigos 70 e 71 da LDB, de forma que as despesas realizadas nesta fonte de recursos sejam estritamente relacionadas à manutenção e desempenho do ensino básico.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício ASCIN nº 08 , de 10.09.2008, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC informou:

De acordo com o artigo 70 da Lei 9.394/96, a remuneração e o aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação estão entre as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis.

A Coordenadoria de Contabilidade analítica esclareceu que o pagamento efetuado no elemento de despesa 319003 - Pensões (Pensões concedidas por



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

lei específica ou decorrentes de sentenças judiciais, não abrangidas no Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais) na fonte 15, trata-se de pensão alimentícia descontada de remuneração de servidor por ordem judicial a favor de filho menor, sendo esta efetuada na Folha de Pagamento.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 17

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

e

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Adotar medidas cabíveis a fim de que sejam disponibilizados, em favor da FAPERJ, os recursos qualificados como créditos a receber, registrados na conta contábil nº 1993.20.100, observando o percentual mínimo a ser aplicado, em cumprimento ao disposto no artigo 332 da Constituição Estadual.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A CI SUPOF nº 18, de 11/03/2008, da Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda informa:

Quanto a Determinação de nº 17 do Colendo Tribunal de Contas, esta Subsecretaria está iniciando estudo técnico, da mesma maneira que fez quanto a Determinação de nº 18, a fim de se melhor apurar o saldo desta conta bem como propor solução para do problema a administração superior. Assim, o cumprimento deste item fica prejudicado, pela necessidade de se elaborarem diversos levantamentos e, análises, que serão elaboradas ao longo do corrente ano, que demandam pesquisas junto a diversos órgãos que levam um considerável tempo até porque há necessidade de verificarem processos físicos, bem como documentos contábeis que há época não estavam em meio digital.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 18

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

e

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Adotar medidas cabíveis a fim de que sejam disponibilizados, em favor do FECAM, os recursos qualificados como créditos a receber, observando o percentual mínimo a ser aplicado, em cumprimento ao disposto no artigo 263, §1º, da Constituição Estadual.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A CI SUPOF nº 18, de 11/03/2008, da Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda informa:

Quanto à Determinação de nº 18 do Colendo Tribunal de Contas, relativa ao FECAM, esta subsecretaria elaborou Notas Técnicas SUPOF/SEFAZ nºs 10/2008 e 02/2009 que estão subsidiando negociação com o Ministério Público Estadual a fim de ser assinado acordo judicial pondo fim ao litígio ora em curso. Tal medida regularizará a pendência apontada pela Corte de Contas, cumprindo-se assim a referida determinação.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 19

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Quando da elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os próximos exercícios, incluindo 2009, com relação ao anexo de metas fiscais, em atendimento ao disposto no inciso III do § 2º, do artigo 4º, da LRF, observar as normas vigentes para elaboração dos demonstrativos I, IV e V que compõem o anexo de metas fiscais, de acordo com os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional ou pelo órgão que lhe suceder.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

Quando da elaboração do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, foram observadas as normas vigentes para a elaboração dos Demonstrativos I, IV e V, de acordo com os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 20

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

e

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Quando da publicação das Metas Bimestrais de Arrecadação, caso seus valores tenham sofrido alteração em relação à previsão de arrecadação divulgada na Lei Orçamentária Anual, fazer constar informações claras e objetivas acerca dos fatos que influenciaram diretamente os resultados esperados.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

No âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008, foi informado:

A Subsecretaria de Orçamento da SEPLAG se compromete a trabalhar em conjunto com a Secretaria de Fazenda no sentido de que a Resolução Conjunta responsável pela divulgação das metas bimestrais de arrecadação relativa ao orçamento de 2009, preste informações objetivas sobre quaisquer alterações de arrecadação em relação às previsões da LOA, que porventura venham a ocorrer.

No âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, a Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informa:

As Metas Bimestrais de Arrecadação foram publicadas no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 2009, no entanto sem as informações acerca dos fatos que influenciaram os resultados esperados, desta forma as citadas metas foram republicadas em 25 de março de 2009, com as informações determinadas pelo TCE-RJ, constante da Nota Técnica 04/2009, do anexo III, da Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 52.

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 21

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Quando da fixação das metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias para os próximos exercícios, conforme determina o § 2º, artigo 4º, da LRF, observar o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, ou pelo órgão que vier a lhe suceder, no tocante à fixação de metas fiscais, em termos percentuais, atendendo o padrão em vigor.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

As metas fixadas para os Resultados Primário e Nominal para os exercícios de 2009 a 2011 foram consideradas em relação ao percentual do Produto Interno Bruto Nacional, conforme padrão preceituado pela STN.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 22

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA – CENTRAL

Para que tome medidas necessárias a fim de recuperar aos cofres públicos os valores adiantados, ou adote providências contábeis, no intuito de o saldo da conta refletir com fidedignidade os valores a receber pelo Estado, de forma a atender o Princípio da Prudência, definido no artigo 10 da Resolução CFC nº 750/93.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício 0242-08/DIPRE, de 27.11.2008 a Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL informou:

O Processo E-10/300.688/2008(cópia anexo) demonstra as ações /providências internas e externas adotadas pela Companhia. A última providência se fez em 17/11/2008 quando foi reiterada através de comunicata à Contadoria Geral do Estado a solicitação de orientação para regulamentação.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 23**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Regularizar o repasse a terceiros dos valores retidos, relativos a exercícios anteriores, a título de consignações, bem como manter a regularidade nos repasses dos valores devidos.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008 e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

Enviamos aos órgão/entidades que possuíam pendências anteriores a 2008, nas contas do grupo 2.1.1.0.0.00.00 – Depósitos, a Circular GAB/CGE nº 005, de 17/07/2008, solicitando que providenciassem a análise dos valores pendentes de pagamento. Além desse procedimento, também oficiamos os órgãos/entidades que possuíam consignações devidas ao IASERJ, solicitando que fosse verificada a consistência desses valores, e se fosse o caso, que providenciassem a emissão da PD, a fim de requerer ao Tesouro do Estado o devido repasse. Sendo assim, em relação a esta Determinação, consideramos esgotados os procedimentos cabíveis a CGE.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 24**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

e

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Compatibilizar os demonstrativos extracontábeis com os demonstrativos contábeis, em especial com relação à movimentação dos restos a pagar evidenciados nos demonstrativos da execução dos restos a pagar quando comparados com o demonstrativo da dívida flutuante, referentes ao exercício de 2007, bem como aprimorar os controles a fim de evitar a ocorrência de tal impropriedade nos exercícios subseqüentes.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008 e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

As divergências entre os dois demonstrativos resultaram dos seguintes fatos:

1) Por força do Decreto nº 40.874, de 02 de agosto de 2007, que fixou regras para pagamento das despesas inscritas em restos a pagar processados, referentes ao exercício de 2006 e anteriores, o valor de R\$ 190.534.676,73 foi transferido das UGs de origem para a UG 370200 – Encargos Gerais do Estado, à conta 2.1.2.1.1.02.03 = FORNECEDORES/CREDORES - DEC. 40.874/2007, ou seja, esta operação representou uma mera transferência de valores e não de inscrição ou baixa de RP. Desta forma o referido montante não foi considerado na elaboração do nosso Demonstrativo 2.07.03 - Estoque de Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração, constando, porém, do Demonstrativo da Dívida Flutuante apenas para evidenciar aquele valor

2) Não foram incluídos no Demonstrativo 2.07.03 – Estoque de Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração (coluna “Saldo Dez/2007”) o montante de R\$ 930.656,17 referente aos valores de Restos a Pagar liquidados no exercício, registrados na conta 2.9.5.1.2.01.00 - R.P.N.P - LIQUIDADO A PAGAR.

3) O montante de R\$ 184.601,35 representa o total de RP baixados da conta 2.9.3.3.2.00.00 – OBRIGACOES A PAGAR POR FONTE - RESTOS A PAGAR. Porém, para fins de apuração da coluna do montante “PAGO”, no Demonstrativo 2.07.03 – Estoque de Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração, este valor não foi considerado, tendo em vista, que a conta 2.9.5.2.1.00.00 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - A PAGAR, utilizada para elaboração do citado demonstrativo, não registrou estas baixas nas UGEs 261100 (R\$ 183.524,28); 217200 (R\$ 328,57) e 317100 (R\$ 748,50).

Considerando as explicações acima, os demonstrativos teriam o mesmo saldo final:

Títulos	Dívida Flutuante	Dem. RP
= Saldo do exercício anterior	2.142.527.238,68	2.142.527.238,68
+ Inscrições	2.020.129.173, 53	2.020.129.173, 53
(-) Baixa por pagamento	(1.176.499.523,83)	(1.074.362.359,57)
+ Transferência para UG 370200, referente ao Dec. 40.874/2007	190.534.676,73	190.534.676,73
(-) Baixa por cancelamento		(98.300.547,32)
(-) Transferências/reclassificações		(4.582.671,76)
(-) Transferência das UG's, referente ao Dec. 40.874/2007	(190.534.676,73)	(190.534.676,73)
+ R. Pagar liquidados no exercício não considerado no Dem. RP		930.656,17
(-) R. Pagar não baixados na conta 2.9.5.2.1.00.00		(184.601,35)
= Saldo final em 31.12.07	2.986.156.888,38	2.986.156.888,38

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 25**CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Proceder à regularização da conta contábil “sentenças judiciais”, haja vista a ausência de registro da baixa pelo pagamento do valor de R\$7.362,80, referente à nota de empenho 1089, da UG 26.04, paga por meio da ordem bancária 2007OB01669, adotando as providências necessárias à correção das falhas que possibilitaram tal impropriedade.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008 e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

A regularização contábil solicitada pelo TCE foi realizada pela UG 260400, por meio das Notas de Lançamento 2008NL00782 e 2008NL01453.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 26**CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Encaminhar, juntamente com as Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008 e subseqüentes, demonstrativos de precatórios e sentenças judiciais, contendo a movimentação e o saldo a pagar ao final do exercício, nos termos da Determinação de nº 31, expedida após apreciação, por esta Corte, das Contas de Gestão referentes ao exercício de 2005, acompanhados de demonstrativos de conciliação entre os valores registrados na contabilidade e aqueles constantes nos dados apresentados pela SUFIN, apresentando:

- demonstrativo referente aos pagamentos realizados por natureza, unidade gestora, exercício, valor inscrito, quantitativos, pagamentos, data do último pagamento e saldo a pagar por fonte de recursos.*
- demonstrativo dos valores a pagar ao término do exercício por unidade gestora, quantitativos, ano, fonte de recursos e natureza;*
- demonstrativo dos valores a pagar ao término do exercício que integraram a dívida consolidada do estado, por unidade gestora, quantitativos, ano, fonte de recursos e natureza.*



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 esclarece:

Estamos providenciando a elaboração dos Demonstrativos solicitados pelo TCE, e enviaremos os mesmos junto com as Contas de Gestão de 2008.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 27

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

a) Adotar providências no sentido de dar efetivo cumprimento ao disposto no artigo 45 da LRF, aprimorando os relatórios pertinentes, de modo a demonstrar claramente a inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária Anual somente após ter sido consignada previsão orçamentária para os projetos que se encontram em andamento e para as despesas que contemplem a conservação do patrimônio público;

b) Reformular o Relatório de Ações Finalísticas, incluindo no mesmo dados comparativos entre os produtos concluídos e/ou em andamento no exercício e as respectivas ações, produtos e metas previstas para o período no PPA, de forma a permitir dimensionar o percentual dos objetivos traçados naquela peça de planejamento e aferir a efetividade alcançada pela administração ao executar as ações planejadas para o exercício.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

a) As disposições contidas no artigo 45 da LRF serão observadas quando da elaboração do Relatório Anual das Realizações do Governo, que compõem a Prestação de Contas do Governo, a ser encaminhado ao TCE no 1º trimestre de 2009.

SITUAÇÃO: Em implementação.

b) O aprimoramento dos relatórios referente ao cumprimento do disposto no art. 45 da LRF, será feito através de reformulação dos mesmos, prevendo-se uma comparação entre metas dos produtos previstos no PPA com as realizadas no exercício.

SITUAÇÃO: Em implementação.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 28

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ

Encaminhar a este Tribunal, sempre por ocasião da apresentação das Contas de Gestão do Governador do Estado, relatórios detalhados dos principais programas implementados na área de Tecnologia da Informação, contendo despesa realizada por programa, objetivos, indicadores e os aspectos operacionais de sua execução, bem como as atividades de coordenação, normativas e deliberativas desempenhadas pelo Conselho Estadual de Tecnologia da Informação (CONSETI) no período.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio da Matriz de Acompanhamento prevista na IN nº 03 da AGE o PRODERJ informou:

Considerando que o encerramento de 2008 aconteceu em 12/01/2009, elaboramos demonstrativo com base no SIG/SIAFEM, contendo Despesa Empenhada/Autorizada por Programa de Trabalho e indicadores percentuais, elaboramos também Relatório de Atividades do Proderj, contendo objetivos e as ações, e por fim, um Relatório do CONSETI contendo atribuições e todas as atividades desenvolvidas no exercício de 2008.

SITUAÇÃO: Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 29

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

- a) Elaborar o Plano Estadual de Saúde de acordo com o que preceitua a Portaria MS nº 3.085/06, destacando-se o artigo 4º, bem como a Portaria GM nº 3.332/06, submetendo-o ao Conselho Estadual de Saúde, em atendimento ao que preceitua o artigo 36 da Lei Federal nº 8.080/90 e artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90;*
- b) Elaborar planejamento a ser integrado ao Plano Estadual de Saúde, estabelecendo, entre seus componentes, ações para o controle endêmico da dengue no Estado, abrangendo tanto as atividades de controle do vetor biológico quanto às atividades clínico-assistenciais relacionadas ao correto tratamento de pessoas infectadas, a ser realizado pelas Superintendências de Vigilância em Saúde e de Atenção à Saúde.*

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício SESDEC/GS/SE nº 479, de 07.11.2008, a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil informou:

Item 1

Com efeito, o Plano Estadual de Saúde para o Período 2008 à 2011 contempla as ações "a" e "b" constantes da Determinação 29 constante nas Contas de Gestão do Governo do estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2007.

Anexo documento que esclarece que o PES já foi submetido aos Secretários Municipais de Saúde e será apresentado ao Conselho Estadual de Saúde em 07.11.08.

Item 2

Que após a apresentação e discussão do PES ao CES o mesmo estará pronto para aprovação

SITUAÇÃO: Parcialmente Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 30**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**

Consolidar, em relatório gerencial único, a ser encaminhado a esta Corte quando da apresentação das Contas de Gestão do Governador do Estado relativas ao exercício de 2008, os dados referentes aos acidentes ambientais ocorridos na área do Estado do Rio de Janeiro abrangida pelo SIRA, hoje apresentados em relatórios apartados da própria Secretaria e da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), face à ausência de normatização própria.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício SEA/DGAF nº 568, de 09.10.2008, a Secretaria de Estado do Ambiente informou:

Foram realizadas reuniões com a FEEMA e a CECA, visando a elaboração de um quadro estabelecendo relação entre os autos de infração emitidos. Além disso, pelo Sistema LEBRE, está sendo promovida a integração FEEMA, SERLA, IEF e CECA, que disponibilizará acesso às informações contidas nos processos de licenciamento, fiscalização e controle do sistema ambiental do Estado do Ri de Janeiro.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 31

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Adotar e informar, quando da apresentação das Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008, as medidas necessárias a fim de tornar efetiva e eficaz a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental pelas empresas cujas atividades sejam potencialmente causadoras de maiores impactos ao meio ambiente, incluindo a designação de equipes de servidores com atribuições específicas de fiscalização de tais empresas.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício SEA/DGAF nº 568, de 09.10.2008, a Secretaria de Estado do Ambiente informou:

Atualmente os órgãos vinculados a esta Secretaria, FEEMA, SERLA e IEF, atuam no controle e execução de ações que visam a proteção do meio ambiente no Estado.

A SEA instituiu a CICC - Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais, que ajuda na fiscalização e na repressão aos crimes ambientais. Foi realizado concurso e com a implantação do INEA - Instituto Estadual do Ambiente, criado através da Lei nº 5101 de 04/10/2007, a carência deverá ser diminuída.

SITUAÇÃO: Parcialmente Implementada.

DETERMINAÇÃO Nº 32

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Criar codificação específica por subfontes de recursos no intuito de espelhar, separadamente, cada tipo de tributo registrado na fonte 001, a exemplo do que ocorre com as fontes de recursos 012 – convênios/administração direta, e 013 – convênios/administração indireta, em que cada código identifica um convênio específico, aperfeiçoando o controle sobre as fontes de recursos e garantindo maior transparência na execução orçamentária, tanto em termos de receita quanto de despesa.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Não Informada.

SITUAÇÃO: Não Informada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 33**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

Reavaliar, no exercício de 2008, e aprimorar para os exercícios subsequentes, os controles existentes no que diz respeito aos valores do FUNDEB recebidos e redistribuídos pelo Banco do Brasil, de forma a retratar fidedignamente a movimentação dos recursos do referido Fundo.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício ASCIN nº 08, de 10.09.2008, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC informou:

A Superintendência de Orçamento e Finanças está tomando as providências necessárias para aprimorar os controles relativos ao FUNDEB, através de suas Coordenadorias, principalmente, as Coordenadorias de Controle Financeiro e Contabilidade Analítica.

SITUAÇÃO: Em implementação.

DETERMINAÇÃO Nº 34**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Quando da apuração de divergências entre o montante registrado como receita para formação do FUNDEB e o efetivamente empenhado referente às contribuições ao FUNDEB, encaminhar nota explicativa informando o motivo da diferença com a respectiva conciliação dos valores.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Contadoria Geral do Estado, por meio da Matriz de Acompanhamento encaminhada pela CI GAB/CGE nº 243, de 03/11/2008 e da Matriz de Acompanhamento encaminhada em 27/03/2009 informou:

Em atendimento a esta Determinação estaremos elaborando Nota Técnica, com as informações necessárias a fim de subsidiar aquela Corte de Contas caso ocorra divergência entre os valores da receita para formação do FUNDEB e o total das despesas empenhadas com contribuições constantes da conta 3.3.3.7.0.41.02.

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 35

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

e

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Exigir maior rigor dos entes integrantes da administração pública estadual ao elaborar seus orçamentos, consignando de forma mais técnica e transparente as ações a serem executadas, adotando o mesmo rigor ao proceder à consolidação dos instrumentos de planejamento e orçamentação.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

No âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008, foi informado:

O rigor determinado para as Unidades Orçamentárias da Administração Pública Estadual já foi observado quando da elaboração das propostas setoriais para 2008, inclusive no processo de consolidação do Projeto de Lei do Orçamento, bem como do Plano Plurianual.

SITUAÇÃO: Implementada.

No âmbito da Secretaria de Estado de Educação, por meio do Ofício ASCIN nº 08 , de 10.09.2008, foi informado:

A Superintendência de Orçamento e Finanças, através da Coordenadoria de Contabilidade Analítica, está tomando as providências necessárias para evidenciar, nos respectivos empenhos emitidos, as despesas aplicadas em despesa com pessoal e encargos (parcela até 40% do FUNDO - aplicação direcionada para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, realizadas na educação básica, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394/96 / LDB).

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DETERMINAÇÃO Nº 36**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO****e****FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ**

Considerar, quando da elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009, na fixação da despesa com aplicação dos recursos da FAPERJ, no cômputo da receita tributária líquida, apurada para fins de aplicação do artigo 332 da Constituição Estadual, os valores referentes à dívida ativa tributária, às multas e juros de mora dela decorrentes e às multas e juros dos tributos em espécie, haja vista que tais ingressos subsumem ao conceito mais amplo de obrigação tributária, conforme artigo 113, §1º do CTN.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 e do Processo administrativo E-26/022.102/2008 instruído pela FAPERJ, foi informado as providências adotadas pela SEPLAG:

O índice determinado já foi aplicado na proposta orçamentária para o exercício de 2009.

SITUAÇÃO: Implementada.**DETERMINAÇÃO Nº 37****SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Encaminhar, a este Tribunal, relatórios semestrais sobre a execução do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto Estadual nº 40.874/2007, visando subsidiar o acompanhamento por esta Corte de Contas, assim como, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da Decisão, apresentar informações complementares sobre a sua implementação, de forma a esclarecer, dentre outros aspectos, a situação sobre os direitos subjetivos daqueles que não se interessam em aderir ao regime de parcelamento proposto; o âmbito e regulamentação da delegação atribuída à SEFAZ pelo artigo 2º do supracitado Decreto; os dados relativos às renegociações já efetuadas com cada credor e seus respectivos pagamentos.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio do Ofício nº 36/2009 GAB/SUBFIN/SEFAZ, de 03.03.2009, da Subsecretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Fazenda, foi encaminhado ao Tribunal de Contas, em 03.03.2009, o Relatório nº 02/2009/SUBFIN/SEFAZ que compreende o Relatório Semestral do programa pagamento/parcelamento de restos a pagar processados, instituído pelo Decreto nº 40.874, de 01 de outubro de 2007, em atendimento à Determinação nº 37 do Voto emanado no âmbito do Processo Administrativo TCE-RJ nº 104.748-1/2008.

SITUAÇÃO: Implementada.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

8.2 Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 1

Quando da elaboração dos demonstrativos orçamentários, atentar para o disposto no artigo 5º, inciso III, alínea “b”, da LRF, no que se refere à constituição da reserva de contingência, para que o seu valor seja compatível com o constante no Anexo de Riscos Fiscais.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

SITUAÇÃO: Pendente.

Por meio da CI/SEPLAG/SUBOR nº 23, de 24.03.2009, a Subsecretaria de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informou:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 previa no Anexo de Riscos Fiscais o valor de R\$ 1.526 milhões, caso os riscos se concretizassem no exercício de 2007.

Ocorre que quando da elaboração da Lei Orçamentária/07 foi sinalizado o valor de R\$ 0,4 milhões na reserva de contingência. O comportamento da arrecadação das receitas estaduais previa um total R\$ 36.753 milhões, sendo R\$ 1.285 milhões de receitas intra-orçamentárias. Abatendo-se a dupla contagem da receita intra-orçamentária chega-se a arrecadação líquida de R\$ 35.468 milhões.

O Poder Executivo ao elaborar o orçamento de 2007 estipulou a meta de resultado primário de R\$ 1.855 milhões e preferindo alocar os recursos da arrecadação estadual nas despesas com:

- *Servidores ativos, inativos e pensionistas, R\$ 14.633 milhões;*
- *Serviço da dívida pública estadual, R\$ 3.037 milhões;*
- *Manutenção e custeio da Administração Pública Estadual, R\$ 15.710;*
e
- *Investimentos e inversões financeiras, R\$ 2.088 milhões.*

Cabe informar que ao final do exercício o resultado primário apurado no final do exercício de 2007, atingiu o total de R\$ 3.720 milhões, ou seja, foi ultrapassada em 100% a meta prevista.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Esta medida de austeridade contribui para o equilíbrio das contas públicas estaduais no longo prazo.

Caso o Poder Executivo alocasse na reserva de contingência, os valores previstos no Anexo de Riscos Fiscais, ficaria inviabilizada a primeira diretriz da LDO que vem a ser a definição das Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, com base no previsto nas leis dos Planos Plurianuais.

A busca da eficiência, da eficácia e da efetividade pela administração estadual seria prejudicada, com possíveis conseqüências danosas à sociedade fluminense.

SITUAÇÃO: Não Aplicável.

RECOMENDAÇÃO Nº 2

**SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE RECURSOS, LOGÍSTICA E DE PATRIMÔNIO DA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Quando da elaboração e execução dos instrumentos orçamentários do Estado, atuar firmemente junto aos órgãos competentes, de modo a atender as suas necessidades financeiras, estruturais e organizacionais, possibilitando o cumprimento efetivo das suas atribuições no trato da avaliação dos bens imóveis de propriedade do Estado.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

Mesmo considerando todas as dificuldades relativas ao reduzido quadro técnico, a SULOG tem priorizado a questão das avaliações patrimoniais.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

RECOMENDAÇÃO Nº 3

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

e

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Tendo em vista a definição de “receita resultante de impostos”, contida na Portaria STN nº 633, de 30.08.06, avaliar a conveniência de se manter o registro dos valores arrecadados com impostos, sejam eles principais ou acessórios, na fonte de recursos 001 – “outros ordinários não provenientes de impostos”, de modo a tornar mais transparente a execução da receita e da despesa, em particular, no tocante ao cumprimento das aplicações mínimas em manutenção e desenvolvimento do ensino e em saúde.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008, esclareceu:

No Estado do Rio de Janeiro, a fonte de recursos 01 - Recursos do Tesouro Ordinário não Provenientes de Impostos, classifica, entre outras receitas, as transferências da União a Estados e Municípios, previstas na Lei Complementar nº 87/96 e no inciso II, do artigo 159 da Constituição Federal. Desta forma, ela compõe a base de cálculo para apuração dos valores previstos nos índices constitucionais de despesa para as áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Quanto à transparência recomendada pelo TCE, está em análise nesta Secretaria, proposta nesse sentido.

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

RECOMENDAÇÃO Nº 4

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- a) Apurar o estágio de dependência das ações e serviços públicos de saúde e educação aos recursos arrecadados pelo FECP, bem como avaliar o risco diante do grau de dependência encontrado para a continuidade e o aperfeiçoamento dessas ações e serviços a cargo do Estado, considerando a temporariedade na arrecadação dos recursos;
- b) Adotar medidas para a observância, no exercício de 2008 e posteriores, da vedação da aplicação de recursos do FECP em despesas contrárias aos objetivos do Fundo, conforme decisão deste Tribunal de Contas exarada no Processo TCE-RJ nº 113.150-7/05.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

Por meio dos Ofícios SEPLAG/GAPLA nº 450, de 10.11.2008, e nº 490, de 17.12.2008 a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG informou:

- a) As despesas com educação e ações e serviços de saúde atendem a determinação da Constituição Federal, que prevê índices mínimos de aplicação do montante dos recursos orirundos de impostos estaduais e transferências recebidas da União (Educação 25% e Saúde 12%). Os recursos orirundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza entram na composição do financiamento dos gastos das áreas acima, mas também são orirundos da arrecadação de impostos estaduais, portanto contribuem para o alcance do gasto previsto constitucionalmente em Educação e em Saúde.*
- b) A aplicação de recursos do FECP é feita na forma desta recomendação.*

SITUAÇÃO: Em implementação.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

RECOMENDAÇÃO Nº 5

CONSELHO SUPERIOR DO FECAM

e à

SECRETARIA EXECUTIVA DO FECAM

- a) Envidar esforços, junto aos órgãos/entidades que recebem e executam créditos descentralizados pelo FECAM, no sentido de observar, quando da realização das correspondentes despesas, o atendimento às finalidades precípuas para as quais o Fundo Especial foi implementado;
- b) Adotar providências, junto aos órgãos/entidades que recebem e executam créditos descentralizados pelo FECAM, no intuito de atentar para a necessidade de preencher, de forma completa e inequívoca, o histórico das notas de empenho lançadas no SIAFEM, de maneira a ensejar uma adequada análise finalística das despesas, em face do que estabelece o artigo 263, caput e §3º da Constituição Estadual.

PROVIDÊNCIA ADOTADA:

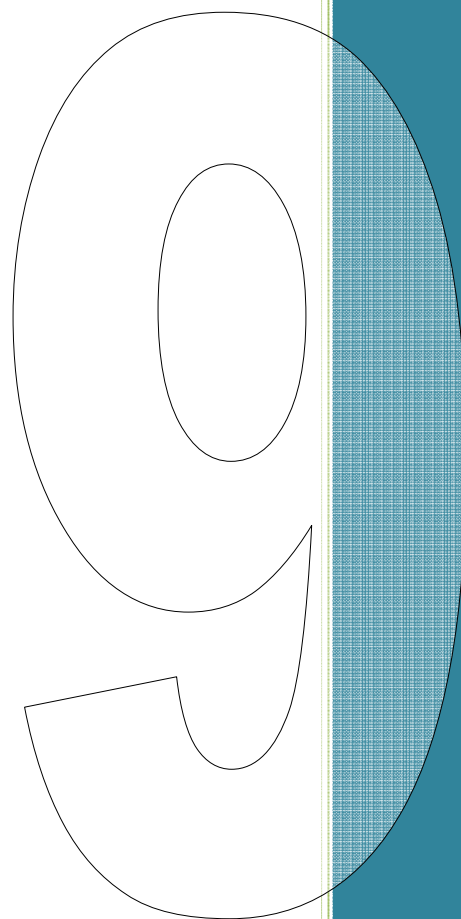
Por meio do Ofício SEA/FECAM nº 051, de 22.09.2008, o Secretário Executivo do FECAM esclareceu:

Os órgãos/entidades foram comunicados da Recomendação nº 5 do TCE. Como bem diz o nome, RECOMENDAÇÃO, trata-se de uma orientação do TCE, cabendo a Secretaria Executiva do FECAM apenas comunicar aos órgãos/entidades a Recomendação, sendo essa a única ação/providência que essa Secretaria pode tomar.

SITUAÇÃO: Implementada.



AUDITORIA GERAL DO ESTADO



CONCLUSÃO

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 9

CONCLUSÃO

A Auditoria Geral do Estado, conforme disposto no parágrafo 2.º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 1.º de agosto de 1990, elaborou o presente relatório visando cumprir uma das suas tarefas precípuas que é o relato das contas do governo, no qual buscamos verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as ações governamentais.

Considerando os resultados orçamentários e financeiros obtidos em face dos exames realizados referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, observamos que os mesmos obedeceram aos preceitos e dispositivos legais vigentes, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicamente conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Cumprе salientar que a execução orçamentária da receita e despesa bem como o cumprimento das metas físicas do plano plurianual que envolve as ações de governo examinadas neste relatório possui como responsáveis os ordenadores de despesas definidos nos incisos VII e IX do artigo 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Sendo assim, os processos de prestações de contas anual dos ordenadores de despesas de cada órgão ou entidade serão, no devido prazo, examinadas pela Auditoria Geral do Estado.

Por fim, esperamos ter fornecido elementos para auxiliar na avaliação das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do exercício de 2008.

Rio de Janeiro, aos de março de 2009.

Assistente
Matrícula nº

Assessor
Matrícula nº

Assessor
Matrícula nº

Supervisora de Auditoria
Matrícula nº

Coordenador de Auditoria da CRNP
Matrícula nº

Coordenadora de Auditoria da 5ª CAE
Matrícula n.º

Superintendente da SUGEA
Matrícula nº

Auditor-Geral do Estado
Matrícula nº

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

10

EQUIPE DE TRABALHO

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 10

EQUIPE DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2008

AUDITOR GERAL DO ESTADO

[REDACTED]

GABINETE DO AUDITOR GERAL

[REDACTED]

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO SOBRE AUDITORIAS

[REDACTED]

[REDACTED]

COORDENADORES DE AUDITORIA

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

SUPERVISORES DE AUDITORIA

[REDACTED]

[REDACTED]

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

SERVIDORES EFETIVOS NA AGE

[illegible]